

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Zilma Catarina Libania da Fonseca

O MOVIMENTO DA TECNOLOGIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Rio de Janeiro

2013

Zilma Catarina Libania da Fonseca

O MOVIMENTO DA TECNOLOGIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientadora: Dra. Marcela Pronko

Rio de Janeiro

2013

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

F676m Fonseca, Zilma Catarina Libania da
O movimento da tecnologia social no Brasil
contemporâneo / Zilma Catarina Libania da
Fonseca. - Rio de Janeiro, 2013.
229 f.

Orientador: Marcela Pronko

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,
2013.

1. Política Social. 2. Tecnologia Social.
3. Exclusão Social. I. Pronko, Marcela.
II. Título.

CDD 361.61

Zilma Catarina Libania da Fonseca

O MOVIMENTO DA TECNOLOGIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional em Saúde.

Aprovada em 27/03/2013

BANCA EXAMINADORA

Dra. Marcela Pronko – (FIOCRUZ / EPSJV / VDPDT)

Dra. Vania Cardoso Motta (UFRJ / Faculdade de Educação)

Dra. Virgínia Fontes (FIOCRUZ / EPSJV / CPPG)

AGRADECIMENTOS

A retomada dos estudos e do espírito de investigação e construção do conhecimento foram fatos marcantes a partir da minha entrada no curso de pós-graduação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz).

Não poderia deixar de reconhecer e destacar, do corpo de professores que acolheu compreensivamente minhas dúvidas, questionamentos e intervenções nos debates em sala de aula, a atitude calorosa e intelectualmente motivadora do professor Marco Antonio Carvalho Santos.

Agradeço aos meus colegas pela troca de idéias e reflexões nas disciplinas que compartilhamos no mestrado.

Agradeço à minha orientadora, professora Marcela Pronko, que acompanhou cada novo rumo tomado pelos meus pensamentos, sempre ao meu lado, incentivando meu crescimento intelectual, pelos nossos diálogos e pela confiança em mim depositada na realização desse trabalho.

À Virgínia Fontes, pela inspiração teórica e pela generosidade intelectual e pessoal.

À Vania Motta pelas contribuições valiosas no momento da qualificação deste trabalho.

À Elyne Engstrom, coordenadora de minha atual equipe de trabalho, que pode compreender minha dedicação ao percurso exigido para o desenvolvimento deste estudo.

Ao apoio da minha família, em especial de minha irmã Claudia Siqueira, pelo companheirismo, suporte emocional e acolhimento amoroso dos meus muitos momentos de *solidão dissertativa*.

RESUMO

As tecnologias não são neutras, são construídas socialmente num determinado momento histórico e surgem e se desenvolvem em enredadas relações sociais. Como qualquer construção social, são perpassadas por interesses sociais diferentes, divergentes e, mesmo, antagônicos. Nesse sentido, todas as tecnologias são sociais. É o caso, então, de se perguntar: de que se trata, exatamente, quando se fala em “tecnologia social”? quais são as implicações políticas de um movimento denominado “Movimento da Tecnologia Social”? Neste trabalho, tendo como método de investigação o materialismo histórico-dialético, analisamos as principais expressões da Tecnologia Social no Brasil com o objetivo de discernir os elementos teóricos e ético-políticos que poderiam contribuir ou dificultar as práticas de resistência e luta da classe trabalhadora. Para tanto, mapeamos e discutimos a construção do conceito de tecnologia social, o debate político que se trava nesse campo, a atuação do aparato estatal e sua imbricação com as organizações da sociedade civil. Circulam no campo das tecnologias sociais conceitos diferentes e idéias divergentes, porém não antagônicas, visto que estão sustentadas pelo pressuposto teórico da exclusão social e convergem ao atribuir às tecnologias sociais importante papel na inclusão social. O aprofundamento teórico sobre o binômio exclusão-inclusão social tornou-se o ponto nevrálgico desse estudo. Problematicamos o estatuto teórico e o uso do termo exclusão social, questionamos a abordagem dualista implícita no binômio e abordamos os desdobramentos e os sentidos das pseudo-soluções das políticas inclusivas. Aprofundamos a discussão refletindo sobre a centralidade do trabalho e sobre a constituição do exército de reserva na contemporaneidade. Recusamos o uso do termo exclusão social e seu desdobramento implícito de inclusão social e apontamos o conceito de “expropriações secundárias” como instrumento teoricamente apropriado, capaz de contribuir para a compreensão das tecnologias sociais, enquanto processo político direcionado para a inclusão social, sustentado por uma disponibilização cada vez maior da força de trabalho.

Palavras-chave: Tecnologia social. Exclusão social. Políticas inclusivas. Expropriações secundárias.

ABSTRACT

Technologies are not neutral, since they are socially built in a given historical moment, emerged and developed from social relations. Like any other social construction, technologies are pervaded by different, diverging and even conflicting social interests. In this sense, all technologies are socially defined. Therefore, it raises some questions: what exactly means the use of the term “social technology”? What are the political implications of a so called “Social Technology Movement”? From the use of the historical-dialectical materialism as our investigation method, we aim to analyze here in this study the main expressions of Social Technology in Brazil in order to make a clear distinction between the theoretical and ethical-political elements that could account for or complicate the working-class practices of resistance and struggle. In order to accomplish this, we mapped out and argued about the Social Technology concept construction, the political debate conducted on this matter, the role of government apparatus and its interlinks with civil society’s organizations. There are different concepts and diverging, but not conflicting, ideas in the field of the social technologies, since they are supported by the theoretical assumption of social exclusion and as well, they converge in order to assign the social technologies a relevant role in social inclusion. The theoretical deepening that supports the exclusion-inclusion binomium has become the sore point of this study. We have discussed the theoretical status and the use of the term “social exclusion”; we have argued the dualistic approach implied by the binomium; and we also have tackled the inclusive politics pseudo-solutions ramifications and meanings. We have deepened into the debate reflecting over the central role of work and the contemporary constitution of the army reserve. We have refused the use of the term “social exclusion” and its implied ramification as a social inclusion matter. We have pointed out the “secondary expropriations” concept as a proper theoretical instrument, capable of contributing for the understanding of social technologies as a set of social inclusion-oriented political processes, supported by an ever-increasing workforce supply.

Keywords: Social technology. Social exclusion. Inclusive politics. Secondary expropriations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	CT&I - Lei Orçamentária Anual (LOA) - Quadro Síntese/2008-2010	122
Tabela 2	Programas e Ações: Orçamento Secis	127
Tabela 3	Número de Emendas por Ação (2010)	133

LISTA DE SIGLAS

ABC Academia Brasileira de Ciência
ABIPTI Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica
Abong Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
Amavida Associação Maranhense para a Conservação da Natureza
AmCham Câmara de Comércio Americana
ANA Agência Nacional de Águas
Andifes Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APL Arranjos Produtivos Locais
APNs Agentes de Pastoral Negros
ARPUB Associação das Rádios Públicas do Brasil
ASA Articulação do Semi-Árido Brasileiro
ASPAN/PE Associação Pernambucana de Defesa da Natureza
ASSEMA/MA Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
AST Adequação Sócio-Técnica
ATDS Área de Tecnologia para Desenvolvimento Social
BA Banco da Amazônia
Basa Banco da Amazônia S.A.
BB Banco do Brasil
Bird Banco Mundial
BNB Banco do Nordeste do Brasil
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Bradesco Banco Bradesco S.A.
C&T Ciência e Tecnologia
Capes Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBRTS Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social
CCTCI – CD Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados
CDS Centro de Desenvolvimento Sustentável
CDT Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
Ceagro Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CEAGRO Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia CERIS
Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

CEAP Centro de Excelência Ambiental da Petrobras

Cearah Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos

CEBDS Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

CEDEP Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá

CEF Caixa Econômica Federal

CEFET Centros Federais de Educação Tecnológica

Celogs Campo-Escola de Logística de Subsistência

Centec Instituto Centro de Ensino Tecnológico

Cepal Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Ceris Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

CGEE Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CGSA Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional

CGU Controladoria Geral da União

CGU Corregedoria Geral da União

CIAPE Centro Interdisciplinar de Assistência e Pesquisa em Envelhecimento

CNCT&I Conferência Nacional de Ciência Tecnologia & Inovação

CNI Confederação Nacional da Indústria

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Comunitas Parcerias para o Desenvolvimento Solidário

CONCRAB Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária

COPPE Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia

CPT Comissão Pastoral da Terra

Cria Centro de Referência em Informação Ambiental

CT&I Ciência, Tecnologia e Inovação

Cufa Central Única das Favelas

CUT Central Única dos Trabalhadores

DEARE Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social

DEPDI Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia - DEPDI CGAP
Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social

Depen Departamento Penitenciário Nacional

DF Distrito Federal

Dieese Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

Dpi Direitos de Propriedade Intelectual

EBC Empresa Brasil de Comunicação
ECOAR Instituto Ecoar para a Cidadania
Embraer Empresa Brasileira de Aeronáutica
Embrapa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Extspes Programa de Apoio a Projetos de Extensão e Pesquisa
Faetec Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
Fapespa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará
FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBB Fundação Banco do Brasil
FBTSI Fórum Brasileiro de Tecnologia Social e Inovação
FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho
FGV Fundação Getúlio Vargas
FHC Fernando Henrique Cardoso
FIB Felicidade Interna Bruta
FIEB Federação de Indústrias do Estado da Bahia
FIEP Federação de Indústrias do Estado do Paraná
FIESP Federação de Indústrias do Estado de São Paulo
Finep Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz Fundação Oswaldo Cruz
FIRJAN Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMABC Faculdade de Medicina do ABC
FNDCT Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDCT Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Fonaprace Fórum de Assuntos Comunitários e Estudantis
Fordhov Fórum de Dirigentes de Hospitais Veterinários
Forplad Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
Forproex Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
Frepop Fórum Regional de Educação Popular do Oeste Paulista
FUNDIPESCA Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais
Funtec Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
FVA Fundo Verde-Amarelo
GAPI Grupo de Análise de Políticas de Inovação
GEOPI Grupo de Estudos Organização da Pesquisa e da Inovação
GIFE Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

GT Grupo de Trabalho
GTA Grupo de Trabalho Amazônico
HSBC HSBC Holding plc
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IEES Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária
IES Instituições de Ensino Superior
IFET Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IIDAC Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania
IMEA Instituto Mercosul de Estudos Avançados
INICO Instituto Universitário de Integração na Comunidade
INPI Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPÊ Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipec Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado
IPF Instituto Paulo Freire
ISA Instituto Socioambiental
ISER Instituto de Estudos da Religião
ISP Investimento Social Privado
ISPN Instituto Sociedade, População e Natureza
ITCP Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
ITS Brasil Instituto de Tecnologia Social
LOA Lei Orçamentária Anual
MARE Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MCT Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação
MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC Ministério da Educação
MIN Ministério da Integração Nacional
MJ Ministério da Justiça
MMA Ministério do Meio Ambiente
MOC Movimento de Organização Comunitária

MP Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MP Ministério Público
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTE Ministério do Trabalho e Emprego
NEAD Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
Nesth Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano
ODM Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OGM Organismos Geneticamente Modificados
OIT Organização Internacional do Trabalho
OMS Organização Mundial da Saúde
ONG Organização Não-Governamental
ONU Organização das Nações Unidas
Opas Organização Pan-Americana de Saúde
OS Organização Social
OSC Organização da Sociedade Civil
Oscip Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTS Organizações do Terceiro Setor
P&D Pesquisa e Desenvolvimento
PAC Programa de Aceleração do Crescimento
PACEA Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários
PACT Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria
PACTI Plano de Ação Ciência, tecnologia e Inovação
PADCT Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PAPESCA Pesquisa Ação na Cadeia Produtiva da Pesca
PBM Plano Brasil Maior
PBQP Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade
PCT&I Política de Ciência, Tecnologia e Inovação
PEA População Economicamente Ativa
PIB Produto Interno Bruto
PITCE Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PL Projeto de Lei
PLO Projeto de Lei Orçamentária
PLOA Planejamento da Lei Orçamentária Anual

PNPMF Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
Pnud Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA Plano Plurianual
Proninc Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
PROTEC Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica
PSB Partido Socialista Brasileiro
PSI Programa de Sustentação do Investimento
PT Partido dos Trabalhadores
PUC Pontifícia Universidade Católica
Rits Rede de Informação do Terceiro Setor
RTS Rede de Tecnologia Social
SATECS Sistema de Acompanhamento das Tecnologias Sociais
SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SBPE Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEAN Secretaria Executiva das Entidades Ambientais do Nordeste
Sebrae Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secis Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e Inclusão Social
Secom Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Seduct Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará
SEDUP Associação Serviço de Educação Popular
Segib Secretaria-Geral Ibero-Americana
Senac Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senaes Secretaria Nacional de Economia Solidária
Senai Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC Serviço Social do Comércio
Sespa Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará
Sesu Secretaria de Educação Superior
SFH Sistema Financeiro de Habitação
SIEX Pró-Reitoria da Universidade de Brasília
SNCTI Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
Soltec Núcleo de Solidariedade Técnica
Sosol Sociedade do Sol
STF Supremo Tribunal Federal
TIC Tecnologia da Informação e Comunicação

TIFS Tecnologias da Informação para Fins Sociais
TS Tecnologia Social
UCDB Universidade Católica Dom Bosco
Udelar Universidad de La Republica Uruguay
UEFS Universidade Estadual de Feira de Santana
UEMS Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFGD Universidade Federal de Grande Dourados
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPA Universidade Federal do Pará
UFPR Universidade Federal do Paraná (UFPR)
UFRB Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSCar Universidade Federal de São Carlos
UnB Universidade de Brasília
Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unesp Universidade Estadual Paulista
Unicamp Universidade de Campinas
UniEthos Educação para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável
Unigran Centro Universitário da Grande Dourados
UNILA Universidade Federal da Integração Latino-Americana
USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP Universidade de São Paulo
WCTI Workshop de Ciência Tecnologia e Inovação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1. O MOVIMENTO DA TECNOLOGIA SOCIAL	21
1.1. A ARTICULAÇÃO DO TERCEIRO SETOR.....	24
1.1.1. O Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil).....	25
1.1.2. A Inserção de Outras Organizações Sociais	37
<i>1.1.2.1. Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG); Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Rede Cerrado</i>	37
1.2. A ARTICULAÇÃO EMPRESARIAL.....	40
1.2.1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Caixa Econômica Federal (CEF) e Petrobras: Apoio às Tecnologias Sociais	40
1.2.2. O GIFE e o Instituto Ethos: Responsabilidade Social e Inclusão Social	48
1.2.3. Fundação Banco do Brasil e Sebrae: Banco de Dados e Apoio Técnico-financeiro.....	52
1.3. A INSERÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA	55
1.4. A REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS)	67
1.4.1. Estrutura de Rede.....	69
1.4.2. Ações de Articulação e Mobilização Social	72
1.4.3. A RTS, as Universidades e as Articulações Internacionais.....	74
1.4.4. Estratégias de Comunicação	74
CAPÍTULO 2. O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	76
2.1. A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA	77

2.2. CIÊNCIA & TECNOLOGIA NA DÉCADA DE 90: IMPLICAÇÕES DA REFORMA DO ESTADO.....	80
2.3. A POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL	83
2.3.1. As Conferências Nacionais de CT&I e o Projeto de Desenvolvimento das Classes Dominantes.....	86
2.3.2. A inovação como principal motor do desenvolvimento.....	92
2.3.3. Ciência e tecnologia como matriz sistêmica.....	96
2.3.4. Um Estado ativo para a promoção do desenvolvimento	99
2.3.4.1. <i>Marcos Regulatórios</i>	100
2.3.4.2. <i>Estruturação e Gestão</i>	102
2.3.5. A Fundamental Importância da Participação da Sociedade Civil	104
2.3.6. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	109
CAPÍTULO 3. A TECNOLOGIA SOCIAL NA PRIORIDADE DA INCLUSÃO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	118
3.1. A SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL (SECIS) E O EIXO IV DO PACTI 2007-2010	118
3.1.1. O Plano de Ação 2007-2010.....	118
3.1.2. A Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e Inclusão Social (Secis) 124	
3.1.2.1. <i>Programas e Ações no Orçamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social: as Tecnologias Sociais</i>	126
CAPÍTULO 4. TECNOLOGIA SOCIAL: UM CAMPO EM DISPUTA	138
4.1. O DEBATE NO MOVIMENTO DA TECNOLOGIA SOCIAL.....	138
4.2. RESISTÊNCIA E LUTAS	150
4.3. SOCIEDADE CIVIL E ESTADO.....	161
4.4. A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA	169

CAPÍTULO 5. EXCLUSÃO-INCLUSÃO: CIRCULARIDADE PERVERSA DO CAPITAL	172
5.1. QUANTO AO ESTATUTO CONCEITUAL DE “EXCLUSÃO SOCIAL”	172
5.2. DEPENDÊNCIA, MARGINALIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL	176
5.3. EXCLUSÃO SOCIAL: DUBIEDADE E IMPRECISÃO NA <i>NOVA QUESTÃO SOCIAL</i>	178
5.4. EXCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA	185
5.5. USO CRÍTICO DO TERMO EXCLUSÃO SOCIAL.....	187
5.6. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	189
5.7. QUEM SÃO OS CHAMADOS “EXCLUÍDOS”	192
5.7.1. A Centralidade do Trabalho	194
5.7.2. Trabalhadores Excedentes	196
5.8. EXPROPRIAÇÕES SECUNDÁRIAS: UMA NOVA ABORDAGEM	206
CONCLUSÕES	213
REFERÊNCIAS	220

INTRODUÇÃO

As políticas sociais no Brasil neoliberal, amparadas no recurso à “participação”, assumem explicitamente o referencial político da inclusão social, sustentado por uma análise centrada na noção de exclusão. As estratégias de inclusão social tomam parte no corpo de diversas políticas públicas implementadas em áreas propriamente sociais e mesmo em áreas consideradas mais técnicas, como a área de ciência e tecnologia.

No caso específico da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação¹ verificamos a existência de um nicho específico para contemplar a proposição de desenvolvimento e inclusão social, o IV Eixo, denominado Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Neste eixo estão incluídas as “tecnologias sociais”, que, efetivamente, constituem-se, a partir de iniciativas de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, como uma articulação política que autodenomina-se “Movimento da Tecnologia Social”.

Em 2005, com a criação da Rede de Tecnologia Social, agregando grandes redes regionais de organizações populares, o Movimento da Tecnologia Social adquire capilaridade expressiva em várias regiões do país, fato que nos instigou a aprofundar a compreensão sobre este movimento e suas bases e implicações teóricas e políticas.

Partimos da necessidade de discernir os elementos teóricos e ético-políticos, que, vinculados ao campo das tecnologias sociais, poderiam contribuir ou dificultar as práticas de resistência e luta da classe trabalhadora.

Na discussão acerca do conceito de Tecnologia Social, caberia esclarecer de antemão que, valendo-nos da abordagem materialista, entendemos os conceitos como constructos sociais, capazes de refletir a dinâmica das contradições históricas existentes em uma sociedade, portanto em permanente movimento.

Para compreendermos os fundamentos teóricos e a dinâmica política do que, mais do que um conceito, se autodenomina Movimento da Tecnologia Social, nos esforçamos para capturá-lo como um objeto construído socialmente num determinado contexto histórico.

Assim, dedicamo-nos a apresentar, de uma maneira panorâmica, as concepções acerca da Tecnologia Social, procurando revelar a magnitude de sua configuração social, enquanto

¹ Política nacional substanciada nos documentos: BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional: Investir e inovar para crescer. Plano de Ação 2007-2010., MCT, Brasília, 2007 e BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015: Balanço das Atividades Estruturantes, Brasília, MCT&I, 2011.

movimento com ampla rede capilarizada que agrega órgãos e instituições estatais, empresariais e segmentos das classes trabalhadoras.

Buscamos recuperar o contexto econômico-político-social das últimas décadas, quando a Tecnologia Social surge e se constitui como um movimento, num campo de disputa político-ideológica. À luz de referenciais teóricos marxistas, discutimos algumas de suas principais fundamentações teóricas, realizando, nesse exercício, o esforço de clarificar as concepções de sociedade, de tecnologia e de tecnologia social. Procuramos, ainda, apontar indícios de repercussões da Tecnologia Social nas políticas sociais em nosso país, analisando, em especial, o seu alinhamento com o quadro conceitual da “teoria da exclusão social”.

Para mapear e analisar o campo de iniciativas e práticas do Movimento da Tecnologia Social, incluindo as organizações populares envolvidas, utilizamos fontes governamentais, das universidades públicas e das organizações sociais. Em especial, os documentos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, mas também do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM); publicações do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina, do Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), do Serviço Social do Comércio (SESC), da Fundação Banco do Brasil, Petrobrás, da Articulação do Semi-Árido (ASA), da Rede de Tecnologia Social (RTS), do Instituto de Tecnologia Social (ITS), entre outros.

Utilizamos como fontes principais de análise das fundamentações teóricas sobre Tecnologia Social: as elaborações teóricas de Renato Dagnino - professor da Unicamp, com larga experiência de consultoria a organismos internacionais, e que vem se dedicando desde 2004 a formular um marco analítico-conceitual da Tecnologia Social; as contribuições teóricas de Ricardo T. Neder - professor e coordenador do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina (Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS/Universidade de Brasília- UnB); e formulações teóricas de Andrew Feenberg – filósofo, professor da Escola de Tecnologia da Comunicação, da Universidade Simon Fraser, em Vancouver/Canadá – cuja influência é explicitamente assumida pelos pesquisadores brasileiros.

Num esforço de aprofundamento teórico, além de recorrermos à produção de Karl Marx e Antônio Gramsci, selecionamos autores que resgatam a análise marxiana e gramsciana e tomamos sua produção intelectual como referências principais para a discussão: Claudio Kartz, que analisa as discussões sobre tecnologia que se dão no campo marxista, formula uma

concepção marxista de tecnologia e discute a economia da inovação; Virgínia Fontes e suas formulações sobre as expropriações produzidas pelo capital-imperialismo; Lucia Neves que se debruça sobre as iniciativas do “Estado-educador” na construção de consenso político e sobre as políticas sociais. Outros autores foram também importantes referências para temas mais circunscritos, como Ivo Tonet com suas formulações acerca da democracia e cidadania versus emancipação humana e Deise Luiza da Silva Ferraz, que discute sobre exército de reserva e formação de sujeitos contestatórios do sociometabolismo do capital e outros autores de base marxista que auxiliaram na minha compreensão e enriquecimento teórico. Além de uma sorte de autores junto aos quais houve grande empenho nosso para estabelecer, de forma fraterna, honesta e vigorosa, um diálogo questionador.

O modo de proceder neste estudo procurou captar, não uma definição estática, fixa, do conceito de Tecnologia Social, mas sim o sentido que possa revelar-se no seu movimento, na sua apropriação pelos porta-vozes de diferentes classes sociais, nos vários momentos e situações de sua construção. O que nos trouxe a necessidade – e o desafio - de utilizar afiadamente o método materialista histórico-dialético, com habilidade teórica capaz de inserir-se nas determinações específicas do tempo e da realidade histórica e alçar-se dos juízos situacionais à uma compreensão geral e generalizante mais esclarecida e fundamentada acerca desse conceito.

Para responder a esse desafio estruturamos três grandes blocos para pesquisa, aprofundamento e análise crítica que se refletem no corpo da dissertação.

Na primeira parte procuramos compreender como se configura o movimento de Tecnologia Social no Brasil: o caminho de criação deste movimento, o papel do Estado, o envolvimento das classes sociais, as estratégias assumidas e a capilaridade e abrangência alcançada. Este bloco contempla o capítulo 1 - *O Movimento da Tecnologia Social: uma arquitetura de coesão social* e se desdobra na compreensão da articulação do chamado “terceiro setor”, da articulação do empresariado, da inserção da comunidade acadêmica e do papel da Rede de Tecnologia Social (RTS).

Analisamos na segunda parte, o contexto histórico brasileiro, a dinâmica de acumulação capitalista e de dominação ideológica neoliberal e o percurso histórico no Brasil da política de ciência, tecnologia e inovação - que possibilitou o surgimento do Movimento da Tecnologia Social. Esta parte inclui os capítulos 2 e 3 e aborda o desenvolvimento social e as tecnologias sociais na política brasileira de ciência e tecnologia, discute as implicações da Reforma do Estado e analisa o papel do Estado e sua imbricação na sociedade civil. Analisa o

Plano de Ação da Ciência e Tecnologia para o período 2007-2010 e, nesse percurso, a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e Inclusão Social (Secis).

Na última parte buscamos contemplar a reflexão teórica sobre as concepções que circulam no campo da tecnologia social – os conceitos de tecnologia e Tecnologia Social, a teoria da exclusão (e inclusão social), buscando compreender suas expressões nas experiências em curso e nas políticas sociais no Brasil. Compreendendo a Tecnologia Social como um campo em disputa, o quarto capítulo recupera a história de resistência e lutas das classes trabalhadoras, especialmente aquelas vinculadas à rede de organizações sociais do semi-árido brasileiro e aprofunda a reflexão sobre a relação sociedade civil e Estado, abarcando a construção da nova pedagogia da hegemonia. O último capítulo discute o binômio exclusão-inclusão como expressão da circularidade perversa do capital e apresenta o conceito de expropriações secundárias, formulado por Virgínia Fontes como instrumental teórico mais adequado à compreensão da realidade dos fenômenos relacionados ao que se denomina “exclusão social”, recusando uma abordagem dualista e possibilitando abarcar suas várias e complexas determinações.

Realizamos também o esforço de, mesmo cumprindo com as exigências formais para este tipo de produção de conhecimento, nos expressarmos por meio de uma linguagem efetivamente comunicativa, que possa alcançar a profundidade que muitas das reflexões e formulações exigem, sem, contudo, dificultar ou tornar árida e cansativa a leitura e a compreensão.

CAPÍTULO 1. O MOVIMENTO DA TECNOLOGIA SOCIAL

Tomando como base a definição de tecnologia social mais largamente difundida, inclusive pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, qual seja, “Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.”² percebemos que esta definição nos remete para experiências do tipo das que constamos no Banco de Tecnologias Sociais, da Fundação Banco do Brasil (FBB), como as cisternas de placas para captação de água pluviais³, desenvolvida pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA) e como o ônibus adaptado como biblioteca, utilizado pela equipe de educação do Projeto Axé, em Salvador, na Bahia, entre outras.

Ao substituírmos, nesta definição, a palavra *comunidade*, e seu sentido local, específico e restrito, por *sociedade*, com seu sentido mais amplo e político, somos remetidos aos tipos de tecnologia que estamos mais afeitos a identificar com o termo “tecnologia” – sem adjetivos: aqueles artefatos com os quais estamos acostumados a lidar no nosso cotidiano e nos nossos espaços de trabalho: celular, computador, etc..

As tecnologias – quaisquer que sejam - são construções culturais, isto é, são construídas socialmente num determinado momento e se sustentam no enredado de relações sociais do contexto histórico de onde surgem: não são frutos puros de uma técnica neutra. E como em todas as construções sociais há interesses sociais diferentes e, mesmo, conflitantes, em ação, podemos compreender que a tecnologia é um campo de disputa política e que, nesse sentido, todas as tecnologias são tecnologias sociais.

É o caso, então, de se perguntar: de que se trata, exatamente, quando se fala em “tecnologia social”? Quais são as implicações políticas desse campo denominado “tecnologia social”?

Analisando as principais expressões da Tecnologia Social na sociedade brasileira, constatamos que, mais do que um conceito, ela se constitui como um “movimento”, por meio de uma rede estruturada, com ampla participação de organizações sociais, financiada e liderada pelo Estado.

² Acessado nos sites da FBB, MC&TI e RTS (grifo nosso), em 01/02/2011.

³ O Programa Um Milhão de Cisternas/PIMC, coordenado pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA), é vinculado ao Programa Água para Todos, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.

Esse movimento, que teve início em 2001, passa a agregar uma ampla e variada gama de ações de ministérios, órgãos estatais, empresas e universidades públicas e privadas e organizações da sociedade civil. Segundo Neder:

Integram estas ações uma Rede brasileira de Tecnologia Social (RTS), os Prêmios anuais de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil, e sobretudo as ações de incentivo da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) aos ambientes de inovação de 88 Incubadoras de Cooperativas Populares nas universidades públicas no País. Complementar a este quadro, pela primeira vez no país criou-se uma Secretaria de Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento e Inclusão Social (SECIS/MCT). O MDA⁴, o MDS⁵, o SEBRAE⁶ nacional têm promovido editais para financiamento de projetos de tecnologias sociais da comunidade de pesquisa no País. (NEDER, 2009, p.7)

A Rede de Tecnologias Sociais, que estrutura e polariza esse movimento, foi uma iniciativa governamental liderada pela Finep, Fundação Banco do Brasil, Petrobras, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência, Sebrae, Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.⁷

O Governo federal, buscando captar colaboradores para subsidiar a criação da rede, promove a produção, através da Fundação Banco do Brasil, do livro “Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento” - contando com a contribuição de intelectuais como Paul Singer - professor de economia da Universidade de São Paulo (USP) e secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho; Renato Dagnino - pesquisador e professor titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade de Campinas; Silvio Caccia Bava - sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis - Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Ladislau Dowbor - professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, consultor para diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, bem como do Senac e Conselheiro na Fundação Abrinq, Instituto Pólis e outras instituições. (Jornal da Ciência/SBPC)

O chamado Movimento da Tecnologia Social passa a contar, então, com instrumentos, meios e formas de capilarização os mais diversos, abrangendo sites, blogs, boletins eletrônicos, base de dados (bancos de tecnologias sociais), a realização de encontros, feiras,

⁴ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁵ Ministério do Desenvolvimento Social.

⁶ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

⁷ Notícia publicada no Jornal da Ciência, da SBPC, em 27/12/2004. Extraído do site <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=24336>

mostras, seminários e conferências, apoio técnico e financeiro, grupos de pesquisa nas universidades, e vinculação latinoamericana e internacional.

Em âmbito internacional, a Tecnologia Social realiza algumas ações, como um projeto de pesquisa, focado em estudo de casos, envolvendo o Instituto de Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia - Universidade Nacional de Quilmes (IEC-UNQ/Argentina) e do Grupo de Análise de Política de Inovação do Departamento de Política Científica e Tecnológica - Universidade Estadual de Campinas (GAPI-DPCT/Brasil), intitulado “Tecnologías para la Inclusión Social y Políticas Públicas en América Latina”. O projeto conta com um blog, o “Portal de Tecnologías Sociales”, e é apoiado pelo International Development Research Centre/IDRC, do Canadá e da Agência Nacional de Promoção Científica e Tecnológica, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva, da Argentina.⁸

Em 2009, o Governo brasileiro passa a realizar algumas iniciativas em âmbito internacional:

(...) em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), busca multiplicar centros de tecnologia social em segurança alimentar. Haiti, Caribe e Bolívia estão entre alguns dos beneficiários dessas iniciativas. No âmbito da Comissão Interna de Controle da Dengue do Mercosul (..) entre várias medidas, o governo brasileiro auxiliou a Bolívia e a Argentina com a logística do combate ao mosquito e enviou, entre recursos humanos e produtos para esse fim, velas de andiroba, que são consideradas uma tecnologia social no combate ao mosquito transmissor da dengue.⁹

Esse movimento, que agrega uma tão ampla frente social e de extensa abrangência, abraça certamente conceituações sobre sociedade, tecnologia e tecnologia social diferentes, todavia não antagônicas, que circulam, e estão encontrando ressonâncias nas mais diversas relações sociais.

Assumimos o desafio de construir, neste estudo, um olhar mais aprofundado sobre o movimento da tecnologia social, em especial em sua vinculação à direção política de desenvolvimento e inclusão social, de forma a nos auxiliar a compreender as proposições que vemos hoje sendo (menos que debatidas) implementadas em nosso país.

Neste primeiro momento, procuraremos mostrar a movimentação das instituições e as iniciativas governamentais que culminaram na conformação institucional do campo da Tecnologia Social.

⁸ Informações encontradas no blog: <http://tecnologiasociales.blogspot.com/p/bienvenido.html>

⁹ Helder Barbosa (MRE – Ministério das Relações Exteriores), na II Conferência Internacional de Tecnologia Social, Brasília, 2009. Extraído do site <http://pt.scribd.com/doc/17295961/TS2009>, em 08/11/2011.

Procuramos ter cuidado e discernimento para lograr apresentar um panorama abrangente das forças políticas que participam desse “movimento da tecnologia social”: as instituições, suas estratégias e ações nesse campo, as alianças e parcerias entre os órgãos estatais e as organizações sociais, algumas repercussões sociais dessas movimentações, a inserção do terceiro setor¹⁰ e, especificamente, do setor empresarial, as ramificações e capilaridades de uma rede de tecnologia social.

Buscamos também caracterizar esse movimento em termos de sua origem, dos sujeitos sociais que o compõem, de suas proposições e estratégias e de sua capilaridade social. O esforço será captar suas sinergias, sincronias e contradições, contribuindo para clarificar seus significados históricos na construção de um projeto societário de interesse das classes trabalhadoras.

1.1. A ARTICULAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

A redemocratização do Estado brasileiro, consolidada pela Constituição de 1988, previu a participação de amplos segmentos sociais nos processos de decisão e implementação das políticas sociais. O aparelho de Estado, então, ao lado da estrutura formal da democracia representativa, assume a construção de um arcabouço institucionalizado de *democracia participativa*: a participação social - cujo significado na política de ciência e tecnologia buscamos aprofundar mais à frente - torna-se elemento altamente valorizado na organização das políticas públicas.

A reforma do Estado, implementada em 1995, como teremos a oportunidade de analisar melhor adiante, assentou-se sobre novas definições da administração pública, vindo a reforçar a chamada democracia participativa. Especialmente nos aspectos referentes à transferência de alguns serviços sociais até então de responsabilização do Estado para um setor público não-estatal, redundando nas parcerias público-privadas, amplamente disseminadas na atualidade assim como no tocante à legitimidade do governo, compreendida como o apoio obtido na sociedade civil - mal-confundida como um “terceiro setor”.

¹⁰ A escolha do termo “terceiro setor” deve-se ao fato de ser este o termo adotado nos títulos dos documentos e eventos citados. Para aprofundamento do conceito de “terceiro setor”, sugerimos leitura dos estudos de Carlos Montaña: “Pois o que realmente está por trás deste conceito ideológico são certas “ações que expressam [determinadas] funções a partir de [certos] valores. Ou seja, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir dos valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda-mútua (substituindo os valores de solidariedade sistêmica e universalidade e direito dos serviços)” (MONTAÑO, 2007, p.1-2)

Essas referências acerca do Estado e do papel da sociedade civil levam o Governo Federal, também no campo das tecnologias sociais, a dedicar maior atenção à mobilização e participação do terceiro setor. Nesse aspecto a organização não governamental Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil) desempenhará um papel proeminente.

1.1.1. O Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil)

Em 2001, sob a liderança de Irma Passoni¹¹, é criada uma organização social, denominada Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil)¹², com a finalidade de “promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social.”

Para o cumprimento desta finalidade a organização propõe-se a desenvolver as seguintes atividades:

- a) Promover, isoladamente ou em conjunto com outras entidades, atividades relacionadas direta ou indiretamente com a pesquisa, educação e o desenvolvimento de tecnologias, com ênfase no fomento e divulgação das tecnologias sociais, bem como sua difusão e transferência ao setor produtivo;
- b) Promover o maior acesso possível à informação e aos meios para adquiri-la, entendendo a democratização da informação como direito social básico;
- c) Atuar junto à comunidade carente nos municípios e em quaisquer localidades do território nacional, através de projetos de assistência e desenvolvimento social, educacional e de fomento de políticas culturais e de tecnologia social visando a geração de novos empreendimentos;
- d) Participar de processos de criação de tecnologias, sobretudo de inventores e inovadores, auxiliando-os no seu desenvolvimento e na qualificação para a obtenção de seus respectivos direitos de propriedade intelectual.
- e) Desenvolver modelos estratégicos de políticas públicas e privadas a fim de fomentar geração de trabalho e renda e o desenvolvimento sócio-econômico;
- f) Promover, desenvolver e executar a gestão e implementação de programas, projetos e ações ambientais, educacionais, culturais, de saneamento, de saúde, de segurança alimentar e nutricional e outros;

¹¹ Ex-deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT); relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “Causas e Dimensões do Atraso Tecnológico no Brasil” e presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática como deputada federal em 1992; assessora legislativa do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), no projeto Inteligência Estratégica na Política; atual Gerente Executiva do ITS Brasil.

¹² As informações sobre o ITS Brasil estão disponíveis em seu site: [HTTP://itsbrasil.org.br](http://itsbrasil.org.br)

- g) Promover e apoiar o desenvolvimento e a formação de recursos humanos, incentivando a atualização profissional e seu aperfeiçoamento técnico, sobretudo nas áreas relacionadas às novas tecnologias;
- h) Experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego;
- i) Promover o desenvolvimento humano, a ética, a paz, justiça social, a cidadania, a democracia, o voluntariado e outros valores universais;
- j) Estimular os mecanismos de inclusão social e promoção dos direitos humanos e da cidadania, de forma autônoma, ou mediante parcerias e intercâmbios com organizações não governamentais, universidades, poder público, empresas e outras entidades;
- k) Firmar convênios ou acordos, com entidades congêneres e afins, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, promovendo intercâmbios de mútuo interesse;
- l) Prestar serviços de consultoria e assessoria nas áreas de sua atuação, a entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- m) Desenvolver campanhas educacionais para prover a sociedade de instrumentos necessários ao estabelecimento de políticas de prevenção e proteção ao trabalho em sua área específica de atuação, através do pleno uso dos meios de comunicação;
- n) Participar de empreendimentos e sociedades constituídas para a finalidade precípua do desenvolvimento tecnológico com finalidades sociais, inclusive com ações e cotas que permitam ao Instituto viabilizar as finalidades sociais e não lucrativas dos projetos e os recursos para a sua consecução.

Enquanto finalidades assumidas pela instituição, destacamos especialmente aquela que se refere ao papel da sociedade civil:

... afirmar o papel das organizações da sociedade civil como produtoras de conhecimento, articulando essas instituições em torno de uma cultura da Ciência, Tecnologia e Inovação comprometida com o fortalecimento da cidadania e a inclusão social.

Esta organização social, alinhada à proposição política de “inclusão social”, desempenha um papel bastante ativo na articulação do Estado com as organizações da sociedade civil: na preparação da 2ª Conferência Nacional de CT&I, o então ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, convoca o ITS Brasil para incluir as organizações da sociedade civil nesta discussão.

Como desdobramento da 2ª Conferência Nacional de CT&I¹³, com o objetivo de reforçar um sistema de alianças e parcerias, alavancando a participação da sociedade civil, o ITS Brasil, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados (CCTCI –CD) promovem, em 2002, o 1º Seminário “O papel e inserção do 3º setor no processo de construção e desenvolvimento da CT&I”. Nesse Seminário participaram 40 (quarenta) representantes das instituições do 3º Setor, das diversas áreas e regiões do Brasil e participaram da mesa e como expositores representantes de instâncias e organizações governamentais e organizações do terceiro setor, como: MCT, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação/Programa Fundo Verde Amarelo/MCT, Associação Brasileira de Ciência (ABC)¹⁴, Comissão de Ciência – Tecnologia - Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados – CTCI –CD, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG¹⁵, Instituto de Tecnologia Social (ITS), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)¹⁶, Air Brasil¹⁷, Fundação Banco do Brasil (FBB), Secretaria Executiva das Entidades Ambientais do Nordeste/SEAN, Articulação do Semi Árido (ASA)¹⁸. Os temas abordados foram: Tema 1: “Ciência, tecnologia e inovação como instrumento para solução dos problemas da sociedade brasileira”; Tema 2: “O papel das organizações do terceiro setor na Identificação e no atendimento das demandas de ciência, tecnologia e inovação da sociedade brasileira”; Tema 3: “participação e papel do executivo, do legislativo e das organizações do terceiro setor na elaboração e implementação das políticas públicas, incluindo a de ciência tecnologia e inovação”. (ITS BRASIL, 2002)

¹³ A 2ª CNCT&I foi realizada em 2001, a 3ª CNCT&I em 2005 e a 4ª CNCT&I em 2010.

¹⁴ Fundada em 1916, atua como sociedade científica honorífica e tem como foco o desenvolvimento científico do país, a interação entre os cientistas brasileiros e destes com pesquisadores de outras nações. Acessado no site WWW.abc.org.br, em 12/02/2012.

¹⁵ Criada em 1991, congrega organizações não governamentais que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia. Informações acessadas no site WWW.abong.org.br, em 12/02/2012.

¹⁶ Rede de 130 organizações empresariais, cuja missão é “Aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum.” Informação acessada no site WWW.gife.org.br, em 20/11/2011.

¹⁷ Braço brasileiro do American Institute for Research - definida em seu site (WWW.air.org) como “uma das maiores organizações de ciência social e comportamental de pesquisa do mundo”. Informação acessada em 12/02/2012.

¹⁸ “É uma rede formada por cerca de 750 organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Sua missão é fortalecer a construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social.” Informação acessada no site WWW.asabrasil.org.br, em 12/02/2012.

Compreendendo o Terceiro Setor como as “... instituições não governamentais, sem fins lucrativos, legalmente constituídas, e que tenham como objeto de suas atividades as ações em prol da ciência e tecnologia no País”, o MCT, ainda em 2002, cria um GT – Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar proposta de formas e mecanismos para incrementar alianças e parcerias. (BRASIL. MCT, 2002)

O ITS Brasil é convidado para compor este Grupo de Trabalho, que, sob a coordenação do MCT, conta também com a participação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), da Comunitas - Parcerias para o Desenvolvimento Solidário (Comunitas)¹⁹, da Academia Brasileira de Ciências (ABC), da Articulação do Semi-árido Brasileiro (ASA), da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE).

Esse grupo de instituições inicia uma ampla mobilização nacional que podemos considerar como precursora de uma rede institucionalizada que será criada em 2005 – a Rede de Tecnologia Social (RTS).

Lula assume a Presidência da República no início de 2003, trazendo como carro-chefe a bandeira do combate à fome. Ainda em 2002, a comissão responsável pelo governo de transição FHC/Lula, convoca um Grupo de Trabalho denominado *Tecnologia para o Desenvolvimento Social*, com o objetivo de colaborar na formulação do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo Lula.

O ITS Brasil marca uma participação expressiva nesse processo: a coordenação fica a cargo de Irma Passoni (gerente executiva do ITS Brasil) e são instituídos membros desse GT: João Furtado presidente do ITS Brasil), Renato Peixoto Dagnino (professor da Unicamp) e José Sérgio Leite Lopes (professor da UFRJ).

Criado para responder ao desafio do desenvolvimento social e do combate à fome, o *GT Tecnologia para o Desenvolvimento Social*, propõe, em relatório divulgado ao final de seu trabalho:²⁰

1. a criação de uma Secretaria para o Desenvolvimento Social, vinculada ao MCT e com a missão de “desenvolver políticas públicas e estratégias de atuação para a implantação de ações voltadas ao desenvolvimento social e ao combate à fome” (GT TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2002, p.1)

¹⁹ Instituição criada, em 2000, pela Primeira Dama Ruth Cardoso com o objetivo de promover o desenvolvimento social do Brasil. Acessado no site WWW.comunitas.org.br, em 12/02/2012.

²⁰ GT Tecnologia para o Desenvolvimento Social. Acessado no site WWW.ctids.org.br, em 03/04/2012.

2. e a criação de um Fundo Extraordinário para CT&I para ações emergenciais, sobretudo de natureza social – colocando em destaque o combate à fome, analfabetismo e dengue.

O nome proposto para essa secretaria e que aparece no organograma do documento produzido pelo “GT Tecnologia para o Desenvolvimento Social” é Secretaria de Inovação Social, transportando assim para o campo social a influência maior da inovação enquanto estratégia de desenvolvimento tecnológico assumida pelo Estado.

Entretanto, mais do que inovação, as iniciativas do Estado no campo do *desenvolvimento social*, procuram uma expressão que seja mais afinada com o discurso do combate à fome, com a focalização proposta pelas políticas sociais neoliberais, que demonstre maior sensibilidade às dificuldades extremas vividas pelas classes trabalhadoras e populares: a inclusão social. Assim, a nova secretaria, criada efetivamente em junho de 2003, assume o nome de “Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social” (Secis).

Em suas justificativas para a criação da secretaria, o “GT Tecnologia para o Desenvolvimento Social” considerou que, pelo fato do MCT não contemplar em sua estrutura a participação da sociedade civil, as políticas e programas de inclusão social não conseguiam se beneficiar do conhecimento científico e tecnológico – aliados imprescindíveis para as mudanças sociais. Clamavam os membros do GT por práticas de administração participativa.

Mesmo com a bandeira da mudança tremulando aos ventos dos discursos, os propositores da transição na área de ciência e tecnologia para o desenvolvimento social, isto é, os membros do “GT Tecnologia para o Desenvolvimento Social”, não se colocavam a necessidade de reformular as políticas sociais formuladas e praticadas pelo Estado até então. Tratava-se tão somente, de adicionar um vetor social, como explicitado nesta parte do documento:

As justificativas acima elencadas espelham um conjunto de novas diretrizes formuladas por setores progressistas, existentes no Brasil e em diversos países, com o intuito de adicionar ao vetor empresarial um **vetor social** na orientação e formulação de políticas públicas de C&T. (GT TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2002, p.3 - grifos do documento)

A construção de uma arquitetura capilarizada na sociedade civil, que o Estado educador demanda para a construção do consenso, continua, durante os primeiros anos do Governo Lula, tendo este GT como uma referência legal - a portaria de sua criação é reeditada em 2003, mantendo o mesmo objetivo, o qual vale lembrar: elaborar propostas de formas e mecanismos para a construção de parcerias entre o MCT e as Organizações do Terceiro

Setor.²¹ Em 2003, o GT não inclui a nomeação do CGEE e da Comunitas e numa nova reedição em 2004, reitera a participação desses mesmos membros, acrescentando a nomeação da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisas Tecnológicas (Abipti) e do Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (Sebrae).

O ITS Brasil durante todos esses anos manteve-se ativo no campo das tecnologias para o desenvolvimento social. Sem pretender esgotar todas as iniciativas e ações que promoveu e participou durante esses anos, mas compreendendo sua importância no campo da tecnologia social, procuramos traçar um perfil amplo o suficiente para revelar sua atuação e abrangência.

Numa atuação mais localizada no Estado de São Paulo, o ITS Brasil promove, em 2002, o Seminário “Inteligência na Condução de Empreendimentos”, agregando as incubadoras de empreendimentos populares da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, da Prefeitura de São Paulo, vinculadas ao Projeto Desenvolvimento Solidário. No período de 2003 a 2004, presta assessoria a este mesmo projeto, identificando, sistematizando e disponibilizando ferramentas de CT&I para os empreendimentos econômicos, incubados no projeto. Em 2005, em parceria com a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, do Governo Estadual, realizou um trabalho de Sistematização e Mapeamento de Tecnologias Sociais no Estado de São Paulo, identificando as tecnologias sociais produzidas e/ou utilizadas pelas organizações da sociedade civil. O produto final deste trabalho, nesse mesmo ano, foi o I Encontro Paulista de Tecnologia Social. Junto com a Prefeitura de Osasco, em 2006, o ITS Brasil desenvolve o projeto “Desenvolvendo Incubação e Tecnologias de Empreendimentos Solidários no Território”, com o objetivo de fomentar a Economia Solidária e favorecer o Desenvolvimento Local Participativo por meio de capacitação e incubação de empreendimentos solidários, desenvolvimento e disponibilização de Tecnologias Sociais, fomento à organização de redes solidárias de produção, consumo e comercialização, apoio ao desenvolvimento de pesquisa, inovação e apropriação de tecnologias nas unidades produtivas. No Município de São Paulo, em parceria com a Subprefeitura de Parelheiros e a Secis/MCT, o ITS Brasil realiza, em 2009, o Curso de Formação de Artesãos e de Artefatos em Madeira Parque Recreio Artes Nascentes. Na zona sul do Município de São Paulo, em Cidade Ipava, o ITS Brasil, contando com apoio da Secis/MCT, atua acompanhando as iniciativas das organizações populares locais.

²¹ Portaria MCT nº 602/2003 e Portaria MCT nº 403/2004.

A instituição contou com o apoio da Secis (Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social),²² inclusive para desenvolver um “Sistema de Acompanhamento das Tecnologias Sociais” (SATECS), que possibilita identificar, caracterizar, fortalecer e potencializar as atividades da política pública, nessa área. No bojo de um estudo mais amplo sobre a produção de ciência, tecnologia e inovação, financiado pela Finep – “Diretório da Pesquisa Privada – Terceiro Setor: Organizações com Atuação em Defesa e promoção de Direitos, e Desenvolvimento Social e Econômico”, o ITS é responsável pelo levantamento dos dados sobre a atuação das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos na área de Defesa de Direitos e Desenvolvimento Social e Econômico, enquanto os pesquisadores do Grupo de Estudos dedicam-se à Organização da Pesquisa e da Inovação (GEOPI/Unicamp), pela área ambiental.

Em parceria com o Ceris (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais), realiza no Fórum Social Mundial 2003, em Porto Alegre, uma oficina sobre "Controle Social do Uso de Novas Tecnologias". No Fórum Social Mundial 2005, amplia a parceria com o Ceris, desta vez contando com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (Ministério de Ciência e Tecnologia) e realiza a oficina “Tecnologia Social, Sociedade Civil e Inclusão Social”.

Em 2003, junto com a Academia Brasileira de Ciência (ABC) e com o apoio da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o ITS promove o 2º Seminário Nacional “Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação”. Participam desse Seminário cerca de cem organizações do terceiro setor e como expositores ou coordenadores de mesa, representantes de instâncias e organizações governamentais e representantes de organizações do terceiro setor como MCT, ABC, CNPq, FBB, Frei Betto pelo Programa Fome Zero/ Presidência da República, Márcio Pochmann, pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Secretaria de Planejamento de Campina Grande, Universidade de Campinas (GEOPI/Unicamp), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec), ITS Brasil, Instituto Ipê, Centro de Referência em Informação

²² No início de 2012, a mídia propalou notícias e denúncias de generosas contribuições financeiras do Estado à instituição, sem a devida prestação de contas: “O amigo das ONGs no Planalto: Instituto de petista, apadrinhado pelo ministro Gilberto Carvalho, entra na mira do Ministério da Ciência e Tecnologia por falta de prestação de contas de R\$ 1,5 milhão.” Revista Época, edição online de 27/01/2012. Acessado no site www.revistaepoca.globo.com, em 12/02/2012.

Ambiental (Cria), Instituto de Estudos da Religião (Iser), Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), Articulação do Semi-Árido (ASA), o Instituto Pólis e mais dois deputados federais.

Foram temas abordados nesse 2º Seminário Nacional: TEMA I – Tecnologia social para a geração de riqueza, trabalho e renda: aspectos conceituais sobre tecnologia social e ciência da cidadania; papel das Organizações do Terceiro Setor (OTSs) e natureza das atividades por elas desenvolvidas; TEMA II – Participação e contribuição do Terceiro Setor na construção, encaminhamento e implementação de políticas públicas do atual governo, em especial a de CT&I; TEMA III – Diretório da pesquisa privada - estudo sobre as organizações do Terceiro Setor, objetivo e resultados preliminares; TEMA IV - Aplicação de tecnologia social para a implementação de programas promotores de cidadania; TEMA VI - Informações sobre instrumentos de financiamento de CT&I, em especial sobre os Fundos Setoriais. (ITS BRASIL, 2003)

Em 2004 inaugura o Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social (CBRTS) com o objetivo de identificar, conhecer, sistematizar e disseminar práticas de Tecnologia Social, envolvendo ONGs, poder público, universidades e institutos de pesquisa. Ainda no campo das “tecnologias para o desenvolvimento social”, o ITS Brasil realiza, desde 2005, contando com financiamento da Secretaria de C&T para o Desenvolvimento Social (MCT), uma pesquisa nacional sobre Tecnologia Assistiva, para produzir um diagnóstico sobre as instituições que pesquisam e desenvolvem Tecnologia Assistiva no Brasil, visando subsidiar a inclusão social dos portadores de deficiência. Como desdobramento, em 2006, lança o Portal Nacional de Tecnologia Assistiva, acessível às pessoas com deficiência.

Em 2005, contribuindo para os Seminários Temáticos da 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o CGEE publica em um número especial da revista “Parcerias Estratégicas”²³ vários artigos sobre o tema da Inclusão Social. As tecnologias sociais entram explicitamente na pauta de debate em dois artigos. No primeiro, são introduzidas por Irma Passoni, gerente executiva do ITS Brasil, que, numa reflexão sobre inclusão social e cidadania, defende a idéia de “tecnologia social como direito humano”, trazendo a necessidade de pensá-la vinculada à democracia, justiça social e desenvolvimento humanos, buscando a ampliação do conceito de cidadania.

²³ Revista Parcerias Estratégicas, nº 20, Edição especial, CGEE, Brasília, 2005.

No segundo, o Instituto Ayrton Senna²⁴, que, em 2004, havia criado um Centro Avançado de Tecnologias Sociais, apresenta uma experiência de tecnologias sociais ancorada na perspectiva de desenvolvimento humano difundida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Realiza programas educacionais dentro e fora da escola, estruturados num Centro de Tecnologias Sociais e essas, assim denominadas “tecnologias sociais” são disseminadas e transferidas por um Centro de Comunicação pelo Desenvolvimento Humano. A tecnologia social, “Acelera Brasil”, é assim definida:

... um conjunto de princípios, metodologias educacionais, técnicas, práticas, processos e materiais pedagógicos, desenhado para ampliar as oportunidades de desenvolvimento de alunos do ensino fundamental (1ª à 4ª série), além de provocar um processo de mudança na educação pública de uma cidade ou de um estado. (CGEE, 2005, p. 276).

Ainda em 2005, por ocasião da 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o ITS Brasil participou da elaboração e apresentação de um documento com as propostas das organizações do terceiro setor, que incluía a criação de um Fórum Nacional de ONGs que atuam com tecnologia social. Em 2007, quinze organizações não-governamentais²⁵ de várias partes do país lançam o Fórum Brasileiro de Tecnologia Social e Inovação (FBTSI).

Nesse encontro de fundação, o FBTSI anuncia também a preparação de uma proposta de política pública de Tecnologia Social, a ser encaminhada ao Ministério de CT&I. Em 2008, é apresentado o Projeto de Lei 3449/08²⁶, do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que institui a política nacional e o programa de tecnologia social (BRASIL. PROJETO DE LEI 3.449/2008). Em março de 2012, o Projeto, então intitulado Projeto de Lei do Senado nº 111, datado de 2011, encontrava-se tramitando na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.²⁷

O Fórum Brasileiro de Tecnologia Social e Inovação (FBTSI) foi criado assumindo essas seis atribuições:

²⁴ O Instituto Ayrton Senna, criado pela família Senna em 1994, é presidido pela empresária Viviane Senna. Sua atuação principal é na área da educação para crianças e jovens.

²⁵ Academia Brasileira de Ciência (ABC), Agentes de Pastoral Negros (APNs), Associação Maranhense para a Conservação da Natureza (Amavida), Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (Aspan), Associação Serviço de Educação Popular (Sedup), Banco Palmas, Cearah Periferia (Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos), Centro Cultural Alan Viggiano, Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro/MST), Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris), Centro Josué de Castro, Fórum Regional de Educação Popular do Oeste Paulista (Frepop), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Obras Sociais Irmã Dulce (Programa Informática na Educação Especial - Infoesp), Rede de Informação do Terceiro Setor (Rits).

²⁶ A proposição institui a Política Nacional de Tecnologia Social, com o objetivo de promover, potencializar, organizar, desenvolver, fomentar e fortalecer as atividades de tecnologia social.

²⁷ Acessado em http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=99555

- 1 - Identificar, caracterizar e articular as organizações da sociedade civil que atuam no âmbito de CT&I, bem como aquelas que produzem conhecimento e inovação;
- 2 - Identificar e difundir experiências significativas de participação da sociedade civil organizada na elaboração, implantação e avaliação de projetos de Tecnologia Social;
- 3 - Apoiar o desenvolvimento de debates sobre temas de importância nacional para uma Política Pública de Tecnologia Social;
- 4 - Fomentar a troca de experiências dos diferentes participantes do Fórum;
- 5 - Organizar grupos de discussão para definir estratégias para enfrentar e buscar a solução de problemas comuns;
- 6 - Divulgar para as instituições da sociedade civil organizada os caminhos de acesso às fontes e aos mecanismos de financiamento para projetos no âmbito da Tecnologia Social e Inovação.²⁸

No mesmo evento elegeu-se uma Coordenação Executiva provisória, composta pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS), a Associação Maranhense para a Conservação da Natureza (Amavida²⁹), o Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (Ceris) e a Academia Brasileira de Ciência (ABC).

Em 2006, membros do Fórum Nacional de ONGs e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (Forproex), em interlocução conjunta com o ministro de Ciência e Tecnologia e com o secretário de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, propõem, entre outras questões, a reedição daquele GT de 2002, de construção de parcerias do MCT com o terceiro setor, e a participação nos Conselhos e Comitês Gestores dos Fundos Setoriais.³⁰

Apesar da participação e articulação com o terceiro setor ser enfatizada no discurso oficial, essas demandas não foram contempladas nas ações do MCT&I: cada Comitê Gestor é presidido por um representante do MCT&I e composto por representantes dos ministérios afins, agências reguladoras, setores acadêmicos e empresariais, agências do MCT&I, Finep e CNPq. Em 2004, foi formado o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, com o objetivo de integrar as ações dos diversos fundos, sendo formado pelos presidentes dos Comitês

²⁸ “ONGs consolidam Fórum Brasileiro de Tecnologia Social e Inovação”, notícia acessada no site www.itsbrasil.org.br, em 12/02/2012.

²⁹ A Amavida é uma organização da sociedade civil, voltada para a conservação dos recursos naturais do Maranhão e pela adoção de prática de uso desses recursos de forma equilibrada, saudável e sustentável. Informação acessada em WWW.amavida.org.br, em 12/03/2012.

³⁰ Os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia são instrumentos de financiamento para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país, criados em 1999.

Gestores, pelos presidentes da Finep e do CNPq, e presidido pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em 2007, o ITS Brasil promove, com apoio da Microsoft, o Encontro “Articulando Forças e Competências para o Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável: o Papel do Conhecimento” com o objetivo de fortalecer o diálogo entre ONGs, setores do governo, empresas e academia. Nesse encontro, Irma Passoni (ITS Brasil) instigou o debate que abriu o evento, com o tema *Inovação Social nas ONGs: diálogo com o público e o privado*.³¹

Na esteira da instalação, em 2007, da Secretaria Regional de TS Nordeste, uma ampliação da estrutura do ITS Brasil, ocorre, em agosto de 2009, o Encontro Nordestino de Tecnologias Sociais, agregando 46 organizações sociais, representantes de universidades, fundações de amparo à pesquisa, agências de cooperação e financiamento e gestores públicos de todos os estados do Nordeste, num total de 70 participantes. Promovido pelo Fórum Brasileiro de Tecnologia Social e Inovação e coordenado pelo Instituto de Tecnologia Social - Regional Nordeste. O encontro, além de apresentar e discutir experiências de tecnologias sociais, destinava-se também a evidenciar os esforços desenvolvidos por organizações da sociedade civil, universidades, parlamentares, gestores públicos e órgãos ligados à Ciência, Tecnologia e Inovação na pesquisa, implementação e reaplicação dessas tecnologias.

Em 2007, o Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, Joe Carlo Viana Valle, convoca uma reunião com as organizações da sociedade civil para discutir o Plano de Ações para a Ciência e Tecnologia 2007-2010. A partir de consultas às entidades do Fórum Nacional de Tecnologia Social e Inovação, o ITS Brasil apresenta as seguintes propostas: criação de mecanismos inovadores que garantam a participação da sociedade civil na implantação das políticas de CT&I; o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e avaliação dos projetos, com indicadores de Tecnologia Social, propostas para as áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e Arranjos Produtivos Locais (APL) e a proposta de criação e implementação da política pública de Tecnologia Social.³²

Ao longo desse período, aprofundando o conceito de tecnologia social e articulando a temática de tecnologia social à escola, ao desenvolvimento local participativo, à cooperativas populares e à economia solidária, ao terceiro setor e à tecnologia assistiva³³, o ITS Brasil

³¹ “Evento discute o papel do conhecimento e da inovação social no desenvolvimento”, notícia acessada no site www.itsbrasil.org.br, em 12/02/2012.

³² Informações acessadas no site da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) <http://www.jornaldaciencia.org.br>, em 12/03/2012.

³³ “É um ramo de pesquisa científica dirigida para o desenvolvimento e aplicação de instrumentos que aumentem ou restaurem a função humana na sua plenitude. Isto é: aquela desenvolvida para permitir o aumento

publicou: uma revista com um balanço de 10 anos de existência da Instituição, 09 números da revista “Conhecimento – ponte para a vida”, 06 números do caderno “Conhecimento e Cidadania”, mais outros 7 números de cadernos de reflexão e debate, 3 tipos de materiais pedagógicos, 2 tipos de cartilhas e 1 artigo.

Na linha de cursos, o ITS oferece, ainda em 2012, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, o curso à distância “Direitos Humanos e Mediação de Conflitos”. O pagamento cobrado pelo curso a cada aluno é de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

Em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, do Ministério de Ciência e Tecnologia, da Fundação Don Carlo Gnocchi Onlus e da Faculdade de Medicina do ABC (FMABC), oferece um curso de pós-graduação em Tecnologia Assistiva para Autonomia, Participação e Inclusão Social das Pessoas com Deficiência. É um curso de Especialização e tem por objetivo criar, produzir e pesquisar tecnologias, ações e políticas públicas para a vida independente e autônoma desses segmentos.

Oferece também o Curso Internacional de Emprego Apoiado: "Deficiência, planejamento centrado na pessoa e Emprego Apoiado". De iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS), conta com subsídio também da PUC-São Paulo e suas aulas serão ministradas pelo Instituto Universitário de Integração na Comunidade (INICO), da Universidade de Salamanca (Espanha). O Emprego Apoiado é uma metodologia que inclui serviços e ações voltados às pessoas com deficiência ou com especial exclusão social para que essas consigam acesso ao emprego formal. Segundo notícia veiculada no site do ITS Brasil, não se caracteriza assistencialismo, pois “o empregador deve estar satisfeito com a qualidade e produtividade do trabalho oferecido pelo empregado, e este deve estar satisfeito com a função exercida e com as condições do emprego.”

Um projeto de conteúdo mais político-cultural está em andamento na instituição, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o Serviço Social do Comércio/ SESC- SP e a Boitempo Editorial: o projeto Revoluções - Educação, História, Direitos Humanos, Cinema e Fotografia. O objetivo é discutir a questão das revoluções sociais a partir da perspectiva dos direitos humanos, da estética e da política. Para isso, se divide em diferentes etapas que compreendem o lançamento de um site, curso, debate, seminário, lançamento de livros, exposição fotográfica e mostra de filmes.

Durante esse período, o ITS Brasil funcionou como articulador social em âmbito nacional, mobilizando as organizações do terceiro setor, atuando como aglutinador político desse segmento e ponte eficaz de integração com o aparelho de Estado.

1.1.2. A Inserção de Outras Organizações Sociais

As organizações da sociedade civil que fazem parte da Rede de Tecnologia Social (RTS), possuem estrutura e organização em forma de rede, isto é, agregam inúmeras organizações sociais espalhadas pelo Brasil e, assim, garantem significativa capilaridade para a proposição da tecnologia social. Procuraremos dar um panorama geral dessas instituições.

1.1.2.1. Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG); Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA); Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Rede Cerrado Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG)

A Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) foi fundada em 1991, é uma organização da sociedade civil que congrega organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia. Defende enquanto princípios: igualdade, diversidade, solidariedade, pluralidade, autonomia, transparência, participação, liberdade, sustentabilidade, democracia, horizontalidade. A organização tem inúmeros objetivos relacionados a um novo modelo de desenvolvimento e à radicalidade da democracia. A ABONG participou das articulações do campo da tecnologia social desde os primeiros encontros, mesmo quando, com certo contra-gosto, diluía-se como uma organização do “terceiro setor”. A ABONG possui cerca de 270 associadas e faz parte do Comitê Organizador da Rede de Tecnologia Social como uma das instituições articuladoras da rede.³⁴

Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA)

A Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por cerca de 750³⁵ organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Declara que sua missão é fortalecer a sociedade civil na

³⁴ Dados acessados em abong.org.br, em 12/11/2011.

³⁵ Notícias mais atuais no site da ASA divulga cerca de 3.000 grupos filiados.

construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social. Entendendo que a água não é bem de consumo, é direito humano básico e, ao mesmo tempo, alimento necessário à vida e insumo para a produção de outros alimentos, a ASA desenvolveu o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido. Esse programa abriga tecnologias sociais de captação e armazenamento de água para consumo humano e para a produção de alimentos. Além disso, fortalece outras iniciativas de convivência com o Semiárido, como a construção do conhecimento agroecológico; as cooperativas de crédito voltadas para a agricultura familiar e camponesa; os bancos ou casas de sementes nativas, ou crioulas; os fundos rotativos solidários; a criação animal; a educação contextualizada; o combate à desertificação; entre outras. Na Declaração do Semiárido Brasileiro, lançada na sua fundação, em 1999, já apresentava Propostas para um Programa de Convivência com o Semiárido, fundamentado em duas premissas: a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido e a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção. Compõe o Comitê Organizador da Rede de Tecnologia Social (RTS) como instituição articuladora.³⁶

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)

No contexto da Conferência Mundial Rio-92, foi criado o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), rede que envolve mais de 600 entidades representativas de agricultores, extrativistas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, ribeirinhos, entre outras. Criada para promover a participação das comunidades da floresta nas políticas de desenvolvimento sustentável, a Rede GTA é formada por 18 regionais em nove estados brasileiros. Com um grande número de projetos e mobilizações gerando novas políticas e atitudes ao lado de seus parceiros e outros fóruns socioambientais, a Rede GTA pretende mostrar que os maiores guardiões da biodiversidade e do futuro estão nas comunidades das matas, nos litorais, nos rios, nas florestas e demais remanescentes naturais. Atua nas áreas de produção familiar sustentável, diversidade social e ambiental, monitoramento de conflitos socioambientais, comunicação comunitária, educação para a sustentabilidade, cooperação panamazônica e gênero e cidadania. Faz parte, como instituição articuladora, da RTS.³⁷

³⁶ Informações acessadas em asabrazil.org.br, em 12/03/2012.

³⁷ Informações acessadas em www.gta.org.br, em 12/03/2012.

Rede Cerrado

A Rede Cerrado foi criada em 1992, por ocasião da assinatura do Tratado dos Cerrados, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), com o objetivo de articular esforços conjuntos da sociedade civil para o enfrentamento dos problemas socioambientais que afetam o bioma. A Rede Cerrado tem como finalidade a defesa permanente da conservação do bioma Cerrado e o desenvolvimento sustentável de seus povos, buscando conciliar justiça social e sustentabilidade ambiental. Congrega mais de 100 organizações formalmente filiadas, representantes de trabalhadores/as rurais, agroextrativistas, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais da região, como geraizeiros, quebradeiras de coco, pescadores artesanais, e organizações não governamentais engajadas na defesa do bioma e de seus povos. Nos últimos anos, a Rede Cerrado também passou a integrar coletivos temáticos, que extrapolam suas fronteiras formais, dinamizando um campo político mais amplo. É o caso da Articulação Pacari de Plantas Medicinais, a Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado e a Central de Comercialização do Cerrado. Participa também, desde a fundação, da Rede de Tecnologia Social (RTS), como instituição articuladora. A cada dois anos, desde 2001, promove o Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, para: trocar experiências que resultem na conservação do Cerrado e na promoção de meios de vida sustentáveis; valorizar, promover e recuperar as tradições culturais dos Povos do Cerrado; discutir e formular posições políticas conjuntas; dar publicidade aos problemas socioambientais que afetam o bioma, mas também das alternativas existentes para o uso sustentável de sua biodiversidade. Participam dos encontros e feiras cerca de 400 entidades e grupos organizados e atuantes no campo socioambiental. A Rede Cerrado também atua em diversos espaços públicos, a fim de elaborar, monitorar e avaliar os projetos, programas e políticas públicas afetos ao Cerrado e seus povos, em consonância com as posições emanadas do encontro e feira dos povos. Por isso, está presente em importantes conselhos e fóruns de interlocução com o Governo Federal. A Rede Cerrado conta com duas instâncias de gestão e tomada de decisões: a Coordenação e o Conselho Deliberativo. Cabe ao Conselho realizar, em conjunto com a Coordenação, o planejamento, monitoramento e avaliação das ações da Rede Cerrado - constituindo-se assim num fórum de caráter eminentemente político e estratégico.³⁸

³⁸ Informações acessadas em <http://www.facesdobrasil.org.br>, em 12/03/2012.

1.2. A ARTICULAÇÃO EMPRESARIAL

O empresariado industrial e financeiro brasileiro não está de fora dessa movimentação em torno das tecnologias sociais. Comparece marcando presença enquanto organização do terceiro setor, como membro do Comitê Coordenador da Rede de Tecnologia Social e por meio de outras diferentes iniciativas. Para dar um panorama da situação, procuramos mostrar a atuação das principais instituições empresariais e financeiras brasileiras envolvidas.

1.2.1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Caixa Econômica Federal (CEF), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Petrobras: Apoio às Tecnologias Sociais

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)³⁹, fundado em 1952, é uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Pode ser considerado como o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

Em 2005, a missão do BNDES foi reformulada e, pela primeira vez, incorporou de forma explícita a prioridade ao social, ao desenvolvimento regional e à geração de emprego. O BNDES investe em empreendimentos de organizações e pessoas físicas segundo critérios que priorizam o desenvolvimento com inclusão social, criação de emprego e renda e geração de divisas.

O Banco vem, então, implementando linhas de investimentos sociais, direcionados para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano. Na sua

³⁹ Informações obtidas no site do BNDES: <http://www.bndes.gov.br>, em 12/03/2012.

área de atuação “desenvolvimento social e urbano” abarca investimentos sociais de empresas, focando na responsabilidade social empresarial e na articulação dos projetos sociais com as políticas públicas. Oferece, por meio do Fundo Social, apoio a projetos nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras vinculadas ao desenvolvimento regional e social. Este Fundo conta com as modalidades *Seleção*, *Premiação* e *Apoio Permanente a Projetos* – nesta última modalidade é exigido que o foco dos projetos esteja na inclusão social.

Em seu Planejamento Corporativo 2009/2014, o BNDES elegeu a inovação, o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento socioambiental como os aspectos mais importantes do fomento econômico no contexto atual, e que devem ser promovidos e enfatizados em todos os empreendimentos apoiados pelo Banco.

Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e seu foco de atuação é o fomento exclusivamente à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, combinando recursos reembolsáveis e não reembolsáveis.

A Finep, após sua criação, em 1967, passou a substituir o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec) do BNDES, na finalidade de financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras.

Em 1971, passa a ser a Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que se transforma no mais importante instrumento de financiamento para implantação e consolidação institucional da pesquisa e da pós-graduação nas universidades brasileiras e de expansão do sistema de ciência e tecnologia nacional. Se, até o final dos anos 80, o FNDCT não possuía uma fonte regular de recursos financeiros, a partir de 1999, com a criação dos Fundos Setoriais, essa fonte passa a ser assegurada.

Em seu percurso, a Finep põe em destaque algumas iniciativas de grandes projetos vinculados a áreas estratégicas, projetos de empresas, em parceria com instituições científicas e tecnológicas, como o desenvolvimento do avião Tucano da Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica, que abriu caminho para exportações do país; projetos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), considerada hoje uma empresa de ponta do setor

agropecuário e inúmeros projetos da Petrobras em parceria com universidades, que contribuíram para o domínio da tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas.

Os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia são instrumentos de financiamento para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país. Pelo menos 30% dos recursos são obrigatoriamente dirigidos às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Dos 16 fundos setoriais, 14 são relativos a setores específicos e dois transversais. Destes, um é voltado à interação universidade-empresa (FVA – Fundo Verde-Amarelo), enquanto o outro é destinado a apoiar a melhoria da infraestrutura de instituições de ciência e tecnologia. A Finep também opera com recursos diretos do Tesouro, vinculados ao MCT&I e outros ministérios.

Manejando recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis e incentivos fiscais, indubitavelmente, a Finep tem um enorme poder de indução de atividades voltadas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil.

No site da Finep, na seção sobre “Modalidades de Financiamento”, temos que os financiamentos não-reembolsáveis são feitos com recursos do FNDCT, atualmente formado preponderantemente pelos Fundos Setoriais de C,T&I, e são destinados, por meio de chamadas públicas ou encomendas especiais, a instituições sem fins lucrativos, em programas e áreas determinadas pelos comitês gestores dos Fundos. Trata-se, como se pode ler nesse site, do Estado compartilhar os custos e riscos com as empresas: “Essa modalidade de apoio financeiro consiste na aplicação de recursos públicos não reembolsáveis (que não precisam ser devolvidos) diretamente em empresas, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a tais atividades.”

Apostando no protagonismo empresarial para a inovação tecnológica, o Estado com a Lei da Inovação, em 2004, amplia para as empresas lucrativas um “financiamento não-reembolsável”: a subvenção econômica – até então proibido legalmente.

A atuação da Finep é também expressiva no campo da cooperação internacional, onde se coloca os objetivos de identificar possibilidades de intercâmbio e cooperação e promover parcerias com entidades públicas e privadas de excelência de outros países e organismos internacionais, com vistas ao financiamento de projetos e atividades de cooperação internacional que viabilizem o desenvolvimento conjunto de produtos, processos, e serviços inovadores. Na sua pauta de parcerias bilaterais, tem mantido cooperação com instituições da Espanha, da França, com diversas entidades da Alemanha, Reino Unido, Dinamarca, Finlândia, Estados Unidos e África do Sul, entre outros. No âmbito multilateral, destaca-se o Programa Ibero-Americano de Inovação, que é integrado pelos seguintes países: Argentina, Brasil, El Salvador, México, Paraguai, Panamá, Peru, Portugal, Nicarágua, República

Dominicana e Uruguai. O Programa é coordenado pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e tem por objetivo promover a geração de parcerias empresariais em projetos conjuntos de inovação dos países participantes. A Finep preside o Comitê Intergovernamental deste novo Programa Ibero-Americano e, nas suas instalações, está sediada temporariamente a Secretaria Técnica do Programa. Também participa de Comitês Gestores dos Acordos de Cooperação firmados entre o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil e seus parceiros de outros países.

Para 2012, a Finep pretende investir o montante de R\$ 6 bilhões, cerca de 50% a mais do que em 2011, provenientes do PSI (Programa de Sustentação do Investimento), via BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), para operações de crédito, com juros subsidiados, para empresas que atuam em setores estratégicos, como saúde, tecnologia da informação e comunicação (TIC), defesa e aeroespacial, petróleo e gás, sustentabilidade, energia e desenvolvimento social.

Visando estimular a inovação no país, foi criado em 1998, o Prêmio Finep de Inovação⁴⁰ que, até 2011, concedia recursos não reembolsáveis, condicionados à apresentação de um projeto de ciência, tecnologia e inovação. Em 2011, além das seis categorias tradicionais (instituição de ciência e tecnologia, micro e pequena empresa, média empresa, grande empresa, tecnologia social, inventor inovador - para candidatos com patente depositada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI), a Finep passa também a premiar as melhores práticas em gestão da inovação dentro das empresas e abre o Prêmio à participação de organizações não governamentais (ONGs) na categoria tecnologia social. Em 2012, mais duas categorias são incluídas - Tecnologia Assistiva e Inovação Sustentável e a premiação passa a ser feita em espécie (reais).

Essa não é a única, nem a primeira, incursão da Finep na área de tecnologia social. Em 2003, na sua Agenda Operacional Mínima, já aparece incluído como um de seus objetivos gerais “Estimular a geração e uso de tecnologias para o desenvolvimento social”. (*FINEP, 2007, p.27*)

Em 2004, a Finp promoveu uma reforma estrutural e criou a Área de Tecnologia para Desenvolvimento Social (ATDS), composta por dois departamentos: Departamento de Tecnologias Sociais 1 – que compreende as áreas de Saúde, Educação, Tecnologias Assistivas, Esporte, Segurança Alimentar e Nutricional, TV Digital, Desenvolvimento Local e Biodiesel e o Departamento de Tecnologias Sociais 2, com as áreas de Habitação, Recursos

⁴⁰ Informações acessadas em <http://premio.Finep.gov.br/>, em 12/03/2012.

Hídricos, Saneamento Ambiental, Desenvolvimento Local, Trabalho e Renda, Cultura e Tecnologia da Informação para Defesa e Segurança Pública. (FONSECA, 2009)

Agricultura familiar, geração de renda, economia solidária, tecnologias assistivas e inclusão digital foram temas que receberam apoio da Finep e, especificamente, o apoio ao desenvolvimento de tecnologias sociais foi foco de um edital em 2008.

A Finep participa desde os primeiros encontros para construção da Rede de Tecnologia Social, e faz parte como mantenedora de seu Comitê Coordenador.

Caixa Econômica Federal (CEF)

A Caixa Econômica Federal é uma empresa estatal que foi criada em 1861 e, desde então, é o principal agente de políticas públicas do governo federal. Atualmente prioriza setores como habitação – é o agente financeiro do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços. É agente financeiro do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e financiador-operador do Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho (FGTS), partilhando essa função com outros bancos.

Designando-se como *instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro*, a Caixa Econômica Federal assume a missão de atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do país. Para tanto, alinha-se com a política de inclusão social do Governo Federal, colocada como um de seus principais objetivos. Os exemplos de promoção de inclusão social enumerados são: apoio a projetos artístico-culturais, educacionais e desportivos, além de disponibilizar os principais benefícios aos trabalhadores.

Sensível aos ares “verdes”, cria em 2010, o Fundo Socioambiental da Caixa, para apoiar financeiramente projetos e investimentos de caráter social e ambiental, investir em projetos de inclusão social, de proteção da biodiversidade, bem como na geração de trabalho e renda.

Inserida nos projetos voltados para realizar atividades que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a CEF é parceira no Prêmio ODM e, tem também um acordo com o Banco do Brasil e a Fundação Banco do Brasil, prevê que a Caixa complemente, com soluções de moradia e saneamento, a estratégia de negócios de

Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil ou os programas estruturados e de reaplicação de tecnologias sociais da Fundação Banco do Brasil.⁴¹

A Caixa Econômica Federal é uma associada do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e também é membro do Comitê Coordenador da Rede de Tecnologia Social (RTS).

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

A Embrapa é uma empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e foi criada em 26 de abril de 1973, na vigência do governo militar então presidido pelo general Emílio Garrastazu Médici. Enuncia enquanto missão viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura brasileira. Atua por intermédio de Unidades de Pesquisa e de Serviços e de Unidades Administrativas e está presente em quase todos os Estados da Federação. Possui 9.657 empregados, dos quais 2.389 são pesquisadores - 18% com mestrado, 74% com doutorado e 7% com pós-doutorado (dado de 31.12.2011). O orçamento da Empresa para 2012 foi da ordem de R\$ 2,1 bilhões.

Está sob a sua coordenação o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações, que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico.

A Embrapa também desenvolve programas de pesquisa específicos voltados para aumentar a eficiência da agricultura familiar e incorporar pequenos produtores no agronegócio.

Na área de cooperação internacional, a Empresa conta hoje com 78 acordos bilaterais com 56 países e 89 instituições estrangeiras, principalmente de pesquisa agrícola, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria e a transferência de tecnologia.

Na esfera da transferência de tecnologia para países em desenvolvimento (Cooperação Sul-Sul) destaca-se a abertura de projetos de transferência de tecnologia da Embrapa no Continente Africano (Embrapa África, em Gana), no Continente Sul-Americano (Embrapa Venezuela) e na América Central e Caribe (Embrapa Américas, no Panamá).

⁴¹ Informação acessada em www.fbb.org.br, em 12/03/2012.

Atuando também na área das tecnologias sociais, a Embrapa desenvolve um trabalho junto aos pequenos agricultores e, na edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, de 2011, teve seis tecnologias sociais certificadas pela FBB. Os contrastes observáveis entre as chamadas tecnologias sociais desenvolvidas na agricultura familiar e o agronegócio são reveladores acerca da opção dessa empresa considerada pelo Governo Federal como exemplar para o Brasil.

O engenheiro agrônomo e cientista social Horacio Martins de Carvalho, falando sobre a Embrapa e a agricultura familiar e camponesa, deixa claro qual é a opção política feita:

A opção política estratégica de apoio técnico-científico ao agronegócio, de efetivação de acordos de cooperação com empresas transnacionais de caráter monopolista – como emblematicamente se concretizou com a Monsanto – e a aceitação e geração de produtos da sua própria pesquisa a partir dos organismos geneticamente modificados (OGMs), ainda que no âmbito de uma ampla diversificação de produção tecnológica, não deixa de marcar o sentido hegemônico da direção técnico-científica que vem adotando. (CARVALHO, 2010, p.1).

Ainda sobre a Embrapa, o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, Vicente Almeida, mostra que, em se tratando de agricultura a Embrapa apresenta muitas contradições.

Outro aspecto que deve ser destacado é o paradoxo existente entre o discurso e a prática da Embrapa. O moderno, o esperado, o que dá ibope, o que mantém o Globo Rural e seus congêneres, é a agricultura familiar, a agricultura verde, sem venenos, limpa, que apropria o camponês em toda a sua dimensão. Mas o que sustenta a empresa, como bem colocado pelo pesquisador Horácio Martins, é o aporte relacional com as indústrias transnacionais de agrotóxicos (ALMEIDA, 2011, p.1)

Cabe lembrar que no Plano de Ação 2007-2010 do MCT&I a agricultura familiar é tema presente na parte de Tecnologias para o Desenvolvimento Social, na Prioridade Estratégica de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

Petrobras

A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil, e atua como uma empresa de energia nos seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de

energia. É líder do setor petrolífero brasileiro e expandiu suas operações para estar entre as cinco maiores empresas integradas de energia no mundo até 2020, e está presente em 28 países. Seu Plano de Negócios 2010-2014 prevê investimentos de US\$224 bilhões.

Em 2007, cria uma Política de Responsabilidade Social, que se torna uma função corporativa em seu planejamento estratégico, e se traduz em investimentos de projetos voltados para a redução da pobreza, através do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania. Este programa está inserido no seu Plano Estratégico 2012 e coadunado com o Plano de Negócios da Companhia. Suas principais áreas de atuação são geração de renda e oportunidade de trabalho, qualificação profissional e direitos da criança e do adolescente.

A Petrobras também busca colaborar com a orientação política governamental de inclusão social afirmando seu esforço para promover a *inserção social, digna e produtiva, de pessoas e grupos que vivem em risco social no Brasil*.

A Petrobras, que tem um faturamento maior que o PIB (Produto Interno Bruto) da Argentina e responde por 12% do PIB do Brasil⁴², associa-se, em 2009, ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), sendo considerada a maior investidora social do país, com um investimento social superior a R\$550 milhões de reais por ano.

Sua participação no Comitê Coordenador da Rede de Tecnologia Social (RTS) como instituição mantenedora, situa-se no escopo de sua “ação estratégica” de fortalecimento de redes e organizações sociais, visando a formação de parcerias e alianças entre os agentes públicos e privados.

A atuação da Petrobras, no âmbito da “responsabilidade social”, na Amazônia foi significativamente impulsionada com a criação, em 2007, do Centro de Excelência Ambiental da Petrobras (CEAP), iniciativa onde estabelece parceria com universidades, instituições de pesquisa, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e agentes econômicos. Para a valorização econômica do agroextrativismo familiar na região, a Petrobras realiza a Certificação Socioparticipativa de Produtos Agroextrativistas, uma parceria entre o Grupo de Trabalho Amazônico e a Rede de Tecnologia Social.

Com presença constante em diversos eventos e parcerias estabelecidas no campo da tecnologia social, destacam-se os Investimentos realizados na reaplicação de tecnologias sociais, no período 2005-2011 e sua participação no Prêmio de Tecnologia Social da FBB.

⁴² Marcio Pochmann, no Painel Trabalho decente e empregos verdes, na Conferência Ethos 2011: Protagonistas de uma nova economia – Rumo à Rio+20.

1.2.2. O GIFE e o Instituto Ethos: Responsabilidade Social e Inclusão Social

Analisando a atuação empresarial na construção de uma nova sociabilidade no Brasil, André Martins destaca o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social como os principais aparelhos formuladores da ideologia da responsabilidade social:

O GIFE pode ser apontado como uma organização pioneira no processo de mudança do comportamento político empresarial na sociedade civil a partir da segunda metade dos anos de 1990. Originado pela articulação inicial de vinte e cinco grandes empresas com sede no Brasil, incentivadas pela Fundação Ford e Fundação Kellogs, dos Estados Unidos, o GIFE foi criado com o intuito de oferecer um novo horizonte político às intervenções empresariais descontínuas, voluntárias, fragmentadas, pontuais, desconectadas e restritas ao universo da filantropia empresarial, dando a elas um novo formato e uma perspectiva de classe. A missão traçada consistiu em oferecer a um segmento importante da burguesia uma aparelhagem preparada para orientar, dirigir e apoiar as intervenções político-sociais da burguesia na sociedade civil ob um novo ângulo. (MARTINS, 2009, p.142)

O autor também revela a conexão estreita entre os termos em que o GIFE enuncia sua importância político-social, em seu Código de Ética, e os princípios e diretrizes do programa neoliberal da Terceira Via, particularmente no aspecto em que aponta o modelo empresarial como referência para o campo social, na busca de soluções para os problemas sociais. (MARTINS, 2009)

Cabe lembrar que o GIFE participou, em 2002, do 1º Seminário “O papel e inserção do 3º setor no processo de construção e desenvolvimento da CT&I”, abordando o tema *As Organizações do Terceiro Setor como “identificadores” e “tradutores”, junto aos produtores de Ciência, Tecnologia e Inovação, dos problemas da sociedade*.⁴³ Nesse mesmo ano o GIFE é também indicado para compor o Grupo de Trabalho, criado pelo MC&T com o objetivo de elaborar proposta de formas e mecanismos para incrementar alianças e parcerias.

Em seu Congresso de 2008, na discussão do tema *Experiências Locais, Transformações Globais*, o GIFE dispõe-se a apostar na possibilidade de consolidar “um espaço privilegiado de articulação e proposição no debate internacional”, com “potenciais parcerias supranacionais”.⁴⁴

⁴³ Informação acessada em itsbrasil.org.br, em 10/11/2011.

⁴⁴ Informações acessadas em WWW.gife.org.br, em 12/02/2012.

A cada vez maior articulação, interferência e, podemos mesmo dizer, dominação da ideologia mercantil no conjunto das relações sociais – tudo se resume a negócio - fica explícita na fala de Fernando Rossetti, secretário-geral do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), em seu 7º Congresso, em março de 2012. Mostrando como o conceito de investimento social privado modificou-se ao longo do tempo, sinaliza:

Há algum tempo nós dizíamos a nossos associados que era importante afastar ao máximo as atividades de suas associações e fundações das próprias empresas, como forma de evitar uma contaminação de interesses. Hoje um discurso como este seria inviável. Sabemos que o investimento privado, ainda que de interesse público, precisa também estar de alguma forma integrado ao negócio.⁴⁵

Um estudo sobre o Investimento Social Privado (ISP) de organizações americanas no Brasil mostra que 59 organizações, entre 46 empresas e 13 fundações, desenvolvem 765 projetos sociais no Brasil, nos quais coordenam mais de 87 mil voluntários. O balanço consolidado do estudo refere-se às ações realizadas no ano de 2006 por essas 59 organizações. A pesquisa foi elaborada a partir de um levantamento junto a 59, das 104 companhias integrantes do Grupo +Unidos. O Grupo é uma parceria entre a Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), apoiados pela Câmara de Comércio Americana (AmCham).

O embaixador dos EUA no Brasil, Clifford Sobel, afirma que *"O +Unidos tem o propósito de desenvolver e divulgar iniciativas de responsabilidade social corporativa no Brasil. O estudo é uma forma de incentivo para que elas trabalhem de forma conjunta"*. Produzido pelo GIFE, o levantamento faz um mapeamento das ações sociais realizadas por essas organizações, presentes em todo o território nacional. Com relação aos principais impactos observados pelas organizações, a maioria, ou 59%, acredita que suas ações de ISP resultam na criação da chamada tecnologia social, isto é, desenvolvem métodos, técnicas ou processos que podem contribuir para solucionar problemas sociais aplicados em outras comunidades.⁴⁶

O GIFE conta atualmente com 143 associados, entre os quais destacamos aqueles cuja atuação tem maior visibilidade no campo das tecnologias sociais: a Fundação Banco do Brasil, a Petrobras e o Instituto Ayrton Senna.

⁴⁵ “Plenária promove diálogo entre Gife, CEBDS e Instituto Ethos”: notícia acessada em <http://www1.ethos.org.br>, em 12/04/2012.

⁴⁶ Informações acessadas em gife.org.br, em 12/11/2011.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos oriundos da iniciativa privada, deu um novo impulso ao trabalho de educação política do GIFE, constituindo-se como uma das mais importantes referências para a ação política dos empresários. O Instituto Ethos propõe-se a ser pólo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Nesse período, ampliou também sua área de atuação, desenvolvendo projetos em parceria com diversas entidades em várias partes do mundo.

O Instituto Ethos tem também uma trajetória no campo da tecnologia social, onde, assinalando apenas suas incursões mais recentes, destacaremos algumas situações.

Na Conferência Ethos/2009, a palestra de André Soares, Diretor do Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (Ipec), no painel temático “Inovações Tecnológicas Como Base de uma Economia Sustentável”, aborda as tecnologias sociais capazes de atender às reais necessidades do Brasil.

A Pré-conferência Ethos/2009, no debate “A Crise Como Oportunidade e a Responsabilidade das Empresas”, que contou com a participação do ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, e dos economistas Ignacy Sachs⁴⁷ e Ladislau Dowbor⁴⁸, sedimenta a coesão, entre os empresários e representantes de instâncias governamentais, na proposição de fortalecimento do capitalismo. Isto fica explícito na notícia publicada no site do Instituto Ethos, na parte que se refere à fala do ministro Patrus Ananias, titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável por diversos programas sociais do governo federal, inclusive o Bolsa Família:

... o Brasil conseguiu um patamar melhor de segurança perante crises internacionais e está mais bem posicionado para enfrentar a atual. Mas alerta que “não é o fim do capitalismo, como muita gente já está anunciando”. É apenas uma transformação pela qual ele espera que o capitalismo se reconstrua com uma face mais humana. Para o ministro, que busca no governo a construção de redes que trabalhem com valores mais sustentáveis, com o uso de tecnologias sociais para a geração de renda

⁴⁷ Economista polonês, naturalizado francês, diretor do Centro de Pesquisas do Brasil Contemporâneo, na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais, em Paris. Conhecido como ecossociomista, por sua concepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem estar social e preservação ambiental.

⁴⁸ Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, consultor para diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, bem como do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e Conselheiro na Fundação Abrinq, Instituto Pólis e outras instituições. (Jornal da Ciência/SBPC)

e qualidade de vida, o Brasil pode liderar a transformação a partir de sua imensa capacidade de inovação e de se reinventar.⁴⁹

A Conferência Ethos é considerada o principal evento presencial sobre responsabilidade social empresarial, e desde 2004 é realizada pela Educação para a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável (UniEthos)⁵⁰. A partir de 2005, ganhou status internacional e contou com a parceria do Instituto Akatu Pelo Consumo Consciente⁵¹, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e em 2007 do Pacto Global das Nações Unidas.

O Instituto Ethos atualmente possui 1475 associados, é membro mantenedor do Comitê Coordenador da Rede de Tecnologia Social (RTS), e deixa claro que sua participação na RTS tem dois focos básicos: “a) ampliar o engajamento de empresas no apoio às tecnologias escolhidas para reaplicação e b) articular tecnologias complementares que aporem melhorias às condições de vida da população envolvida na implementação das tecnologias em reaplicação.”⁵²

Ao discurso da “sustentabilidade verde” o Instituto Ethos alia a diretriz de inclusão social proposta pelo Estado, e, em fevereiro de 2011, lança a *Plataforma por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável*, com o objetivo declarado de “promover uma mudança no mercado e, por meio dela, mobilizar a sociedade e os governos para o estabelecimento de marcos legais que garantam a transição para essa nova economia.”⁵³

Numa Plenária que propunha o diálogo entre o GIFE, o CEBDS⁵⁴ e o Instituto Ethos, no 7º Congresso do GIFE, em março de 2012, as palavras do vice-presidente executivo do Instituto Ethos, Paulo Itacarambi, reforçando as proposições apresentadas pelas outras duas instituições, explicitam muito claramente o posicionamento do empresariado brasileiro sobre as alianças necessárias: “Todos os negócios causam impacto na sociedade e nosso olhar recai sobre como podemos aliar os interesses privados aos interesses públicos a partir de uma nova visão sobre o próprio modo de fazer negócio”.⁵⁵

⁴⁹ Notícia intitulada “Pré-Conferência Ethos: esquentando desafios e idéias”, de Dal Marcondes (Envolverde), especial para o Instituto Ethos, acessado em www1.ethos.org.br, em 12/04/2012.

⁵⁰ Criado em 2008 pelo Instituto Ethos, oferece educação executiva e assessoria, voltadas para lideranças e os gestores empresariais. (www.siteuniethos.org.br)

⁵¹ Criado em 2000, pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (WWW.akatu.org.br)

⁵² www.ethos.org.br

⁵³ Idem.

⁵⁴ CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

⁵⁵ “Plenária promove diálogo entre Gife, CEBDS e Instituto Ethos”: notícia acessada em <http://www1.ethos.org.br>, em 12/04/2012.

1.2.3. Fundação Banco do Brasil e Sebrae: Banco de Dados e Apoio Técnico-financeiro

*A Fundação Banco do Brasil*⁵⁶

O Banco do Brasil, uma corporação de propriedade estatal, cria em 1988, a Fundação Banco do Brasil (FBB), com a proposta de “financiar projetos que buscassem soluções para os problemas sociais”. Em novembro de 1994, entra em vigor um novo estatuto da Fundação, onde seu planejamento é incorporado ao da administração estratégica do Conglomerado. Em 2000, a Fundação consolida seu perfil como gestora de programas estruturados. Sua atuação é ampliada nessa primeira década dos anos 2000, e a FBB, além do papel de financiadora, aprimora seu potencial de articuladora social. Essa mudança materializa-se, especificamente em 2001, com a criação de um Banco de Tecnologias Sociais e através do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, que consegue mobilizar ONGs, universidades, governos estaduais, prefeituras, fundações e institutos de todo o País. A estratégia adotada pela Fundação de reaplicação de Tecnologias Sociais, por meio de programas e projetos de geração de trabalho e renda e educação, visa mobilizar a sociedade em torno deste tema com o objetivo de sugeri-lo como instrumento de inclusão e transformação social. Voltando-se para a área da educação, a FBB promoveu nas edições 2010 e 2011, em parceria com a Revista Fórum,⁵⁷ o Concurso Aprender e Ensinar Tecnologias Sociais. O concurso, criado em 2008, tem o objetivo de difundir o conceito e as práticas de tecnologia social dentro das escolas e espaços de ensino não-formal e premia, a cada ano, cinco professores da rede pública, um em cada região, com uma viagem ao Fórum Social Mundial.

A principal ação da Fundação Banco do Brasil no campo da ciência e tecnologia é o “Banco de Tecnologias Sociais”. É um banco de dados que contempla informações sobre diferentes experiências de diferentes organizações sociais, denominadas pela FBB “tecnologias sociais”, que são certificadas no âmbito do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, desde a primeira edição realizada em 2001.

Esse “Banco de Tecnologias Sociais” integra experiências que podem ser conhecidas e consultadas por tema, área de atuação, entidade executora, público-alvo, região, estado. O banco de dados contempla os seguintes temas principais – que dão acesso às experiências

⁵⁶ Informações obtidas no site da FBB: <http://www.fbb.org.br>, em 12/04/2012.

⁵⁷ *Fórum outro mundo em debate* é uma publicação mensal, de circulação em bancas de todo país. Mantém a página RevistaForum.com.br que traz, além de sua versão eletrônica, notícias e conteúdos diários, com análises e informações sobre eventos políticos, econômicos e sociais. Seu Conselho Editorial é formado por representantes de organizações sociais, sindicatos de trabalhadores, organizações estudantis e personalidades públicas do meio acadêmico e político. Informação acessada em www.revistaforum.com.br, em 15/03/2012.

cadastradas , num total de 499 experiências⁵⁸: Alimentação (44), Educação (174), Energia (8), Habitação (17), Meio ambiente (69), Recursos hídricos (36), Renda (94) e Saúde (57).⁵⁹

Cada tecnologia social é registrada com as seguintes informações: Resumo da tecnologia, Tema principal, Tema secundário, Problema solucionado, Objetivo Geral, Objetivo específico, Solução adotada, Resultado alcançado, Locais onde a tecnologia social já foi implementada, público-alvo da tecnologia (tipo/quantidade), profissionais necessários para implementação da tecnologia (tipo/quantidade), valor estimado para a implementação da tecnologia, instituições parceiras na tecnologia (nome/atuação na tecnologia social), Impacto ambiental, Forma de acompanhamento, Forma de transferência, Anexos da tecnologia (documentos/relatórios/materiais audio-visuais/materiais informativos e educativos), Endereços eletrônicos associados à tecnologia, Depoimento livre, Data da última alteração.

A Fundação Banco do Brasil, quando da criação da Rede de Tecnologia Social, em 2005, passa a compor o seu Comitê Organizador, no papel de *mantenedora* – com atribuição, entre outras, de indicar o restante dos membros do Comitê.

Em 2005, junto com a TVE Brasil, a FBB lançou uma série inédita para a televisão sobre iniciativas, tecnologias e soluções sociais bem-sucedidas, que promovem educação, geração de renda, trabalho e melhoria das condições de vida das comunidades. O Programa tem o sugestivo nome de “Mobilização Brasil” e foi apresentado pelas emissoras públicas e educativas de todo o país. Cada edição mostrou uma experiência inovadora, com o objetivo de divulgar o conceito de tecnologia social – soluções simples e efetivas que podem ser reaplicadas em escala.

Inserida na luta contra a redução da pobreza, a FBB edita, em 2003, o catálogo “A luta contra o Dragão da Pobreza” e concretiza esse perfil com um posicionamento estratégico em "Educação e Cultura" e "Geração de Trabalho e Renda", com suporte de Tecnologias Sociais - que prevalece até os dias atuais. No seu planejamento para o período 2010-2012, a Fundação toma ares verdes e inclui de forma transversal a discussão do tema mudanças climáticas.

A Fundação pretende atuar também no campo holístico do desenvolvimento sustentável e da felicidade. Participou, em Nova Iorque, do encontro “Bem-estar e Felicidade: Definição de um Novo Paradigma Econômico”, que contou com representantes de 68 países, que debateram os paradigmas para uma “nova economia com base no desenvolvimento sustentável e na felicidade.” Surgido no Butão e desenvolvido em conjunto com o PNUD

⁵⁸ Entre parênteses o nº de experiências registradas.

⁵⁹ Contagem realizada pela autora, por acesso direto ao banco de dados da FBB, no site WWW.fbb.org.br, em 12/04/2012.

(Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o FIB (Felicidade Interna Bruta) é proposto como um indicador sistêmico de progresso que se diferencia do PIB (Produto Interno Bruto), que mensura apenas a produção de bens e serviços de um país. A FBB pretende levar esse debate para a Rio+20 e organizar encontros no Brasil que abordem o tema.⁶⁰

A Fundação Banco do Brasil, como associada do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), compartilha da missão institucional de “aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum.”⁶¹

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada, criada em 1972, que tem como missão promover a competitividade, o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas do Brasil. Também atua em programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, desenvolvimento territorial e acesso a mercados, por meio de parcerias com os setores público e privado. Seus projetos envolvem mais de 63 mil indústrias de micro e pequeno porte.⁶²

O Sebrae, presente em todos os estados brasileiros, apresenta-se também como um agente do desenvolvimento, atuando na aproximação entre as instituições financeiras e as micro e pequenas empresas. Nesse campo, grandes estabelecimentos bancários são reconhecidos parceiros do Sebrae: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco do Brasil (BB); Caixa Econômica Federal (CEF); Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Banco da Amazônia (BA); Banco Bradesco S.A. (Bradesco); HSBC Holding plc (HSBC) ; Banco Santander e Banco Itaú.

Sua inserção no campo das tecnologias sociais relaciona-se às áreas consideradas chaves para o crescimento dos micro e pequenos empreendimentos: articulação de políticas públicas que criem um ambiente institucional mais favorável; acesso a novos mercados; acesso a tecnologia e inovação; e facilitação e ampliação do acesso aos serviços financeiros.

⁶⁰ “Felicidade Interna Bruta”, notícia acessada no site WWW.fbb.org.br, em 15/04/2012.

⁶¹ Informação acessada em WWW.gife.org.br.

⁶² Informações acessadas em WWW.sebrae.com.br, em 12/04/2012.

Em 2005, o Sebrae edita o primeiro número da revista “Sebrae Agronegócios” e no seu quarto número, em 2006, a publicação foca exclusivamente na tecnologia social na agricultura familiar, trazendo relatos de dez projetos em vários estados brasileiros.

Em 2008, publica edital para apoiar financeiramente projetos de difusão de tecnologias sociais de interesse de micro e pequenos empreendimentos e produtores rurais, enquadrados nos temas de utilização de bioenergia; sistemas de produção com aproveitamento sustentável de resíduos; sistemas de cultivos agroecológicos; e aproveitamento sustentável de produtos da floresta.

Em 2010, em evento comemorativo dos cinco anos de fundação da RTS, o gerente de Desenvolvimento Territorial do Sebrae, Juarez de Paula, considera que a própria formulação do conceito de tecnologia social, vinculado à inclusão social, a consolidação de parcerias e a aplicação das tecnologias sociais em projetos concretos são motivos para comemoração.⁶³ Ainda em 2010, realiza o Seminário Inovação no Agronegócio, onde apresenta tecnologias sociais desenvolvidas com comunidades agrárias.

O Sebrae faz parte do Comitê Coordenador da Rede de Tecnologia Social (RTS) e, em seu site, divulga notícias sobre tecnologias sociais e artigos de difusão e análise de experiências de tecnologias sociais – muitas das quais contam com o seu apoio técnico-financeiro.

1.3. A INSERÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), criada em 1989, é a representante oficial dessas instituições de ensino na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

Sua representação abarca 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e 55 universidades, localizadas em todos os estados da Federação e no Distrito Federal – o que inclui 45 hospitais universitários.

A organização da Andifes abrange 04 fóruns: o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (Forproex), o Fórum de Dirigentes dos Hospitais Veterinários (Fordhov), o Fórum

⁶³ “Rede de Tecnologia Social comemora cinco anos de atuação”, notícia acessada em www.agenciasebrae.com.br, em 12/11/2011.

de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (Forplad) e o Fórum de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras define-se como uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. São membros natos os Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras.

Além de propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras e incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas por essas instituições, seus objetivos abarcam articulação permanente com outras instituições de ensino e com o conjunto das organizações da sociedade civil.

Em 2004, o MCT&I cria o Programa de Extensão Tecnológica que, segundo o discurso do Presidente Lula da Silva, de Abertura da 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2005, apoiava 349 projetos, com investimento total de 32 milhões e 500 mil reais, envolvendo tecnologias para a agricultura familiar, cooperativas de processamento de recicláveis, produção de alimentos para famílias pobres e pequenos criatórios.

As Universidades têm papel de destaque na Política de CT&I, o que fica explicitado na Lei da Inovação (Lei Nº 10.973/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5563) que tem o objetivo geral de facilitar a integração entre as universidades e as empresas, incrementando a inovação tecnológica, seja esta desenvolvida no ambiente acadêmico ou no setor produtivo. Cabe lembrar que exemplos considerados emblemáticos e alardeados como exitosos pelo Governo Federal, como a Embrapa, a Petrobras e a Embraer, foram todos executados com a colaboração ativa das Universidades.

O setor produtivo, bem representado na 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2005, deixou claro o seu interesse pelo ensino superior no Brasil, que as recomendações da Conferência contemplam:

Priorizar a criação, nas instituições públicas de ensino superior, de cursos profissionalizantes e de cursos de formação geral de curta duração (dois anos), adequados às necessidades e demandas do setor produtivo e com grade curricular atual e flexível. (MCT/CGEE, 2006, p.111)

A relação desejada entre a Universidade e o setor produtivo fica explícita no mote: “A educação superior deve manter laços estreitos com o setor produtivo.” A Confederação Nacional da Indústria (CNI), organização representativa do empresariado, apresentou uma agenda onde propõe, entre outras questões:

(...) Ampliar a oferta de educação superior na área tecnológica; Promover a integração harmoniosa entre as IES (instituições de ensino superior) e o setor produtivo; Estabelecer condições para a atração e a retenção de mestres e doutores, promovendo sua valorização e fixação nas universidades e nas empresas; (...) Implantar um Sistema de Avaliação e de Certificação de Competências, em cooperação com o setor produtivo e os conselhos profissionais, que avalie e reconheça as competências profissionais adquiridas nos diferentes espaços de aprendizagem e na experiência de trabalho; Fomentar a pesquisa aplicada, responsável maior pela inovação nas empresas, sem prejuízo para a pesquisa básica. (MCT/CGEE, 2006, p.112-113)

Em 2005, o Forproex, no bojo das articulações com a sociedade civil e com o MCT&I, passa a compor o Comitê Organizador da Rede de Tecnologia Social.

Em 2007, na formulação do Plano de Ação 2007-2010, o MCT&I destaca o Forproex como um dos parceiros, aos quais se destina um recurso determinado. O Forproex encaixa-se na Prioridade Estratégica Eixo IV Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social: Promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão e o desenvolvimento social, na parte 2 - Tecnologias para o Desenvolvimento Social, no item 21.3. Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social.

O que é importante compreender na relação das Universidades com a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação é que o desenvolvimento tecnológico considerado estratégico, as tecnologias que interessam ao Governo que sejam desenvolvidas são contempladas por Leis e Políticas que buscam articular de forma sistêmica o eixo econômico da produtividade-competitividade. A PCT&I é explícita e direta na sua intenção de carrear os conhecimentos (e até mesmo os cientistas) formados pelas Universidades e demais instituições de pesquisa para as empresas. Em relação às Universidades, esta é a relação de peso estratégico, central, da política de CT&I. A Tecnologia Social não está dentro dessa diretriz, não se insere nessa organicidade buscada. A Tecnologia Social, inserida na diretriz política da “inclusão e do desenvolvimento social”, corre em paralelo, indo ancorar na Extensão Universitária, na área de “Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social”.

São nos projetos de extensão universitária que vamos localizar grande parte das experiências de economia solidária e tecnologia social e nos quais encontraremos boa parte de intelectuais que estão colaborando com o aparelho estatal na elaboração conceitual e mesmo na organização dessas estratégias governamentais junto aos segmentos das classes trabalhadoras e populares.

Na prioridade estratégica de CT&I para o Desenvolvimento Social, um tipo de apoio do MCT&I às universidades é o investimento em centros e museus de ciência, onde, nos últimos anos teve destaque a Estação Ciência, em Cabo Branco, na Paraíba, uma área para exposições permanentes no Museu Goeldi, no Pará, o Museu Virtual da Universidade de Brasília (UnB). O MCT&I apóia, há anos, o projeto do Museu de Ciência e Tecnologia de Brasília que ainda não saiu do papel.

Sem pretender esgotar as iniciativas das Universidades na área da tecnologia social, descrevemos algumas iniciativas de instituições de ensino superior. Nas universidades, os projetos também são apoiados pela Secis, através de convênios, como por exemplo o Projeto do Instituto de Física da Universidade de Brasília (UnB), Experimentoteca Móvel – um microônibus adaptado utilizado para levar equipamentos físicos a escolas públicas do DF. Outro exemplo, também na UnB, é o apoio na implantação da Incubadora Social e Solidária na Universidade de Brasília, vinculada ao Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB). O CDT/UnB é um grande incentivador da inovação tecnológica no Brasil e apóia a pesquisa e o desenvolvimento do empreendedorismo, além de fortalecer os laços existentes entre a Sociedade, Empresas e o Governo.⁶⁴

Ainda na UnB, destacamos o “Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina”, aprovado pela diretoria do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) em final de 2007, coordenado pelo Prof^o da Pós-Graduação Ricardo Neder⁶⁵ e contando com os seguintes parceiros: Pró-Reitoria da Universidade de Brasília (SIEX), Secretaria Nacional de Ciência, Tecnologia e Inclusão Social (SECIS/MCT&I), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD/MDA), Fundo Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo – Comitês de Bacia SP, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Agência da Bacia do Alto Tietê - São Paulo, Comitê da Bacia do Alto Tietê - São Paulo, Rede de Tecnologia Social (RTS), Sociedade do Sol (Sosol).

⁶⁴ Informações acessadas em <http://www.cdt.unb.br>, em 12/03/2012.

⁶⁵ Seus livros mais recentes vinculados à tecnologia social: “A Teoria Crítica da Tecnologia de Andrew Feenberg - Racionalização Democrática, Poder e Tecnologia” (2010, org.), “Direitos de propriedade comum das tecnologias sociais como ambiente de inovação social” (2009). No período 2007-2008, colaborou na estruturação da Rede Tecnologia Social para o Desenvolvimento Agrário, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA).

Em 2009, o Observatório, divulga uma carta-transparência em que apresenta seus objetivos:

1) Criar um espaço acadêmico de extensão, pesquisa e ensino de Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia em suas múltiplas dimensões articuladas com a sustentabilidade entre movimentos sociais, governos e entidades civis na América Latina; 2) trabalhar pela formação de alunos e pesquisadores, profissionais e lideranças populares, em parcerias com entidades civis e governamentais a construir uma rede coletiva do movimento da tecnologia social e pela democratização da política e gestão de ciência e tecnologia com sustentabilidade; 3) fomentar a avaliação sistemática de políticas públicas por meio de trabalhos de extensão e pesquisa acerca das aplicações dos princípios da tecnologia social junto a comunidades urbanas e rurais, redes e cooperativas de entidades civis, economia solidária, e ações de empresas públicas e órgãos governamentais. (OBSERVATÓRIO DO MOVIMENTO PELA TECNOLOGIA SOCIAL NA AMÉRICA, 2009)

Desse documento também destacamos os projetos “Identificação e Percepções do Marco de Direitos de Propriedade Intelectual (Dpi) na Consolidação da Política de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social” e “Fórum e Rede Temática Tecnologia Social Inovação Sociotécnica e Produtividade para o Desenvolvimento Agrário no Brasil” e as perspectivas apontadas

Ainda em Brasília, na Universidade Católica de Brasília, foi implementado, em 2009, o Campo-Escola de Tecnologia Social, oriundo do Campo-Escola de Logística de Subsistência (Celogs) – experiência do Exército Brasileiro. O Campo-Escola de Tecnologia Social, apóia-se nos princípios de simplicidade, fácil acessibilidade e baixo custo, desenvolve técnicas e integra tecnologias sociais para melhor aproveitamento dos recursos naturais, nas áreas de energia solar e hidráulica, aproveitamento do solo e água da chuva.⁶⁶

Na linha de tecnologias sociais para o desenvolvimento social, podemos ver a penetração da temática nas universidades brasileiras no 4º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, em abril de 2009, promovido pela Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran), que tem como tema "Tecnologias Sociais e Inclusão: Caminhos para a Extensão Universitária". O Congresso desdobra esse tema em

⁶⁶ Notícia veiculada em www.rts.org.br, acessada em 21/10/2011.

várias direções, como a mesa redonda sobre “Tecnologias Sociais e Extensão: Economia Solidária” e o mini-curso sobre “A Pesquisa Participativa e a Geração de Tecnologias Sociais” – ministrado por representantes da Embrapa.

Em abril de 2011, o I Fórum de Tecnologias Sociais em Plantas Medicinais e Fitoterápicos no Bioma Amazônico, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), contou, entre outras entidades, com a participação da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (Fapespa), da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) e da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (Seduct) discutiu a criação de uma rede de Municípios Apoiadores da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) no bioma amazônico.⁶⁷

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), podemos apresentar algumas experiências no campo da tecnologia social, que abarcam a criação de programas de extensão e a articulação de redes.

O Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano da UFMG (Nesth/UFMG) desenvolve, desde a sua fundação, em 1984, estudos sobre temáticas relacionadas ao mundo do trabalho. A partir de 1996, passou a trabalhar com a Rede Unitrabalho, que agrega 92 universidades brasileiras. Nessa Rede, tornou-se responsável pela coordenação regional da pesquisa Tendências da Economia Solidária no Brasil, (1998-2001), realizada sob a coordenação nacional do professor Paul Singer. Desde então, o Núcleo vem realizando estudos sistemáticos sobre a economia solidária em Minas Gerais. Em 2004, a Incubadora de Socioeconomia Solidária do Nesth/UFMG foi incorporada ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc-2), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)⁶⁸. Inserido na perspectiva política da “inclusão social”, o Nesth, no período 2004-2005, no bojo do Projeto de Reinserção Social dos Egressos do Sistema Penitenciário de Minas Gerais, mediante parceria firmada entre a Secretaria Estadual de Defesa Social e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen/Ministério da Justiça), desenvolve ações de inclusão produtiva, alocando esses ex-presidiários em organizações acompanhadas pela Incubadora. A partir de 2006, a atuação da Incubadora Nesth/UFMG abarca ações de disseminação de tecnologia social de incubação de organizações de economia solidária. Ainda em 2006, com apoio da Prefeitura de Contagem, o Nesth cria e coordena um Laboratório de Tecnologia Social no município. (HORTA, 2006)

⁶⁷ Informação acessada em WWW.agenciapara.com.br e em WWW.saude.pa.gov.br, em 12/03/2012.

⁶⁸ O atual Secretário é o economista Paul Singer.

Outra iniciativa, também na UFMG, na Escola de Ciência da Informação, em 2005, foi criado o Programa de Extensão "Informação, Memória e Tecnologia Social" que integra três projetos: 1. Acervos da Memória Institucional: a produção da extensão na UFMG; 2. Memória audiovisual dos Projetos de Extensão da UFMG; 3. Formação em Tecnologias Sociais: um caminho para a autonomia de agentes comunitários. Este programa decorre da parceria entre a Pró-Reitoria da Extensão da UFMG, o Centro de Extensão e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação e Sociedade, ambos da Escola de Ciência da Informação da UFMG. (REIS, 2005)

As universidades da Bahia também investem na temática da tecnologia social através do curso de Pós-Graduação em "Sociedade, Inovação e Tecnologia Social". O curso objetiva promover a formação de profissionais (gestores públicos, assessores, técnicos, dirigentes e lideranças de Empreendimentos Econômicos Solidários e de outras experiências coletivas) para atuar no processo de inovação, fomento, desenvolvimento, disponibilização e apropriação de Tecnologias Sociais. A justificativa é que apesar dos avanços em termos de formulação de políticas, formação de redes sociais e concessão de financiamentos direcionados ao fortalecimento de inovações em Tecnologia Social no país e no Estado da Bahia nos últimos anos, há uma carência de profissionais com formação adequada para atuar nesta área. Essa necessidade é percebida tanto no nível estadual como nacional e fundamentou a criação do curso de pós-graduação no início de 2011, numa iniciativa conjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB (Cruz das Almas) e Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS (Feira de Santana).⁶⁹

Na Universidade de Campinas (Unicamp) o tema faz parte da ementa de um Curso de Extensão do Instituto de Economia: o curso "Capacitação de Monitores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp", tendo Miguel Juan Bacic como professor responsável, está voltado para estudantes de graduação e técnicos das prefeituras da região, para atuarem nos projetos de pesquisa e extensão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp. Mas é o Instituto de Geociências que lidera a elaboração da temática da tecnologia social. Tendo Renato Peixoto Dagnino como professor responsável, o Instituto de Geociências oferece 04 cursos: 1) "Abordagem Estratégica em Tecnologia Social", que se coloca o desafio de fazer com que gestores públicos se apropriem dos avanços desses campos e os utilizem para elaborar políticas públicas e implementar ações de desenvolvimento e fomento de Tecnologia Social de forma mais coerente com as dinâmicas

⁶⁹ Informações acessadas em <http://www.ufrb.edu.br/postecnologiasocial/>, em 12/11/2011.

de inclusão social por eles desejadas; 2) “Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina”, que busca possibilitar aos alunos a elaboração de propostas e projetos relacionados à Economia Solidária e à Tecnologia Social e capacitar gestores públicos para a formulação e implementação de políticas públicas de Economia Solidária e Tecnologia Social; 3) “Tecnologia Social e Desenvolvimento Endógeno na América Latina”, cujo objetivo consiste em explorar a temática do desenvolvimento endógeno na América Latina a partir de uma perspectiva nova. Dentro dessa análise, recebem destaque os temas da Tecnologia Social (TS) e da Adequação Sócio-Técnica (AST), que propõem respostas tecnológicas que estariam na base de um modelo alternativo de desenvolvimento para a América Latina; 4) “Elaboração e Análise de Projetos em Economia Solidária e Tecnologia Social”, com o objetivo de fazer frente a uma demanda crescente por profissionais familiarizados com as ferramentas necessárias para a elaboração, implementação e análise de projetos.⁷⁰

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a tecnologia social é temática pertinente e constante do Soltec - Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ. O Núcleo foi fundado em março de 2003, fruto de uma mobilização de estudantes da Escola Politécnica da UFRJ envolvidos em projetos de promoção de direitos sociais. A idéia evoluiu e com ela a decisão de se construir um núcleo no Centro de Tecnologia que propiciasse operações de apoio técnico a empreendimentos voltados para a inclusão social. O Soltec é formado por alunos de graduação, pós-graduação, professores e técnicos administrativos da UFRJ e se localiza no Departamento de Engenharia Industrial do Centro de Tecnologia da UFRJ. Apesar da maioria de seus componentes serem engenheiros, possui membros das Ciências Sociais, Arquitetura, Letras, Comunicação entre outros. O Soltec têm diversos projetos de extensão e pesquisa nos quais trabalha com a Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental. São objetivos do Soltec: Apoiar e desenvolver tecnicamente projetos sociais e solidários, através de metodologia participativa, no âmbito local-global; Desenvolver novos conceitos e metodologias específicas no campo da Engenharia e Desenvolvimento Social; Mobilizar e conscientizar os estudantes, desenvolvendo competências sócio técnicas e estimulando a sua participação em projetos de inclusão social; Fortalecer as ações locais e regionais do Estado do Rio de Janeiro. Desde 2008, promove o Festival de Tecnologias Sociais e Economia Solidária, que possui duas atividades já tradicionais: a Feira de Economia Solidária e a Mostra de Tecnologias. Em 2011, buscando ampliar o intercâmbio entre a academia, os movimentos sociais e os

⁷⁰ Informações acessadas em <http://www.extecamp.unicamp.br>, em 12/11/2011.

empreendimentos economicos solidários, realizaram o Seminário “A Economia Solidária na América Latina - Realidades Nacionais e Políticas Públicas”, em parceria com a Rede de Investigadores Latino Americanos em Economia Social e Solidária (Riless) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). O Núcleo tem um portal na internet, onde publica o Boletim Eêêtcha! O Soltec é um Programa de Extensão, ao qual estão vinculados os seguintes projetos: 1. Comunicação Comunitária e Novas Tecnologias; 2. Gerência de Projetos Sociais e Solidários; 3. Informática para a educação – Educação para o trabalho SOLTEC; 4. Mapeamento energético para aproveitamento de fontes alternativas de energia em Paraty; 5. Pesquisa Ação na Cadeia Produtiva da Pesca – PAPESCA; 6. Rede de Informação e Pesquisa em Resíduos; 7. Tecnologia Social para Beneficiamento de Pescado; 8. TIFS - Tecnologias da Informação para Fins Sociais⁷¹

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), as notícias veiculadas em seu site, relacionadas à tecnologia social, são esparsas e pouco consistentes, mas o ano de 2010 é marcante e algumas iniciativas ganham destaque. O Projeto de Extensão “Solução Estatística Junior”, do Instituto de Matemática e Estatística, foi criado com o intuito de formar profissionais gestores nas áreas de Estatística e Atuária por meio da orientação pedagógica norteada às tecnologias sociais e à inclusão. Em 2010, foi apresentado em conjunto com os projetos “Software Livre para Alunos de Estatística” e “Programa de Estatística Aplicada” e ficou entre os 23 escolhidos pelo Programa de Apoio a Projetos de Extensão e Pesquisa (Extpesq) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

No mesmo ano de 2010, foi lançado o “Catálogo das Potencialidades – UERJ”, que apresenta um projeto, também do Instituto de Matemática e Estatística, voltado para o estudo e desenvolvimento do processo de construção de indicadores de inovação aplicáveis às tecnologias sociais. Esta terceira edição do periódico será distribuída a empresas e instituições do estado e segundo a Coordenadora de Inovação da UERJ o objetivo é possibilitar a transferência de tecnologia e intercâmbio com a sociedade.⁷²

Desde 2009, a partir de uma solicitação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, a UERJ promove o Workshop de Ciência Tecnologia e Inovação (WCTI), com a tarefa geral de apresentar propostas para políticas públicas de desenvolvimento de inovação. O primeiro WCTI criou o Fórum de Tecnologia e Sociedade, o

⁷¹ Informações acessadas em www.soltec.ufrj.br e <http://www.pr5.ufrj.br>, em 12/11/2011.

⁷² Terceira edição do Inovauerj. UERJ em Dia: Boletim Semanal, 14 a 20 de junho de 2010, Ano XIII, Nº 537, UERJ. Acessado em <http://www.uerj.br>, em 12/11/2011.

segundo consolidou uma metodologia de trabalho da UERJ e para 2011, as prioridades foram desenvolver propostas e projetos de parceria entre a Universidade e sociedade. Em 2011, o evento contou com um público de pesquisadores de diversas áreas da UERJ e convidados de empresas privadas e instituições da sociedade civil. Organizou uma mesa específica sobre tecnologia social, com o tema “Tecnologia e Inclusão Social”. Cabe assinalar também a discussão sobre a "Nova Universidade" - debate em que o presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial apontou a importância da inserção de disciplinas sobre o conhecimento de patente nas grades curriculares dos cursos universitários tecnológicos, e o presidente da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec) defendeu a transferência do ensino universitário do Ministério da Educação para o Ministério da Ciência e Tecnologia.⁷³

Na Universidade Federal Fluminense (UFF) funciona a Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (IEES/UFF/Unitrabalho), que possui experiência de desenvolvimento de projetos de economia solidária desde 2003, tendo contribuído na constituição de cooperativas e grupos de produção. Sendo uma atividade do Núcleo Local da Unitrabalho, desenvolvido no ICHF e vinculada diretamente a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal Fluminense (UFF) tem por missão, integrar a universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Para o exercício de suas atividades, a IEES-UFF conta com uma equipe multidisciplinar de professores e alunos bolsistas e voluntários. Iniciando suas atividades em julho de 2002, a IEES-UFF dedicou-se primeiramente à formação de equipe, e aprofundamento teórico, tendo começado em julho de 2003 as atividades chamadas de “incubação”, assessorando empreendimentos econômicos coletivos e populares na transferência de tecnologias sociais, assim como na implantação e consolidação de um modelo administrativo autogestionário, calcado em princípios de sustentabilidade sócio-econômica e ambiental.

O II Seminário de Articulação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), em agosto de 2011, teve como tema "Tecnologia Social e os desafios da produção autogestionária". O Seminário foi um espaço de troca de experiências entre as ITCP's da Unicamp, Universidade Estadual Paulista (Unesp) Núcleo Assis, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Universidade de São Paulo (USP). Também se constituiu em espaço de apresentação das necessidades tecnológicas

⁷³ UERJ em Dia: Boletim Semanal, 14 a 20 de junho de 2010, Ano XIII, Nº 537, UERJ. Acessado em <http://www.uerj.br>, em 12/11/2011.

relativas ao processo produtivo de Empreendimentos de Economia Solidária e Movimentos Sociais e de diálogo com a academia para possível construção conjunta de soluções.

As universidades brasileiras fazem também articulação com as universidades da América Latina no campo das tecnologias sociais. O Grupo de Análise de Políticas de Inovação (GAPI), vinculado ao Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp, da equipe do Prof^o Renato Dagnino, é a equipe que coordena o “Projeto de Pesquisa Tecnologias para a Inclusão Social e Políticas Públicas”. O GAPI tem produzido literatura sobre o tema das tecnologias para inclusão social, com destaque para os livros “Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade” (2009) e “Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia & Política de Ciência e Tecnologia: Alternativas para uma Nova América Latina” (2009). O Projeto é apoiado pelo Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento, do Canadá e realizado em conjunto com a Universidade Nacional de Quilmes (Argentina). O Projeto realizou um primeiro seminário internacional em 2010 e o II Workshop “Tecnologia Social e Políticas Públicas na América Latina”, em 2011, contando com a participação de pesquisadores da Argentina, Chile e Uruguai. A equipe de pesquisadores da Universidade de Quilmes mantém um portal chamado *tecnologiasassociales.blogspot.com*, que pretende ser um canal para divulgar informações sobre o projeto e acerca de como incorporar a ciência e a tecnologia em modelos alternativos de desenvolvimento para a América Latina.⁷⁴

Oferecemos duas informações adicionais para ajudar a compor o mosaico do campo da tecnologia social na América Latina: 1) O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da Argentina lançou, em 2011, um edital para apoio a projetos de tecnologia social e design para empreendimentos sociais. O objetivo é também promover a integração e inclusão social, assegurando a participação e o envolvimento de todos os interessados, que buscam, através de várias alternativas, a melhoria da qualidade de vida.⁷⁵ 2) O Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária e a Agência Nacional de Pesquisa e Inovação, do Uruguai, com o apoio do Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento, do Canadá, e a Universidade Nacional de Quilmes, da Argentina, realizou o Primeiro Seminário sobre “Inovação e tecnologias sociais para o desenvolvimento”, em 2011. O Seminário foi orientado para a

⁷⁴ Informações acessadas em WWW.escyt.org.br (ESCYT – Red Argentina de Estudios Sociales de La Ciencia y La Tecnología), em 12/11/2011.

⁷⁵ Informações acessadas no site do Centro de Referência em Tecnologias Sociais, www.crts.org.br, em 12/03/2012.

produção de materiais para a reflexão teórico-metodológica e a criação de políticas públicas voltadas à geração de processos de inclusão social.⁷⁶

Ainda no escopo da América Latina, em 2010, começou a funcionar uma nova universidade federal no Brasil. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) começou a ser estruturada em 2007 pela Comissão de Implantação com a proposta de criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Itaipu Binacional. A UNILA está situada na cidade de Foz do Iguaçu, localizada no Extremo-Oeste do Paraná, na Região Trinacional formada por Argentina, Brasil e Paraguai. Em janeiro de 2008, foi instituída a Comissão de Implantação da UNILA (CI-UNILA) pela Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC), presidida por Hélgio Trindade, com mais 13 membros. Desta Comissão faziam parte professores de seis universidades brasileiras e uma universidade uruguaia, representantes do MEC, o Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o assessor do Diretor Geral da Itaipu Binacional.⁷⁷ O projeto de lei de sua criação foi sancionado em janeiro de 2010. Nesse mesmo ano, a UNILA abre processo seletivo com 300 vagas distribuídas em 6 cursos de Graduação, sendo 150 para brasileiros e 150 para alunos vindos do Paraguai, Uruguai e Argentina. Em 2011, com mais 600 alunos, com a criação de seis novos cursos e, em 2012, com 775 vagas, em 16 cursos de graduação. Considerando a utilização do conhecimento científico e técnico para a resolução de problemas sociais, a UNILA passou, em 2011, a oferecer o curso de especialização em Tecnologias Sociais para a inclusão socioeconômica, a democratização política e o desenvolvimento local.⁷⁸

A Itaipu Binacional, por meio da direção do Parque Tecnológico Itaipu (PTI) sediou e coordenou, em 2010, o Seminário “Tecnologias Sociais na América do Sul”, que ocorreu no bojo da 10ª Cúpula Social do Mercosul e teve o objetivo de fomentar a disseminação das políticas de uso das ferramentas tecnológicas como fontes de desenvolvimento social. O Seminário contou com a participação de autoridades dos países latino-americanos e buscou estimular a troca de experiências entre os países no que diz respeito aos estudos e projetos de inclusão social. Pelas universidades, estiveram presentes, com destaque, Renato Dagnino, da Unicamp e Hernan Thomas, da Universidade de Quilmes, na Argentina.⁷⁹

⁷⁶ Informações acessadas em www.tecnologiasassociales.blogspot.com, em 12/11/2011.

⁷⁷ Universidades que compunham a Comissão: UFPR, UnB, UFPE, UFRGS, UFRJ, Universidade Regional de Blumenau e Udelar/Uruguai (Universidad de La Republica Uruguay)

⁷⁸ Informações acessadas em unila.edu.br, em 12/03/2012.

⁷⁹ Informações acessadas em www.itaipu.gov.br, em 12/11/2011.

A partir de 2005, com a atuação da Rede de Tecnologia Social e as conferências internacionais de tecnologia social, a articulação do tema é ampliada para além da América Latina, envolvendo países como o Canadá, Espanha, México e Moçambique.

1.4. A REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS)

A criação da Rede de Tecnologia Social (RTS), cumprindo o objetivo de agregar e organizar as ações de diferentes organizações da sociedade civil sob a direção de órgãos do aparelho estatal, inscreve-se no arcabouço de participação social do Estado neoliberal, cuja formulação mais geral foi estabelecida, ainda no final do século passado, pela Reforma do Aparelho de Estado.

A RTS constitui-se como uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) onde a presença do Estado – estrito senso - é absolutamente forte, tanto na sua estruturação como no financiamento de suas ações. Como procuraremos demonstrar, a RTS serve ao propósito de garantir governança e governabilidade ao Estado, entendida enquanto uma “relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade”. (BRESSER PEREIRA, 1998)

O perfil sócio-político, as estratégias, articulações e ações das instituições que participam do “movimento da tecnologia social”, descritas anteriormente, e que também fazem parte do Comitê de Coordenação da RTS, são capazes de nos dar a dimensão da atuação do Estado, da organização e capilarização da proposta, dos recursos envolvidos e da diretriz política que configura sua dinâmica.

Nesse item procuraremos descrever o histórico de criação da RTS, que institucionaliza a articulação desse conjunto de forças sociais, e suas estratégias organizativas e de mobilização social.

O primeiro encontro que discutiu a idéia de articulação em torno da Tecnologia Social (TS) aconteceu em julho de 2004, em Brasília, reunindo organizações da sociedade civil, instituições governamentais, empresas, universidades e institutos de pesquisa.

Como vimos anteriormente, a FBB foi pioneira do tratamento do tema Tecnologia Social, com a criação do Banco de TS e com a edição dos Prêmios FBB de TS. Transcorreram cerca de três anos dessas iniciativas até que o governo federal declarasse, através do então ministro Luis Gushiken, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - SECOM-PR, interesse em avançar nas discussões sobre tecnologia social. (FONSECA, 2009)

Em 2003, no Segundo Seminário Nacional “Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação”, organizado pelo ITS e ABC, Márcio Pochmann, então Secretário Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo, referindo-se à difusão de tecnologia no Brasil para a inclusão social, aponta duas questões que constituem lastro de organização da RTS e de idéias hoje defendidas pela própria RTS: a organização em rede e a questão da *escala* das tecnologias sociais. Naquela oportunidade, Márcio Pochmann

...aludiu às iniciativas de governos municipais, estaduais, federal, organizações não-governamentais, em que se percebem muitos “trigos plantados em vaso”⁸⁰, embora sejam experiências exitosas. “Não conseguimos entrar na fase de plantar o trigo em grande quantidade em céu aberto; esse é o nosso desafio”. Todos esses entes mencionados trabalham, muitas vezes, “em concorrência”, limitação para a qual Pochmann sugeriu uma superação por meio da formulação de trabalho em rede, para a inclusão social. (ITS BRASIL, 2003, p.13)

Os primeiros debates, em 2004, articularam as instituições que, como vimos, já se movimentavam em torno da questão, como a FBB, o ITS Brasil, a Fundação Ayrton Senna com instâncias governamentais como a Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (Secis), criada em 2003, e a Área de Tecnologia para Desenvolvimento Social (ATDS) da Finep, criada em 2004. Considerando-se o fato de que, desde 2002, já vinha existindo uma articulação entre as organizações do terceiro setor e o MCT, estavam colocadas as condições propícias para a proposição da criação de uma rede de tecnologias sociais.

Ainda em 2004, a Fundação Banco do Brasil, a Petrobras, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti) realizam, em São Paulo, a I Conferência Internacional e Mostra de Tecnologia Social, paralela à Exposição Brasiltec 2004. Participaram gestores de instituições públicas e privadas, empresários, lideranças comunitárias, empreendedores sociais, representantes governamentais e de organizações de pesquisa, entre outros. O objetivo do evento foi estabelecer parâmetros para a viabilização das tecnologias sociais, integrando esses diferentes agentes da sociedade e aprofundando a discussão conceitual sobre o tema. Outro objetivo era também aprofundar a discussão sobre a

⁸⁰ Segundo o autor, é um exemplo figurado de um momento histórico em que houve o desafio de se vencer a fome na Europa e, para tanto, algumas iniciativas que foram tomadas poderiam ser rotuladas como se estivessem “plantando trigo em vaso”, dado a magnitude do problema e a minimidade da solução encontrada.

criação de uma Rede de Tecnologia Social (RTS) no Brasil, com a missão de promover a inclusão social em larga escala por meio da transferência e apropriação dessas tecnologias.⁸¹

A participação das universidades é expressiva nesse primeiro evento que, além de contar com a presença de professores e pesquisadores da USP, Unicamp, PUC-SP e UnB, entre outras, tem um dos grupos de trabalhos empenhados na construção da rede sob a coordenação de uma professora da Universidade Federal de Ouro Preto.⁸²

A criação da RTS, em 2005, com a participação de organizações de governo, sociedade civil, de universidades e de empresas, representa, segundo relatório da própria RTS, “um grande avanço na constituição de políticas e ações mais democráticas e inclusivas”. (RTS, 2011, p.17)

1.4.1. Estrutura de Rede

A RTS é criada já contando com 30 organizações vinculadas, organizadas efetivamente numa estrutura de rede.

Num primeiro momento, o Comitê Coordenador constituído contava com as seguintes instituições: MCT, MDS, CEF, Finep, FBB, Petrobras, Sebrae, ABONG, ASA, GTA e Instituto Ethos. Sua estrutura foi pensada de forma que viabilizasse seu funcionamento em rede e, segundo sua composição atual, o Comitê Coordenador da RTS está assim formado:

- a) Nove entidades mantenedoras: Caixa Econômica Federal (CEF), Fundação Banco do Brasil (FBB), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Petrobras, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT&I), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Integração Nacional (MIN), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – que convidam os demais membros do Comitê.
- b) instituições articuladoras de redes sociais: Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Rede Cerrado
- c) representante das universidades: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex)

⁸¹ “Conferência internacional aborda uso de tecnologias sociais – 08/11/04”: notícia acessada em www.gife.org.br, em 15/04/2012.

⁸² “Brasiltec 2004 mostra inovação tecnológica”: notícia acessada em <http://noticias.universia.com.br>, em 15/04/2012.

d) órgão do governo federal responsável pela divulgação da RTS: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom)

Os mantenedores têm o poder de decidir a composição dos seus membros não-mantenedores. A atuação do Comitê Coordenador pode ser definida pelos significados dos verbos deliberar, aprovar, coordenar, articular, convocar e estimular – propostas, planos, ações.

A rede conta com uma Secretaria Executiva, custeada pelas mantenedoras, que presta apoio administrativo e operacional, acompanha a execução dos planos de trabalho e estimula a dinâmica de rede. Atualmente, está composta por: secretária executiva, animadora de redes, assessora de comunicação, jornalista do Portal da RTS, administrador do Portal e assistente administrativa.

A RTS, no seu *Relatório de 6 anos: 2005-2011*, destaca a entrada recente de alguns associados: a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), que aderiu à RTS, em 2009, na modalidade de mantenedora, e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como financiadores de reaplicação de tecnologia social. O BNB, em 2008, lança o edital Programa de Apoio às Novas Tecnologias Sociais, direcionado à Região Semi-Árida do Nordeste brasileiro. Pontua também a atuação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mantenedor da RTS, no lançamento de editais de Tecnologias Sociais de captação de água da chuva para produção de alimentos.

A composição da RTS, com cinco instâncias ministeriais no papel de mantenedores e de divulgadora, deixa claro o quanto ela se constitui como um projeto de interesse do Estado.

Essa forma do aparelho de Estado atuar, absolutamente imbricado na sociedade civil, tanto em termos organizativos como em termos financeiros, provoca questionamentos do Tribunal de Contas da União, que, em 2007, interpela a Secom sobre a aprovação e realização das demandas de comunicação da RTS.

A Secom, membro do Comitê Coordenador da RTS, posiciona-se, trazendo fundamentação jurídica, em Nota Técnica⁸³: apresenta a “necessidade e a importância de o Estado atuar em Rede, de forma cooperativa com os setores da iniciativa privada, para atender os objetivos fundamentais da República”, e considera *irrelevante* o fato da RTS não se constituir em uma pessoa jurídica, visto que o Poder Público atenderá as demandas da Rede,

⁸³ Nota Técnica Nº 014/2007/DINOR/SGCN/SECOM-PR, de 19/07/2007. Acessada em <http://www.secom.gov.br>, em 23/04/2012.

“sob o regime de execução direta ou indireta, sem a transferência de dinheiro público”. Mais à frente, na mesma Nota Técnica, a condição de “rede” e não de pessoa jurídica da RTS, passa de irrelevante à fundamental justificativa de eficiência. (BRASIL. Secom, 2007)

De qualquer forma, a RTS não está constituída na forma de pessoa jurídica (...) possuindo natureza jurídica *sui generis*, peculiar de uma rede que pode envolver inúmeras outras pessoas jurídicas, pública ou privada, com objetivos comuns e finalidades consideradas como de interesse público relevante, o que justifica as despesas com o atendimento das demandas propostas, consubstanciadas no princípio da eficiência. (BRASIL. Secom, 2007, p.6)

O entendimento de organização em rede da Secom é, este sim, *sui generis*, ao argumentar que a *atuação em Rede*, “conforme o caso proposto, implica a quebra do paradigma da pessoa jurídica pública ou privada”, chegando, na parte de conclusão da Nota Técnica, a considerar que a “eventual substituição das estruturas burocráticas por redes, com a atuação em comum de todos os setores da ordem sociopolítica, poderá representar a superação da dicotomia entre público e privado”. (BRASIL. Secom, 2007, p.3)

Não nos esqueçamos que um discurso acerca do Estado, ainda presente nas falas dos governantes refere-se à inadequação do Estado ao desenvolvimento econômico e social do país. O documento final da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação apresenta de forma clara a meta de tornar a máquina pública mais eficiente, ágil e justa, diminuindo a burocracia. Face à diretriz política da *inclusão social*, a burocracia estatal passa também a ser entendida como poderoso instrumento de exclusão social.

A adesão à RTS, por sua vez, não tem grandes “burocracias”: as organizações enviam, assinados, o Manifesto de Interesse e Termo de Adesão, onde afirmam estar de acordo com a Declaração de Propósito Coletivo e os Princípios da RTS. Até maio de 2011, a RTS agregava 928 instituições de todas as regiões do Brasil e de outros países, principalmente Peru, Colômbia e Venezuela.

A adesão à RTS se formaliza nas seguintes categorias:

- ✓ Mantenedor: garante o funcionamento da Rede, disponibilizando recursos para infraestrutura, difusão e comunicação, reaplicação, monitoramento e avaliação e/ou desenvolvimento de Tecnologias Sociais.
- ✓ Investidor: disponibiliza recursos financeiros e/ou materiais para difusão, reaplicação, monitoramento, avaliação e desenvolvimento de Tecnologias Sociais.
- ✓ Articulador de Redes Sociais: mobiliza o conjunto de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais, regionais ou nacional que representa.

- ✓ Reaplicador: coordena e/ou executa ações de reaplicação da Tecnologia Social (TS) na comunidade.

Logo no início, a RTS elaborou um plano de ação, para 2005-2006, em que definiu territórios e tipo de tecnologia que seriam priorizados. As tecnologias para reaplicação nesse biênio tinham como foco a geração de renda, e a RTS voltou seus esforços especialmente para o semi-árido, o sertão do São Francisco e a Amazônia Legal, sem deixar de se dirigir à periferia de grandes centros urbanos e dos municípios de regiões metropolitanas:

Semi-árido e Sertão do São Francisco: 1. Incubação e apoio a empreendimentos solidários; 2. Sistemas de captação e manejo sustentável da água para geração de trabalho e renda: Barraginha, Barragens subterrâneas, Tanques-pedra ou Caldeirão, Caxio, Cisterna calçadão; 3. Sistemas de produção associados à captação de água: Mandalas, Hortas orgânicas, Hortas comunitárias, Quintais produtivos, Meliponicultura, Caprinocultura, Avicultura; 4. Mini-fábricas de beneficiamento de castanha-de-caju; 5. Produção e beneficiamento de frutas nativas; 6. Beneficiamento de algodão.

Amazônia Legal: 1. Incubação e apoio a empreendimentos solidários; 2. Certificação socioparticipativa de processos agroextrativistas; 3. Meliponicultura; 4. Farmácia da Terra.

Periferia de grandes centros urbanos e dos municípios de regiões metropolitanas: 1. Incubação e apoio a empreendimentos solidários; 2. Tecnologias de reciclagem de resíduos.

Pautadas numa perspectiva de desenvolvimento que não questiona o atual modo de organização da produção, vinculadas a uma diretriz política de inclusão social que focaliza a atenção para populações consideradas vulneráveis ou excluídas, as instituições articuladas na RTS entendem que “*geração de trabalho e renda é um aspecto articulador de outras dimensões do desenvolvimento social*” (FONSECA, 2009, p.323 – grifo nosso).

1.4.2. Ações de Articulação e Mobilização Social

Tendo como base essa estrutura em rede, a RTS prevê, e promove, para o seu funcionamento dinâmico, várias ações de articulação, como:

- ✓ Conferência Internacional de Tecnologias Sociais – a 1ª em 2004 foi marco de criação da RTS. A 2ª Conferência Internacional de Tecnologia Social, em 2009, em Brasília, congrega gestores de instituições públicas e privadas, lideranças comunitárias, empreendedores sociais, estudantes e representantes de ONGs e de organizações de pesquisa de nove países (Argentina, Brasil, Canadá, Espanha, México, Moçambique, Peru, Uruguai e Venezuela) teve como tema central “Caminhos para a Sustentabilidade”.
- ✓ Mostras de Tecnologia Social – no período 2005-2011, foram organizadas 12 mostras de tecnologias sociais, em eventos realizados em diversos estados brasileiros.
- ✓ o Fórum Nacional – bienal, de caráter consultivo e propositivo, do qual participam todas as instituições que integram a Rede, Mostras de Tecnologias Sociais e Oficinas Regionais. Ocorreram duas edições, em 2007 e 2009.
- ✓ Grupos de Trabalho – reúnem-se virtualmente, por meio do Portal da RTS, ou presencialmente. Tratam de temas específicos e devem estabelecer prazo de duração e produtos finais. Em seis anos de RTS, funcionaram oito GT’s: Planejamento, Eventos, Dinâmica de Rede, Portal, Comunicação, Metodologia e Sistematização, Editores para o registro de TS e Monitoramento e Avaliação.
- ✓ Oficinas Regionais ou Temáticas – momentos presenciais de encontro entre representantes das instituições de determinado território, que se interessam em aprofundar debates ou trocar experiências sobre um tema específico. Nos primeiros dois anos, ocorrem as oficinas regionais no Semiárido e na Amazônia Legal e uma Oficina de Comunicação da RTS, na Bahia. O 1º Fórum Nacional da RTS, em 2007, buscando o enraizamento da Rede nos Locais, prioriza a realização de discussões temáticas e estaduais. O primeiro grande tema discutido, em Audiência Pública na Câmara Federal, em 2007, foi “Propriedade intelectual e patente social”. No período 2007-2010 ocorreram 11 Oficinas Temáticas, além das preparatórias à 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A RTS cita, no relatório mencionado, que as organizações dos estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Rondônia, Paraná e Ceará têm se empenhado em aprofundar o enraizamento da Rede, promovendo vários momentos de discussão e construção de estratégias locais voltadas ao fortalecimento da integração entre elas e com a Rede nacional.

1.4.3. A RTS, as Universidades e as Articulações Internacionais

As universidades e as articulações internacionais merecem itens destacados no relatório de 6 anos da RTS. Em relação às universidades há o registro de 63 instituições de ensino superior que aderiram à RTS e de 11 articulações, entre encontros e palestras, que foram realizadas, no período de seis anos (2005-2011). A RTS ressalta o 4º Congresso Brasileiro de Extensão, ao qual nos referimos anteriormente, que teve “Tecnologias Sociais” como tema principal. Reconhecendo a importância das universidades para o crescimento e fortalecimento da rede, o tema da “Extensão, pesquisa e desenvolvimento”, é prioridade no Plano Bienal 2010-2012 da RTS.

Contando com financiamento da Finep, o Fórum de Pró- Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – Forproex assumiu a coordenação do projeto da rede “Monitoramento e avaliação da RTS – um processo em construção”, que conformou o Marco Lógico, com definição de Meta, Propósito, Indicadores, Meios de Verificação, Risco e os Produtos que a Rede quer ter construído ao fim da etapa de implementação desse trabalho.

Em relação à articulação internacional, além dos eventos já comentados anteriormente realizados na América Latina, a RTS assinala, no citado relatório, o evento "Europe 2020 Strategy Innovation insights from European research in socio- economic sciences", em 2010, onde foi adotado o conceito de tecnologias sociais, da forma como é utilizado pela RTS. Nesse evento também foi discutida a proposta de uma chamada de projetos da Comissão Européia (CE), com um título proposto de "Social innovation for vulnerable populations", objetivando financiar o desenvolvimento de uma tecnologia social que resolva algum problema relacionado à água e/ou saneamento, em regiões de extrema pobreza.

1.4.4. Estratégias de Comunicação

A RTS possui um aparato de comunicação e mobilização social complexo, variado e abundante, abarcando, além da força e poder da mantenedora Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), um Portal, um informativo eletrônico intitulado “Notícias da Rede”, um Fórum Nacional, oficinas regionais, mostras de tecnologias sociais, eventos realizados pelas instituições que fazem parte da Rede, oficinas de mídia, assessorias de imprensa, publicações de livros, cartilhas, revistas, documentos, os meios de comunicação das instituições que fazem parte da Rede, entre outros.

Cabe destacar, no período de 2005 a 2011, a elaboração de informações, de construção de estratégias de atuação, de formulação de conceitos e de reflexão política, materializada num total de 06 livros e de mais de quarenta documentos publicados pela RTS.

Utilizar os meios de comunicação de massas também faz parte da estratégia de mobilização e difusão de idéias da RTS. Em 2009, foi produzida uma campanha de rádio sobre Tecnologias Sociais, em com a Rádios EBC – Empresa Brasil de Comunicação e com o apoio da ARPUB - Associação das Rádios Públicas do Brasil e FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Além do Portal e do seu “Espaço Aberto do Conhecimento” – uma plataforma virtual cuja finalidade é oferecer um banco permanente de Tecnologias Sociais, além de um novo ambiente para redes sociais e novas ferramentas de colaboração e construção coletiva do conhecimento - a RTS, em 2009, criou seu perfil no Twitter.

Como essas informações nos permitem ver, com a criação da RTS, o movimento da Tecnologia Social aumenta sua capilarização junto aos setores populares, amplia sua vinculação com o aparelho estatal e possibilita ao Estado uma via política organizada para difusão das diretrizes da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, em especial referentes ao Desenvolvimento e à Inclusão Social.

CAPÍTULO 2. O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Entendemos que, para compreender os fundamentos teóricos e a dinâmica política do que se autodenomina movimento da Tecnologia Social, é preciso um esforço para capturá-lo como um objeto construído socialmente num determinado contexto histórico, neste caso referido, especialmente, à política de ciência, tecnologia e inovação.

Visando cumprir com o objetivo de apresentar uma contribuição para a compreensão do conceito de Tecnologia Social conforme construído na atualidade em nosso país, não tivemos como nos furtar à compreensão das proposições políticas internas e internacionais acerca do “desenvolvimento social”, que migram do campo social para o campo da política de ciência e tecnologia e influenciam, e mesmo embasam, o contexto onde germinou a “tecnologia social”.

No mergulho dessa realidade, deparamo-nos também com a complexidade das relações Estado-sociedade civil, com as formas as mais diversas de imbricamento das estruturas e processos do aparelho de Estado com as organizações sociais empresariais e populares. No intuito de melhor compreender essas modificações e dinâmicas atuais no aparelho de Estado, retomamos a análise da reforma do Estado, promovida em 1995. Palavras do seu mentor, Bresser Pereira, explicitam seu caráter de política de longo prazo, quando se refere “(...) aos componentes ou processos básicos da reforma do Estado dos anos 90, que levarão ao Estado Social-Liberal do século vinte-e-um.” (BRESSER, 1998, p.60)

Para melhor compreender a inserção da temática do Desenvolvimento Social na Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, mergulhamos nos documentos de preparação e de síntese das conferências nacionais realizadas nos anos 2000 (2ª – 2001, 3ª - 2005, 4ª - 2010), no documento mais recente do MCT&I, intitulado Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015, assim como Plano Plurianual 2012-2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), e no Plano Brasil Maior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Procuramos analisar questões de relevância inequívoca e suas interfaces com a inclusão e o desenvolvimento social, como: o projeto de desenvolvimento dominante; o papel da inovação nesse projeto de desenvolvimento; a ciência e tecnologia como matriz sistêmica do desenvolvimento; a atuação ativa do Estado na promoção do desenvolvimento; a importância conferida, na PCT&I, à participação da sociedade civil e ao papel específico da ciência, tecnologia e inovação na inclusão e no desenvolvimento social.

2.1. A CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Grande parte do sistema de ciência e tecnologia do Brasil foi criada ou expandida no período do regime militar (1964-1985), como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)⁸⁴, criada em 1967; o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado em 1969 e a partir de 1971 operado pela Finep; a instalação de centros de P&D (pesquisa e desenvolvimento) nas principais empresas estatais e em outras instituições como a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), criada em 1965, e na Universidade de Campinas, criada em 1962; o fortalecimento e expansão da Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, empresa pública, de direito privado, criada em 1972 e vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a implantação do programa nuclear (1967) e de outros projetos de grande porte, sobretudo militares.

Se, por um lado, ciência e tecnologia eram consideradas elementos fundamentais para a política desenvolvimentista da ditadura militar, por outro lado, o caminho real não se caracterizou por uma auto-suficiência científica e tecnológica do Brasil. O setor produtivo, protegido pela política econômica, permitia que os empresários considerassem entres quaisquer restrições à entrada de tecnologia – e capital - no país, interessando-lhes prioritariamente a relação custo-utilização imediata, sem riscos, calcando seu desenvolvimento na abundância de mão de obra e recursos naturais baratos. A política de substituição de importações, efetivamente, promoveu a busca de tecnologias estrangeiras sem que houvesse esforço significativo de desenvolvimento tecnológico interno por parte do empresariado. Assim, construiu-se uma dinâmica com a preponderância das atividades de P&D em segmentos da burocracia estatal e na comunidade científica, em grande parte não associada ao sistema produtivo.

Com os efeitos da crise econômica mundial de meados da década de 70, o chamado "milagre econômico"⁸⁵ brasileiro começou a ser freado e os anos 80 tiveram como herança um enorme aumento da dívida externa; avanço do capital multinacional no país e maior

⁸⁴ A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é uma empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Criada, em 1967, para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado no ano de 1965, posteriormente, substituiu e ampliou o papel até então exercido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seu Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico com a finalidade de financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras.

⁸⁵ Modelo de desenvolvimento econômico implementado no Brasil no período de 1969-1973, pautado pela concentração de capitais e arrocho salarial, produzindo aumento das desigualdades sociais.

desigualdade social. No início da década, os empresários manifestavam-se contra a forte presença do Estado na economia e engrossavam o coro pela “redemocratização do Brasil”.

A década de 80 ficou marcada negativamente pelas condições criadas pela crise econômica, como a grande dívida externa e um acelerado processo inflacionário. Foi um período de implantação de planos econômicos, como os planos Cruzado, e de medidas extraordinárias como o congelamento de preços e de salários – anos de crise severa, recessão e desemprego.

Foi também a década do fim “lento, gradual e seguro” da ditadura militar, num processo de “redemocratização” do país: fim do bipartidarismo e criação de novos partidos, fim da censura à imprensa, maior liberdade para os sindicatos e a possibilidade de realização de greves; a sociedade politiza-se e mobiliza-se pela democracia e por eleições diretas para a presidência da República. Os estudantes se manifestam, o movimento sindical se reorganiza, voltam as lutas operárias e as classes populares criam diversificadas formas de organização e reivindicam uma Assembléia Nacional Constituinte - uma certa euforia tomava conta da sociedade.

Num primeiro momento o palco de disputa política se amplia até mesmo para as ruas – é a época de grandes comícios, mas, aos poucos, as eleições tornam-se o centro da política, o foco das disputas das forças conservadoras e progressistas e palco de lobbies, fraudes e corrupção. O que prevalece é um Congresso Constituinte, isto é, os deputados federais e senadores eleitos em novembro de 1986 acumulam as funções de congressistas e de constituintes. Um processo de transição política para alguma ordem democrática - que inclui, pela primeira vez, Ciência e Tecnologia na Constituição Brasileira.⁸⁶

Observa-se também o aumento da movimentação política com um movimento sindical expressivo, o Congresso como arena de luta e negociação política e o aumento da abrangência e diversificação da organização da sociedade civil - os empresários também se mobilizam de maneira intensa, utilizando todos os meios a seu dispor e criam novas organizações para a defesa dos seus interesses de classe.

Durante o Governo Figueiredo, os empresários tornaram a aliar-se com as soluções políticas impostas pelo Estado, patrocinando a transição controlada desde cima, pela cúpula do regime. (...) Uma grande cota de incerteza rondava o fim da ditadura, o que induziu um salto nas atitudes empresariais que, da mera defesa de interesses concretos, passaram a outras capazes de levar em conta uma multiplicidade de fatores que ultrapassavam seus interesses imediatos. (GROS, 2003, pág. 281)

⁸⁶ Artigo 218 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no qual se lê: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas”.

Esse “salto”, a que se refere Gros, demarca a ampliação de uma consciência de classe do empresariado brasileiro que, dentre outras expressões menores, poderá ser verificada, ao longo da década de 90, na construção e consolidação de um novo bloco hegemônico.

Os ares da “redemocratização” entraram também na área da ciência e tecnologia e provocaram a realização da Primeira Conferência Nacional:

A 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada em 1985, tinha como objetivo central discutir os caminhos da pesquisa científica numa sociedade democrática. O sistema de ciência e tecnologia havia crescido muito nos 20 anos anteriores, durante o regime militar, mas a comunidade científica não tinha tido muita oportunidade de influenciar nas decisões que nortearam aquele crescimento.⁸⁷

Nesta conjuntura econômica e política é criado o Ministério da Ciência e Tecnologia, com uma trajetória de início caracterizada por uma marcante instabilidade institucional: transformado algumas vezes em secretaria ainda na década de 80 e posteriormente também em 1990, logo revertido novamente, em 1992, como ministério. Essa situação reflete-se também na evolução dos gastos nacionais com ciência e tecnologia:

Os gastos crescem nos primeiros anos, caem em 1983 e 1984, sobem novamente na breve expansão econômica que acompanhou o Plano Cruzado em 1985 e 1986, caem rapidamente quando a inflação volta a subir de novo em 1988 e atinge seu nível mais baixo em 1991 e 1992 (BRISOLLA apud SCHWARTZMAN, 1993, pág. 8).

A ausência de conexão entre as políticas de financiamento e a direção de desenvolvimento econômico do país é uma característica marcante da década de 80 na área de ciência e tecnologia. O cenário de crise econômica proporcionava uma intensa disputa das agências de fomento à pesquisa pelos recursos que não eram captados por outras áreas do governo e traz também para essa disputa parte da alta burocracia e das autoridades centrais das universidades públicas. A Primeira Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia não consegue reverter a tendência à fragmentação e desarticulação das políticas da área. (BALBACHEVSKY, 2010)

⁸⁷ Acessado no site da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação <http://cncti4.cgee.org.br>, em 11/10/2011

2.2. CIÊNCIA & TECNOLOGIA NA DÉCADA DE 90: IMPLICAÇÕES DA REFORMA DO ESTADO

Os primeiros anos da década de 90 são de grande instabilidade e de aplicação de planos econômicos que começam com congelamento da inflação e sua progressão gradual e inevitável, levando a um ciclo vicioso que redundava em recessão e aumento do desemprego. A partir do Plano Real, o país experimenta alguma estabilidade econômica - em 1996 temos uma inflação em torno de 10% - mas também o agravamento de muitas situações, como a elevação do desemprego, o enorme aumento do mercado informal, a fragilidade externa da economia brasileira e um estouro da dívida pública.

A reestruturação produtiva e a política de ajustes estruturais propiciadas pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, impulsionam a “ideologia toyotista” não apenas diretamente nas relações de produção, mas num processo que a extrapola para o conjunto das relações sociais.

A disseminação de valores do novo produtivismo toyotista na “sociedade civil”, isto é, a impregnação do léxico produtivista não apenas nos locais de trabalho, mas também nas instâncias sócio-reprodutivas, expõe uma nova dinâmica de constituição da hegemonia do capital na produção que se dá através da corrosão das delimitações inscritas do espaço da produção e do espaço da circulação e da vida social. (ALVES, 2007, p. 169)

São mudanças sociais, políticas e econômicas que se refletem nas políticas sociais e nas reformas sociais implementadas, principalmente em termos de uma modelagem setorial e localizada e do acirramento do processo de mercantilização dessas áreas.

Elemento fundamental da política brasileira nesse período e orientador da atuação geral do Estado brasileiro é a reforma do aparelho de Estado empreendida em meados da década de 90, entendida como *“instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia.”* (MARE, 1995, p. 6)

No Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Bresser Pereira lidera uma reforma do aparelho estatal que parte da premissa de que o Estado é fundamental para garantir o desenvolvimento, e compreende que este deve “realizar não apenas suas tarefas clássicas de garantia da propriedade e dos contratos, mas também seu papel de garantidor dos direitos sociais e promotor da competitividade do seu respectivo país.” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 49)

Fica claro que o Estado que se estrutura no Brasil a partir dos anos 90 parte de uma concepção centrada no mercado - compreende que o próprio Estado, em termos econômicos, complementa o mercado na coordenação da economia e que realiza processos (privatização, terceirização e publicização⁸⁸) que consubstanciam uma relação indissociável do capital. Como falso contraponto, opera-se com a noção de um “controle social” a ser exercido pelos cidadãos sobre essas formas de atuação do Estado.

Essa nova estruturação do Estado define uma nova administração pública – a administração gerencial, com características importantes que se espelham nas políticas realizadas pelo neoliberalismo nos anos 90 e que lhe garantem a “governança”.⁸⁹ São características da administração gerencial:

- a) orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente;
- b) ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão (ao invés de controle dos procedimentos);
- c) fortalecimento e aumento da autonomia da burocracia estatal, organizada em carreiras ou “corpos” de Estado, e valorização do seu trabalho técnico e político de participar, juntamente com os políticos e a sociedade, da formulação e gestão das políticas públicas;
- d) separação entre as secretarias formuladoras de políticas públicas, de caráter centralizado, e as unidades descentralizadas, executoras dessas mesmas políticas;
- e) distinção de dois tipos de unidades descentralizadas: as agências executivas, que realizam atividades exclusivas de Estado, por definição monopolistas, e os serviços sociais e científicos de caráter competitivo, em que o poder de Estado não está envolvido;
- f) transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos competitivos;
- g) adoção cumulativa, para controlar as unidades descentralizadas, dos mecanismos (1) de controle social direto, (2) do contrato de gestão em que os indicadores de desempenho sejam claramente definidos e os resultados medidos, e (3) da formação de quase-mercados em que ocorre a competição administrada;
- h) terceirização das atividades auxiliares ou de apoio, que passam a ser licitadas competitivamente no mercado.” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p.80-81)

⁸⁸ Publicização - transferência para o setor público não-estatal de serviços sociais e científicos até então prestados pelo Estado. (BRESSER-PEREIRA, 1998)

⁸⁹ “Existe governança em um Estado quando seu governo tem as condições financeiras e administrativas para transformar em realidade as decisões que toma.” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 27)

As características, acima explicitadas, da administração pública gerencial nos ajudam a compreender a orientação para o mercado que prevalece na PC&TI e a atuação do MCTI⁹⁰ e das “organizações sociais” criadas para a execução das políticas formuladas – presumivelmente com o concurso da “participação e controle social”.

Ainda que o financiamento dos centros de pesquisa científica e tecnológica seja em grandes proporções uma atividade exclusiva do Estado, sua execução é compreendida como atividade competitiva, podendo ser controlada de formas diversas – pela administração pública, pelo controle social e pela constituição de quase-mercados.⁹¹ (BRESSER-PEREIRA, 1998)

O norte da PC&T passa a ser a melhoria da competitividade industrial e, num contexto internacional de grande disputa nos mercados, o governo brasileiro busca tornar a área de ciência e tecnologia mais relevante e direcionada para incremento industrial. Um esforço maior é feito com a formulação de programas e planos direcionados ao setor produtivo, como, por exemplo, o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), criado em 1990, e o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACT), criado em 1993.⁹²

O apoio do Banco Mundial se fez presente somando esforços com o Estado brasileiro. Ainda nos anos 80 foi formulado o 1º Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT I), que, em 1985, se consubstancia num primeiro acordo de empréstimo entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial (BIRD), e que se renova em 1991 e 1998.

A consolidação do MC&T deu-se aos poucos e, no processo, integrou na sua estrutura a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – criado desde 1951, financiando assim a maior parte das pesquisas realizadas no país.

O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, criado em 1996, assume a definição das políticas nacionais e a coordenação das iniciativas de desenvolvimento científico e tecnológico de vários órgãos e instituições até então dispersos - conseguindo assim estabelecer um expressivo e complexo sistema nacional de ciência e tecnologia, que envolve diversos órgãos e ministérios.

A partir de 1999, o MC&T cria 16 fundos setoriais de ciência e tecnologia visando suprir as demandas da indústria por pesquisas orientadas para inovação e tornar-se também

⁹⁰ O termo *inovação* é incorporado ao nome do MCT a partir da 2ª Conferência Nacional, que se intitula Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

⁹¹ Onde ocorreria uma “competição administrada”.

⁹² Ambos voltados para construção das condições de sustentação de competitividade econômica, com grande repercussão na área educacional.

uma fonte estável de financiamento público para pesquisa e desenvolvimento dirigido às universidades e institutos de pesquisa. Os Fundos Setoriais buscam promover maior sinergia entre as universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo.

Em termos de PC&T, este é efetivamente o Estado que interessa: aquele capaz de intervir nas atividades de ciência e tecnologia para atender às demandas do mercado – fetichizado como a instância de superação de todos os desequilíbrios e problemas da sociedade.

A reforma do aparelho estatal implementada nos anos 90 pelo MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, explicita claramente o novo papel e a relevância do Estado na promoção do desenvolvimento, destacando sua passagem de promotor direto do desenvolvimento econômico e social para uma atuação centrada na regulação, facilitação e financiamento desse desenvolvimento.

A noção de avaliação social da ciência e tecnologia, generalizada nos países centrais já na década de 80, é capturada pelo Estado, somando-se às suas funções regulatórias. (SALOMON apud MARQUES, 1999) Essa captura é expressa pela formação de fóruns e comissões nacionais no processo de avaliação tecnológica, criados em função de uma periculosidade potencial ou devido aos custos crescentes, o que, entretanto, não entra em choque com o modelo da política neoliberal.

2.3. A POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O combate à pobreza, como demonstra Pereira, é um eixo do debate sobre desenvolvimento que remonta à década de 70, quando alcançou enorme destaque a partir do Banco Mundial. Passou por certo declínio na primeira metade da década de 80 e, com seus fundamentos absolutamente conservadores, retorna no final da mesma década e emplaca, sem inconvenientes, até o século XXI, coadunada com a agenda do neoliberalismo. Pereira mostra como a atuação do Banco Mundial contribuiu para vincular desenvolvimento à superação da pobreza e alçar essas questões ao patamar de temas de investigação econômica e de políticas públicas. (PEREIRA, 2010)

A preocupação dos organismos internacionais com a ameaça latente de desestabilização sócio-política que representa um contexto onde persistem e se agravam os problemas sociais, traz novamente para a cena principal a orientação de combate à pobreza, atualizada na versão de erradicação da “pobreza extrema”.

A diferenciação entre pobreza absoluta (“extrema”) e pobreza relativa já era pressuposto das idéias lançadas pelo Banco Mundial, na década de 70, com base na doutrina da “redistribuição com crescimento”, cujo conteúdo, segundo Pereira, negava efetivamente qualquer redistribuição, por:

... condicionar o “investimento público nos mais pobres” à elevação da receita pública proporcionada pelo aumento da produtividade média da economia e dos índices de crescimento; ou seja, à acumulação de capital” (...) e “... deixava incólume o estoque de riqueza existente (rendas e ativos acumulados) e todo o arcabouço jurídico-institucional – as regras do jogo, por assim dizer – que garante a sua preservação. Em outras palavras, permaneciam intocados o regime de propriedade e a estrutura de produção. (PEREIRA, 2010, p.267)

Nestes termos doutrinários a pobreza também é explicada como um processo de exclusão do progresso, o que a mascara enquanto produto do desenvolvimento capitalista e ampara justificativas para ações e políticas de desenvolvimento e “inclusão social”.

No escopo de uma discussão acerca do neodesenvolvimentismo e das condições para a construção do socialismo na América Latina, Katz observa que:

As formas retrógradas de acumulação impostas por uma integração sob dependência no mercado mundial deformaram historicamente o desenvolvimento regional. Não há falta de aforro local, mas sim excesso de transferências para as economias centrais. O atraso agrário, a baixa produtividade industrial, a estreiteza do poder aquisitivo foram os efeitos desta depredação imperialista. O drama principal latino-americano não é a pobreza, mas a escandalosa desigualdade social, que o capitalismo sempre refaz em todos os países. (KATZ, 2006, p.4)

Assumir que a pobreza é a questão a ser enfrentada obscurece a discussão sobre a desigualdade social e suas causas e se traduz numa perspectiva de desenvolvimento social restrito a políticas compensatórias.

Desenvolvimento social é termo que até hoje carece de precisão conceitual: na maioria das vezes definido pela soma de setores sociais como saúde, educação, habitação, previdência social e muitas vezes compreendido de forma fragmentada ou genérica. Na década de 90 a agenda social da ONU (Organização das Nações Unidas) promove a primeira conferência internacional sobre o tema, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, sem, contudo, chegar a defini-lo claramente.

O termo *desenvolvimento social*, de forma semelhante às bandeiras ideológicas “superação da pobreza” e “inclusão social”, sem vinculação explícita às dificuldades estruturais existentes, apresenta-se também como absolutamente auto-explicativo.

Lindgren Alves⁹³, referindo-se ao *desenvolvimento social*, enquanto tema da conferência internacional da ONU em 1995, observa que, a despeito de sua imprecisão conceitual, esse termo passará a fundamentar o conceito de desenvolvimento sustentável, tornando-se também fundamental à paz mundial:

A expressão “desenvolvimento social”, de conceituação imprecisa – como, de resto, quase todos os grandes temas da atualidade –, passa, portanto, a ter agora um sentido claramente humanista, consensualmente definido. É ele que fundamenta o conceito de desenvolvimento, já previamente qualificado pela RIO-92 como necessariamente sustentável. E o desenvolvimento social, mais do que uma aspiração natural das sociedades, torna-se também fator imprescindível à consecução e à manutenção da paz intra e internacional, da qual é simultaneamente dependente, assim como o é da realização dos direitos humanos universais. (ALVES, 1997, p:149)

A lógica de uma separação entre política social e política econômica perpassa todas as iniciativas e políticas públicas implementadas pelos governos neoliberais no Brasil, nos últimos anos, favorecendo a reificação até mesmo do aumento da exploração do trabalhador pelo capital.

Se, por um lado, o desenvolvimento social, submete-se à lógica formal e ideológica da separação entre a política econômica e a política social, por outro lado submete-se também à lógica de vinculação à estabilidade política e à segurança nacional e internacional, como enunciados no ponto 5 da Declaração da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social - Copenhague -1995:

Partilhamos a convicção de que o desenvolvimento social e a justiça social são indispensáveis para a prossecução e a manutenção da paz e da segurança nas nações e entre elas. Por sua vez, o desenvolvimento social e a justiça social não podem alcançar-se se não existe paz e segurança ou se não são respeitados todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Esta interdependência básica foi reconhecida há 50 anos na Carta das Nações Unidas e cada vez se reforça mais. (ONU/Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social - Copenhague -1995, p. 1)

Nos documentos da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social fica clara também a responsabilidade atribuída à sociedade civil:

⁹³ Delegado do Brasil à Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em Copenhague, primeira conferência internacional da ONU sobre este tema, em 1995. Também conhecida como Copenhague +5.

Reconhecemos, por conseguinte, que o desenvolvimento social é um elemento fundamental das necessidades e aspirações das pessoas do mundo inteiro e da responsabilidade dos governos e de todos os sectores da sociedade civil. (ONU/Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social - Copenhague -1995, p. 1)

2.3.1. As Conferências Nacionais de CT&I e o Projeto de Desenvolvimento das Classes Dominantes

As conferências nacionais de ciência e tecnologia têm cumprido, com destaque, o papel de divulgar e legitimar a Política de Ciência e Tecnologia formulada e implementada pelo Estado brasileiro, enquanto política central de um projeto de desenvolvimento das classes dominantes.

A 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia ocorreu em 1985, no contexto de criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, e teve como objetivo maior construir uma política de ciência e tecnologia enquanto política de Estado, agregando diferentes segmentos governamentais, setores empresariais e comunidade acadêmica nas discussões sobre os rumos que deveriam tomar a ciência e a tecnologia no país.

Nesse período, fruto de uma vigorosa reação das classes dominantes a mais uma crise do sistema capitalista, gesta-se uma conjuntura, caracterizada por um lado, por uma derrota das classes trabalhadoras, explicitada nos anos 90 - esvaziadas de suas organizações representativas, cerceadas em sua capacidade de manifestação e organização e arrochadas por uma superexploração do trabalho – e por outro lado, pelo avanço coletivo de uma consciência de classe das camadas dominantes, seu fortalecimento e unificação.

Esse quadro conjuntural, que se aprofundada nos anos subseqüentes, favorece, na área de ciência e tecnologia, a constituição de uma política de Estado, isto é, uma política capaz de expressar claramente os interesses das classes dominantes e, assim, atravessar, sem modificações radicais, os diferentes partidos no governo.

Os países de capitalismo avançado são o exemplo e o horizonte quimérico apontado como o grande rumo a ser seguido e objetivo a ser alcançado pelo Brasil, nos discursos oficiais que atravessam o tempo e os governos, como podemos verificar em documentos da 2ª (2001), 3ª (2005) e 4ª (2010) conferência nacional de ciência e tecnologia.

No Prefácio do Livro Branco, da 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em 2001, o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, do Governo Fernando Henrique Cardoso, Ronaldo Mota Sardenberg, aponta para o Brasil: “É, portanto,

legítimo o propósito que nos orienta, de alcançarmos em prazo razoável a categoria dos países avançados.” (MCT, 2002, p. XII)

Na 3ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, em 2005, o discurso de abertura do Presidente Luis Inácio Lula da Silva mantém o tom e aumenta a ênfase: “(...) nós vamos chegar à conclusão de que nós estamos com a base sólida para este país deixar de ser eternamente um país emergente e se transformar num país definitivamente grande e desenvolvido.” (MCT, 2006, p.22-23)

Já, em 2010, o Documento de Referência da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, focada no “desenvolvimento sustentável”, ao discorrer sobre o “Lugar do Brasil no debate do desenvolvimento sustentável”, visualiza um país-potência:

O Brasil tem vantagens comparativas inequívocas para estar na primeira linha dessa discussão e se tornar uma potência no desafiante paradigma do desenvolvimento sustentável. Além de ser uma das maiores economias em ascensão no mundo, o País possui reconhecido capital intelectual científico e exerce protagonismo em questões básicas contempladas nesse enfoque de desenvolvimento (...) (4ª CNCTI, 2010, p.6)

Esta é uma perspectiva que, por considerar subdesenvolvimento e desenvolvimento estágios sequenciais de um mesmo continuum de evolução, miram-se no exemplo dos países de capitalismo avançado como o estágio de desenvolvimento a ser alcançado por meio da implementação das políticas corretas. Porém,

O que esse tipo de perspectiva não consegue captar é que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade, ou seja, que, embora sejam situações antagônicas, os dois fenômenos pertencem à mesma lógica/dinâmica de acumulação de capital em escala mundial. (CARCANHOLO, 2005, P.1-2)

No momento atual, para o Brasil, alcançar a categoria de país avançado significa, fundamentalmente, manter os olhos voltados para o comércio internacional e assumir a inovação como principal motor do desenvolvimento. Essa perspectiva está presente em todas as conferências nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

O Livro Branco, que expressa os resultados da CNCT&I de 2001, deixa claro que, nesse campo de comércio exterior, a busca de um melhor desempenho econômico é sinônimo do desenvolvimento desejado: o horizonte evolucionista se mantém intacto.

Em um contexto de fluxos crescentes de comércio internacional, em especial de produtos de alto conteúdo tecnológico, os países exportadores desses produtos são os que apresentam melhor desempenho econômico. Em conseqüência, o maior nível

de renda auferido cria condições para que consolidem mais facilmente sua trajetória de desenvolvimento ao longo do tempo. É esse cenário que motiva os países em desenvolvimento a investirem em Ciência, Tecnologia e Inovação (...) (MCT, 2002, p.23)

Na análise da pauta brasileira de importações e exportações, Carlos Américo Pacheco, do Conselho do Instituto Fernando Henrique Cardoso, no capítulo 1- Ciência, Tecnologia, Inovação e Geração de Riqueza, do documento síntese das conclusões e recomendações da 3ª CNCT&I, em 2006, não deixa de reconhecer que, segundo a intensidade tecnológica, há uma “relativa fragilidade e falta de dinamismo do conteúdo exportado”, e propugna a necessidade de uma estratégia tecnológica “nas diversas cadeias de valor, inclusive em *commodities* nas quais somos competitivos, em direção às atividades intensivas em conhecimento e inovação.” (MCT, 2006)

Em relação à Agricultura, uma das áreas identificadas como estratégicas para a PCT&I, cabe ressaltar o destaque dado à política de exportação de produtos agrícolas, no Livro Azul da 4ª CNCT&I, realizada em 2010.

Como resultado desses esforços, o Brasil é o terceiro maior exportador de produtos agrícolas e um dos mais importantes produtores mundiais de alimentos, estimando-se que colherá 149 milhões de toneladas de grãos na safra 2010/2011. Em termos de balança comercial, nos últimos anos, a exportação de alimentos, biocombustíveis e matérias-primas tem sido responsável pelo saldo positivo da balança comercial do País. (MCT, 2010, p.43)

Esta capacidade exportadora é apresentada como um símbolo de força e sucesso econômico e, mesmo, de desenvolvimento. Entender o otimismo e, até mesmo, um certo ufanismo, na apresentação desses indicadores só é possível se reconhecermos que esta é uma perspectiva que só se sustenta desconsiderando as condições de trabalho e vida da população, como bem nos explicita Jaime Osorio, em seu aprofundamento teórico sobre o padrão de reprodução do capital⁹⁴:

Só é possível sustentar essa perspectiva isolando as cifras do comércio exterior – particularmente das exportações de bens e serviços – do comportamento do resto da economia e, em particular, da deterioração das condições laborais e de vida dos assalariados e da maior parte da população, bem como da estreita relação dessa deterioração com o incremento da capacidade exportadora. (OSORIO, 2012, p. 104)

⁹⁴ “A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados (...)” (OSORIO, 2012, p. 40)

Ademais, tais esforços e tais resultados na balança comercial não se refletem na mesma performance e magnitude no tão prolapado combate à fome implementado pelos governos petistas desde 2002. Segundo o Livro Azul da 4ª CNCT&I, apesar do Brasil produzir alimentos em quantidade para toda a sua população, até agora não conseguiu erradicar a fome no país. Assim apresentada, esta não é uma questão que suscite reflexão acerca da necessidade de uma política que de forma sistêmica articule todo o aparato de Estado, promulgue todos os marcos regulatórios adequados e carreie todos os investimentos necessários para o seu alcance. Ao contrário, a questão é assim apresentada de uma forma otimista e satisfatória.

Outro aspecto de extrema relevância é o fato de o Brasil produzir alimentos em quantidade suficiente para o abastecimento de sua população em todas as regiões, o que o coloca entre os poucos países que conseguiram reduzir a fome e a subnutrição na última década, fruto desta produção associada às políticas públicas voltadas às populações mais pobres e vulneráveis do meio rural e urbano. (MCT, 2010, p.43 – grifos nossos)

Não poderíamos deixar de fazer referência ao papel da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que, reconhecidamente, tem grande participação no sucesso das exportações das commodities agrícolas. A Embrapa, junto com a Petrobrás, a Embraer, e muitas vezes inclusa a Fiocruz, é louvada como empresa inovadora em inúmeros documentos governamentais. No documento de síntese das conclusões e recomendações da 3ª CNCT&I, lemos que “(...) Os exemplos da Petrobras, da Embrapa e da Embraer são emblemáticos. Essas empresas e as que delas se beneficiaram, como as do agronegócio, são capazes de competir em pé de igualdade internacionalmente.” (MCT, 2002, p. 101)

Entretanto, os pensadores que formulam para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Organização Social vinculada ao MCT&I, são capazes de identificar defasagem entre o que é produzido e o que é demandado no comércio internacional – norte a ser seguido pelo país, como podemos verificar no artigo de Flavio Grynzpan⁹⁵ :

É preciso, no entanto, realizar um esforço adicional para adequar a nossa pauta de exportações à dinâmica do mercado mundial. Hoje ainda existe uma defasagem acentuada, pois a pauta de exportações brasileira é dominada pelas commodities primárias e manufaturados de baixa tecnologia, enquanto o comércio mundial mostra preferência pelos produtos de alta e média tecnologias (...). (GRYNZPAN, 2008, p. 102)

⁹⁵ Diretor da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei).

Afora as identificações das fragilidades da política macroeconômica brasileira e mesmo do reconhecimento de muitas de suas dificuldades, as análises dos pesquisadores que pensam para o Estado classista, passam ao largo de quaisquer considerações acerca do padrão de dependência da economia brasileira, de caráter estrutural. Padrão este, caracterizado atualmente, de forma geral, na América Latina, por um modelo de exportação de especialização produtiva, que se forma a partir dos anos 70-80 e que se caracteriza, segundo Jaime Osorio:

(...) pelo regresso a produções seletivas, seja de bens secundários e/ou primários, seja de realocização de segmentos produtivos, novas organizações da produção, em geral qualificadas como “toyotismo”, flexibilidade laboral e precariedade, economias voltadas à exportação, drásticas reduções e segmentação do mercado interno, fortes polarizações sociais, aumento da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indigência. (OSORIO, 2012, p.85).

As classes e forças dominantes no aparato estatal e na formulação das políticas de Estado não reconhecem, e muito menos põem em questão, o papel dependente da economia brasileira, ao contrário, naturalizam as conseqüências de tal posicionamento e procuram estratégias que possibilite um encaixe, uma inserção do Brasil no cenário mundial que possa, sem alterar ou mesmo sem sequer se contrapor a essa dependência, lhe auferir um lugar mais à frente no patamar de desenvolvimento capitalista.

No Livro Azul, da 4ª CNCT&I, em 2010, ao postular “Os grandes desafios e a agenda do futuro para CT&I”, vemos o reconhecimento implícito dessa dependência, explicitada de forma absolutamente naturalizada, nos seguintes termos:

O País deve estar consciente de que sua matriz industrial continuará sendo fortemente lastreada na produção e beneficiamento de produtos agrícolas e que, sem uma defesa consistente do meio ambiente e uma produção científica forte que respalde tal crescimento, seu futuro sustentável estará comprometido. (MCT, 2010, p.75 – grifos nossos)

No mesmo Livro Azul, certamente tendo em mira a *matriz tecnológica internacional*, deparamo-nos com uma exortação ao Brasil, no sentido de “ser ágil para absorver e adaptar inovações nas tecnologias da informação e comunicação”. Como conclusão desse tópico, somos chamados a refletir sobre o bom exemplo do leste asiático:

Alguns países em desenvolvimento do leste asiático conseguiram aproveitar muito bem as condições criadas pela janela de oportunidades surgida com a introdução das TICs na segunda metade do século XX. Apesar de o Brasil não ter sido tão bem-

sucedido em seu esforço de aproveitamento das oportunidades criadas por essa verdadeira mudança de paradigma tecnológico, ainda há diversos segmentos dessa diversificada área nos quais pode ousar competir em mercados globais a partir das sólidas bases estabelecidas em seu grande e complexo mercado interno. Dentre essas potencialidades singulares dos Países ressaltam, por exemplo, as aplicações das TICs nas áreas de governo eletrônico, automação bancária, agronegócio, educação e gestão de empresas. (MCT, 2010, p.46-47)

Esse é um discurso, que repetido à exaustão, tenta estabelecer-se como verdade absoluta e obscurecer qualquer análise sobre as reais condições em que é construído e difundido. Osório nos possibilita uma reflexão crítica e lúcida dessas afirmações:

Mais do que economias dinâmicas que se orientam para o desenvolvimento (e que aproveitam as “janelas de oportunidades” abertas pelas novas tecnologias, como certo discurso gosta de destacar), o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população. (OSÓRIO, 2012, p. 104)

Essas são contradições estruturais da economia dependente, que irão somar-se à outra contradição básica que está posta não só como centro da política brasileira de ciência e tecnologia, mas como fundamento mesmo do desenvolvimento – a inovação tecnológica.

A 2ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, em 2001, realizada no período do Governo FHC, já incorpora “inovação” em seu nome, e sustenta-se no pensamento linear – que incorpora de forma transversal o fundamental elemento da mobilização, da participação da sociedade - que, a partir de então, caracteriza a política de ciência, tecnologia e inovação (PCT&I): avanço do conhecimento → inovação tecnológica → desenvolvimento econômico → desenvolvimento social. No que diz respeito à apropriação da riqueza produzida, no frígido dos ovos, temos a velha tese do período nacional-desenvolvimentista “crescer o bolo para depois dividir”, agora travestida com o “fermento milagroso” da inovação tecnológica.

A partir daí, prevalecendo até os dias atuais, a política de ciência e tecnologia direciona seu foco para a inovação como instrumento para a competitividade. Como afirma, na 2ª CNCT&I, em 2001, o então Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg, “A C&T brasileira passa agora a ser iluminada pelo foco atualizado e dinamizador da inovação” (MCT, 2002, p.IX) .

2.3.2. A inovação como principal motor do desenvolvimento

Ao contrário da visão positiva hegemônica difundida nos documentos oficiais das conferências nacionais de ciência, tecnologia e inovação e nos diversos documentos produzidos pelos órgãos estatais, entendemos que a inovação tecnológica no sistema capitalista não leva a nenhum “progresso”, mas ao contrário, redundando em crise do sistema, fruto de suas próprias contradições internas, devido ao efeito da mudança tecnológica sobre a acumulação do capital – com todas as consequências desastrosas para os trabalhadores.

(...) porque no enfoque marxista inovar não supõe necessária e inexoravelmente um “progresso”. A conotação positiva deste termo é coerente com a visão neoclássica de desenvolvimento capitalista, como um processo naturalmente ascendente e livre de obstáculos interiores. Para o marxismo, ao contrário, a inovação é um processo objetivo, cujos efeitos potencialmente progressistas estão em permanente conflito com a acumulação do capital.⁹⁶ (KATZ, 1996, p.3).

Muitas lógicas tortas procuram legitimar as escolhas políticas no campo da ciência e tecnologia. No Livro Branco da 2ª CNCT&I, a inovação para aumento da competitividade empresarial, por exemplo, procura se legitimar por meio da afirmação de que assim se garante empregos mais qualificados e melhor remunerados e se obtém elevação da qualidade de vida da população:

(...) aumentar a quantidade e densidade das inovações brasileiras é requisito essencial para o avanço sustentado da competitividade do aparato produtivo nacional e para a garantia de empregos mais qualificados e melhor remunerados, assim como para a introdução e difusão de bens e serviços que venham a contribuir para a elevação da qualidade de vida dos cidadãos. (MCT, 2002, p.40)

No documento de síntese das conclusões e recomendações da 3ª CNCT&I, reafirma-se o consenso da inovação como tema estratégico na agenda de desenvolvimento do país, entre os, assim identificados, atores e segmentos envolvidos no campo da ciência e tecnologia - governo, setor privado e comunidade acadêmica⁹⁷. (MCT, 2006)

A 4ª CNCT&I aprofunda esse consenso, aponta concretamente a “inovação como principal motor do desenvolvimento” e é enfática quanto à necessidade do país “inocular inovação em todos os poros da economia”, num verdadeiro “choque de inovação”. Destaca

⁹⁶ Tradução da autora.

⁹⁷ O terceiro setor nem sempre é lembrado.

também que, “o PACTI incluiu, pela primeira vez na história do MCT, a inovação como um dos eixos da política governamental.” (MCT, 2010)

Às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada Rio+20, que efetivamente ocorre, em 2012, no Rio de Janeiro, a 4ª CNCT&I, realizada em 2010, assume o “desenvolvimento sustentável” como seu lema mais geral, calcado em dois princípios norteadores: inovação e sustentabilidade.

Sob a égide do “desenvolvimento sustentável”, o Livro Azul da 4ª CNCT&I explicita a vinculação existente entre inovação tecnológica, competitividade empresarial e produtividade dos trabalhadores.

A competitividade das empresas, à luz dessa conceituação (desenvolvimento sustentável), tem de ser cada vez mais baseada em vantagens tecnológicas, na qualidade de seus produtos e serviços, e na produtividade dos trabalhadores. (MCT, 2010, p.28)

Ao contrário desses discursos que relacionam inovação à tamanha harmonia e bem estar social, a visão marxista da mudança tecnológica aponta outras relações existentes e destaca as relações entre inovação e mais valia, entre inovação e exploração – relações essas que configuram a inovação tecnológica, sob o sistema capitalista, como um instrumento de opressão social.

Para Marx a mais valia é o principal impulso para introduzir mudanças tecnológicas. A inovação serve para incrementar a porção do trabalho não-remunerado que é apropriado pela classe burguesa. Os capitalistas competem - através do melhoramento da maquinaria e da reorganização do processo de produção – para ampliar a extração de mais valia. A generalização das inovações barateia os meios de subsistência, reduz os “custos salariais” e aumenta a porção de trabalho expropriado durante a jornada de trabalho. Se reduz o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho e se multiplica a mais valia relativa. A contribuição de Marx está em afirmar que os capitalistas inovam para melhorar seu lucro, e em clarificar de onde provém esse lucro. O que está em disputa é a porção de trabalho abstrato, que corresponde a cada capitalista. Esta finalidade exploradora transforma a inovação em um instrumento de opressão social. (KATZ, 1996, p. 11)⁹⁸

Como veremos, o Estado classista brasileiro dedica-se com empenho a promover todas as condições necessárias à acumulação do capital sob a égide da inovação e sob a liderança das empresas e, entre outras iniciativas, elabora uma matriz sistêmica fundada na inovação,

⁹⁸ Tradução da autora.

formula freqüentemente novos marcos regulatórios, institui subvenção econômica e empréstimos do tipo “não-reembolsável” – num árduo esforço na busca do tão almejado protagonismo dos empresários no processo.

Reconhecer que a inovação é um processo sistêmico, que não se restringe apenas ao interior da empresa, por um lado, serve como justificativa da baixíssima performance empresarial e, por outro lado, instiga o incremento da intervenção de apoio do Estado, como se explicita no Livro Branco da 2ª CNCT&I, realizada em 2001: “Esse reconhecimento é importante para indicar as dificuldades que se colocam aos atores públicos e privados na busca da inovação e, também, para compreender a razão de persistir um quadro de baixa propensão à inovação na empresa brasileira.” (MCT, 2002, p.26-27)

Em 2005, o documento síntese das conclusões e recomendações da 3ª CNCT&I, reconhece o fraco desempenho das empresas em inovação e admite que o que é freqüentemente computado como inovação é na verdade adequação, adaptação de tecnologia já colocada no mercado, presumivelmente importada.

Esse desempenho é fraco nas inúmeras dimensões da inovação, mas é mais grave na dimensão de produtos novos para o mercado, evidenciando que as inovações mais freqüentes ocorrem em processos que são inovadores para as empresas, mas já conhecidos pelo mercado. Prevaecem as inovações de processos induzidas pelos fornecedores das próprias empresas. (MCT, 2006, p.70).

Em 2010, a natureza da situação não se altera, e a 4ª CNCT&I reconhece a ausência do tão fundamental e desejado protagonismo do setor privado no processo de inovação, e inclui entre as suas recomendações: “*Fomentar um maior protagonismo privado no processo de inovação e nas discussões relativas às políticas públicas para a área, em especial por meio de entidades empresariais representativas dos diversos segmentos de negócios.*” (MCT, 2010, p.38)

Mais à frente, no mesmo Livro Azul da 4ª CNCT&I, vemos assinalado outro aspecto do imobilismo empresarial, então na área de investimentos em pesquisa tecnológica, com o reconhecimento de que “A parcela do PIB investida em P&D deve ser aumentada substancialmente, em particular no que concerne ao dispêndio empresarial.” (MCT, 2010, p.57)

Como podemos perceber, até mesmo por essas considerações repetidas em todas as conferências nacionais de ciência e tecnologia, ao apoio intensivo do Estado corresponde uma resposta extremamente lenta do setor empresarial.

Esse imobilismo empresarial, face à enorme magnitude do apoio financeiro e de recursos que o Estado disponibiliza, a baixíssimo custo, ou mesmo a título “não-reembolsável” para as empresas incrementarem suas iniciativas na área de pesquisa, visando o aumento da produtividade e um novo patamar de competitividade, respalda-se numa reprodução ampliada do capital que, no Brasil, tem, até hoje, ocorrido de forma satisfatória para as classes dominantes. Fundamentalmente, a acumulação capitalista ocorre não em função de avanços tecnológicos adaptadores ou inovadores, mas fundamentalmente sustentada por um processo de superexploração da força de trabalho - e um conseqüente aumento da produtividade.

Alguns dados mais positivos acerca da participação do empresariado são apresentados no documento “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015: Balanço das Atividades Estruturantes”, de 2011. Entretanto, não a ponto de mudar substancialmente as estratégias de enfrentamento da situação, exigindo, portanto, que o aparato estatal mantenha o mesmo foco: “De uma maneira geral, nas políticas governamentais de C,T&I mantém-se focadas tanto no fortalecimento da base científica e tecnológica quanto na ampliação da capacidade de inovação do setor empresarial.” (MCT, 2011, p. 30)

A visão sistêmica em relação à inovação, já se enuncia em 2001, permeia as conferências nacionais de 2005 e 2010, e chega, dez anos depois, em 2011, formulada num patamar de grande articulação e coerência com a política econômica, notadamente com a política industrial e de comércio exterior.

Em 2001, no “Livro Branco”, documento oficial com os resultados da 2ª CNCT&I, compreende-se inovação como um fenômeno complexo e multidimensional. Esta compreensão se tornará central no desenvolvimento posterior da política, em especial, enquanto elemento direcionador da ação do aparato estatal:

O processo de inovação tem características sistêmicas, das quais se sobressaem: a política nacional de CT&I, empresas, organizações de pesquisa e desenvolvimento, infra-estrutura de C&T, sistema educacional e de treinamento, ambiente macroeconômico e marco normativo, em particular os incentivos à inovação bem como à participação em alianças estratégicas no plano internacional. (MCT, 2002, p.27)

O discurso é único e articulado, plenamente coerente com o que é enunciado no “Plano Brasil Maior: Inovar para competir. Competir para crescer.”, que constitui a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do governo Dilma Rousseff para o

período de 2011 a 2014. O Estado é vigorosamente ativo na sua função de estimular o mercado:

Integrando instrumentos de promoção produtiva e apoio a investimentos em inovação e em capital fixo com instrumentos de estímulo ao comércio exterior e à internacionalização das empresas, o Plano Brasil Maior contribui para a construção de atributos competitivos capazes de viabilizar uma trajetória de crescimento sustentável e inclusivo, puxada pela inovação tecnológica. A inovação e o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor são a força-motriz dessa trajetória, que pode levar a uma mudança positiva da posição relativa do país na economia mundial. (MDIC, 2011, p.9-10)

2.3.3. Ciência e tecnologia como matriz sistêmica

No decorrer das conferências nacionais, em especial a partir da terceira, é possível observar o contínuo e progressivo amadurecimento, na formulação da política de Estado e no discurso oficial, do caráter sistêmico da política de ciência, tecnologia e inovação: envolvendo empresas, universidades e níveis de governo; seu arcabouço legislativo – marcos regulatórios; e todas as demais ações e políticas públicas para o incremento da inovação empresarial, em especial sua articulação com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.

A partir de 2003, no impulso do novodesenvolvimentismo, o Estado busca a articulação da Política de Ciência e Tecnologia com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. Pautando-se no documento “Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)”, de 2003, Viotti⁹⁹ aponta como objetivos da PITCE “(...) aumento da eficiência da estrutura produtiva, aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e expansão das exportações.” Também segundo Viotti, a PITCE: “(...) reabilitou as políticas industriais, que haviam sido banidas na fase anterior do desenvolvimento brasileiro. (...) representou a primeira vez que, no Brasil, se buscou de maneira explícita a articulação da política industrial com a política tecnológica.” (VIOTTI, 2008, p.155)

Atentando para a necessária articulação entre as políticas, na 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Presidente Lula, no Discurso de Abertura lembra o lançamento da PITCE, ocorrido em novembro de 2003: “E esta Conferência acontece

⁹⁹ Consultor Legislativo do Senado Federal para política científica e tecnológica; professor colaborador e pesquisador associado do programa de mestrado em Política e Gestão de C&T, do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB).

exatamente um ano após o lançamento da nossa Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e da vigência da Lei de Inovação, instrumentos fundamentais para a pesquisa científica no Brasil.(MCT, 2006, p.12)

Na mesma linha, no Capítulo 1 do documento oficial da 3ª CNCT&I, Carlos Américo Pacheco ressalta a necessidade de mudanças na estrutura industrial e a centralidade da política tecnológica na política industrial e para o desenvolvimento do país.

A PITCE representa um importante avanço, nesse processo, ao formalizar uma proposta governamental para C,T&I que enfatiza a necessidade de mudanças na estrutura industrial, assim como na identificação e no aproveitamento de oportunidades. Relevante também é a manifestação explícita, em documentos e intervenções de entidades representativas da indústria (Confederação Nacional da Indústria - CNI), federações estaduais e associações setoriais), sobre a centralidade da política tecnológica e de inovação na política industrial e na agenda de desenvolvimento. (MCT, 2006,p.68)

A proposição de inovação tecnológica, que caracteriza a política adotada pelo Estado brasileiro – política que perpassa os últimos governos, incluindo o atual governo da Presidenta Dilma é matizada na prática, pela influência de instituições de peso como o Banco Mundial. Argumentando que a inovação depende de investimentos em P&D e da disponibilidade de mão-de-obra qualificada e que tais atividades são dispendiosas e podem ser limitadas por outras variáveis até mesmo políticas, o Banco Mundial considera mais recomendável a adoção de tecnologias:

Os dados sugerem, contudo, que, levando-se em conta o seu nível de desenvolvimento, a ênfase na adoção de tecnologia (transferência internacional e difusão local) pode ser mais eficiente em termos de custo do que as atividades de P&D internas das empresas. O impacto da adoção de tecnologia na produtividade do trabalho é particularmente evidente a partir dos resultados obtidos para as variáveis de estoque de capital e de uso de computadores nas equações de produtividade. (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 158)¹⁰⁰

A última CNCT&I, em 2010, aprofunda uma formulação sistêmica da inovação, que reflete a complexidade, a abrangência e a centralidade que a política de ciência, tecnologia e inovação deve assumir:

¹⁰⁰ Para aprofundamento acerca da posição do Banco Mundial, ver Cap. 3 “As Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Formação para o Trabalho Complexo no Brasil de Hoje”, em NEVES, Lúcia M. W. e PRONKO, Marcela A., “O Mercado do Conhecimento e o Conhecimento para o Mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo”, EPSJV/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.

No contexto brasileiro atual, a agenda macroeconômica tem relação com política industrial, câmbio, taxa de juro real e demais fatores com peso determinante no funcionamento do mercado de bens e serviços. A política de inovação deve ser, portanto, parte de uma robusta política econômica e industrial que busque mudar a estrutura industrial do País e os mecanismos de apoio e fomento à inovação, especialmente nas empresas nacionais.” (MCT, 2010, p.37)

Em 2011, a dimensão sistêmica busca aprofundar as conexões entre as diversas políticas, como diretriz central da política de governo. No documento “Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015: Balanço das Atividades Estruturantes”, de 2011, constatamos a diretriz da integração:

Nessa trajetória é importante ressaltar a profícua articulação entre a política de C,T&I e a política industrial brasileira, representada pela Política Industrial, Tecnológica e de Comercio Exterior (PITCE), de 2003 a 2007, pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008 a 2010 e pelo Plano Brasil Maior (PBM), lançado em agosto de 2011, que tem C,T&I como diretrizes centrais da política de governo. (MCT. 2011, p.23)

No Plano Brasil Maior, política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior, para o período 2011/2014, a chamada matriz sistêmica também se apresenta, referenciada nos países desenvolvidos:

A política também conta com uma dimensão sistêmica, de natureza horizontal e transversal, voltada para o aumento da eficiência econômica agregada da economia e para a evolução de conhecimentos estratégicos em direção à matriz tecnológica mundial. (MDIC, [2011], p.11)

O mesmo documento ocupa-se em explicitar, não só a mesma base teórica que fundamenta a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e origina suas estratégias, focos metas e medidas, como também destaca enquanto preocupações comuns:

Em ambas as propostas, é patente a preocupação com: (i) o investimento em inovação produtiva para a superação de defasagens tecnológicas e o enfrentamento do processo de substituição por importações; (ii) a formação e qualificação de recursos humanos; (iii) o fomento aos setores intensivos em conhecimento; (iv) a indução da produção mais limpa; (v) a necessidade de diversificação da pauta de exportações e de promoção da internacionalização; (vi) o uso do poder de compra do Estado como indutor da inovação, ampliação do acesso a bens e serviços e melhoria da qualidade de vida da população. (MDIC, [2011], p.21)

A dimensão sistêmica é uma característica marcante na formulação da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, que, como vimos, apresenta grande empenho na busca da integração das políticas e do conjunto das ações das instâncias e órgãos governamentais, assim como das organizações sociais e demais organizações da sociedade civil, em especial as empresariais, para alcance de seus objetivos e metas.

A proposta de “*inovação*” derrama-se também para os demais setores e áreas sociais, visto que um ambiente político propício às novas institucionalidades e uma sociedade acolhedora à idéia da inovação no setor produtivo é o cenário ideal pretendido pelas ações estatais.

Como veremos mais adiante, no eixo “Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social”, da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, não podemos constatar o mesmo esforço e a mesma capacidade de elaboração, articulação e integração de estratégias, objetivos e metas.

2.3.4. Um Estado ativo para a promoção do desenvolvimento

A importância da ação estatal na implementação de uma matriz sistêmica, tendo como elemento central a inovação, transparece na elaboração do conjunto das políticas econômicas e sociais, na reestruturação do aparelho de Estado e na sua articulação com a sociedade civil organizada - particularmente com as organizações empresariais e as universidades, nos marcos regulatórios definidos pelo Estado e na política de financiamento e suas ações de fomento, incentivo e subvenção, em especial destinadas às empresas.

Essa é uma referência claramente assumida pelo Brazil Institute, vinculado ao Woodrow Wilson International Center for Sholars¹⁰¹, que ademais, apresenta o Estado, e de forma ainda mais relevante nos países em desenvolvimento capitalista, como peça-chave nas proposições desses novos arranjos produtivos para a geração de inovações:

Diversos casos de sucesso da atuação direta do Estado na geração de inovações podem ser identificados pelo mundo, e estes ocorrem principalmente quando esta atuação se dá com foco nas necessidades do mercado, principalmente internacional, e em parceria com empresas privadas. No Brasil, por exemplo, algumas empresas estatais e mistas têm mostrado que tratam do tema de inovação de maneira sistêmica e sustentável. Três grandes exemplos dessa tendência são a Petrobras —Empresa

¹⁰¹ Instituto criado pelo Congresso dos EUA, em 1968, para pesquisa e colaboração em questões nacionais e mundiais. Em 2006, cria o Brazil Institute (diretor atual Paulo Sotero), a partir da convicção de que o Brasil e suas relações com os Estados Unidos merecem maior atenção em Washington.

Brasileira de Petróleo, a Embrapa —Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a Fiocruz — Fundação Oswaldo Cruz. (SENNES, 2009, p.13)

Sem entrar no mérito da exequibilidade de uma matriz sistêmica de desenvolvimento, articulada, inclusive, à política macroeconômica, podemos compreender a dinâmica da ação ativa do Estado, no campo da ciência, tecnologia e inovação, em, pelo menos, dois aspectos importantes: os marcos regulatórios e a permanente (re) estruturação das instituições e da gestão.

Procuraremos estabelecer uma visão geral sobre esses aspectos, sem pretender esgotar o conjunto das iniciativas, mas abordar aquelas que possam expressar a configuração das estratégias e diretrizes da política de ciência, tecnologia e inovação, a partir do ano 2000.

2.3.4.1. Marcos Regulatórios

Por constituírem o primeiro mecanismo automático de incentivo à inovação, merecem destaque as alterações tributárias introduzidas na Lei nº 10.637/2002: a empresa poderia abater da apuração do lucro duas vezes o seu investimento em despesas correntes em inovações para o efeito de reduzir o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Um marco regulatório importante, aprovado em 2004, é Lei da Inovação, dispendo sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. A influência dos empresários é notória na formulação da lei, e, segundo Roberto Nicolsky, Diretor Geral da PROTEC¹⁰², em matéria no site do jornal digital Brasil Econômico, a PROTEC “(...) propôs a criação da subvenção econômica (artigo 19) e, no Congresso, sugeriu a inserção do inciso IV no artigo 27, criando o princípio de que as compras públicas devam ser utilizadas para estimular o desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras.”

A Lei da Inovação foi também uma primeira iniciativa no sentido de deslocar a primazia da produção de ciência e tecnologia do locus da universidade para o setor produtivo. Melhor dizendo: no sentido de expandir a lógica de acumulação do capital à pesquisa

¹⁰² A PROTEC (Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica) é uma organização “em prol da inovação tecnológica nacional”, que agrega entidades empresariais de peso no cenário nacional, como a FIRJAN - Federação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, FIESP - Federação de Indústrias do Estado de São Paulo, FIEB - Federação de Indústrias do Estado da Bahia, CNI - Confederação Nacional da Indústria, FIEP - Federação de Indústrias do Estado do Paraná, Senai - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Diretoria Nacional, Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Informação acessada no site <http://site.protec.org.br>, em 10/09/2012.

científica e tecnológica na academia, garantindo a transferência de seus resultados para o setor privado.

Agências internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo, assinalam como desfavorável a não interligação das atividades da comunidade acadêmica com o setor privado e avaliam que existe nas universidades a tendência a realizar pesquisas excessivamente “teóricas” e que, junto com os laboratórios públicos, dedicam-se principalmente à produção de um conhecimento conceitual “puro”. Consideram a Lei da Inovação *modesta em abrangência e profundidade* (BANCO MUNDIAL, 2008)

Nesse deslocamento, a própria legislação brasileira identifica e destaca a empresa como a liderança considerada necessária para o processo de incremento da ciência e da tecnologia. Esse é um aspecto importante, que certamente terá ressonância nos processo de tomada de decisões e trará repercussões ainda maiores em termos de envolvimento, poder e influência da (e na) comunidade acadêmica: a universidade está sendo arrastada para o setor produtivo e a lógica da produção capitalista está se impondo na universidade.

Referindo-se à influência da comunidade acadêmica na formulação da política de C&TI brasileira, Viotti, chama a atenção para o fato de que essa influência ainda é “... relativamente ampliada em razão da ainda diminuta participação no processo de formulação da política de outros segmentos da sociedade, em especial, de membros do setor produtivo.” (VIOTTI, 2008, p. 148)

Em 2005, a chamada Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) amplia incentivos fiscais a empresas que desenvolverem inovações ou adequações tecnológicas - a chamada “inovação incremental”, em produtos ou processos. Dentre os principais incentivos da Lei do Bem, destaca-se a possibilidade de excluir até 80% dos dispêndios com P&D diretamente da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Por ocasião da 3ª CNCT&I, em 2005, o então Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende, analisando a evolução da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e dos seus instrumentos de apoio, destaca como da maior importância as linhas de financiamento de subvenção econômica às empresas, “(...) não somente para fortalecer a cultura inovadora no meio empresarial, e, conseqüentemente, sua competitividade nacional e internacional, mas também para consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.” (MCT, 2006, p.56)

O Livro Azul, da 4ª CNCT&I, na parte em que apresenta o objetivo de maior flexibilidade na gestão das instituições científicas e tecnológicas, reafirma:

Recomendações oriundas de diversos setores da academia (SBPC e ABC) e do setor empresarial quanto ao aprimoramento desse marco convergem para novas formas de parceria e de relações público-privadas, maior flexibilidade na gestão das entidades públicas e regras que orientem as questões da propriedade intelectual. (MCT, 2010, p.66)

O mais recente marco regulatório, ainda em discussão, apresentado no ano seguinte à realização da 4ª CNCT&I, é o Projeto de Lei nº 2.177/2011, denominado Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que pretende reunir em um único documento todo o conjunto de leis de apoio e fomento à inovação tecnológica.

2.3.4.2. Estruturação e Gestão

As políticas de estímulo e apoio à inovação estão direcionadas explicitamente para o setor produtivo, a empresa é considerada o lócus da inovação. Num esforço de articulação intersetorial nacional, a Política de C&TI, entre outras estratégias e ações de fomento e apoio, dedica-se a azeitar o funcionamento de um sistema nacional que viabilize a inovação, definindo suas áreas estratégicas.

A 2ª CNCT&I, realizada em 2001, assume como objetivo maior da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação a implantação de um Sistema Nacional de Inovação, que, segundo Neves e Pronko (2008, p. 167),

... materializa a subsunção do aparato científico e tecnológico aos imperativos de aumento exponencial da produtividade capitalista sob a finança mundializada. Para isso, a criação desse sistema seguirá as diretrizes neoliberais para a política social: flexibilização, descentralização, privatização e participação.

Esta mesma conferência nacional, ainda no governo FHC, aponta claramente o papel decisivo que o Estado passa a assumir na implementação do sistema de inovação:

É o Estado que articula os atores envolvidos; financia a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico; mantém a infra-estrutura de ensino, pesquisa e prestação de serviços tecnológicos; estimula o desenvolvimento tecnológico privado, subsidia o processo de inovação, regula e protege os direitos à propriedade intelectual, e concede proteção e incentivos diferenciados a tecnologias estratégicas e de elevado risco. Cria-se, desse modo, um ambiente favorável e estimulante à inovação, com suporte direto e indireto do setor público. (MCT, 2002, p.29)

O Estado, na área da Ciência e Tecnologia, busca adaptar-se às novas determinações para a gestão pública, *publicizando*¹⁰³ atribuições e adotando a diretriz política da “participação” como elemento fundamental da política realizada.

No campo da gestão pública, algumas atribuições na área de ciência e tecnologia foram *publicizadas* com a criação, em 2001, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), uma organização social (OS) vinculada ao MCT por um contrato de gestão.

O CGEE assume como finalidades e objetivos¹⁰⁴:

- ✓ Promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de ciência e tecnologia e suas relações com setores produtivos;
- ✓ Promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos;
- ✓ Difundir informações, experiências e projetos à sociedade;
- ✓ Promover a interlocução, articulação e interação dos setores de ciência e tecnologia e produtivo;
- ✓ Desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; e prestar serviços relacionados à sua área de atuação.

A 2ª CNCT&I, em 2001, referia-se às mudanças já efetuadas na própria estrutura do MCT, incluindo alterações no CNPq e Finep e apontava a necessidade de novos modelos de gestão da política de CT&I, que

(...) devem levar em conta as oportunidades de ações conjuntas com outras áreas e definir mecanismos de coordenação tanto com as políticas macroeconômicas como com as demais políticas setoriais. (...), e também a necessidade de reformas nos institutos de pesquisa, com a adoção de “(...) modelos associados a missões e mandatos diferenciados em substituição ao padrão uniforme que prevaleceu no passado recente. (MCT, 2002)

A 3ª CNCT&I, em 2005, reafirma o papel que o Estado deve assumir, inclusive na área educacional. Enfatiza uma ação de mão-dupla, não só com políticas educacionais que formem a força de trabalho especializada, necessária para implementar os processo de inovação nas empresas, mas também com ações que estimulem a absorção dessa força de trabalho pelas empresas.

Além de reforçar a importância dos marcos regulatórios da ciência e tecnologia que colaboram para criar novos patamares de integração e de fomento à inovação, a 4ª CNCT&I,

¹⁰³ Publicização - transferência para o setor público não-estatal de serviços sociais e científicos até então prestados pelo Estado. (BRESSER-PEREIRA, 1998)

¹⁰⁴ Informações acessadas em www.cgee.org.br, em 12/02/2012.

realizada em 2010, destaca a opção pela elaboração de planos plurianuais, a importância da gestão articulada nos vários níveis de governo e o papel fundamental de “harmonização entre as políticas dos diversos ministérios que atuam na área de CT&I”, e de “instrumento de coordenação central do sistema nacional de CT&I”, que vem sendo assegurado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, presidido pelo Presidente da República. (MCT, 2010)

O esforço para um funcionamento sistêmico é marca da gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que, buscando modernizar e dinamizar sua gestão, está desenvolvendo uma plataforma denominada Aquarius e desenvolvendo uma ferramenta denominada Monitor das Políticas de CT&I com o objetivo de acompanhar e avaliar as políticas de CT&I no Brasil. (MCT, [2011])

Somam-se a esse esforço as iniciativas visando concretizar a diretriz da “participação social”, de acordo com a proposição política de garantir legitimidade às políticas de Estado.

2.3.5. A Fundamental Importância da Participação da Sociedade Civil

No Brasil, na década de 80, no contexto da luta contra a ditadura implantada no país, a sociedade civil passou por um processo de crescimento e fortalecimento. Essas transformações ajudam a compor um cenário de maior complexificação para a luta política, que, passa então, a exigir que o mote do desenvolvimento social incorpore de forma criativa e abrangente a proposição fundamental da participação social.

Com a volta de exilados políticos, são criadas diversas organizações da sociedade civil, autodenominadas não-governamentais, que assumem e difundem a idéia de uma sociedade civil autônoma e possuidora de capacidades e prerrogativas de transformação social. Esta compreensão da sociedade civil como uma instância contraposta ao Estado, por um lado restringe a natureza do Estado capitalista, supervaloriza os dispositivos de participação na aparelhagem de Estado e contribui para uma aceitação acrítica das estratégias amplamente produzidas pelas classes dominantes na década seguinte.

O fim da ditadura militar abre caminho para uma reforma das estruturas do Estado e para a redefinição das relações que envolvem a sociedade civil. A imbricação da sociedade civil com a aparelhagem estatal e as variadas formas de contemplar a participação popular tiveram seu arcabouço jurídico planejado e construído a partir da reforma do aparelho de Estado, em 1995.

A participação é uma estratégia mestra do novo Estado brasileiro, e, absolutamente consensual entre os organismos internacionais. O Banco Mundial, em 1996, publica o “*The*

World Bank participation sourcebook” – onde apresenta uma nova direção em apoio à participação, e o BID, apresenta, em 1997, uma publicação intitulada “*Libro de consulta sobre participación*”, onde assinala “*que vê a participação como o elemento essencial para impulsionar o desenvolvimento e a democracia no mundo*”. (KLIKSBURG, 1998, p. 69)

Nos anos 90, a estratégia da participação popular já se explicitava nas iniciativas governamentais para estabelecer “rodas de conversas”, “mesas de diálogo”, “controle social” e “conselhos paritários governo-sociedade civil” em diversas áreas sociais, revelando a importância da construção do consenso na sociedade civil e o protagonismo da classe dominante como classe dirigente, educadora desse consenso.

Nessa mesma década, vemos no Brasil uma série de iniciativas, projetos e programas governamentais que estimulam a criação de organizações da sociedade civil (OSC) e fomentam parcerias público-privadas, fortalecendo uma *participação social* que, na ausência de um efetivo espaço público de debate e deliberação, caracterizava-se pela baixa politização das demandas sociais, mas conseguia, mesmo que questionavelmente, impregnar-se de um popular caráter anti-clientelista. Certamente, a ofensiva neoliberal de construção de uma hegemonia das classes dominantes, passa necessariamente pela captura e incorporação – o que não significa atendimento - dos anseios e demandas das classes trabalhadoras e populares.

Analisando as políticas sociais, em publicação do IPEA¹⁰⁵, Silva, Jaccoud e Beghin assim descrevem a participação social:

A participação social nas políticas públicas se apresentava assim, nesta perspectiva, não como ampliação do espaço político do debate, mas de substituição da ação direta dos atores sociais baseada nos princípios da solidariedade e da responsabilidade social privada. (SILVA, JACCOUD e BEGHIN, s/d, p. 378)

Em 1995, o Governo Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Comunidade Solidária, “como um instrumento para promover a participação cidadã e novas formas de diálogo entre o Estado e a sociedade civil.” (LOBO, 2002, p.1) Esse programa fazia parte da chamada Rede de Proteção Social – uma junção de diversos programas sociais de distribuição de renda e redução da pobreza, desativada no início do Governo Lula, tendo alguns programas sido incorporados ao Programa Fome Zero. Foi uma iniciativa que disseminou a parceria público-privado e provocou o surgimento de inúmeras Organizações da Sociedade Civil (OSC), que buscavam integrar os vários programas financiados. As comunidades organizadas

¹⁰⁵ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Informação acessada em <http://www.ipea.gov.br>, em 12/06/2012.

garantiam a criatividade das práticas sociais, o baixo custo e uma imensa propaganda governamental.

Organização da Sociedade Civil (OSC) é um termo genérico que denomina qualquer forma de organização de direito privado e fins públicos, podendo incluir sindicatos, partidos, clubes, etc.. Geralmente é um termo auto-empregado por organizações voltadas para questões de interesse coletivo, mesmo que referentes a grupos específicos.

Na reforma do Estado, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) visando garantir a *publicização* de ações do Estado, teve uma atuação fundamental na implantação de Organizações Sociais (OS).

De acordo com os documentos oficiais do MARE, as Organizações Sociais (OS) são:

(...) um modelo de organização pública não-estatal destinado a absorver atividades publicizáveis mediante qualificação específica. Trata-se de uma forma de propriedade pública não-estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público. As OS são um modelo de parceria entre o Estado e a sociedade. O Estado continuará a fomentar as atividades publicizadas e exercerá sobre elas um controle estratégico: demandará resultados necessários ao atingimento dos objetivos das políticas públicas. O contrato de gestão é o instrumento que regulará as ações das OS. (MARE, 1998, p.13)

Com o desenvolvimento das parcerias público-privadas, a Lei das OSCIP, ou como é também conhecida, a Lei do Terceiro Setor - Lei 9.790/99, foi instituída visando qualificar as organizações da sociedade civil, que se enquadrem nas exigências e finalidades definidas na lei, para a celebração de convênios com o poder público.

Sem o intuito de aprofundar as diferenças e significados políticos das relações estabelecidas entre o poder público e as variadas formas organizativas da sociedade civil, cabe chamar a atenção para uma diferenciação significativa entre as OS e as organizações qualificadas como OSCIPs. Uma OS enquadra-se no escopo de *publicização* de responsabilidades e ações do Estado, recebendo recursos e podendo receber patrimônio público e absorver funcionários públicos, por meio de um “contrato de gestão”. O estatuto de OSCIP possibilita à organização assinar com o poder público um “termo de parceria”, por meio do qual recebe recursos para executar atividades consideradas de interesse público, previstas em lei. Os recursos repassados para uma OS via contrato de gestão não estão de

forma automática submetidos ao controle interno de uma auditoria do governo, já os recursos recebidos por uma OSCIP são auditados pelo poder público.

São as diretrizes da reforma do aparelho de Estado e as orientações e proposições dos organismos internacionais para o desenvolvimento social, no caminho harmônico da “boa governança”, que embasam a atuação do Estado brasileiro nas iniciativas de construção de diálogo, modelos e dispositivos de participação da sociedade civil.

Para Bresser Pereira, ministro da Reforma do Estado, no período do Governo FHC, para aumento da governabilidade¹⁰⁶ do Estado, além de uma boa governança¹⁰⁷, é fundamental a n do governo perante a sociedade civil:

Para o problema da governabilidade, porém, o mais grave - senão fatal - para os governos é perder o apoio da sociedade civil, visto que, em termos práticos, a governabilidade se confunde com a “legitimidade” do governo, ou seja, com o apoio de que dispõe na sociedade civil. (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 31)

As iniciativas de reforma no âmbito da gestão do Estado e a intensificação da interlocução com a sociedade civil ocorrem num quadro econômico-social marcado pela dificuldade de retomada do crescimento econômico e pela priorização da estabilidade dos preços em prejuízo do pleno emprego: o segundo mandato de FHC não consegue cumprir sua promessa de um crescimento sustentado.

Num quadro econômico-político de aumento do desemprego e grande insatisfação dos trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores elege, em 2002, o Presidente da República, com 61% dos votos válidos.

Em que pese a ocorrência de mudanças no centro do poder do aparelho de Estado, em termos político-partidárias, nunca dantes experimentadas no país, adentramos os anos 2000, seguindo o mesmo trilho político neoliberal: a temática do desenvolvimento é retomada, fortemente demarcada pelo social, como se vê no discurso do “combate à fome e à pobreza absoluta”¹⁰⁸ – carro-chefe do programa eleitoral do candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, nas eleições de 2002.

Contando com menos de um quinto dos assentos no Congresso, governabilidade e governança foram elementos que mereceram grande atenção na primeira gestão de Lula na

¹⁰⁶ Definida pelo autor como a *capacidade política de governar*.

¹⁰⁷ Definida pelo autor como a capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo.

¹⁰⁸ Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente: Um Brasil para todos (p. 25). Acessado no site <http://www.fpabramo.org.br>, em 12/04/2012.

Presidência do Brasil. Uma estratégia, denunciada em 2005, utilizada para costurar a adesão dos partidos menores foi o famoso “mensalão”¹⁰⁹ – em grande medida naturalizado, por certa perspectiva histórica, como prática generalizada na política brasileira.

Face à necessidade de manter, além de bases de governabilidade, a coesão social, a área social adquire enorme apelo no governo petista, eleito com a promessa de “acabar com a fome no país”. No primeiro ano de mandato, é lançado o Programa Fome Zero que, logo no segundo ano, é substituído pelo Programa Bolsa Família, posteriormente abrigado no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com um custo baixo e um impacto político enorme junto às classes populares.

Nos dois primeiros anos da gestão Lula, com o aprofundamento de medidas visando controlar os elementos de instabilidade e crise na economia e uma postura rígida com relação às metas fiscais estabelecidas pelo FMI, o quadro era de elevação de preços e do desemprego e de queda do crescimento econômico - segue-se a cartilha econômica neoliberal. Com o aumento das exportações, em 2004, face à acelerada demanda chinesa, verifica-se crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), melhorias nos negócios, nas receitas do Estado e nos empregos no país, o que, combinado com os programas de distribuição de renda, possibilitou uma redução na pobreza no país.

Esse quadro no campo social potencializa o apoio eleitoral de amplas camadas das classes trabalhadoras e populares, o que leva Lula a um segundo mandato, e suscita a retomada de um discurso desenvolvimentista, supostamente alternativo ao neoliberalismo, com viés industrial-nacionalista e plenamente associado ao desenvolvimento social.

A promoção do novo-desenvolvimentismo, ou neo-desenvolvimentismo, sustentaria uma posição favorável ao industrialismo e contrária à especulação financeira, assim como à direita oligárquica. Entretanto, Katz questiona frontalmente o antagonismo desses interesses:

Mas será assim tão evidente a divisão entre neo-desenvolvimentistas e neoliberais? Não existem inumeráveis vínculos entre os industriais e os financistas? As conexões entre ambos os sectores têm sido muito estudadas e surpreende a sua omissão na hora de apostar num choque entre os dois grupos. A amálgama é tão grande que um líder natural do pelotão neo-desenvolvimentista, como Lula, tem mostrado – até agora – mais afinidade com o capital financeiro do que com os setores industriais. (KATZ, 2006, p.7)

¹⁰⁹ Esquema de compra de votos de parlamentares, atribuído ao Partido dos Trabalhadores em 2005/2006. O julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi concluído em dezembro de 2012, inocentando 12 réus e condenando 25 réus.

O neo-desenvolvimentismo brasileiro intensifica também, de forma vigorosa, a diretriz da coesão social, na busca da participação da sociedade civil em toda sorte de mecanismo participativo orquestrado em todos os campos e áreas de atuação governamental. A ideologia do desenvolvimento social e da participação popular privilegia o *local* e a *comunidade*, aprofundando e legitimando as desigualdades produzidas pelo capitalismo e buscando isolar esses “espaços harmônicos” das estruturas econômicas e políticas de maior escala. A luta de classes inexistente nessa fábula participativa criada e recriada pelo neo-desenvolvimentismo no Brasil.

O tema do desenvolvimento social, historicamente vinculado à preocupação das classes dominantes com a estabilidade política, nos anos 70-80, em plena ditadura militar, ganhava nítidos contornos conservadores no binômio desenvolvimento X segurança. No novo século, em tempos de consolidação neoliberal, de neodesenvolvimentismo, de promessas de capitalismo humanitário, continua na pauta e agora torna-se melhor expresso pelo relação desenvolvimento X participação social.

2.3.6. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

A temática da inclusão e do desenvolvimento social permeia as CNCT&I, os discursos governamentais, os posicionamentos de intelectuais e chega a alcançar as organizações de trabalhadores.

No Livro Branco da 2ª CNCT&I, realizada em 2001, os mesmos conteúdos que, posteriormente irão integrar o 4º eixo estratégico do PACTI 2007-2010 (Ciência e Tecnologia para a Inclusão e o Desenvolvimento Social – onde se inserem as Tecnologias Sociais), estão contemplados, principalmente, no escopo da Diretriz Estratégica VII “Educar para a Sociedade do Conhecimento” - que explicita o Estado como agente educador de uma cultura científico-tecnológica, entendida como capaz de criar uma sociabilidade de ampla aceitação da PCT&I:

Induzir um ambiente favorável a um aprendizado permanente; · Difundir a cultura científica e tecnológica na sociedade; · Ampliar condições de acesso e uso de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para os distintos segmentos da sociedade; · Estimular a utilização da TIC na universalização do acesso à educação científica e tecnológica; · Incentivar o envolvimento dos meios de comunicação na cobertura dos assuntos de CT&I; · Contribuir para modernizar e aperfeiçoar o ensino de ciências; · Promover e apoiar a implantação de museus e exposições de C&T (MCT, 2002, p.67)

A 3ª CNCT&I estabeleceu “Inclusão Social” como um dos cinco Grandes Temas para os Seminários Temáticos - subitens entre parênteses: 1) Inclusão Social (educação, emprego e renda: o trabalhador e a inovação, cidadania, habitação, meio ambiente, saúde e segurança); 2) Áreas de interesse nacional (defesa : espaço, mar e terra, fronteiras, Amazônia, recursos naturais e energia); 3) Presença Internacional (Cooperação internacional: presença do Brasil em órgãos internacionais, cooperação com o hemisfério Norte, cooperação Sul-Sul, cooperação com a América Latina, inserção de empresas brasileiras de base tecnológica no cenário internacional, pesquisa e desenvolvimento nas empresas multinacionais no Brasil); 4) Gestão e Regulamentação (legislação – maços regulatórios, propriedade intelectual, indicadores, avaliação e instrumentos de gestão e financiamento – financiando a inovação e inovando no financiamento) e 5) Geração de Riqueza (o Brasil na economia do conhecimento, a cultura de geração de riqueza por meio de CT&I, modelos de inserção de CT&I no desenvolvimento nacional, papel dos institutos de pesquisa na geração de riquezas, o retrato de P&D nas empresas do Brasil, o ambiente de apoio à P&D nas empresas, globalização de P&D : oportunidades para o Brasil e projetos mobilizadores).

O CGEE, fiel ao seu papel de promover estudos e pesquisas para o MCT, numa Edição Especial da sua revista “Parcerias Estratégicas”, publica, como contribuição aos Seminários Temáticos, preparatórios da 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, inúmeras contribuições de intelectuais, empresários e de representantes do terceiro setor sobre o tema da Inclusão Social.

O discurso do Presidente Lula, na abertura da 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, traz o carimbo da “inclusão social” que, aliado ao mote neo-desenvolvimentista, impregna o conjunto das políticas públicas: ”O Brasil entrou num novo ciclo de desenvolvimento, com inclusão social, que precisa cada vez mais de conhecimento e inovação tecnológica” (MCT, 2006, p.12)

Mais à frente, no mesmo discurso, o Presidente Lula destaca a prioridade dada por seu governo à tecnologia para a inclusão social. Os exemplos elencados são expressivos do significado principal de difusão de conhecimentos científico-tecnológicos e, principalmente, de mobilização de amplas parcelas da população: o Programa de Extensão Tecnológica - “para colaborar com as comunidades de baixa renda na produção e transmissão do conhecimento” e a 1ª Olimpíada Brasileira das Escolas Públicas. Os eventos escolares ganham grande destaque na fala do Presidente, chegando mesmo a arrebatá-lo: “O desejo, na verdade, é que no ano que vem a gente comece a pensar na Olimpíada de Português. Quem sabe a gente vá criando olimpíada por matéria (...)” (MCT, 2006, p.18)

No documento síntese das conclusões e recomendações da 3ª CNCT&I, realizada em 2005, Sergio Machado Rezende, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, explicita os quatro eixos da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação:

Além do eixo horizontal, [de expansão, consolidação e integração do Sistema Nacional de C,T&I], destacam-se três eixos verticais, orientados para a capacitação e a mobilização da base científica e tecnológica nacional, com vistas a promover a inovação nos marcos e diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE); viabilizar programas estratégicos que salvaguardam a soberania do país; e promover a inclusão e o desenvolvimento social, sobretudo em áreas mais carentes (...) (MCT, 2006, p.42)

O quarto eixo da PCT&I – Ciência e Tecnologia para a Inclusão e o Desenvolvimento Social – apresenta-se dirigido às populações e regiões mais carentes e suas proposições demarcam seu caráter central e pragmático de “difusão da cultura científica e tecnológica na sociedade”:

Contribuir para a difusão e a melhoria do ensino de ciências, universalizar o acesso aos bens gerados pela ciência e pela tecnologia e, ao mesmo tempo, ampliar a capacidade local e regional de difundir o progresso técnico, ampliando a competitividade econômica e melhorando a qualidade de vida da população das áreas mais carentes do país. (MCT, 2006, p.43)

No mesmo documento da 3ª CNCT&I, o Capítulo 2, específico sobre “Inclusão Social”, apresenta alguns conteúdos que sugerem uma tentativa de abarcar e neutralizar algumas contradições internas – de uma forma titubeante e confusa. Destacamos no item “Rediscussão do Modelo de Desenvolvimento”, a proposição de uma “profunda revisão na lógica de desenvolvimento adotada no país”, com duas recomendações – uma que se reveste de uma retórica ingênua acerca do papel de estudos comparativos e outra que se coaduna inteiramente com a mesma lógica de desenvolvimento que deveria sofrer “uma profunda revisão”:

- 1) (...) estudo comparativo das várias estratégias de desenvolvimento, com base no conhecimento científico e nos resultados concretos das últimas décadas, convocando as diversas correntes de pensamento a apresentarem suas teses e propostas concretas. e,
- 2) Independentemente do modelo macroeconômico adotado, retomar o exercício do poder de compra do Estado, instrumento usado universalmente para o progresso do setor industrial e de serviços. (MCT, 2006, p. 103)

A generalidade do discurso de “inovação com inclusão social” é capaz de adquirir abrangente permeabilidade, chegando a influenciar inúmeras organizações da sociedade civil, organizações não-governamentais e, até mesmo, organizações sindicais com histórico de apoio às lutas dos trabalhadores, como é o caso do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).¹¹⁰

Um mês antes da 3ª Conferência Nacional 18¹¹¹ organizações não-governamentais, reuniram-se e elaboraram o documento “Declaração das ONGs: Ciência e Tecnologia com Inclusão Social” - apresentado na 3ª Conferência pelo ITS Brasil. Do conjunto de instituições que assinam essa Declaração, mais da metade tem sua sede na Região Sudeste e são entidades com inserção e vínculos com diferentes setores e segmentos sociais, incluindo órgãos governamentais, a comunidade acadêmica, o empresariado, a igreja católica, setores populares e trabalhadores do campo.

Neste documento as organizações signatárias considerando os grandes desafios colocados, em matéria de ciência e tecnologia, para a “construção de um Brasil mais humano, justo, equânime, sustentável e solidário”, apresentam 12 (doze) propostas.

A primeira proposta apresentada presta-se precisamente a esclarecer o alinhamento dessas organizações à diretriz política de “desenvolvimento com inclusão social”: “Garantir a CT&I como ferramenta para o desenvolvimento humano, econômico e socioambiental, promovendo a inclusão social dos milhões de brasileiros em situação de exclusão.” (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2005, p.6)

As demais propostas tratam das reivindicações dessas ONGs no âmbito de espaços formais de participação e interlocução, acesso a fomento, financiamento e recursos, capacitação e fortalecimento institucional, uma política de CT&I para inclusão social com ênfase na Tecnologia Social, entre outras questões.

¹¹⁰ O DIEESE não é uma organização direta dos trabalhadores, mas sim uma organização de assessoria técnica aos trabalhadores, criada em 1955 por dirigentes sindicalistas, que desenvolve também pesquisas e atividades de educação vinculadas ao mundo do trabalho.

¹¹¹ Academia Brasileira de Ciência (ABC), Agente de Pastoral Negros (APN), Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti), Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA/MA), Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN/PE), Associação Serviço de Educação Popular (SEDUP/PB), Centro Interdisciplinar de Assistência e Pesquisa em Envelhecimento (CIAPE), Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO – MST/PR), Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS/RJ), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB), Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais (FUNDIPESCA/BA), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA/PA), Instituto Banco (Palmas/CE), Instituto Ecoar para a Cidadania (ECOAR/SP), Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Tecnologia Social (ITS/SP), Rede de Informação para o Terceiro Setor (RITS/RJ).

Em 2010, outro conjunto de 23 organizações da sociedade civil (OSC)¹¹², do qual faziam parte apenas seis¹¹³ das organizações que participaram da “Declaração das ONGs” da 3ª CNCT, se reúne e apresenta sua contribuição à 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia. Nesse documento, as OSC reafirmam quatro propostas do documento de 2005, relacionadas à sua participação em determinados conselhos e órgãos colegiados, o fortalecimento da extensão universitária, editais para inovações sociais e tecnologias sociais cooperativados e considerar, nas investigações científicas, as tecnologias sociais.

Por ocasião da 4ª CNCT&I, em 2010, o DIEESE publica uma Nota Técnica, apresentando “Subsídios para a Participação do Movimento Sindical na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação”.

O DIEESE é uma organização técnica de subsídios às lutas dos trabalhadores, cujo apoio teve bastante repercussão na luta pela redução da jornada de trabalho e pelo aumento do salário-mínimo. É bastante conhecida sua Pesquisa Nacional da Cesta Básica, que divulga o valor que deveria ter o salário mínimo no Brasil, para suprir as necessidades básicas do trabalhador e de sua família: em agosto de 2012, segundo o DIEESE, o valor do salário mínimo deveria ter sido de R\$ 2.589,78.¹¹⁴

Neste documento, ao pretender explicitar o conceito de inovação que interessaria ao “movimento sindical e aos trabalhadores”, o DIEESE repete, com as mesmas referências políticas, o discurso hegemônico que vem sendo reafirmado em todas as conferências nacionais de ciência e tecnologia:

Mas, o conceito de inovação que interessa ao movimento sindical e aos trabalhadores deve ainda considerar a inovação como motor do crescimento e, ao mesmo tempo, deve promover a inclusão social. Embora a criação de um novo produto, ou de um novo processo tecnológico, seja fundamental no processo de inovação, em muitos espaços o conceito de inovação também já incorpora o âmbito dos serviços sociais, permitindo dispor a aplicação de novos modelos e de

¹¹² Associação Maranhense para a Conservação da Natureza – Amavida (MA), Banco Comunitário Paju – Rede Brasileira de Bancos Comunitários (CE), Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá – CEDEP (DF), Central Única das Favelas – Cufa (MT), Circuito Fora do Eixo/Massa Coletiva (SP), Conexão (SP), Fórum Regional de Educação Popular do Oeste Paulista – Frepop (SP), Fundação Grupo Esquel Brasil (Nacional), Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania – IIDAC, Instituto Abelhas Nativas (MA), Instituto Paulo Freire – IPF (SP), Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN (DF), Instituto Moitará (RJ), Movimento de Organização Comunitária – MOC (BA), Planeta.com (DF), Rede de Gestores Públicos da Economia Solidária (Nacional), Serviço de Educação Popular – Sedup (PB).

¹¹³ Agentes de Pastoral Negros do Brasil – APNs (Nacional), Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais – Fundipesca (BA), Grupo de Trabalho Amazônico – GTA (Região Norte), Instituto Banco Palmas (CE), Instituto Ecoar para a Cidadania (SP) e Instituto de Tecnologia Social – ITS Brasil (SP e DF).

¹¹⁴ *Notícia “Salário mínimo deveria ser de R\$ 2,5 mil, diz Dieese”*, divulgada no site do Jornal do Commercio - <http://jconline.ne10.uol.com.br>. Acessada em 02/10/2012.

metodologias inovadoras para melhorar os problemas de acesso e a qualidade dos serviços prestados às populações, em especial as menos favorecidas.” (DIEESE, 2010, p.4-5)

Ainda referente à 4ª CNCT, no Livro Azul, na parte “Por uma Amazônia sustentável”, no item “Atender as demandas sociais”, a retórica genérica de justiça e inclusão social é marcante, assim como é marcante a ausência de reflexão, plano, esforço sistêmico de fazer frente às desigualdades construídas pelas relações capitalistas dependentes.

Elaborado pelas classes dominantes, o eixo de “Desenvolvimento Social” da política brasileira de CT&I, apresenta um discurso de manipulação ideológica que, entre outras estratégias, recorre à valorização do saber popular e dos conhecimentos tradicionais, no intuito de restringir o acesso das classes populares aos seus próprios recursos, conhecimentos, criatividade e possibilidades.

Para que o País continue crescendo com solidariedade e justiça é necessário ampliar a igualdade de oportunidades para promover uma efetiva inclusão social de todos. (...) É imperioso organizar modos de proteção de conhecimento, inovações e práticas dos povos indígenas e outras comunidades locais e mecanismos que garantam a repartição dos benefícios decorrentes do uso de conhecimentos tradicionais. A integração das comunidades nativas nos processos de criação e administração de unidades de conservação pode contribuir para melhorar tanto as condições sociais como as do processo de gestão. É ainda necessário combater a fome e a miséria, respeitando os camponeses e fortalecendo a agricultura. (MCT, 2010, p.84)

É chocante, porém não surpreendente, verificar “os dois pesos e duas medidas” utilizadas pelo aparato estatal, ao lidar com o setor empresarial e as classes trabalhadoras e populares. Para os empresários: tudo! Todos os esforços, em âmbito nacional, de todos os setores e níveis de governo, além de alterações nos marcos regulatórios, que permitam repassar recursos, sem que necessariamente haja algum retorno. Já para as classes populares, reserva-se um discurso demagógico de participação, e supervalorização do conhecimento popular, restrito ao nível local, migalhas de recursos financeiros e a perspectiva de inclusão social, como redentora de toda a real desigualdade existente, produzida, reproduzida e sustentada pelas diretrizes da política sistêmica do Estado.

Na PCT&I, as necessidades reais das massas trabalhadoras aparecem como demandas dos mais necessitados, dos pobres, e são confinadas, de forma diluída e demagógica, no eixo denominado Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social – no qual se inserem as tecnologias sociais.

As necessidades atuais de acumulação e reprodução do capital, por sua vez, estão claramente identificadas nos demais eixos da política. Desenvolvimento e inclusão social é um eixo completamente secundário e apartado dos demais que compõem a política e apresenta pujança e complexidade irrisórias em relação aos demais eixos focados no incremento da competitividade industrial.

A estratégia ou eixo “Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social”, refere-se diretamente às “demandas dos mais necessitados” e busca promover a organização das camadas populares em grandes redes – como a Rede de Tecnologia Social (RTS), sustentadas por migalhas financeiras e direcionadas à resolução de problemas de âmbito local, de forma fragmentada e despotilizada, numa tentativa de construir um discurso único, coeso, sem vozes que se oponham. No âmbito da inovação social, a economia solidária é apontada como uma alternativa inovadora. Ao lado disso, intensifica-se e expande-se a superexploração das classes trabalhadoras e os demais aspectos nefastos da dependência econômica e tecnológica.

No âmbito da inovação social, atores variados constituíram, em anos recentes, uma importante rede de tecnologias sociais, envolvendo entidades da sociedade civil e organismos públicos, o que possibilitou o surgimento de ações mais criativas e integradas, embora o potencial delas ainda esteja longe de ter sido aproveitado em sua inteireza. A economia solidária vem se apresentando também como uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. (MCT, 2010, p.31)

Desenvolvimento Social é concretamente entendido na PCT&I como popularização da C&T, difusão de Tecnologia Social e economia solidária e ampliação de tecnologias assistivas. Desenvolvimento Social adquire, na Política de CT&I, no PACTI 2007-2010 (Plano de Ação de CT&I) as mesmas características das políticas sociais do Estado neoliberal: fragmentação, segmentação, recursos ínfimos, manipulação da participação popular na busca da construção de consenso político.

Mesmo considerando que a solução dos problemas sociais não esteja diretamente vinculada à difusão de conhecimentos científicos, há aqueles que, como Viotti, consideram que a temática da inclusão social, contribuiu, inequivocamente, para a inserção “das difíceis condições sociais da maioria do povo brasileiro” na agenda da PCT&I brasileira.

É muito provável que a solução dos problemas sociais brasileiros dependa muito mais de outros fatores do que da geração ou da difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos voltados para a inclusão social. Muitos dos críticos dessa linha de

política fazem essa avaliação e acreditam que a inclusão social não deveria ser objeto de um segmento específico da política de CT&I. É também possível questionar a abrangência e a eficácia das ações implementadas como instrumentos de efetiva inclusão social. Contudo, não é mais possível evitar a discussão sobre as contribuições que as ações da política de CT&I dão ou podem dar para o agravamento ou a solução das difíceis condições sociais da maioria do povo brasileiro. Essa é certamente uma questão que essa linha específica de política introduziu de maneira inequívoca na agenda da política de CT&I brasileira.” (VIOTTI, 2008, p.157)

Assumir de antemão, no discurso, algumas limitações explícitas na PCT&I, na agenda do Desenvolvimento Social, parece ser uma estratégia que busca demonstrar a boa intenção do Governo, ao mesmo tempo em que o exime de alterar o panorama da situação reconhecida. Reconhecer não implica em tomar providências para reverter a situação - não se apresenta nenhuma matriz sistêmica, nenhum novo marco regulatório e muito menos nenhum aumento significativo de recursos financeiros disponibilizados.

O discurso genérico recai sobre “mobilizar a criatividade e a inteligência coletiva dos brasileiros para resolver problemas sociais”: “Saberes populares e tradicionais devem ser reconhecidos e valorizados no processo de construção do conhecimento e em políticas de popularização da C&T.” (MCT, 2010, p.90)

As recomendações concretas da 4ª CNCT&I, no eixo “CT&I para o Desenvolvimento Social” foram marcadamente pragmáticas e específicas, o que, mesmo assim, não garantiu a execução de todas. Foi implementada a recomendação referente à inclusão digital, mas não foi implementada, por exemplo, a recomendação para implantação de um Programa Nacional de Inovação e Tecnologia Social, que previa a criação – que não ocorreu – de um Fundo Setorial para atividades de inovação social e tecnologia social, com recursos do sistema financeiro.

A Política de Ciência, Tecnologia e Inovação formulada no último mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e consolidada nos governos petistas subsequentes, fundou os alicerces e embasamentos econômicos, regulatórios e políticos para uma política de Estado voltada para o comércio internacional, centrada na inovação, focada na empresa, de matriz sistêmica e com viés participativo e de desenvolvimento e inclusão social.

O tema do Desenvolvimento Social insere-se como um eixo específico na PCT&I, ao lado dos eixos Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I; Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas. A análise da PCT&I mostra claramente que este eixo não é contemplado com a

magnitude de recursos dos outros eixos e passa ao largo de todo o esforço de articulação sistêmica, que marca o desenvolvimento da política.

Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social é um eixo que funciona na PCT&I como um apêndice político-ideológico capaz de abrigar a diretriz da inclusão social – onde se inserem as chamadas tecnologias sociais, e a proposição da participação social, sustentada pelas vastas possibilidades abertas pela reforma do Estado.

CAPÍTULO 3. A TECNOLOGIA SOCIAL NA PRIORIDADE DA INCLUSÃO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Neste capítulo buscaremos compreender, com base na análise do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação, cobrindo o período 2007-2010, como se expressa o papel e a relevância das tecnologias sociais inseridas no Eixo do Desenvolvimento Social da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Para analisar a organização e a atuação do aparelho de Estado, deteremos nossa atenção na Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e Inclusão Social (Secis), visto que esta é a instância do aparato governamental que possui a missão de formular propostas especialmente no que se refere ao desenvolvimento e à inclusão social.

3.1. A SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL (SECIS) E O EIXO IV DO PACTI 2007-2010

A análise do Eixo IV do Plano de Ação 2007-2010, C,T&I para o Desenvolvimento Social, não pode ser realizada à revelia da análise da atuação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, tendo em consideração que a finalidade/missão da Secis, explicitada em seu relatório de gestão de 2010, está vinculada diretamente a este Eixo: “Propor políticas, programas, projetos e ações que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional, bem como proporcionar a difusão e apropriação de conhecimentos científicos e de tecnologias apropriadas pela sociedade em geral.” (SECIS/MCT, 2011, p.13)

3.1.1. O Plano de Ação 2007-2010

O Plano de Ação 2007-2010 (PACTI) apresenta como seu objetivo principal “definir um amplo leque de iniciativas, ações e programas que possibilitem tornar mais decisivo o papel da ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) no desenvolvimento sustentável do País.”(MCT, 2010, p. 9)

A apresentação das prioridades do plano, destaca sua vinculação aos quatro eixos ou prioridades estratégicas que norteiam a atual Política Nacional de C,T&I:

1º Eixo: Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I - expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (SNCTI),

atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional;

2º Eixo: Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas - atuar de maneira decisiva para acelerar o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação nas empresas, fortalecendo a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE);

3º Eixo: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas - fortalecer as atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas para a soberania do País, em especial energia, aeroespacial, segurança pública, defesa nacional e Amazônia;

4º Eixo: C,T&I para o Desenvolvimento Social - promover a popularização e o ensino de ciências, a universalização do acesso aos bens gerados pela ciência, e a difusão de tecnologias para a melhoria das condições de vida da população/ para a inclusão e o desenvolvimento social.

As Principais Linhas de Ação em 2007 – 2010, por eixo estratégico são:

I - Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I

1. Consolidação Institucional do Sistema Nacional de C,T&I
2. Formação de Recursos Humanos para C,T&I
3. Infra-estrutura e Fomento da Pesquisa Científica e Tecnológica

II - Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas

4. Apoio à Inovação Tecnológica nas Empresas
5. Tecnologia para a Inovação nas Empresas
6. Incentivo à Criação e à Consolidação de Empresas Intensivas em Tecnologia

III - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

7. Áreas Portadoras de Futuro: Biotecnologia e Nanotecnologia
8. Tecnologias da Informação e Comunicação
9. Insumos para a Saúde
10. Biocombustíveis
11. Energia Elétrica, Hidrogênio e Energias Renováveis
12. Petróleo, Gás e Carvão Mineral
13. Agronegócio
14. Biodiversidade e Recursos Naturais
15. Amazônia e Semi-Árido

16. Meteorologia e Mudanças Climáticas

17. Programa Espacial

18. Programa Nuclear

19. Defesa Nacional e Segurança Pública

IV - C,T&I para o Desenvolvimento Social

20. Popularização da C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências

21. Tecnologias para o Desenvolvimento Social

Em seu site, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, também define a finalidade da Secis: “propor políticas, programas, projetos e ações que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional, e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas em comunidades carentes nos meios rural e urbano.”¹¹⁵

A Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, criada em 2003, tinha sido proposta um ano antes por um Grupo de Trabalho criado pela comissão responsável pelo governo de transição FHC/Lula. Desse Grupo de Trabalho, cabe lembrar, faziam parte Irma Passoni (gerente executiva do ITS Brasil), como coordenadora, João Furtado (presidente do ITS Brasil), Renato Peixoto Dagnino (professor da Unicamp) e José Sérgio Leite Lopes (professor da UFRJ). A proposta era criar uma secretaria voltada para o desenvolvimento social e o combate à fome.

A Secis é uma das quatro secretarias do MCT&I, ao lado da Secretaria de Política de Informática, e de outras duas com temáticas relacionadas à pesquisa & desenvolvimento e à inovação: a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento.

Se, por um lado, com a criação de uma secretaria específica, o tema da inclusão e do desenvolvimento social possa parecer de fato relevante para o MCT&I, por outro lado, o orçamento desta secretaria é notavelmente defasado em relação ao montante de recursos disponibilizado para outras secretarias, para alguns programas específicos de outras secretarias e até mesmo para uma específica modalidade de financiamento da Finep como a subvenção econômica – como veremos a seguir.

A alocação de recursos é, certamente, um denotativo da representatividade e da importância dada a uma determinada estratégia, programa ou linha de ação. Coletar informações sobre planejamento e execução orçamentária pública não é tarefa das mais

¹¹⁵ Em www.mct.gov.br.

simples, apesar da importância dada à “transparência”, que satura o discurso governamental. Existem endereços eletrônicos, como o Siga Brasil, Portal do Orçamento – Senado federal, que dispõem de informações sobre orçamento público, mas não são facilmente manejadas. O site do MCT&I possui documentos orçamentários e relatórios que trazem informações sobre orçamento. Entretanto, não estão todos disponibilizados para o mesmo período, ou com a mesma base técnica ou legislativa de referência, o que além de tornar a pesquisa e a análise comparativa bastante complexa, em certa medida, efetivamente a limita.

Assim, recorreremos a uma diversidade de fontes, incluindo as matérias jornalísticas divulgadas na internet, para compreender, no quadro geral orçamentário do MCT&I, a inserção das linhas de ação do Eixo IV - Ciência e Tecnologia para a Inclusão e o Desenvolvimento Social

O Projeto de Lei Orçamentária (PLO) de 2010 chegou ao Congresso com R\$ 6, 688 bilhões para o MCT&I, mas, após as emendas parlamentares, o Orçamento foi aprovado com R\$ 7, 603 bilhões, previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2010. Nesse ano, pela primeira vez, não houve contingenciamento de valor dos fundos setoriais que compõem o FNDCT.

Segundo a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras, “Em 2009, foram R\$ 803 milhões de reserva e, aproximadamente, a metade dos recursos deixou de ser liberada. Em anos anteriores, o contingenciamento chegou a R\$ 1 bilhão.”¹¹⁶

Nos documentos dos órgãos públicos que divulgam informações orçamentárias, deparamo-nos com valores diferentes, para o mesmo Programa de Governo, no mesmo período considerado, que variam conforme a referência técnica e/ou legislativa utilizada. Mas, é possível verificar a enorme defasagem na magnitude dos recursos aplicados em “ações para a inclusão e o desenvolvimento social” e o foco central da PCT&I: a inovação tecnológica no setor produtivo.

Como o quadro abaixo nos permite perceber, a defasagem na magnitude de recursos para programas do Eixo IV e programas de outros eixos é notadamente significativa. No quadro, destaca-se o montante de mais de um bilhão de reais para aplicação numa Ação vinculada à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), ao passo que para a principal, entendida como aquela que carrega mais recursos, Ação de Ciência e

¹¹⁶ Informação acessada no site da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras: <http://www.anpei.org.br>, em 03/10/2012.

Tecnologia para a Inclusão e o Desenvolvimento Social o montante é expressivamente menor - cerca de 10 vezes menor.

Tabela 1: MCT&I - Lei Orçamentária Anual (LOA) - Quadro Síntese/ 2008-2010¹¹⁷
(R\$1,00)

Programa	Exercício 2008	LOA 2009	PLO 2010	LOA 2010
Nacional de Atividades Espaciais (Eixo III)	209.417.609	277.538.864	348.557.251	347.157.251
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) (Eixo II)	1.400.377.191	1.387.581.151	2.252.767.192	2.453.757.991
Inclusão Digital (Eixo IV)	120.687.158	189.970.500	13.122.385	343.882.976

Fonte: Adaptado da Planilha Lei Orçamentária Anual (LOA) Quadro Síntese – 2010-2. Elaboração própria

Escolhemos, para comparação, os Programas que concentram maior volume de recursos em seus próprios Eixos Estratégicos: o Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, do Eixo II e o Programa de Inclusão Digital, do Eixo IV.

A concentração de recursos desta Ação no Eixo II é claramente expressa e determinada no relatório anual da Controladoria Geral da União, acerca da auditoria de gestão referente ao ano de 2010, da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. O relatório constata que grande parte da execução financeira da secretaria - correspondendo a 96.62% da execução - foi centrada na Ação de Fomento a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos, do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). (CGU, 2011)

O Relatório de Gestão do Exercício 2010, da Secis, aponta o Programa de Inclusão Digital como o que é beneficiado com mais da metade dos recursos da secretaria, perfazendo 50,98% do total de recursos.

È também extremamente representativo, o montante de recursos empregado pela Finep em seus editais de subvenção econômica¹¹⁸ à inovação. Em 2008, o valor do edital foi de R\$

¹¹⁷ Acessado em http://www.mct.gov.br/upd_blob/0208/208392.pdf, em 03/10/2012

450 milhões e 800 projetos foram aprovados no valor de R\$ 313,8 milhões. Em 2009, o valor do edital foi de R\$ 450 milhões e teve como resultado 261 projetos aprovados no valor de R\$ 370 milhões. Em 2010, o valor do edital foi de R\$ 500 milhões e resultou em 105 projetos aprovados no valor de R\$ 242 milhões. O valor disponibilizado pelo edital de 2010 corresponde a aproximadamente 74% do valor do total do orçamento da Secis para o mesmo ano – a saber, R\$ 674.566.559,00.¹¹⁹

Uma análise do conjunto do Plano de Ação do MCT&I mostra claramente a dualidade que marca as políticas públicas brasileiras e a diretriz da atuação do Estado brasileiro: as necessidades chamadas nacionais e as necessidades dos trabalhadores.

De um lado, agrupando os três primeiros eixos, o caminho de realização das “necessidades nacionais” está localizado no âmbito empresarial, focado no aumento da competitividade industrial. Essa inevitável parcialidade do Estado classista exige a elaboração e difusão de uma ideologia cujo pressuposto é a inexistência da luta de classes e a aceitação irrestrita de que os interesses empresariais representam os interesses maiores de todas as classes sociais. A rigor, a ideologia do Estado classista brasileira formula, de uma forma cada vez mais explícita, uma ideologia da inexistência de classes sociais, de colaboração de “todos” para o desenvolvimento do país.

De outro lado, as necessidades dos trabalhadores – maioria da população brasileira – são apresentadas num quarto eixo - paralelo e secundário em relação aos interesses de desenvolvimento industrial, e assim “contempladas”, podem ser incorporadas num discurso até mesmo contra as desigualdades sociais, em prol da inclusão social e do desenvolvimento social. Embora na maioria das vezes seja apresentado de forma misturada e confusa por meio da listagem de uma série de aspectos fundamentais das condições de vida das classes trabalhadoras: seca, fome, moradias precárias, falta de saneamento, tecnologias sociais, entre outras.

No caso da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, as necessidades das classes trabalhadoras são enunciadas emboladas e embaladas no Movimento da Tecnologia Social.

¹¹⁸ Como informado anteriormente, trata-se de uma “modalidade de apoio financeiro que consiste na aplicação de recursos públicos não reembolsáveis (que não precisam ser devolvidos) diretamente em empresas, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a tais atividades.” (www.finep.gov.br)

¹¹⁹ Informações acessadas no site da Finep, www.finep.gov.br, em 04/10/2012.

3.1.2. A Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e Inclusão Social (Secis)

Em dez anos de funcionamento, a titularidade da Secis trocou sete vezes, com a presença de técnicos da área e alta frequência de secretários vinculados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Os secretários de desenvolvimento e inclusão social assumiram a Pasta nesta ordem cronológica: Jocelino Francisco de Menezes (2003 - 2004); Rodrigo Rollemberg (2004 -03/2006); Alexandre Navarro Garcia (03/2006 - 08/2006); Aniceto Weber (2006 – 2007); Joe Carlo Viana Valle (2007-2009); Roosevelt Tomé Silva Filho (2010-2012) e Eliezer Moreira Pacheco (2012-).

Uma década após a sua criação, a Secis ainda considera prioritário estruturar e organizar a própria secretaria, apesar de afirmar, em seu relatório de gestão 2010, que “Para alcançar sua missão social a SECIS estabeleceu uma estrutura ágil e eficaz que possibilitasse maior eficiência na gestão de seus principais processos.” (*SECIS/MCT, 2011, p.14*)

O parecer do auditor de gestão da Coordenadoria Geral da União contrapõe-se a esta avaliação, considerando que, na auditoria realizada, foi constatado que a Secis possui diversos pontos críticos que impactaram a plena execução de suas atividades:

(...) o numero de técnicos insuficiente para análise, acompanhamento e avaliação das demandas de projetos; a demora ou a não apresentação de projetos por parte de parlamentares autores de emendas, o que impactou o atingimento das metas; dificuldades por parte dos proponentes no preenchimento e manuseio do SICONV, atrasando o envio e análise das propostas; a apresentação de propostas incompletas e com inconsistências, o que demanda tempo adicional para a efetivação de ajustes. (CGU, 2010, p.1)

Um estudo de 2009, com o objetivo de apoiar a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão e o Desenvolvimento Social no sentido da convergência de suas ações com as ações empreendidas pelos estados brasileiros, conclui constatando também fragilidades na atuação da Secis:

A superposição de esforços e falta de articulação entre os atores envolvidos nos processos de implementação dos mais diversos programas e ações tem sido características tão indesejáveis quanto presentes, comprometendo resultados e gerando desperdícios de recursos. (UDERMAN e ROCHA, 2009, p. 122)

Em relação ao funcionamento da Secis, cabe assinalar a criação de um Comitê Consultivo sobre o qual, entretanto, encontramos pouca informação disponível. Esse Comitê

Consultivo teria sido criado em 2003, pela Portaria 691, de 09.09.2003¹²⁰. O site da RTS – Rede de Tecnologia Social noticia¹²¹, não só a criação, como a retomada do funcionamento do Comitê. Vamos novamente obter notícia desse Comitê, numa proposta que consta no documento que um conjunto de organizações da sociedade civil apresentou, como contribuição para a 4ª CNCT&I, em 2010: “Reativar o conselho consultivo da Secis/MCT e retomar as reuniões regulares, com representantes da sociedade civil organizada, poder público, setor produtivo e comunidade científica.” (APNs, 2010, p.39)

Afora esse Comitê Consultivo¹²², que teria o objetivo de “*assegurar a participação da comunidade científica e de entidades representativas na formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social*”, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão e o Desenvolvimento Social está estruturada em dois departamentos e duas coordenações gerais¹²³: Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social - DEARE, Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia - DEPDI, Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social - CGAP e a Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional - CGSA.

O Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social - DEARE tem por finalidade subsidiar a formulação e implementação de políticas, programas e ações voltadas ao desenvolvimento e à difusão de arranjos produtivos locais de cadeias produtivas regionais e de tecnologias apropriadas, considerando as condições sociais, econômicas, culturais e ambientais e regionais das comunidades a que se destinam.

O Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia - DEPDI tem por finalidade subsidiar a formulação e a implementação de políticas, programas e a definição de estratégias para a popularização e para a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, nas diversas instâncias sociais e nas instituições de ensino.

A Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social - CGAP tem por finalidade promover a elaboração, coordenar e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-

¹²⁰ Não foi possível localizar esta Portaria.

¹²¹ Notícia “Comitê Consultivo da Secis/MCT retoma atividades”, no site da RTS, sem data. Acessado em 12/02/2012.

¹²² Notícia “Comitê Consultivo da Secis/MCT retoma atividades”, no site da RTS, sem data. Acessado em 12/02/2012.

¹²³ Todas as informações relacionadas foram acessadas em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/78953.html>, em 03/10/2012.

financeira dos programas, projetos e atividades sob responsabilidade da Secretaria, propondo medidas para a correção de distorções e para o seu aperfeiçoamento.

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional - CGSA tem por finalidade elaborar, coordenar e implementar planos e programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento, voltados para a educação alimentar, o combate ao desperdício, a universalização e a garantia da qualidade dos programas.

3.1.2.1. Programas e Ações no Orçamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social: as Tecnologias Sociais

A Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social coordena um conjunto de programas e ações preconizado pelo Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI 2007-2010).

Podemos compreender a atuação da Secis, por meio dos seus Programas e Ações, identificando a concentração de recursos e avaliando as efetivas prioridades de “desenvolvimento e inclusão social” da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação. Tomamos como referência os programas e projetos executados em 2010.¹²⁴

Além de executar os Projetos “Espaços Comunitários de Inclusão Digital– Casa Brasil”, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Projeto “Comunidades Tradicionais”, do Ministério do Meio Ambiente, a Secis desenvolve os Programas: 1) Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social e 2) Inclusão Digital.

O Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social realiza as seguintes Ações:

1. Olimpíadas em Ciências;
2. Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica;
3. Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos;
4. Apoio à Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia;
5. Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional;
6. Apoio a Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social (Extensão Tecnológica, Tecnologias Sociais, Agricultura Familiar, Agroecologia,

¹²⁴ Para compatibilização de informações e possibilidade de análise comparativa, será também considerado o ano de 2010, para todos os demais dados orçamentários.

Empreendedorismo Social, Desenvolvimento Regional, Tecnologias Sustentáveis e Tecnologia Assistiva);

7. Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais.

O programa de Inclusão Digital realiza a Ação de Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital.

O quadro abaixo apresenta os Programas e Ações realizadas pela Secis, destaques dos projetos executados, número de projetos previstos e número de projetos executados e mostra a distribuição orçamentária, do ano de 2010, entre o conjunto das ações dos Programas – em termos de LOA 2010 e de orçamento executado. Indica também o percentual orçamentário executado em cada ação.

No ano de 2010, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e Inclusão Social alcançou um orçamento total no valor de R\$ 674.566.559,00 (seiscentos e setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e quinhentos e cinquenta e nove reais).

Tabela 2: Programas e Ações: Orçamento Secis

Programa	Ações	Projetos em destaque	Nº de Projetos Previsto-Realizado	Meta orçamentária (LOA 2010) (R\$1,00)	Orçamento Executado (% em relação à Meta) (R\$1,00)	Orçamento Executado (% em relação ao Total do Orçamento) **
1. Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento	Olimpíadas em Ciências	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)	1-1 (100%)	12.330.000,0 0	12.330.000,00 (100%)	1,83%
	Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica	Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT,	45-45 (100%)	9.250.000,00	7.110.661,00 (76,87%)	1,37%
	Apoio à Implantação e Modernização	Implantação e Modernização de Centros Vocacionais	434-23 (5,3%)	65.326.422,0 0	11.501.513,00 (17,61%)	9,68%

	ão de Centros Vocacionais Tecnológicos	Tecnológicos				
	Apoio à Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia	Construção do Parque Científico e Cultural do Jiquia/PE)	4-5 (125%)	27.075.676,00	26.797.213,00 (98,97%)	4,01%
	Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional	Implantação do Centro de Tecnologias Sociais e Educação em Segurança Alimentar e Nutricional para Recuperação da Agricultura Familiar, Pós-desastres e a Soberania Alimentar da América Latina e Caribe - CTECSAN Josué de Castro.	206-1 (0,5%)	3.050.000,00	134.394,00 (4,41%)	0,48%*
	Apoio a Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social	20 projetos de Tecnologias Sustentáveis	50-25 (50%)	175.899.870,00	122.454.936,00 (69,62%)	26,08%
	Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais	Mostra Artesanal em Brasília e Modernização tecnológica em atividades agrícolas sustentáveis no	447-90 (20,1%)	29.869.006,00	13.133.501,00 (43,97%)	4,91%

		entorno da Represa de Guarapiranga, em parceria com a Fundação Mokiti Okada-M.O.A.				
Subtotal						48,36%
2. Inclusão Digital	Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital	Centros de Acesso a Tecnologias para a Inclusão Social- CATIS	1.119 – 305 (27,3%)	335.882.917,00	205.995.866,00 (61,33%)	49,79%
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,	“Espaços Comunitários de Inclusão Digital– Casa Brasil” Ação		17-1	8.000.000,00	7.843.074,00 (98,04%)	1,19%
Subtotal						50,98%
Ministério do Meio Ambiente	Comunidades Tradicionais	-	-	200.000,00	-	*
Percentual destinado à Gestão e Administração da Secis						0,66%
Total Geral						100%

*O Projeto Comunidades Tradicionais, do Ministério do Meio Ambiente junto com a Ação de Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional, somam 0,48%

Fonte: MCT/(Secis).¹²⁵ Elaboração própria

O Relatório de Gestão do Exercício de 2010 deixa claro que a atuação da Secis está focada na execução dos projetos aprovados, que são em sua maioria, como veremos adiante, dependentes das emendas parlamentares e não da iniciativa da própria secretaria.

¹²⁵ Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2010. MCT/Secis, Brasília, 2011

Como podemos concluir pela análise do quadro acima, a atuação da Secis prioriza a Inclusão Digital, onde são aplicados mais da metade dos recursos orçamentários. Esta é uma área que, na política pública, adquire importância estratégica na Política de Ciência, Tecnologia e Inovação no sentido da utilização/adaptação de tecnologia importada da matriz tecnológica internacional, e o significado que isso acarreta em termos de comércio exterior - e o que revela em termos da dependência do Brasil. Adquire importância política no sentido de colaborar enormemente para a difusão das idéias acerca de ciência e inovação que visam contribuir para a construção de uma “cultura digital” e, mais do que isso, para a construção de uma sociabilidade colaborativa, sem conflitos, sem vozes dissonantes.

Na descrição da Ação Apoio a Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social, a Secis dá destaque às “tecnologias sociais para as populações carentes”:

Implantação de projetos, atividades ou eventos de tecnologias sociais, desenvolvidas, prioritariamente, na interação com a população beneficiária e que representem efetivas soluções de transformação social. Resultarão em produtos, técnicas ou metodologias, caracterizados pela simplicidade, baixo custo e fácil aplicação, que potencializam a utilização de insumos locais e mão-de-obra disponível, protegem o meio ambiente, têm impacto positivo e capacidade de resolução de problemas sociais. Os beneficiários da ação devem ser as populações mais carentes do campo e das cidades.(MCT/SECIS, 2011, p. 35)

Ao definir a finalidade dessa Ação, a Secis explicita seu foco direcionado para demandas de âmbitos locais, não nacionais:

Identificar e articular as demandas locais, territoriais e regionais de alternativas tecnológicas, visando ao apoio e financiamento de pesquisa, inovação e extensão tecnológica ou científica que contribuam para a inserção social, redução das desigualdades regionais e agregação de valor ao conhecimento.” (MCT/SECIS, 2011, p.35)

É interessante também uma referência geopolítica da atuação da Secis, a que temos acesso por meio do estudo de Udermam e Rocha, que verificam a expressão de um discurso de priorização das regiões mais carentes e uma prática efetiva de concentração de projetos e recursos na região Sudeste:

Embora todas as regiões e unidades federativas contem com alguma parcela dos recursos do PACTI destinado a inclusão social, a sua distribuição, refletindo a realidade nacional, revela-se bastante desigual. A despeito dos esforços recentes e da manifesta intenção de priorizar as regiões mais carentes do país na distribuição de

recursos para inclusão social, a região Sudeste, conforme se pode observar, ainda responde por uma parcela muito expressiva do conjunto de recursos e projetos com esse viés vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico. (UDERMAN e ROCHA, 2009)

Ao analisar a origem dos recursos do orçamento da Secis, veremos que mais da metade do orçamento é proveniente de emendas de bancada (57,09%), um quarto tem origem nas emendas individuais (25,42%), quase um décimo origina-se de emendas de comissão (9,49%) e a origem nacional é a menor, com apenas 8,00%. (SECIS/MCT, 2011)

O peso das emendas parlamentares no orçamento da Secis é extremamente expressivo. De um orçamento total de R\$ 674.566.559,00, temos a seguinte distribuição por origem: emendas de bancada = R\$ 385.113.789,00; emendas individuais = R\$ 171.496.115,00; emendas de comissão = R\$ 64.000.000,00 e emendas de origem nacional = R\$ 53.956.655,00.

Os parlamentares e órgãos do Poder Legislativo podem atuar, através de emendas, sobre o Projeto de Lei Orçamentária anual, destinando recursos para projetos de seu interesse. As emendas individuais são de autoria de cada senador ou deputado. As de bancada são emendas coletivas, de autoria das bancadas estaduais ou regionais. As emendas de comissão são aquelas apresentadas por comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Os recursos vinculados às emendas parlamentares buscam satisfazer os interesses dos parlamentares ou do seu partido junto aos seus “redutos eleitorais”, consolidando uma prática bastante conhecida na democracia burguesa - o clientelismo político. O processo de emendas, num parlamento saturado de corrupção, deságua, muitas vezes, em denúncias como a que foi recentemente efetuada pelo jornal O Globo, acerca de um esquema de compra e venda de emendas parlamentares.¹²⁶

Ao auditar a gestão da Secis, em 2010, a Coordenadoria Geral da União, analisa uma amostra de 32 convênios e constata que não houve “chamamento público” para a efetivação desses convênios, por tratar-se de convênios oriundos de emendas parlamentares, onde a escolha de cada entidade conveniente é realizada pelo parlamentar, não cabendo desse modo o procedimento previsto em Portaria Interministerial. (CGU, 2011)

A Portaria Interministerial nº127/2008 dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Em seu Art. 5º orienta que: “(...) o órgão ou entidade da Administração Pública Federal poderá, com vista

¹²⁶ Notícia “Câmara investigará denúncia sobre venda de emendas parlamentares”, veiculada em 19/06/2012, no site <http://www2.camara.gov.br>. Acessada em 10/12/2012.

a selecionar projetos e órgãos ou entidades que tornem mais eficaz a execução do objeto, realizar chamamento público (...)"

Como vimos anteriormente, a estrutura e organização da Secis não é suficiente para fazer frente ao quadro criado pelas emendas parlamentares: muitos projetos, vinculados a emendas individuais, não são apresentados ou são apresentados próximos ao final do exercício; projetos apresentados de forma incompleta e com muitas inconsistência e número reduzido de servidores para análise e acompanhamento dos projetos, entre outros aspectos. (MCT/SECIS, 2011)

Face ao precário monitoramento do uso dos recursos, existe a possibilidade de desvio, conforme aponta Fonseca, ao analisar o aumento do orçamento em função das emendas parlamentares.

Os recursos para inclusão social e digital são turbinados todos os anos por emendas parlamentares, que são aprovadas no momento da montagem do Orçamento da União. Esse artifício é frequentemente usado por deputados para levar recursos diretamente aos seus eleitores. E, como há pouco controle sobre o andamento do programa que recebeu verba dessas emendas, há margem para desvios. (FONSECA, 209, p.275)

A situação real é uma vinculação estreita da política pública às emendas parlamentares, com o aumento e, até mesmo, o inchaço de determinadas ações: uma política que se sustenta numa prática de barganha com os parlamentares, obviamente envolvendo seus interesses eleitorais.

Esta é uma condição prevista pela Lei Orçamentária anual, como a Lei nº 12.214/2010, que, no Art. 4º, da Seção III, que trata da "Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares", dispõe:

Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 e os limites e condições estabelecidos neste artigo, vedado o cancelamento de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais apresentadas por parlamentares e de 50% (cinquenta por cento) dos valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas de bancada estadual, para o atendimento de despesas. (BRASIL, 2010)

Tabela 3: Número de Emendas por Ação (2010)

Programa	Ações	Meta	Executado
1. Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento	Olimpíadas em Ciências*		
	Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica	Nacional 23 Emendas Individuais 22 TOTAL 45	40 (173,91%) 05 (22,73%) 45 (100%)
	Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos	Nacional 97 Emendas bancadas 30 Emendas individuais 307 Total 434	05 (5,15%) 0 (0%) 18 (5,86%) 23 (5,30%)
	Apoio à Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia	Nacional 1 Emendas de Bancadas 1 Emendas Individuais 2 TOTAL 4	4 (400%) 1 (100%) 0 (0%) 5 (125%)
	Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional	Nacional 3 Emendas Individuais 203 TOTAL 206	1 (33,33%) 0 (0%) 1 (0,49%)
	Apoio a Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social	Nacional 10 Emendas de Comissão 72 Emendas de Bancadas 193 Emendas Individuais 172 Total 447	10 (100%) 33 (45,83%) 11 (5,70%) 36 (20,93%) 90 (20,13%)
	Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais	Nacional 03 Emendas de Comissão 40 Emendas Individuais 07 Total 50	03 (100%) 21 (52,50%) 01 (14,29%) 25 (50%)
2. Inclusão Digital	Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital	Nacional 10 Emendas de Comissão 18 Emendas de Bancada 255 Emendas Individuais 836 Total 1119	10 (100%) 18 (100%) 113 (44,31%) 164 (19,62%) 305 (27,26%)

* Execução: Secis (R\$ 12.330.000,00) e MEC (18.000.000,00)

Fonte: Fonte: MCT/(Secis).¹²⁷ Elaboração própria

¹²⁷ Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2010. MCT/Secis, Brasília, 2011

Na análise do quadro acima, observamos uma grande discrepância, tanto da parte da Secis como, e principalmente, da parte dos parlamentares, entre o que é proposto como meta e o que é efetivamente executado. Em relação à Secis, a mais freqüente discrepância observada ocorreu em favor de um aumento do número de projetos executados em relação ao previsto. No caso dos parlamentares a discrepância ocorreu no sentido inverso, e em todas as Ações observamos um número menor de projetos executados, em relação ao proposto. Em duas Ações verifica-se até mesmo a ausência absoluta de projetos executados. Como ocorreu com a Ação de Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional, para a qual foram apresentadas 203 emendas individuais e nenhuma foi executada. E na Ação de Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos, foram apresentadas 30 emendas de bancadas e nenhuma foi executada e 307 emendas individuais foram apresentadas e apenas 18 foram executadas.

Em relação à Secis foi registrado, inclusive, erro de apresentação do número de projetos apresentado como meta. Em relação à Ação de Apoio à Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia, a Secis assim justifica o não cumprimento da meta: “O PLOA foi encaminhado com a meta errada pois 87 do total de 97 referem-se ao atendimento as unidades do Projeto Casa Brasil” (ação 1E13). (MCT/SECIS, 2011, p.30)

A concentração do número de emendas parlamentares propostas e executadas na Ação de inclusão digital é um fato que ocorre desde os primeiros orçamentos executados pela Secis. Analisando a distribuição temática das emendas parlamentares, em 2006, Fonseca aponta a concentração na temática da Inclusão Digital, numa razão de 53% do total de emendas apresentadas. (FONSECA, 2009)

Em 2010, verificamos a concentração de emendas na mesma temática, com a Ação de Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital, apresentando um total de 1.109 emendas propostas (836 emendas individuais, 255 emendas de bancadas e 18 emendas de comissão) e 295 executadas (164 emendas individuais, 113 emendas de bancadas e 18 emendas de comissão).

Na análise dos programas e ações no orçamento 2010 da Secis, podemos verificar que a Tecnologia Social, enquanto ação específica, inserida no Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento, no escopo da Ação Apoio a Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social, fica inteiramente obscurecida, diluída junto a outras temáticas, apesar da descrição da Ação dar destaque às tecnologias sociais.

No escopo dessa Ação, que contou com 26,08% dos recursos, incluem-se muitas outras áreas temáticas além das Tecnologias Sociais: Extensão Tecnológica, Agricultura Familiar, Agroecologia, Empreendedorismo Social, Desenvolvimento Regional, Tecnologias Sustentáveis e Tecnologia Assistiva.

O Relatório de Gestão do Exercício de 2010, da Secis, dá destaque aos principais projetos executados nesta Ação. Em Tecnologias Sociais são destacados apenas dois projetos: “Parque Tecnológico para Inclusão Social: Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica” e “Ampliação e Fortalecimento da Difusão de Tecnologias Sociais através de Redes Virtuais de Conhecimento”, projeto vinculado à Rede de Tecnologia Social (RTS). Em Tecnologias Sustentáveis são destacados cinco projetos, oito projetos ganham destaque nas Tecnológicas Assistivas e um projeto na Agroecologia.

A Rede de Tecnologia Social (RTS) aparece no estudo de Fonseca (2009), no período 2003-2006, como um dos projetos da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e Inclusão Social.

Em 2009, num artigo que apresenta uma metodologia de trabalho para construção de agendas de CT&I para Inclusão social, desenvolvida pelo CGEE, em parceria com a Secis/MCT, a RTS aparece como mais uma instituição a ser articulada para execução da Ação Apoio a Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social: *“Para empreender as ações deste programa, o MCT tem procurado articular-se com outras instituições, participando, por exemplo, da Rede de Tecnologia Social.”* (UDERMAN e ROCHA, 2009, p.105)

Se a Inclusão Digital possui proeminência inegável na PCT&I, no documento mais recente do MCT&I, Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015, as Tecnologias Assistivas são referidas com status de prioridade da política: “O esforço do Ministério contribuiu para que o tema ganhasse relevância nacional e o fomento as tecnologias assistivas tornou-se umas das prioridades da política de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.” (MCT, 2011, p.18)

A vinculação dos interesses empresariais às Tecnologias Assistivas explica o novo papel que elas passam a desempenhar. No mesmo documento citado, quatro iniciativas no âmbito do MCT&I são destacadas: a Finep passa a conceder subvenção e crédito subsidiado para o

desenvolvimento tecnológico e a promoção da inovação de produtos, processos e serviços voltados para pessoas com deficiência, idosas e com mobilidade reduzida; seu alinhamento com a política de compras governamentais no setor, segundo o

estabelecimento de linha de crédito para aquisição de produtos de Tecnologia Assistiva; a criação, em Campinas/SP, do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva e a disponibilização, na rede mundial de computadores, do Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva. (MCT, 2011)

É importante atentarmos para o fato de que, mesmo estando inseridas no Eixo IV (Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social) da PCT&I, tanto as ações de Inclusão Digital como as iniciativas na área da Tecnologia Assistiva implicam em investimentos em tecnologias que, em grande parte, são produzidas e desenvolvidas nos países de capitalismo avançado, contribuindo assim para a manutenção da dinâmica da dependência financeira e tecnológica do Brasil – característica da organização mundial do sistema do capital-imperialismo na atualidade.

Segundo Samir Amin, a organização atual do sistema mundial caracteriza-se por uma *polarização centro-periferias*¹²⁸, de natureza econômica, não mais determinada, como forjada no século XIX, pelo contraste industrialização-não industrialização, mas agora sim deslocado para o campo das trocas internacionais e da divisão internacional do trabalho. Tal reflexão nos permite compreender a proeminência que o controle das tecnologias, finanças e acesso aos recursos naturais¹²⁹ passa a assumir no campo do “desenvolvimento”. (AMIN, 2006)

Se, por um lado, no Eixo IV da PCT&I as ações de Inclusão Digital e Tecnologia Assistiva ganham destaque e maior volume de recursos financeiros, por outro lado, nenhuma outra temática deste Eixo agrega tamanha participação da sociedade civil como o campo das Tecnologias Sociais. Entretanto, por mais que seja uma temática privilegiada pela participação das organizações do terceiro setor, efetivamente, as Tecnologias Sociais não ocupam um papel significativo na atuação da Secis. Como percebemos no campo das políticas sociais, as ações práticas não correspondem exatamente ao discurso formulado.

O escopo do que se considera Tecnologia Social é abrangente e não se restringe às ações da Secis e nem mesmo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, a Tecnologia Social adquire uma conotação política ampla e agrega inúmeros órgãos governamentais e várias redes de organizações populares, de diversos campos e áreas temáticas.

Algumas experiências populares, carimbadas como tecnologias sociais, estão em desenvolvimento há décadas, muito antes de qualquer organização de um movimento buscando vinculá-las à inclusão social. Exemplos expressivos são as cisternas para

¹²⁸ “...expressão da dominância do econômico no modo capitalista, e da submissão direta do político e do ideológico às pressões da acumulação do capital” (AMIN, 2006, p. 73)

¹²⁹ O que nos remete à reflexão sobre a expropriação atualmente em curso do direito à água.

armazenamento de água, propostas, em 1999, pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) e o popular soro caseiro.¹³⁰ Com um discurso transversal, o Movimento da Tecnologia Social procura capturar as práticas realizadas pelas organizações populares, em quaisquer campos temáticos nas quais se desenvolvam, e alinhá-las à diretriz política do desenvolvimento e da inclusão social.

O movimento da tecnologia social, mais do que uma expressão de caminhos e alternativas tecnológicas para os problemas sociais, apresenta uma dinâmica e formas de atuação alinhadas à perspectiva política da inclusão e desenvolvimento social. Com este objetivo, promove um espaço de mobilização e organização da sociedade civil que os órgãos governamentais buscam liderar – seja por meio do discurso da participação, seja através de migalhas de recursos financeiros.

Trata-se, efetivamente, de mais uma ação política das classes dominantes para a construção de uma nova sociabilidade, baseada no discurso único, no consenso e na cooperação de “todos” - uma ideologia que difunde como realidade a inexistência das classes sociais e de seus conflitos, resistências e lutas.

¹³⁰ Criado por Zilda Arns, da Pastoral da Criança, no início dos anos 80.

CAPÍTULO 4. TECNOLOGIA SOCIAL: UM CAMPO EM DISPUTA

No campo das tecnologias sociais observamos, por um lado, um conjunto de organizações populares estruturadas em grandes redes, que agregam trabalhadores rurais e suas famílias, que participam de projetos governamentais nesta área, como por exemplo, a Rede de Tecnologia Social e o Programa Água para Todos. Por outro lado, a participação dessas redes populares não ocorre de forma livre de conflitos, mas ao contrário, essas organizações disputam as diretrizes implementadas nos projetos nos quais se inserem. Neste capítulo nos deteremos nas lutas lideradas pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro, em franca resistência e disputa de direção com o Governo federal na proposta de implantação de cisternas na região. O tratamento dessas questões nos impele a aprofundar acerca das implicações da imbricação, abundantemente constatada, entre a sociedade civil e o aparelho de Estado. Analisar a atuação dos órgãos e representantes do aparelho de Estado possibilita constatar suas estratégias de construção de consenso, tanto ao se colocarem como “Estado-educador” das grandes massas da população, como ao se colocarem como repressores dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo. Observamos também que, nos círculos de articulação do Movimento da Tecnologia Social, manifestam-se correntes de pensamento que, mesmo não sendo antagônicas, apresentam diferenças em relação a muitas das proposições governamentais. O campo, certamente, está em disputa e procuramos trazer para reflexão os aspectos principais desse debate.

4.1. O DEBATE NO MOVIMENTO DA TECNOLOGIA SOCIAL

O documento-síntese das conclusões e recomendações da 3ª CNCT&I permite verificar como, na busca por um discurso único, por um consenso sem voz alguma discordante, o surgimento de visões diferentes provoca uma tensão inadequada. Na discussão da temática “Acesso ao trabalho e participação ativa na cadeia produtiva” o documento registra que surgiram “duas grandes perspectivas, aparentemente inconciliáveis ou antagônicas: uma na direção do avanço tecnológico e outra na direção do resgate da oferta de emprego.” O que nos chama a atenção é que isto seja suficiente para acionar uma posição de alerta, assim explicitada no documento oficial: “Essa oposição de tendências deve ser explorada com muito cuidado. Tensões sociais daí decorrentes podem representar uma grave ameaça à segurança pessoal e coletiva.” (MCT, 2006, p.115-116)

Considerando que este debate se apresenta no Capítulo 2¹³¹, do documento da 3ª CNCT&I, específico sobre “Inclusão Social”, cabe explicar um pouco mais acerca do desenvolvimento dessa questão e verificar que a conclusão apresentada para tal debate está posta nos seguintes termos genéricos, porém claramente favoráveis ao “consenso do progresso tecnológico”: “Sociedades com maior nível educacional e com maior capacidade de inovação terão melhores condições para enfrentar as novas configurações produtivas e tecnológicas, assim como maiores chances de ampliar as oportunidades de trabalho digno e de qualidade.” (MCT, 2006, p. 116)

Sem nenhum pudor, o texto do documento prossegue descrevendo um “verdadeiro reino de bem-estar”, alcançado com o “progresso tecnológico”:

(...) o progresso tecnológico oferece a ampliação de bens e serviços acessíveis a uma faixa crescente da população a menores custos o que pode ser potencializado com o uso da internet.

(...)

Confirmando-se essa perspectiva, o Estado deverá propiciar e estimular a oferta de ocupação do tempo, na forma de lazer, de esporte ou de atividade intelectual. Nesse novo padrão, as universidades constituem lugares privilegiados para o crescimento espiritual e transcendental, e as associações esportivas para a prática dos esportes, além de outras organizações que poderão propiciar a oferta de oportunidades saudáveis de lazer. (MCT, 2006, p. 116)

O documento explicita também o que considera como a diferença entre geração de empregos e geração de riqueza, apontando que o processo produtivo tem uma lógica própria, ascendente, que deve ser resguardada de qualquer interferência:

Geração de riqueza é aqui entendida como capacidade de gerar conhecimento, de inovar e de produzir autonomamente; em suma, de produzir valor. Estratégias de geração de emprego não necessariamente conduzem à geração de riqueza, podendo consistir apenas em uma ação destinada a prover a população de meios de subsistência de forma mais imediata, sem preocupação com sua sustentabilidade no longo prazo, ou com sua capacitação para lidar com as novas demandas tecnológicas e dos mercados de produção de bens e serviços. (MCT, 2006, p. 116-117)

O projeto de desenvolvimento hegemônico, na área da ciência e tecnologia, contempla a “inclusão social” como uma política pobre para os pobres, isto é, com poucos recursos e muita mobilização popular:

Um projeto de desenvolvimento para o Brasil deverá contemplar, simultaneamente: por um lado, o enfrentamento de problemas estruturais e emergenciais, resgatando

¹³¹ Elaborado pelo Engenheiro Civil Luiz Bevilacqua, professor da UFRJ.

as populações mais desfavorecidas de condições de pobreza, e recorrendo a tecnologias apropriadas de baixo conteúdo tecnológico; e, por outro, a capacitação para nossa inserção no contexto global de tecnologias avançadas. (MCT, 2006. p.118)

Como podemos verificar no extrato acima, do documento síntese da 3ª CNCT&I, as tecnologias para inclusão e desenvolvimento social, foram referidas como “tecnologias apropriadas”. Em outros documentos e sites de órgãos oficiais, veremos muitas vezes o uso indiscriminado de terminologias como “tecnologias sustentáveis”, “tecnologias inovadoras”, “tecnologias verdes”, “tecnologias emergentes”, “tecnologias sociais”, “tecnologias para inclusão social”, mostrando como, para os setores dominantes não há polêmica em relação à terminologia nem esforço em explicitar conceitos.

Mais do que nos documentos oficiais das conferências nacionais de ciência, tecnologia e inovação, nos processos de construção do conceito de tecnologia social e de formação da Rede de Tecnologia Social (RTS) foram muitos os momentos em que as discussões buscaram aprofundar os posicionamentos. Nesses processos, algumas diferenças puderam ser percebidas entre as formulações de um grupo de intelectuais e técnicos, as formulações dos órgãos governamentais envolvidos com o processo e as formulações de organizações da sociedade civil.

A definição de Tecnologia Social foi um dos campos que explicitou diferenças, a despeito de se pactuar um conceito, que prevalece até hoje, para difusão massiva por todas as instituições envolvidas na construção da RTS, qual seja: “Tecnologia Social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reprodutíveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social”¹³²

Para Renato Dagnino,¹³³ um dos mais destacados intelectuais da Tecnologia Social, a definição comumente utilizada de Tecnologia Social:

(...) reflete a correlação de forças existente no conjunto ideologicamente heterogêneo de atores envolvidos com a TS, o qual abriga desde os que entendem a TS como um elemento das propostas de Responsabilidade Social Empresarial até os que têm como objetivo a construção de uma sociedade socialista. (DAGNINO, 2009, p.9)

O contexto histórico que atravessamos, caracterizado por um forte apelo à inovação, enseja também, por parte dos pesquisadores, outras compreensões acerca do movimento da Tecnologia Social, como verificamos nas palavras de Ricardo T. Neder, pesquisador da UnB:

¹³² Site da RTS: www.rts.org.br

¹³³ Pesquisador e professor titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade de Campinas.

... o movimento pela Tecnologia Social (ou MTS) é um movimento pela renovação da política científica, tecnológica e de inovação brasileira que tem como um dos seus componentes certa produção de Tecnologia Social – aspecto, aliás, que o relaciona com a cultura de fomento à inovação em ambientes empresariais. (NEDER, 2009, p.41)

Além das formulações hegemônicas que se constroem como políticas públicas, procuramos refletir sobre as principais proposições daqueles “que têm como objetivo a construção de uma sociedade socialista”, pois é nesta vertente que se encontra uma capacidade de maior ressonância junto aos segmentos populares e de trabalhadores, prejudicados, indignados e contrários às condições de exploração e de dominação a que estão submetidos.

Procuramos aprofundar essas referências teóricas e analisar essas estratégias de ação, sem descuidar do fato de estarem inseridas num movimento que se expressa, de forma cada vez mais institucionalizada, como uma política social de um governo neoliberal. Não poderíamos deixar de assinalar essas conexões, entretanto, os significados desse alinhamento político, assim como uma análise dos demais conceitos que circulam pelo “movimento” da tecnologia social, serão aprofundados posteriormente. Neste primeiro momento, procuraremos mostrar a movimentação das instituições e as iniciativas governamentais que culminaram na conformação institucional do campo da Tecnologia Social.

O campo acadêmico, aqui representando por Dagnino e colaboradores, se expressa de tal forma em relação a essas questões, que praticamente indiferencia as categorias de exclusão e desigualdade social: “O entendimento de que o problema da exclusão social e a tecnologia estão relacionados e que esta pode desempenhar um papel importante na redução das desigualdades sociais, está no cerne do conceito de Tecnologia Social (TS).” (LIMA, DAGNINO e FONSECA, 2008)

Esse campo de proposições dentro do movimento da Tecnologia Social, mesmo tendo como pano de fundo as péssimas condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras, ignora a existência de conflitos de classe e, mesmo, a existência das classes. Nos diversos textos publicados, não se faz qualquer menção às classes sociais e, opta-se por substituí-las pela expressão “atores sociais”.

Politizar a idéia da construção social da tecnologia mediante a incorporação da Teoria Crítica e, negando seu componente determinista, argumentar que atores sociais contra-hegemônicos podem alterar as características da TC (DAGNINO, 2009, p.110, grifo nosso)

Compreendemos que, desta forma, as proposições desses que se vêem com o objetivo de construir uma sociedade socialista são, assim, absolutamente passíveis de compartilharem um projeto de transformação societária com as classes dominantes – mesmo observando a existência de divergências, melhor dizendo, de diferenças.

Procurando contrapor-se à idéia de pesquisadores oferecendo “pacotes” de conhecimento e de tecnologia”, e com o objetivo de que a construção da Tecnologia Social deve se dar de forma participativa, Dagnino expressa sua concordância parcial com a Economia da Inovação, em termos onde mais uma vez o que aparece são “atores sociais”:

Uma terceira contribuição da Economia da Inovação para o estudo da tecnologia social diz respeito à negação da idéia de oferta e demanda de conhecimento. A Economia da Inovação, através das contribuições de autores como Kline e Rosenberg (1986), sustenta que a tecnologia não é resultado de um processo no qual os fabricantes simplesmente ofertam produtos e processos que serão posteriormente demandados pelos usuários. Seria, sim, resultado de uma negociação dinâmica, que freqüentemente envolve elementos de natureza tácita, entre os atores sociais envolvidos com o processo. (DAGNINO, 2008, p.63, grifo nosso)

Na tentativa de incluir o campo popular entre esses “atores sociais”, Dagnino, na introdução que redige, como coordenador do “Caderno de Textos para Discussão: Seminário Tecnologia para a Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina”, assim discrimina esses atores envolvidos com a PCT&I: “(...) atores nela interessados (em especial os movimentos sociais) e capazes de concebê-la (o que hoje inclui de modo privilegiado a comunidade de pesquisa) (...)” (DAGNINO, 2008, p.1)

Para a corrente de pensamento e prática liderada por Dagnino e seus colaboradores, a posse da iniciativa técnica é comparada à posse do capital, o que possibilita apostar, não numa luta antagônica entre as classes principais, mas numa “negociação dinâmica” entre os chamados “atores sociais”:

(...) a posse da iniciativa técnica (ou o controle das decisões de natureza técnica) possui um poder de determinação semelhante e complementar à posse do capital. Ela é o que assegura ao capitalista seu lugar privilegiado — enquanto classe — na pirâmide sócio-econômica e de poder político na sociedade capitalista. (DAGNINO, 2008, p.32)

Na análise que faz das discussões sobre tecnologia dentro do campo marxista, Katz, situa os anos 80 como período de mudança de rota no campo da crítica marxista à ciência e à

tecnologia. No seu pensamento também é clara a correlação com o abandono da luta de classes e da questão da exploração.

Desde meados dos anos 80 tem se afirmado um giro da intelectualidade que discutiu as propostas socialistas para a ciência e a tecnologia. No novo quadro de protestos contra o uso socialmente negativo das novas tecnologias, de surgimento do movimento ecologista e desenvolvimento de correntes de avaliação social da tecnologia, decresceu a radicalização e se afirmaram as posturas que são baseadas na aceitação do sistema capitalista. A postura regulacionista de colocar a análise e os programas de ciência e tecnologia no marco do institucionalismo, abandonando a luta de classes e a temática da exploração, é um exemplo desta mudança de orientação.¹³⁴ (KATZ, 1997, p.20)

Renato Dagnino, mesmo admitindo que a Tecnologia Social “não seja consignada na produção dos autores que tratam da Economia Solidária” (DAGNINO, 2009, p.10), apresenta a sustentabilidade dos empreendimentos solidários desenvolvidos no país, como foco para o desenvolvimento da Tecnologia Social.

Nesta perspectiva, busca formular um conceito mais adequado de Tecnologia Social, partindo da proposição de “uma tecnologia substancialmente diferente da tecnologia convencional ou Tecnologia Capitalista (TC), que é produzida pela e para a empresa privada.” (DAGNINO, 2009, p.9)

Apenas numa apreensão rápida da discussão tecnológica, seria possível considerar a proposição de uma “tecnologia não-capitalista” ou “tecnologia alternativa” ou “tecnologia para a inclusão social” – termos usados por Dagnino e colaboradores, contraposta a uma “tecnologia capitalista”.

Por mais que a tecnologia, mesmo no movimento contemporâneo de grande amalgamento com a ciência, seja até mesmo permissiva à dominação capitalista, não podemos classificar este conhecimento em termos de classe: parte considerável desse conhecimento é universal e se presta à utilização capitalista ou socialista. Não podemos qualificar a tecnologia como “capitalista” ou “socialista”, podemos sim caracterizar nestes termos a política que rege sua construção e apropriação.

A tecnologia, no sistema do capital, é um instrumento da exploração de classe que, enquanto tal, certamente terá também sua expressão nos meandros da dominação de classe. À luta de emancipação dos trabalhadores, não interessa desconectar a exploração da dominação

¹³⁴ Tradução da autora.

exercida pelo capital. Como bem afirma Katz acerca da contribuição marxista no plano da ciência e da tecnologia:

O marxismo busca desmascarar a exploração e desmitificar o funcionamento do capitalismo, para favorecer o desenvolvimento da consciência socialista dos trabalhadores. No plano da ciência e da tecnologia, este objetivo implica destacar como o processo de valorização condiciona o uso das descobertas e suas aplicações. Desmontar o fetichismo tecnológico é o objetivo central da teoria marxista neste tema.” (KATZ, 1997, p.16)

Em artigo, de 2009, intitulado “A crise e a política de CT&I na América Latina”, avaliando um suposto risco-oportunidade que a atual crise do capitalismo colocaria para a orientação da política de CT&I, Dagnino aponta a sustentabilidade dos empreendimentos solidários como uma oportunidade, uma inflexão correta a ser tomada pela PCT&I:

A tendência ao desemprego e à precarização do trabalho que faz com que hoje quase 60% da nossa força de trabalho esteja à margem do mercado formal se está agudizando; inclusive em função do oportunismo dos empresários que “desovam” desemprego tecnológico programado aproveitando a crise. O que torna ainda mais urgente a inflexão da PCTI no sentido do que tem sido denominado Tecnologia Social - a tecnologia alternativa àquela produzida pelas e para as empresas privadas - demandada para tornar sustentáveis os empreendimentos da Economia Solidária. (DAGNINO, 2009)

Ao contrapor-se ao conceito de Tecnologia Social assumido pela Rede de Tecnologia Social e arriscando-se aos espinhos de também contrapor-se à compreensão dos movimentos sociais, Dagnino aponta a ausência de ligação do conceito com o mundo do trabalho, em termos que sugere equiparação entre “ambiente produtivo” e “processo de trabalho” – atribuindo a esses a causa da exclusão.

Outro inconveniente daquela definição mais freqüente é que ela abrange procedimentos que possuem pouca ou nenhuma ligação com o ambiente produtivo (ou com o processo de trabalho). O qual é o que efetivamente estabelece as relações econômico-sociais que causam a exclusão e que tem que ser transformado por meio da TS. Essa discordância acerca da ampliação do conceito de tecnologia é especialmente espinhosa: talvez os movimentos sociais atribuam a denominação de “tecnologias” às metodologias alternativas por eles propostas a fim de granjearem o apoio e respeitabilidade que eles merecem. (DAGNINO, 2008, p.5)

Dagnino¹³⁵ procura não só contrapor-se ao conceito de Tecnologia Social assumido pela RTS, mas realiza uma crítica à Tecnologia Apropriada, procurando mostrar diferenças significativas entre esta e o conceito que formula.

As Tecnologias Apropriadas, que, segundo Carvalho, podem ser definidas como “tecnologias distintas daquelas consideradas como de uso intensivo de capital e poupadoras de mão-de-obra”, tinham, significativa relevância no mundo, ainda nos primeiros anos da década de 80:

(...) 277 instituições, num total de 80 países do Ocidente, dedicadas, integral ou parcialmente ao que os autores identificam como tecnologia apropriada. Somente os EUA e a Inglaterra juntos são responsáveis por 73 dessas instituições ou 26% do total. Nesse levantamento registra-se para o Brasil apenas duas (2) instituições. (CARVALHO, 1982, p. 9)

Pautado nas análises de Jéquier, acerca dos problemas e promessas das tecnologias apropriadas, Carvalho compreende que esse debate estaria inserido nas relações estabelecidas em âmbito mundial e, focado, face à importação tecnológica, na insatisfação dos países em desenvolvimento capitalista.

Se as tecnologias importadas não tendem satisfatoriamente às exigências objetivas dos países em desenvolvimento, torna-se necessário gerar nova tecnologia e um dos problemas que se coloca é “fortificar e muitas vezes restabelecer sua capacidade endógena de invenção e de inovação”. (Jéquier,1976: 18). Implica, entre outras coisas, a invenção e difusão de novos tipos de tecnologia e de novas formas de organização melhor adaptadas às condições locais (Jéquier,1976:18). (CARVALHO, 1982, p.12)

Hoje, no Brasil, como procuramos demonstrar em todo o percurso de análise das conferências nacionais de ciência, tecnologia e inovação, o discurso que se apresenta como hegemônico, inclusive dentro do Movimento da Tecnologia Social, não questiona o caminho da inovação tecnológica. Ao contrário, assume como objetivo estratégico para o país um desenvolvimento que tem como motor a inovação, objetivando sua competitividade no cenário internacional. Isso está claramente explicitado no Plano Brasil Maior – 2011/2014, quando esclarece que a política está voltada “para o aumento da eficiência econômica agregada da economia e para a evolução de conhecimentos estratégicos em direção à matriz tecnológica mundial.” (MDIC, [2011], p.11 – grifos nossos). Ao lado disso, de forma paralela e

¹³⁵ Utilizaremos também a referência “grupo da Unicamp”, compreendendo que outros pesquisadores também que contribuem para essa corrente de pensamento.

complementar, a Tecnologia Social volta-se para colaborar com a “inclusão e do desenvolvimento social”.

A corrente de pensamento expressa pelo “grupo da Unicamp” também alinha a Tecnologia Social à diretriz da inclusão e desenvolvimento social, sem considerar nenhuma contradição em estabelecê-la como elemento central de fortalecimento dos empreendimentos solidários.

A diferenciação que esses pesquisadores procuram estabelecer com a Tecnologia Apropriada fundamenta-se sobretudo no aspecto não-participativo que caracterizaria, segundo eles, a Tecnologia Apropriada. Destacamos um trecho longo, mas significativamente esclarecedor desse pensamento, expresso por Dagnino, na Introdução do Caderno de Textos Para Discussão. Seminário Tecnologia para a Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina:

Ademais, por perceber a necessidade de que a TA¹³⁶ fosse “demandada” por atores com força política, seus defensores apontavam como aliados, no campo produtivo, as cooperativas e fábricas recuperadas, no político, os gestores das políticas sociais e de C&T e, no cognitivo, os professores, alunos e técnicos de institutos de pesquisa, em especial os que militavam nas incubadoras universitárias de cooperativas. Destacavam haver, para esses e outros atores e preocupações, um espaço que agregava os ESs¹³⁷, entendidos como um motor crucial da TS. Os ESs eram assim concebidos por serem, mais que “demandantes” de TS, participantes, no terreno mesmo da produção material, da sua geração. Ademais, os ESs significavam uma alternativa radical, dado atuarem nesse terreno essencial para o questionamento estrutural da forma de produção capitalista. (DAGNINO, 2008, p.8)

A exigência de que os empreendimentos solidários, mais do que “demandantes”, sejam participantes, está completamente ausente, até hoje, da realidade do movimento da Tecnologia Social, como o próprio Dagnino reconhece, mas obviamente sem reconhecer nisso, também, nenhuma contradição ou sequer incoerência.

Numa publicação, considerada referência sobre o tema da Tecnologia Social, que agrega contribuições de outros autores dessa vertente de pensamento, Dagnino, em artigo intitulado “Em direção a uma teoria crítica da tecnologia” expõe:

Esta seção se inicia explorando um desses obstáculos que hoje se colocam ao movimento da Tecnologia Social (TS), relacionado à ainda escassa compreensão por parte dos atores envolvidos com a Economia Solidária (ES), ou mais amplamente,

¹³⁶ Tecnologia Alternativa.

¹³⁷ ESs – Empreendimentos Solidários.

com a construção de uma “Outra Economia”, sobre o papel que pode assumir a TS nesse processo. (DAGNINO, 2009, p. 97)

O autor prossegue raciocinando sobre esse papel que a tecnologia social poderia assumir para os empreendimentos solidários, concebendo três níveis de significância:

Papel que, num primeiro nível mais concreto e imediato, situa a TS como elemento viabilizador das “sustentabilidades” (econômica, social, política e cultura) dos Empreendimentos Solidários (ESs). Num segundo nível, situando a TS como um elemento articulador, pela via do fortalecimento da ES, de formas de produção e organização da sociedade pervasivas, alternativas àquelas engendradas pelo capital. E, num terceiro nível, mais abrangente e de longo prazo, situa a TS como o núcleo do substrato cognitivo que deverá tomar o lugar da Tecnociência, que hoje amalgama e galvaniza a infra-estrutura econômico-produtiva e a superestrutura político-ideológica do capitalismo, no cenário em construção da “Outra Economia”.” (DAGNINO, 2009, p.97)

E, como não poderá, por força da realidade, tecer comentários ou realizar análises teóricas, acerca dos três níveis visualizados, o autor conclui: “Em favor da brevidade, será tratado apenas o fato de que nem aquele primeiro nível foi alcançado.” (DAGNINO, 2009, p.97)

Tendo como referência principal os empreendimentos solidários, vinculando-os à diretriz da inclusão social, e tomando-os de forma isolada da dinâmica de acumulação e reprodução do capital, Dagnino elabora um conceito genérico de tecnologia que traz o elemento *processo de trabalho* como categoria determinante: que no capitalismo levaria à tecnologia convencional e num coletivo de produtores (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) levaria à Tecnologia Social.

Para melhor compreendermos estas formulações, destacamos um trecho de Iasi, um pouco mais longo, mas absolutamente claro e consistente, de um momento em que debate algumas idéias de Paul Singer, um dos mais destacados expoentes da economia solidária:

Como procuramos argumentar, as determinações do trabalho estranhado não podem se restringir à mera organização do processo de trabalho, que, aliás, essencialmente segue o mesmo quando assume a forma de produção de mercadorias e de mais-valia. O essencial para compreendermos o estranhamento está nas relações sociais de produção, mas estas não se autodeterminam na particularidade de uma relação assumida, mas pela totalidade em que se inserem. As relações burguesas de propriedade, as relações sociais de produção próprias da ordem do capital, submetem e subsumem todas as outras formas que seguem resistindo à sua lógica. (IASI, 2010, p.80)

Os empreendimentos solidários são plenamente dependentes do mercado capitalista, não existindo separação entre o seu processo de trabalho interno e as determinações da produção capitalista, assim como não existe também a suposta distinção entre os trabalhadores envolvidos nos empreendimentos solidários – que dariam um sentido particular à sua produção - e os demais trabalhadores. Tais formulações constituem, efetivamente, mais um obstáculo para a formação da consciência de classe.

Ademais, cabe considerar o papel do Estado, cuja atuação ativa se dá no sentido de liderar as diretrizes e ações que serão efetivadas no âmbito dos empreendimentos solidários, procurando incorporá-los à sua elaboração sistêmica de inovação como base do desenvolvimento econômico e social. Para tal propósito, o Ministério do Trabalho e Emprego criou, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), cujo titular da pasta ainda é, até o momento atual, o economista Paul Singer.

Para os altos formuladores do Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado Brasileiro, os empreendimentos da economia solidária¹³⁸ podem ser compreendidos como resposta dos trabalhadores à exclusão do trabalho que ocorreu no final do século XX e podem também ser compreendidos como uma vertente produtiva que se insere, sem antagonismos, nos rumos de desenvolvimento da economia capitalista, fazendo juz, inclusive, a recursos e investimentos do Estado. (MP, 2011)

O apoio do Estado também se faz presente para os chamados empreendimentos autogestionários. Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), este apoio teve início em 1994 sob a responsabilidade da “Área Operacional”. Em 1996, as operações de autogestão foram transferidas para a “Área de Inclusão Social”. Em 2005 foi criado o Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários (PACEA): apoio à recuperação de empresas do setor industrial, por meio do financiamento à consolidação de empreendimentos autogestionários formados a partir de situações de falência ou fechamento de unidades produtivas.¹³⁹

¹³⁸ Empreendimentos autogestionários: “Apresentam-se sob as formas de cooperativas populares, empresas recuperadas pelos ex-empregados de empresas falidas, associações de pequenos produtores, grupos informais e redes de cooperação, atuando em diversos setores produtivos: agricultura familiar e agroecologia, coleta de resíduos sólidos, inclusive de óleo de cozinha, organizações de finanças solidárias e de comércio justo e solidário.” (PPA 2012-2015/MP/2011)

¹³⁹ BNDES. Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários. Datado de 05/07/2011 Acessado no site http://www.senado.gov.br/comissoes/cas/ap/AP20110705_Angelo_Fuchs.pdf, em 01/10/2012.

O Plano Plurianual, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o período 2012-2015, explicita as metas previstas para o segmento dos empreendimentos da economia solidária:

(...) certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário; criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização; incluir 200 comunidades nas finanças solidárias; promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária e promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários. (MP, 2011, p.276)

Sobre a utilização proveitosa da tecnologia, dentro de um projeto emancipatório, Katz demarca claramente o papel das classes sociais, seus interesses e convicções:

O projeto emancipatório parte do reconhecimento do raio de possibilidades objetivas da mudança tecnológica. Uma vez compreendidas estas potencialidades, são os homens, estruturados em torno de classes sociais e de acordo com seus interesses e convicções, que definem sempre a direção do processo inovador. Este curso é um resultado de confrontações sociais que não está pré-estabelecido por determinações tecnológicas.¹⁴⁰ (KATZ, 1999, p.7)

Para as classes trabalhadoras, o desafio trazido pelo desenvolvimento da tecnologia, enquanto força produtiva social¹⁴¹, não pode ser respondido por meio de um diálogo entre as classes sociais, ou por meio de experimentos solidários ou autogestionários – mesmo considerando as aprendizagens e lições que possam resultar dessas experiências.

A história nos mostra que a burguesia no poder conjuga todos os seus esforços para construir um ambiente político favorável para o processo de expansão e acumulação do capital. Para tanto, não hesita em desorganizar as classes dominadas, cercear e impedir suas manifestações, se necessário, utilizar-se da repressão, expropriá-las de direitos conquistados e, se possível, atraí-las para sua direção política e moral. É apenas no processo das lutas travadas pelos trabalhadores que se torna possível a construção de uma resposta de interesse das próprias classes trabalhadoras.

¹⁴⁰ Tradução da autora.

¹⁴¹ Para aprofundar o conceito de tecnologia como força produtiva social, ver Katz, Claudio. La tecnología como fuerza productiva social: implicancias de una caracterización. Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología, vol 12, n 3, México, 1999.

4.2. RESISTÊNCIA E LUTAS

As diferenças histórico-sociais fundamentais existentes na origem e no desenvolvimento de experiências nas quais se depositam o carimbo de “tecnologias sociais” não estão acessíveis nas informações que são divulgadas pelas instituições governamentais que estão selecionando, catalogando e premiando essas experiências.

Assim, por exemplo, a Fundação Banco do Brasil agrega, no seu Banco de Tecnologias Sociais, como “tecnologias” equivalentes:

- ✓ a experiência das cisternas no semi-árido - fruto de um movimento de anos dos trabalhadores e suas famílias,
- ✓ um ônibus-biblioteca em Salvador - iniciativa de uma organização social,
- ✓ o kit Embrapa de ordenha manual - da empresa estatal Embrapa,
- ✓ metodologia de conscientização ambiental - do Lions Clube de Umuarama e
- ✓ metodologia de melhoria da educação - da empresa Votorantim Industrial.

Agrupar, indistintamente, iniciativas de empresas públicas e privadas e experiências de luta e organização das classes trabalhadoras e populares, com direcionalidades e intencionalidades contraditórias e opostas, serve para apresentar de forma pasteurizada processos sócio-políticos absolutamente distintos. Ignorar o lastro de luta e organização existente no bojo de criação e aprimoramento de algumas das chamadas “tecnologias sociais”, constitui estratégia para esvaziar as lutas dos trabalhadores de seu sentido histórico, político e de questionamento das políticas públicas.

O esforço empreendido nesta parte do estudo é demarcar, nesse rol indiferenciado de “tecnologias sociais”, a existência de experiências vinculadas às histórias e históricos de luta das classes trabalhadoras, procurando revelar, assim, algumas das contradições reais existentes entre as classes trabalhadoras e as classes dominantes. Desvelar essas contradições, explicitar a latência e expressão dos conflitos entre as classes, é um caminho necessário para construir possibilidades de interesse para as classes trabalhadoras, que se oponham ao “corredor polonês”¹⁴² da inclusão social.

No campo das chamadas “tecnologias sociais”, deparamo-nos com organizações que agrupam coletivos numerosos de trabalhadores e suas famílias, chegando mesmo ao patamar de milhares de coletivos organizados. As três maiores organizações, sobre as quais tivemos a

¹⁴² A expressão refere-se a uma brincadeira de crianças e consiste em uma estreita passagem margeada por duas fileiras de pessoas que aplicam castigos físicos àqueles que são obrigados a percorrê-la. Remete também a uma faixa estreita de território pertencente à Polônia, situado entre duas províncias germânicas – por onde a Alemanha, expulsando os poloneses, começou a 2ª Guerra Mundial.

oportunidade de informar no primeiro capítulo desse estudo, participam da estrutura da Rede de Tecnologia Social: a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA)¹⁴³; o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e a Rede Cerrado. Estão organizadas em formato de grandes redes, organizações-redes, e atuam nas regiões que contemplam as maiores desigualdades econômico-sociais produzidas no território brasileiro.

Apesar do discurso governamental de integração nacional e desenvolvimento regional, o que temos observado no Brasil é o agravamento das desigualdades regionais produzidas pelo capitalismo. O que ocorre é que o desenvolvimento desigual das regiões brasileiras é uma condição para a reprodução do capital, que encontra no Estado apoio irrestrito para a realização de seus interesses.

A Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA) atua em 10 estados do Brasil - Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe (Região Nordeste) e Minas Gerais (Região Sudeste). O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) está organizado em regionais nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins (Região Norte), Mato Grosso (Região Centro-Oeste), Maranhão e Piauí (Região Nordeste). A Rede Cerrado atua no Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (Região Centro-Oeste), Minas Gerais, São Paulo (Região Sudeste), Bahia, Maranhão, (Região Nordeste) e Tocantins, (Região Norte).

São organizações que possuem um recorte de atuação regionalizada, centradas de forma unânime no “desenvolvimento sustentável” e pela “justiça social” e assumindo em campanhas e projetos a chamada “parceria” com órgãos estatais.

Fugiria do escopo desse estudo, aprofundar as instigantes questões que a dinâmica da luta de classes suscita no campo das tecnologias sociais no Brasil, entretanto consideramos que a experiência da Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA) pode ser ilustrativa da resistência e lutas das classes trabalhadoras e nos auxiliar a compreender um pouco melhor as contradições e possibilidades desse processo.

A ASA¹⁴⁴ surge em 1999, no chamado Fórum Paralelo da Sociedade Civil, no bojo da 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), no Recife, consolidando-se enquanto uma articulação da “sociedade civil organizada e atuante na região semi-árida brasileira”. Nesse mesmo Fórum propõe a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas na região e lança a “Declaração do Semi-árido

¹⁴³ “Sertão Semiárido Nordestino: região com os menores índices de desenvolvimento humano do país, com predominância de caatinga ou semiárido, caracterizada pela ocupação antiga e relativamente rarefeita.” (PPA, 2011, p.66)

¹⁴⁴ Informações sobre a ASA extraídas do site www.asabrasil.org.br.

Brasileiro”, assumida por sindicatos de trabalhadores rurais, entidades ambientalistas, organizações não-governamentais, igrejas cristãs, agências de cooperação internacional, associações e cooperativas, movimentos de mulheres e universidades. A Declaração apresenta propostas para um programa de convivência com o semi-árido, fundamentado em duas premissas: a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido e a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

Convicta de que a água é um direito humano básico, a ASA se posiciona contrária às iniciativas em prol de sua privatização. O coordenador da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), Arivaldo Sezyshita, em declaração divulgada no site da instituição, alerta:

Em muitos lugares ela [a água] foi privatizada, possuída, cercada, e está sob o poderio de uns poucos. Nesse sentido, exigir dos governos e dos organismos internacionais o reconhecimento e a aplicação concreta daquilo que a Assembléia Geral da ONU já o fez em 2010, que é o reconhecimento de que a água é um direito humano fundamental para todos os povos.¹⁴⁵

Vale a pena lembrar que a água também está no contexto de interesses das agências internacionais. O artigo de Vandana Shiva¹⁴⁶, publicado no O Estado de São Paulo¹⁴⁷, é esclarecedor a respeito da participação do Banco Mundial:

O BM tem papel importante nas guerras da água. Em primeiro lugar, a instituição condiciona seus empréstimos à privatização. Em segundo, reduz o acesso das concessionárias públicas e oferece acesso privilegiado à indústria, como também fornecimento ininterrupto para áreas urbanas ricas. Terceiro, está desviando a água subterrânea, já escassa e limitada das zonas rurais para as urbanas, subvertendo, portanto, as Metas do Desenvolvimento do Milênio, que são reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso sustentável à água potável. Em quarto, o Banco Mundial força governos e concessionárias públicas a aumentar as tarifas e transformar a água em commodity, prejudicando o direito fundamental das pessoas à água como parte do seu direito à vida. Em quinto lugar, como os projetos do Banco Mundial se baseiam no uso não sustentável da água, eles estão malogrando, como ficou patente nos casos da usina de Sonia Vuhar, em Nova Délhi, e o projeto de Veeranam, em Tamil Nadu. (SHIVA, 2012)

Cada vez de forma mais acelerada e agressiva, o capital marcha sobre direitos até então inquestionáveis. A extinção do direito à água como direito humano fundamental é um

¹⁴⁵ Citado na matéria “Coordenador da ASA reforça necessidade de fortalecer a água como direito humano”, de 22/03/2012, em www.asabrasil.org.br, acessada em 15/02/2012.

¹⁴⁶ Vandana Shiva é física, ativista ambiental indiana, dirige a Research Foundation for Science Echnology and Ecology, em Nova Déli, capital da Índia.

¹⁴⁷ “Tempestade em copo vazio”, matéria de Vandana Shiva, traduzida por Terezinha Martino e publicada no O Estado de São Paulo, em 17/06/2012, no site <http://www.estadao.com.br>, acessada em 10/11/2012.

processo em curso promovido pela dinâmica do capital-imperialismo, cuja avidez destruidora é explicitada por Fontes:

As expropriações contemporâneas não pararam por aí e devoraram também bens naturais sobre os quais até então não incidia propriedade exclusiva de tipo capitalista, como as águas doces e salgadas, o patrimônio histórico e cultural (convertido em mercadoria através do turismo), o patenteamento de códigos genéticos, a qualidade do ar. (FONTES, 2010, p.60)

A ASA atua na defesa da água como direito humano, a serviço da humanidade e não como uma mercadoria, participa de articulações internacionais como o Fórum Alternativo Mundial da Água e promove em vários estados brasileiros eventos por ocasião do Dia Mundial da Água.

A ASA propõe como eixo central da estratégia de convivência com o semi-árido, o fortalecimento da agricultura familiar, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais. São também propostas suas: A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semi-árido; A priorização de investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte; Maiores investimentos em infra-estrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados; Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas; A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

Essas propostas não se coadunam, objetivamente, com a direção estratégica de exportação agroindustrial assumida pelo Governo brasileiro, mesmo para as regiões que apresentam inúmeras e profundas desigualdades, como o semi-árido, cerrado e região amazônica. A priorização dada pelo Governo às exportações é enunciada claramente, por exemplo, no Livro Azul da IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, na discussão sobre metas para o aproveitamento econômico da Amazônia: “A agregação de valor é meta geral para a agricultura sustentável, mediante a criação de programas nacionais visando a duplicar em dez anos o valor da produção exportada.” (MCT, 2010, p.81)

Privilegiando a produção para a exportação e focando nos produtos agrícolas e manufaturados que agregam baixa tecnologia, sustentando a peso de ouro a imensa dificuldade/inércia do empresariado em produzir inovações tecnológicas, o Estado brasileiro reafirma a posição dependente que ocupa na divisão internacional do trabalho

O Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 é bastante tímido nas proposições para o semi-árido e considera que uma estratégia de desenvolvimento do semi-árido “deve avaliar cuidadosamente todas as condições para a geração, a distribuição e o uso adequados dos recursos hídricos disponíveis, além de avaliar formas inovadoras de organização social produtiva”. (MCT, 2007, p.293)

É possível compreender termos tão cuidadosos para enunciar uma estratégia, se considerarmos as resistências manifestadas publicamente pelos trabalhadores e organizações sociais que se mobilizam no semi-árido contra o que vem sendo colocado em primeiro plano na região: o projeto de transposição das águas do rio São Francisco - que desconsidera os “recursos hídricos disponíveis” existentes.

O Plano Plurianual 2012-2015, o Plano Mais Brasil, do governo federal, no tocante à gestão dos recursos hídricos, se assenta no pressuposto da escassez de água em partes do território nacional, inclusive no Nordeste.

A gestão dos recursos hídricos pode ser incluída como tema central da arena ambiental e urbana do país. A escassez da água já é uma realidade em partes do território nacional, como é o caso do semiárido nordestino e da metade sul do Rio Grande do Sul. (MP, 2011, p.44)

Qual é de fato a situação da água, ou da falta de água no Nordeste brasileiro? Segundo afirma João Suassuna¹⁴⁸, engenheiro agrônomo e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, em matéria realizada por Leonardo Sakamoto, o Nordeste possui o maior volume de água represado em regiões semi-áridas do mundo, com 37 bilhões de metro cúbicos, armazenados em cerca de 70 mil represas.¹⁴⁹

Em relação ao projeto de transposição das águas do São Francisco, o engenheiro, nessa mesma matéria, também se posiciona criticamente:

O projeto é desnecessário tendo em vista os volumes d'água existentes nas principais represas nordestinas. Da forma como o projeto foi concebido e apresentado à sociedade, com o dimensionamento dos faraônicos canais, fica clara a intenção das autoridades: será para o benefício do grande capital, principalmente os irrigantes, carcinicultores [criadores de camarão], industriais e empreiteiras.

¹⁴⁸ É um dos maiores especialistas do país em questões de hidrologia do semi-árido e sobre o rio São Francisco.

¹⁴⁹ O problema da seca no Nordeste não é falta de água”, matéria de Leonardo Sakamoto, publicada, em 23/04/2012, contendo entrevista realizada com João Suassuna. Acessada em 05/11/2012, em <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br>.

Em outra oportunidade, numa entrevista realizada pela Universidade Unisinos, Suassuna ilustra perfeitamente sua análise, com a informação de que “No Porto de Pecém, em Fortaleza, está sendo construída a Ceará Steel, uma siderúrgica que, sozinha, irá demandar volumes equivalentes a um município de 90 mil habitantes.”¹⁵⁰

Em relação ao montante de recursos disponibilizados para esse projeto, Suassuna, na matéria elaborada por Leonardo Sakamoto, acrescenta ainda que um orçamento inicialmente estimado, no Governo Sarney, em cerca de R\$ 2,5 bilhões, na gestão Fernando Henrique Cardoso, é redimensionado e pula para R\$ 4,5 bilhões, no governo Lula chega aos R\$ 6,6 bilhões, no governo atual de Dilma Roussef atinge 8,3 bilhões, numa conta que poderá facilmente chegar, nas próximas décadas, à cifra dos R\$ 20 bilhões. Isto sem mencionar os desvios de verbas, como os R\$ 312 milhões do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), constatados, em 2011, pela Polícia Federal e a Controladoria Geral da União.

Como solução para o abastecimento urbano, Suassuna, na mesma matéria acima mencionada, cita o “Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Água”, da Agência Nacional de Águas (ANA). O Atlas Nordeste agrega propostas apresentadas por técnicos reunidos pela Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Ciência (SBPC), em 2004, e apresenta projetos que, com metade dos recursos previstos na transposição, beneficiariam um número muito maior de pessoas. Este é um projeto que não saiu “da gaveta”, pois foi dada prioridade ao Plano de Aceleração do Crescimento do país (PAC), com o Projeto de Transposição do São Francisco.

Contrário ao projeto de transposição das águas do rio São Francisco, Suassuna aponta a utilização das águas já existentes na região, através de uma política adequada de gerenciamento desses recursos, como a solução mais viável, em termos técnicos e econômicos, para o problema de abastecimento de água no Nordeste. (SUASSUNA, 2007)

Já a linha estratégica de desenvolvimento do semi-árido, definida pelo Plano de Ação de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010 é a “Criação de um “Observatório do Rio São Francisco” mediante um consórcio de instituições voltado para avaliação de impacto e de demandas tecnológicas associadas ao processo de transposição das águas.” (MCT, 2007, p. 295)

No meio rural, para o abastecimento das populações difusas, que são as mais necessitadas de acesso à água, cerca de 10 milhões de pessoas, Suassuna, nessa mesma

¹⁵⁰ Acessado em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/31640-transposicao-do-sao-francisco-uma-obra-desnecessaria-entrevista-especial-com-joao-suassuna>, em 05/11/2012.

entrevista concedida à Universidade Unisinos, referencia as “tecnologias que estão sendo difundidas pela ASA (Articulação do Semi-árido), através do uso de cisternas rurais, barragens subterrâneas, barreiros, trincheiras, programa duas águas e uma terra, mandalas, etc.”¹⁵¹

A ASA, no desenvolvimento do seu programa de atuação de convivência com o semi-árido, criou e maneja dezenas de tecnologias de uso sustentável da água. A tecnologia de cisternas de placas consiste em reservatórios de cimento, com a capacidade para captar 16 mil litros d’água nos períodos de chuva, o suficiente para uma família beber e cozinhar durante 10 meses.

A construção de cisternas de placas no semi-árido é realizada pela Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), que é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que compõe a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). Essa associação foi criada em 2002, com o objetivo de gerenciar o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) – fruto de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O Programa demanda uma estrutura complexa, que, em linhas gerais, se caracteriza por Unidades Gestoras nas micro-regiões, que por sua vez articulam várias Unidades Executoras, abrangendo o conjunto dos estados do semi-árido.

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), faz parte da meta de um milhão e duzentas e cinquenta mil cisternas do Programa Água para Todos do governo federal, que integra o Plano Brasil Sem Miséria. O Programa Água para Todos é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional e engloba ações do próprio Ministério da Integração Nacional por meio da Codevasf, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Saúde/FUNASA, da Fundação Banco do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil. O Programa tem um Comitê Gestor, do qual fazem parte, além das instituições acima, o Ministério das Cidades.

Desde que surgiu, em 2003, até setembro de 2012, o P1MC, coordenado pela ASA, construiu 500 mil cisternas, envolvendo mais de 15 mil pedreiros e pedreiras das comunidades e beneficiando quase 3 milhões de brasileiros. Também está incluída neste programa a construção de cisternas nas escolas. As primeiras experiências com cisternas nas escolas surgiram em 2009 e em 2010 a iniciativa foi ampliada para todos os estados do semiárido.

¹⁵¹ Idem.

Em 2007, a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) também passou a fazer a gestão do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), de acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos, com a utilização de tecnologias como cisterna-calçadão, barragem subterrânea, cisterna de enxurrada, barreiros trincheiras, tanque de pedra e bomba d'água popular. Este programa já beneficiou mais de 12 mil famílias, ou 60 mil pessoas.

Em finais de 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), anunciou a suspensão dos convênios com a ASA para construção das cisternas de placas. Ao mesmo tempo, o Ministério da Integração Nacional, anunciou a instalação da primeira de 300 mil cisternas de polietileno.

Ciente de que a distribuição das cisternas de plástico poderia virar moeda de troca de voto nas eleições municipais, a ASA mobilizou 15 mil agricultores do semiárido para reivindicar a continuidade dos programas “Um milhão de cisternas” (P1MC) e “Uma terra e duas águas” (P1+2) e lançou, no primeiro semestre de 2012, a campanha “*Não troque seu voto por água. A água é um direito seu!*”

O contexto sócio-político do semiárido pode ser entrevisto por um trecho de uma matéria divulgada pela ASA sobre a campanha, transcrito abaixo:

Ao longo dos séculos, as oligarquias do Semiárido aproveitaram as grandes secas para aumentar suas riquezas e seu poder. Neste cenário, as políticas públicas de distribuição de água deixaram de cumprir deveres para funcionar como moeda de troca por votos ou favores para grandes proprietários de terras ou de pessoas ligadas a eles. Neste contexto, as articulações políticas e busca por votos para as eleições municipais 2012 estão sendo realizadas na região. (...) Com o objetivo de alertar, fiscalizar e denunciar os abusos no uso eleitoral da água, a Articulação vem promovendo a campanha Não Troque Seu Voto por Água. Água é Direito Seu.¹⁵²

Afora a brutal diferença de custo dos dois tipos de cisterna – a produzida pela ASA custa R\$ 2.080 e a de plástico custa R\$ 5.000 – o trabalho realizado pela ASA na construção das cisternas passa por um amplo trabalho de mobilização, participação decisória e capacitação: é formada uma comissão municipal – que seleciona as famílias a serem beneficiadas e as famílias que participam dominam todo o processo, apropriam-se da técnica, constroem e multiplicam para outras famílias. As cisternas armazenam água suficiente para

¹⁵² “ASA alerta para uso eleitoral da água”, publicada em 23/07/2012 – grifos nossos, e acessada em 05/11/2012, em www.asabrasil.org.br.

cerca de 10 meses e quaisquer reparos necessários nas cisternas podem ser feitos pelos trabalhadores envolvidos na construção.

Com a mobilização dos agricultores, a ASA conseguiu a continuidade dos programas, que acontecerão concomitantes à instalação das cisternas de plástico, compradas das empresas privadas, por iniciativa do Ministério da Integração Nacional.

A orientação programática da ASA, de convivência com o semi-árido, privilegia o uso adequado dos recursos hídricos existentes e a participação dos trabalhadores na definição das políticas para a região, e é afirmada em contraposição às recorrentes iniciativas pontuais de combate à seca, que fazem girar a velha dinâmica da corrupção e troca de votos nas eleições parlamentares. É afirmado em contraposição também às estratégias atuais de desenvolvimento para a região, como o principal projeto de irrigação, adotado pelo Estado brasileiro, de transposição das águas do rio São Francisco.

A metodologia de mobilização, organização e formação dos trabalhadores e suas famílias, desenvolvida pela ASA, pressupõe a necessidade de compreender a realidade vivida no semi-árido e a possibilidade de transformá-la.

O discurso da ASA mostra, muitas vezes, uma percepção da realidade polarizada pela problemática da pobreza – “os ricos e pobres”. Por outro lado, em alguns documentos, nos deparamos com a defesa de medidas que, objetivamente, representam um questionamento às necessidades de acumulação do capital e se contrapõem assim aos interesses das classes dominantes.

De maneira geral, a ASA não expressa uma percepção clara da existência das classes sociais e da luta de classes, por outro lado, as “parcerias” realizadas com os setores estatais - sem nenhuma estabilidade ou garantia de continuidade ou mesmo de adequação às necessidades dos trabalhadores e suas famílias, ainda que imediatas e localizadas – impele-a a confrontos e questionamentos acerca das políticas públicas implementadas na região.

As instituições estatais, num movimento significativo no sentido de construir a hegemonia das classes burguesas, enunciam, nas políticas públicas, os interesses do capital e das classes dominantes como *os verdadeiros e significativos problemas do país* e, em paralelo, mascaram os *verdadeiros e significativos problemas das classes trabalhadoras e populares*, apresentando-os como fenômenos fragmentados de exclusões sociais, para os quais bastariam as políticas compensatórias de inclusão.

A dinâmica que se estabelece entre a atuação de órgãos e instituições do aparelho estatal, centrando esforços políticos na articulação do “movimento da tecnologia social” e as movimentações dessas organizações que lutam por melhoria nas condições de vida dos

trabalhadores e suas famílias, nos permite compreender que o processo de construção da hegemonia das classes burguesas não se dá sem atritos, sem conflitos e sem profundas contradições.

As promessas embutidas nas “Tecnologias para a Inclusão e o Desenvolvimento Social” não se cumprem, a participação que o Estado oferece é localizada, apolítica e põe os centros decisórios longe do alcance das classes trabalhadoras.

A identificação de contradições internas demonstra que o conceito de tecnologia social ainda é um campo em disputa, no qual perpassam contraposições e perspectivas distintas e opostas, e, ainda que não plenamente definidas e enunciadas, são situações da luta de classes e potencialmente situações para construção de transformação social.

Nesse campo de disputas, as classes dominantes se esforçam para alcançar e se manterem na direção ideológica, ética e moral do processo. Lançam mão de todos os instrumentos, mecanismos e dispositivos de comunicação, educacionais e culturais para a difusão de valores como a colaboração entre as classes, o empreendedorismo econômico, a responsabilização individual frente aos problemas sociais e a irresponsabilidade – e mesmo ilegalidade - de ações e movimentos grevistas e contestatórios, entre outros. Se a difusão de tais “verdades” não se mostrar plenamente eficaz, e não conseguir conter a revolta, a indignação, a expressão e as manifestações coletivas das classes dominadas, as classes dominantes podem contar com a atuação do aparelho político-jurídico do Estado, para criminalizar os trabalhadores e fazer valer seus valores, valores que defendem seus interesses. Contam também com a força policial e militar para impor a ordem e o ambiente de colaboração propício ao desenvolvimento de seus negócios.

A situação de criminalização das lutas é explicitada em alguns estudos, como a análise das cronologias dos conflitos sociais em curso, realizada, em 2008, por Trindade, Vargas e Leher:

O fato de que a expropriação exige expulsão dos trabalhadores e camponeses de suas terras, bem como a perda de direitos sociais consignados na Constituição de 1988, tem acentuado a cada dia a repressão e a coerção do Estado ou de seus prepostos, tornando a criminalização das lutas um tema central na agenda dos movimentos sociais. (TRINDADE, VARGAS e LEHER, 2008)

As expropriações de terra e as expropriações de direitos, com maior ou menor abrangência e amplitude, constituem uma necessidade da acumulação capitalista, em qualquer fase, estágio ou momento de seu desenvolvimento, caracterizando-se como um movimento intrínseco do capital e não podem ser creditadas a questões conjunturais.

O levantamento, de 2011, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revela que esta situação, longe sequer de se amenizar, tornou-se mais grave, com aumento significativo do número de conflitos no campo. Em relação ao ano de 2010, registra um aumento de 15% no número total de conflitos, que passaram de 1.186 para 1363 conflitos.

A CPT classifica os conflitos no campo como: Conflitos de Terra, Conflitos Trabalhistas, Conflitos pela Água e Outros (Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo). Os Conflitos de Terra abarcam os Conflitos por Terra (apresentaram um aumento de 26% - de 638 para 805), as Ocupações e os Acampamentos. Esses conflitos referem-se a expulsões, despejos, destruição de bens, ameaças de pistoleiros etc..

O release para a imprensa, divulgado no site da CPT, destaca o aumento do número de famílias expulsas e ameaçadas por pistoleiros:

Chama a atenção nos conflitos por terra o aumento do número de famílias expulsas. Um crescimento de 75,7%. Passaram de 1.216, em 2010, para 2.137, em 2011. Também teve crescimento significativo o número de famílias ameaçadas por pistoleiros, que passaram de 10.274 para 15.456, mais 50,4%. É o poder privado – fazendeiros, empresários, madeireiros e outros - voltando à liderança das ações. Este poder privado é responsável por 50,2% das ocorrências de conflitos por terra, 689 das 1.035.¹⁵³

O documento da CPT transcreve parte da análise dos dados, realizada pelo professor Carlos Walter Porto Gonçalves¹⁵⁴, que, nestes termos, desvela a atuação do poder público:

Os dados parecem comprovar cientificamente o caráter de classe da justiça no Brasil, haja vista que a ação do poder público se move de acordo com a ação dos movimentos sociais em luta pela terra, mas se mostra indiferente com relação ao poder privado, na medida em que, como se observa, a intervenção do poder público aumenta ou diminui acompanhando o aumento ou queda da ação dos movimentos sociais.¹⁵⁵

O aparato do Estado tem sido acionado para impedir, de forma cada vez mais abrangente, os conflitos e as manifestações dos trabalhadores, dificultando sua expressão por meio de exigências burocráticas visando esvaziar ou inviabilizar as mobilizações e empurrando-os para uma situação de ilegalidade jurídica que desloca a questão política para uma situação de criminalidade, de “danos à população”, de “riscos à democracia”. Como

¹⁵³ Release “Cresce o número de Conflitos no Campo”. Acessado no site <http://www.cptnacional.org.br>, em 07/11/2012.

¹⁵⁴ Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹⁵⁵ Idem.

estratégia de dominação, a disputa eleitoral é, então, alçada à categoria de único e verdadeiro espaço democrático, delimitando o limite parlamentar como o espaço da legalidade.

É nessa guerra de forças existente nas relações entre as classes - que neste momento, seguramente, pende a favor das classes burguesas - que se expressam as estratégias que as classes dominantes se utilizam para garantir sua hegemonia, mas é também nessa guerra de forças que se dá a construção da hegemonia pelas classes trabalhadoras.

Há expressão dessas resistências, conflitos e lutas também no campo teórico, que apresenta abordagens distintas, liberais e críticas, acerca de categorias fundamentais para uma compreensão mais aprofundada da realidade.

4.3. SOCIEDADE CIVIL E ESTADO

Temos um campo de discussão acerca das instituições que, como vimos, compõem a chamada sociedade civil, que recai sobre o próprio conceito de sociedade civil e sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil.

Certamente, o conceito de sociedade civil não pode ser compreendido sem uma reflexão acerca de outro elemento fundamental, absolutamente entrelaçado, que é o Estado, o Estado moderno, o Estado burguês - a forma de relação social através da qual o capitalismo e a hegemonia das classes dominantes são expressos.

Na luta contra as classes até então dominantes, a burguesia criou sua forma fundamental de organizar a coesão econômica, política e ideológica - o Estado burguês, e formula teorizações que procuram sustentar e legitimar seus movimentos de classe, tanto para as frações das classes dominantes como para as classes dominadas.

Essas teorizações formam a base do pensamento liberal e, no decorrer dos séculos, conseguiu desempenhar um papel de direção moral extremamente expressivo e significativo, perdurando até os dias atuais.

Uma idéia burguesa associada ao Estado é a sua prerrogativa - inquestionável nas democracias modernas - de possuir o poder de exercer a violência "igualmente sobre todos" para assegurar a ordem e a harmonia do convívio social.

Referenciadas em Hobbes (1588-1679), as primeiras reflexões sobre a origem do poder político, que deixa, então, para trás o pensamento religioso, remete ao pacto que delega a um indivíduo (o Soberano) o poder de exercer a violência, para assegurar a pacificação - poder que pairaria igualmente sobre todos. Esse pacto é um acordo entre os homens contra a

natureza humana – naturalmente violenta, e pressupõe a vida social como algo de antinatural, capaz de exercer o controle necessário. (FONTES, 2006)

Nesse pensamento, a sociedade civil nasce como uma diferenciação da chamada sociedade natural. Formulado de forma abrangente, o conceito abarca a sociedade “civilizada” e a sociedade política – o Estado, enquanto consenso entre todos os indivíduos.

Quanto à concepção de Estado, o atributo, por meio de um contrato social, do uso da violência por parte desse Soberano, ou daqueles investidos de tal poder, já demarca o lócus da política como espaço de contenção dos homens, o que nos revela que, já no seu surgimento, o Estado e suas ações legítimas (violência) e legitimadoras (política) já nascem imbricadas e carregadas de contradições.

Contrapondo-se à visão pactualista, Hegel compreende o Estado enquanto um momento ético, idealizado, que incorporaria a liberdade individual, no sentido da plena integração no todo social – um ideal a ser alcançado.

No caminho da satisfação das suas necessidades, a família seria a organização primeira dos indivíduos, seguida por sua organização enquanto sociedade civil, momento intermediário no curso de um processo de constituição do Estado, dessa consciência plena de si mesma, desse nirvana coletivo.

A sociedade civil, em Hegel, substitui a família enquanto lócus de satisfação das necessidades, e é concebida como constituída de classes sociais e diferentes grupos sociais formados com base em seus interesses econômicos. A anarquia resultante da disputa entre essas classes e grupos só seria passível de superação por meio de um Estado regido pelo princípio da universalidade, do interesse geral, racional. Hegel concebe o Estado como “*realidade em ato da vontade substancial*”, capaz de realizar a “*liberdade substancial*” do indivíduo, a ele ligado como “*à sua essência, como ao fim e ao produto da sua atividade*”. (HEGEL, 1997, p. 216) Nesse sentido, representa a superação da sociedade civil, cindida por interesses materiais diferentes e opostos.

As alterações fundamentais formuladas por Hegel no conceito de sociedade civil são assim resumidas por Virgínia Fontes:

Com Hegel, portanto, a sociedade civil torna-se, primeiro, burguesa, com uma localização histórica e social precisa. Em seguida, conserva uma valoração negativa, como expressão dos interesses particulares, e, finalmente, mantém uma relação tensa com o Estado. É parte dele, mas o limita, posto que sua universalidade permaneceria inconclusa enquanto a sociedade civil (Die bürgerliche Gesellschaft) não fosse por ele absorvida.” (FONTES, 2010, p.208)

Partindo do conceito hegeliano de sociedade civil, Marx expressa suas concordâncias e críticas: compreende a sociedade civil também como campo dos interesses, porém não pactua da idéia de um Estado universalizante, concebendo-o, ao contrário, como elemento histórico e vinculado à existência das classes sociais, tendo como base não a evolução geral do espírito humano, mas as condições materiais de vida. Compreende assim o Estado como uma relação calcada na sociedade civil, no terreno dos interesses das classes.

Marx, no *Prefácio à Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política*, de 1859, expressa claramente sua compreensão acerca da indissociabilidade entre Estado e sociedade civil, ao enunciar os resultados de sua revisão crítica da filosofia hegeliana sobre sociedade civil e Estado:

A minha investigação desembocava no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de "sociedade civil", e que a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política. (MARX, s/data, p.2)

Essa é a natureza do Estado, essa é a natureza da sociedade civil, que na modernidade burguesa, segundo Ivo Tonet: “Fundada na propriedade privada regida pelo capital, ela é atravessada por conflitos radicais entre capital e trabalho, pela concorrência, pelos interesses privados, pela anarquia e pelo individualismo” (TONET, s/d, p.3)

O Estado surge, portanto, no bojo da luta de classes que se processava num período histórico de ascensão da classe burguesa, em determinados espaços territoriais, e, enquanto instrumento de luta da burguesia, não se constitui, nem mesmo na sua origem, enquanto uma instância separada da sociedade.

O pensamento liberal, que nasce vinculado à movimentação da burguesia, desconsidera a relação de exploração e dominação que o sistema capitalista funda, ao fundar as novas classes sociais: a burguesia e o operariado. Ao contrário, é capaz de minimizar e, mesmo, ignorar o processo histórico no qual se engaja, para apresentar o Estado como uma entidade independente das relações entre as classes sociais, imparcial e autônoma, capaz, portanto, de regular o conjunto das relações na sociedade – esvaziada de sua composição classista e meramente formada de indivíduos, e/ou grupos, e/ou atores sociais portadores de interesses egoístas.

Gramsci retoma e reformula não somente o conceito de sociedade civil, na linha marxiana de pensamento, mas situado na análise das sociedades industrialmente desenvolvidas, constrói um significativo arcabouço teórico que perdura até os dias atuais.

A sociedade civil, em Gramsci, não está em oposição ao Estado, assim como não está desconectada das relações de produção. Essas conexões estão bem explicitadas em Fontes:

O vínculo entre sociedade civil e Estado explica como a dominação por ela em todos os espaços sociais, educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e formulando, inclusive, as formas estatais da coerção aos renitentes. Não há também isolamento da sociedade civil com relação ao mundo da produção. Este constitui o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e antagonismos, se forjam as agregações de interesses e vontades, se produz a subordinação fundamental. A sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento. (FONTES, 2010, p.137)

Para além das inúmeras contribuições importantes do pensamento de Gramsci, que retomaremos mais adiante, destacaríamos um posicionamento geral, passível de ser apreendido na sua obra, no sentido de que a superação do sistema-capital não é uma questão de determinação econômica, mas da possibilidade da práxis consciente assumir, no sentido de enfrentar, as contradições estruturais existentes no capitalismo.

No Brasil contemporâneo, com a complexificação da sociedade civil, notadamente a partir da década de 80, e as reformulações na configuração do Estado nacional, os conceitos de Estado e sociedade civil passaram a ocupar um espaço maior nas análises da realidade brasileira e diversas formulações chegaram mesmo a extrapolar para construção do senso comum.

A distinção e, mais do que isto, a oposição entre Estado e sociedade civil é uma idéia liberal que serviu de fio condutor para a divulgação de uma imagem negativa de Estado e de uma imagem positiva de sociedade civil; uma compreensão de Estado enquanto expressão de forças e ideais retrógrados e atrasados e de sociedade civil como portadora de idéias progressistas, inovadoras e modernas e detidora legítima dos direitos civis.

No contexto de luta contra a ditadura militar no Brasil, essas compreensões carregadas de negatividade acerca do Estado e totalmente positivizadas sobre a sociedade civil confundiam o uso dos termos, chegando mesmo a contrapor a noção de civil à militar.

O conceito de sociedade civil, assim adquire a conotação de organização dos cidadãos para lutar por seus direitos contra o Estado. Diferençar-se do Estado era a estratégia de grupos

de esquerda, de oposição ao regime militar e, em anos posteriores de abertura democrática no país, com a ampliação e complexificação da sociedade civil, continuou a ser estratégia desses e de outros grupos de origem de classe diversas. A oposição sociedade civil e Estado obliterava totalmente a existência das classes sociais.

A oposição entre sociedade civil e Estado não significava uma proposição que buscasse determinar o fim do Estado, ou que sequer se contrapusesse à sua natureza e ao seu caráter de classe, mas ao contrário, objetivava reformá-lo, democratizá-lo e retomá-lo no seu sentido de representante dos interesses gerais.

Mesmo que segmentos dessa sociedade civil extremamente mobilizada não se reportassem apenas à democracia formal dos três poderes constituídos, a democracia política – O Estado democrático - era o objetivo que congregava uma verdadeira frente ampla, liderada pelos liberais, e apresentada como indispensável para uma transformação da sociedade. O que sustentava a amplidão dessa frente – e que a história mostrou ser uma ilusão - era a convicção de que a democracia é capaz de se constituir como instrumento para a efetivação de transformações econômicas que atendam às demandas populares.

Longe de se tratar da enganosa apologia de esquerda do “quanto pior melhor”, no sentido de que a pior situação estimularia os conflitos de classe, o que pretendemos chamar a atenção é para o papel dissociado que a política assume nessa proposição democrática, em detrimento de uma compreensão articulada do todo social, da sociedade civil.

Priorizar uma abordagem de vertente política acerca da sociedade civil, em prejuízo de sua articulação com a produção material da vida, é correr o risco de passar ao largo das reais contradições existentes e de suas reais possibilidades de superação, apenas engrossando as saídas burguesas, que, certamente, não são os caminhos que se colocam historicamente para a emancipação das classes trabalhadoras.

No final dos anos 70, mesmo para grande parte da autodenominada esquerda revolucionária, ainda clandestina – que não incluía os partidos comunistas defensores ferrenhos de posições reformistas, de revoluções etapistas - já significativamente fragmentada e desgastada e em processo de isolamento político, essa orquestração ideológica em torno da “sociedade civil” acenava com a possibilidade, ilusória, de levar as propostas de lutas emancipatórias para o conjunto das massas trabalhadoras e por isto, também, não foi capaz de elaborar e expressar posicionamentos críticos conseqüentes com os interesses históricos das classes trabalhadoras.

É nesse contexto que se constituem as chamadas Organizações Não-Governamentais, em grande parte, desvinculadas formalmente dos partidos políticos, apresentando-se como

alternativa ao Estado e difundindo um discurso calcado em demandas específicas, de cunho popular, sem referência à luta de classes e aos interesses históricos das classes trabalhadoras de transformação da sociedade.

De início, essas organizações trabalhavam como assessoria aos movimentos sociais, e, paulatinamente, num processo que se estendeu e adquiriu magnitude nos dias atuais, passam a realizar projetos em “parceria” com o Estado - em absoluta consonância com a diretriz de “participação social” proposta pelos governos neoliberais da década de 90 em diante.

A reforma do Estado, iniciada em meados da década de 90, atrai grande parte dessas organizações para a realização de funções públicas que até então eram desempenhadas e de responsabilidade do aparelho de Estado.

Na atualidade, na segunda década dos anos 2000, essa situação, iniciada nos anos 80, adquire tamanha magnitude que, podemos afirmar com segurança, serem poucos os movimentos sociais que não se “onguizaram” e não se tornaram “parceiros” do Estado. Essa é uma situação que também caracteriza o campo das tecnologias sociais, numa dinâmica que, como procuramos mostrar, é carregada de ambigüidades e contradições.

A enorme difusão de uma valoração da sociedade civil como guardiã dos direitos civis dos indivíduos e dos grupos, direitos colocados como objetivo maior da luta social, contribuiu para um caminho político que, no obscurecimento da existência das classes sociais, sedimentou as estratégias de mecanismos de participação, que, indo além do espaço da representação parlamentar, avançariam da democracia formal para a democracia participativa. Patamar político máximo desejável.

Outro elemento importante presente no âmbito do conceito de sociedade civil amplamente difundido no Brasil atual, é a identificação do *indivíduo como cidadão de direitos*. Tal identificação oferece visibilidade às relações referidas ao campo artificial da política – o que posteriormente veremos também ocorrer sob a égide da “inclusão social” - e obscurece as relações fundamentais que definem as relações de produção e as desigualdades de classe.

Gramsci, por sua vez, compreende que a sociedade civil não pode ser dissociada das condições materiais de vida, da luta entre as classes sociais, reafirma o fundamento da sociedade civil calcado nas relações econômicas, mas, em contraposição às visões liberais e economicistas, dedica-se ao aprofundamento do conhecimento acerca da dominação burguesa.

Os conceitos formulados por Gramsci estão articulados entre si e compõem um complexo corpo teórico-político que se revela extremamente profícuo como instrumental de abordagem teórico-crítico das relações que estamos investigando no campo das tecnologias

sociais no Brasil contemporâneo e que buscamos, principalmente, descrever e contextualizar nos capítulos precedentes.

Hegemonia é um conceito que, empregado por Gramsci, surge referido à função revolucionária do proletariado de guiar as classes oprimidas contra o capitalismo e o Estado burguês. Trata-se da construção de uma base social, um sistema de alianças de classes, que permita ao proletariado mobilizar a maioria dos trabalhadores da cidade e do campo. A hegemonia implica na capacidade do proletariado fazer-se porta voz e defensor das reivindicações de outras classes e segmentos de classe, realizando sua unificação orgânica, na perspectiva de uma transformação ampla e radical da sociedade.

O pensamento de Gramsci é capaz de abarcar dialeticamente a articulação entre aspectos opostos existentes nas relações sociais, ou seja, suas contradições reais. Assim, compreende o Estado, não apenas como um aparelho que possui e utiliza a prerrogativa da violência, sendo, portanto, um Estado coercitivo, mas compreende-o também como um aparelho, que se desdobra, e atua na construção do consenso entre as classes sociais. Para Gramsci, coerção e consenso são indissociáveis e estão referidos ao Estado como expressão dos interesses de classe.

Segundo Gramsci, a hegemonia de uma classe é também o meio e a expressão da direção e dominação dessa classe sobre as demais classes e segmentos de classe: sobre aquelas que pode obter o consenso pela persuasão e estratégias de educação ideológica e sobre aquelas que precisam ser reprimidas pelo uso da força.

A diretriz anticapitalista dessa aliança de classes, vinculada às relações de produção, é o elemento fundamental que pode sustentar a capacidade do proletariado de tornar-se dirigente político do processo de transformação social.

A construção dessa direção política, antes mesmo da tomada do poder pelo proletariado, tem como locus principal a sociedade civil: a hegemonia das classes trabalhadoras é construída no processo da luta de classes. Nesse sentido, então, é que Gramsci destaca a importância da direção cultural e ideológica e o papel dos intelectuais.

Articulados ao conceito de hegemonia, Gramsci faz uma distinção entre sociedade civil e sociedade política no Estado classista: o Estado, entendido no sentido estrito como aparelhagem estatal, seria a “sociedade política”, enquanto momento da força e da coerção e “sociedade civil” seria uma complexa articulação de idéias, ações e estruturas educativas e ideológicas, referidas à construção do consenso, da capacidade dirigente da classe dominante.

Esses dois conceitos são absolutamente articulados, a sociedade civil e a sociedade política se misturam e, mesmo, se confundem na realidade, o que leva Gramsci, a reuni-los no

conceito de Estado ampliado: o Estado no seu sentido mais amplo é constituído de Estado propriamente dito (sociedade política) e sociedade civil.

Ao formular a distinção entre esses conceitos, dialeticamente unidos, Gramsci consegue dar visibilidade, no interior do Estado, às estruturas, possibilidades de ação e difusão educativo-ideológicas (aparelhos privados de hegemonia), que, estão essencialmente vinculadas às relações de produção. Essas referências ficam explícitas na formulação de Fontes:

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. (...) Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social. (FONTES, 2010, p.133-134, grifos nossos)

No Brasil atual, a despeito das contradições internas do processo de expansão e acumulação do capital e das resistências e lutas que se estabelecem entre as classes em disputa, as classes dominantes atuam, de forma cada vez mais sistêmica, para garantir sua hegemonia, objetivando determinar a unidade dos seus objetivos econômicos e políticos.

É através do Estado, enquanto conjunto de relações complexas, capilarizadas, organizadas em rede, que se efetiva o compromisso entre os interesses das classes dominantes e os interesses das classes dominadas, que se expressa a hegemonia e o sistema-capital.

A solidificação de uma base material de sustentação do poder das classes dominantes, certamente passa pela construção de um vínculo orgânico dos agentes do aparelho estatal com o capital. Essa relação íntima que se estabelece entre funcionários estatais e o setor privado, relação incentivada e cada vez mais subsidiada financeiramente pelo Estado, provoca, entre outras consequências, o deslocamento da lógica mercantilista para serviços essenciais como saúde e educação e contribui expressivamente para a ampliação das expropriações sociais levadas a cabo pela expansão do capital.

Por outro lado, na sociedade política, materializada na política pública e na aparelhagem do Estado, também podemos reconhecer reverberações da luta de classes. Na área de ciência e tecnologia, a inserção de um Eixo que se refere ao desenvolvimento e à inclusão social, a criação de uma estrutura (Secis) voltada para a execução de ações desse Eixo e a criação da Rede de Tecnologia Social revelam a necessidade da sociedade política, para garantir a hegemonia burguesa, de estabelecer pontes e compromissos entre as classes dominantes e dominadas.

No movimento da tecnologia social, surgido nos anos 2000, apresentamos neste estudo exemplos ilustrativos desses processos sobre os quais vimos refletindo teoricamente. A *sociedade política* articula, de formas diferenciadas, uma gama vastíssima de organizações da sociedade civil; desdobra-se em estruturas sob a forma de organizações sociais, vinculadas específica e exclusivamente à órgãos governamentais, como o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; atua ativamente na criação de instituições que congregam órgãos do aparelho estatal e organizações da sociedade civil, como a Rede de Tecnologia Social; atrai lideranças das classes trabalhadoras e intelectuais para suas estruturas tradicionais, entre outras movimentações e dinâmicas que buscam consubstanciar uma estratégia de cooperação entre as classes, ao mesmo tempo que intimida, cerceia e reprime a expressão, manifestação, organização e a oposição das classes trabalhadoras.

Essa arena de relações é a mesma arena onde coexiste a possibilidade, a depender da correlação de forças na luta de classes, dos trabalhadores se organizarem, formarem suas lideranças e construírem seus projetos de classe em contraposição à hegemonia das classes dominantes.

O poder exercido pelas classes dominantes utiliza-se não somente dos instrumentos de coerção e violência, mas também é exercido, na sua função dirigente da sociedade, por uma filosofia, uma moral, uma sociabilidade e um senso comum que visam o reconhecimento de sua dominação, pelas classes dominadas. É uma função educativa e formadora com o objetivo de conformar a moralidade das classes trabalhadoras às necessidades de expansão e acumulação do capital.

4.4. A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA

No Brasil como vimos anteriormente, o Estado passou por uma complexa reforma, criando assim as condições estruturais para o exercício da hegemonia das classes dominantes e, nos anos de neoliberalismo, na construção de seu papel de classe também dirigente, a burguesia estabelece um conjunto de estratégias educativas que Lucia Neves sistematiza sob a denominação de *nova pedagogia da hegemonia*. (NEVES, 2005)

No estudo que empreendemos acerca das tecnologias sociais, podemos reconhecer também nesse campo as estratégias dessa nova pedagogia da hegemonia, postas em prática pelas classes dominantes e absolutamente entranhadas na sociedade civil. Trata-se de uma estratégia da burguesia neoliberal de obtenção do consenso - que não abre mão de ações explicitamente coercitivas quando as considera necessárias, mas que revitaliza o papel de

educador do Estado no sentido de provocar mudanças nas formas de sociabilidade que mais se coadunem com as necessidades de acumulação e expansão do capital.

Num primeiro sentido, destaca-se o estímulo à participação, um tipo de participação que, numa busca de adesão passiva aos projetos das classes dominantes, investe no modelo de cidadania, apontando soluções individuais, focalizadas e localizadas e privilegia a participação em espaços – organizações e processos políticos, que, efetivamente compõem o mosaico dessas novas formas de obtenção de consenso.

Como a cidadania é, efetivamente, um caminho ideológico que não questiona as bases sociais e econômicas das desigualdades sociais, o investimento num “novo modelo de cidadania” visa ampliar a aceitação da possibilidade de equilíbrio dessas desigualdades sociais, no cultivo de uma sociabilidade da colaboração de classes.

Afora a importância de se perceber, nesta proposição de cidadania, os elementos ideológicos neoliberais absolutamente manipuladores, compreender suas limitações intrínsecas contribui para que as classes trabalhadoras não se vejam cegamente comprometidas com diretividades políticas que não abrem caminho para a emancipação humana e que, ao contrário, possam dedicar-se a compreender e a construir outro tipo de sociabilidade adequada aos seus objetivos de classe.

Num segundo sentido, a nova pedagogia da hegemonia segundo Neves, no estudo citado, atua para a redução do

nível de consciência política coletiva dos organismos da classe trabalhadora que ainda atuam no nível ético-político para o nível econômico-corporativo (...) estimulando “a pequena política em detrimento da grande política, propiciando, contraditoriamente, à classe trabalhadora a realização da grande política de conservação. (NEVES, 2005, p.35)

André Martins, em seu livro *A direita para o social*, mostra com precisão e acurada análise a arquitetura abrangente e capilarizada de iniciativas, em grande parte de origem empresarial, que contribuem para promover uma nova sociabilidade que se amolde, favoreça e fortaleça a dominação do capital. (MARTINS, 2009)

Outro aspecto refere-se ao estímulo estatal à organização de coletivos de interesses específicos sem ligação direta com o mundo do trabalho. Essa atuação do aparelho estatal obscurece as relações e as contradições de classe existentes nesses processos, e, por implicitamente admitir, sem nenhuma responsabilização ou questionamento das causas, a miríade de situações de opressão de diferentes segmentos sociais, ainda tende a levar o crédito de moderno e progressista.

Nesse sentido, se, por um lado, a luta contra todas as formas de opressão interessa historicamente às classes trabalhadoras, sua desconexão dos mecanismos de exploração e expropriação favorece sua captura para os interesses econômicos e políticos das classes dominantes.

Analisando os limites e as possibilidades das políticas sociais nas relações sociais capitalistas, na atual fase monopolista, Neves e Pronko afirmam que de um ponto de vista mais abrangente, na contemporaneidade capitalista essas políticas “(...) vêm se constituindo no resultado provisório das tentativas das classes sociais de resolução pelo Estado, entendido como Estado ampliado, das contradições cada vez mais acirradas.” (NEVES e PRONKO, 2010, p.10)

As políticas sociais contribuem para a expansão de formas organizativas politicamente restritas, ao dirigirem-se, de forma focalizada, fragmentada e localizada, para um conjunto de segmentos expropriados, explorados, discriminados e oprimidos.

CAPÍTULO 5. EXCLUSÃO-INCLUSÃO: CIRCULARIDADE PERVERSA DO CAPITAL

No Brasil neoliberal, as políticas públicas e, de forma midiática, os discursos oficiais governamentais, comumente inserem um *componente social* que cumpriria a missão de conjugar o *desenvolvimento social* ao desenvolvimento econômico.

Assim também ocorre na Política de Ciência, Tecnologia e Inovação que, como vimos, acopla, de forma não sistêmica, um eixo de Desenvolvimento e Inclusão Social ao seu último Plano de Ação (2007-2010).

Nesta seção procuramos, então, compreender como o termo “exclusão” – e sua contraparte a inclusão, aparece expressivamente no discurso e nas ações governamentais e influencia sobremaneira o pensamento de autores brasileiros. Ponderamos acerca do estatuto conceitual da expressão “exclusão social” e, no aprofundamento sobre as críticas que, profusa e contraditoriamente, povoam o conjunto dos trabalhos sobre o tema, sobre as intencionalidades e os desdobramentos teóricos e políticos do uso do termo. Sem a pretensão de definir respostas, procuramos, minimamente, situar o debate sobre questões como o fim da centralidade do trabalho, a nova morfologia da classe trabalhadora e a composição do exército de reserva, que se articulam com a noção de exclusão social. Assim, compreendemos não somente as limitações teóricas da noção de exclusão social para explicar e subsidiar uma intervenção transformadora no contexto contemporâneo, como identificamos o comprometimento do seu uso com políticas compensatórias que contribuem para encobrir as causas sistêmicas desses fenômenos sociais produzidos pelo movimento de expansão e acumulação do capital e que buscam o apassivamento dos conflitos entre as classes sociais.

5.1. QUANTO AO ESTATUTO CONCEITUAL DE “EXCLUSÃO SOCIAL”

No Brasil, as questões referentes às desigualdades sempre estiveram em pauta, e durante todo o período dos anos 50 a 70 do século passado, o fenômeno da pobreza foi tratado, predominantemente, a partir da questão da marginalidade social. Na década de 80 podemos identificar alguns trabalhos¹⁵⁶ que se utilizam da noção de exclusão social, mas é efetivamente a partir da década de 90 que o termo passa a ser usado nas reflexões de diversos

¹⁵⁶ Brasil: reforma ou caos. Hélio Jaguaribe, 1989. Citado por Luciano Oliveira.

pesquisadores sociais e de forma ampla e crescente na arena das políticas públicas, ganhando destaque na esteira do combate à pobreza.

Uma primeira discussão que se estabelece nos trabalhos sobre “exclusão social” é sobre seu estatuto conceitual. É bem verdade que, mesmo reconhecendo a limitação teórica do termo, muitos autores se lançam na tarefa de contribuir para o seu aprimoramento teórico.

Luciano Oliveira, em texto amplamente referenciado, formula críticas ao termo no intuito de aprofundar o debate e contribuir para “levantar algumas questões relacionadas ao quadro de referência teórica dentro do qual é possível fundar e dar sentido ao conceito de exclusão social.” (OLIVEIRA, 1997, p.50)

Refletindo sobre o estatuto científico do termo, Zioni realiza uma pesquisa bibliográfica baseada na produção científica francesa e brasileira do período 1996-2006. Ao referir-se ao fato de Escorel, em trabalho de 1999, considerar *categoria* o termo *exclusão*, destaca sua contribuição na diferenciação metodológica dos termos empregados, baseada em Maria Cecília de Souza Minayo - que reproduzimos abaixo:

- Termos = simples palavras, sempre revestidas de significados, porém emergindo do vocabulário ordinário, do senso comum; guardam uma coerência interna ao emissor, revelam elementos de seu universo simbólico individual, mas não permitem evidenciar nem uma teoria nem os elementos constituintes de um processo de conhecimento.
- Noções = podem constituir os elementos iniciais de um processo de conhecimento, pois não apresentam clareza suficiente e são usados como imagens na explicação do real;
- Conceitos = unidades de significação que definem forma e conteúdo de uma teoria, representam as vigas- mestras de toda construção teórica... um caminho de ordenação da realidade;
- Categorias = conceitos mais importantes de uma teoria. (ZIONI, 2006, p. 26)

Em 2012, revendo o debate sobre a teoria de marginalidade latino-americana, Alves e Escorel identificam inúmeros argumentos críticos ao termo e reafirmam a *categoria exclusão social*:

Apesar das críticas endereçadas à categoria exclusão social, esta tem se mostrado importante na análise das expressões contemporâneas da questão social a partir do reconhecimento de novos problemas que afligem a sociedade, ao adotar uma perspectiva multidimensional e relacional conforme destacado por Popay et al. (2008), e, dessa forma, não limitar o exame do processo a um campo disciplinar ou corrente de pensamento, dada a complexidade de temas e atores que abrange. (ALVES e ESCOREL, 2012, p.112)

No trabalho citado acima, Zioni, reconhece que *exclusão social* é termo apropriado pelas políticas públicas e classifica-o como:

... uma noção de caráter metodológico, visto que agrega elementos de um processo de conhecimento usados como imagens para explicação do real e que muito contribuiu para a tematização da pobreza em espaços públicos que não os acadêmicos e de elaboração e implementação de políticas públicas. (ZIONI, 2006, p. 15)

Em termos epistemológicos, Frigotto também não considera que exclusão social se constitua num conceito, porque: “Vale dizer, não apreenderia as mediações constitutivas da materialidade histórica atual da forma capital, cujo escopo é de ampliação e radicalização da sua natureza intrínseca – a desigualdade.” (FRIGOTTO, 2010, p.419)

Compreendemos que exclusão social é termo que, referido a fenômenos com origem, processos e bases fundamentais significativamente diferentes, funda-se numa impressão generalizante acerca desses fenômenos. Impressão da realidade capaz de ser percebida pelo próprio senso comum, que, entretanto, não oferece suporte para discernimento e aprofundamento de suas causas, especificidades históricas, econômico-sociais e políticas, não se constituindo como instrumento do pensamento para conhecimento da realidade. Ao contrário, contribui para obscurecer as relações de exploração e dominação que sustentam os fenômenos nomeados e para sustentar as formulações políticas neoliberais que tomam corpo concreto nas políticas públicas contemporâneas.

Exclusão social é uma noção que, além de grande imprecisão e ambigüidade, tem também longevidade. Sobreposta à problemática da pobreza, vem sendo usada em situações e contextos os mais diferentes, apontando situações específicas de privações e estigmatizações diversas, englobando noções de carência e vulnerabilidade e, de uma forma mais elaborada, abordada como um processo que expressa contradições do desenvolvimento da sociedade capitalista que impede ou dificulta a integração de certos grupos da população.

O genérico e indefinido rótulo de “excluídos” passa a ser referido às minorias étnicas, aos negros, aos sem-teto, aos velhos e jovens, às mulheres e crianças, aos desempregados e subempregados, aos homossexuais, aos portadores de necessidades especiais - num elenco interminável de situações de origens e naturezas históricas diversas.

Oliveira expressa-se de forma enfática ao contrapor-se à imprecisão no uso do termo exclusão:

Chamar de excluído todo e qualquer grupo social desfavorecido pode levar a contrasensos, como aplicar um mesmo conceito tanto a moradores de rua quanto a pessoas

que, apesar de portadoras de deficiência física, gozam de uma situação econômica bastante confortável — como é o caso de um paraplégico empresário, cuja oficina de fabricação de cadeiras de rodas fatura 60 mil dólares por mês (Isto É, 3/7/96). Uma confusão desse tipo, independentemente das discussões de natureza política que enseja, é inaceitável porque os processos de exclusão que afetam os dois grupos não têm nada em comum: nem a mesma origem nem a mesma natureza, além de não se manifestarem da mesma maneira e, com toda evidência, demandarem tratamentos bastante diferentes. (OLIVEIRA, 1997, p.50)

O termo exclusão social era já utilizado na França, na década de 60, expressando uma concepção acerca do fenômeno de marginalidade que se observava nas sociedades contemporâneas: a sobrevivência de segmentos populacionais à margem do desenvolvimento econômico, precariamente integrados à sociedade, fenômeno considerado até então como uma situação residual e de alcance delimitado. Na década de 70, Renè Lenoir, Secretário de Estado da França, publica o livro *Os excluídos: um francês sobre dez*, que passa então a ser considerado o marco do termo exclusão social. O livro introduz uma conotação mais semelhante à contemporânea de inadaptabilidade social, enquanto fenômeno social, cujas origens residiriam na própria organização social, produzido por processos característicos das sociedades modernas – responsáveis e produtoras de exclusão – e atingindo uma parte considerável da população francesa. (ZIONI, 2006).

Essa nova conotação do termo exclusão emplaca numa conjuntura européia recessiva, abarcando, além dos segmentos inseridos nas margens (marginalizados), aqueles contingentes considerados até então plenamente “incluídos”. De fato, a crise do Estado de Bem Estar Social na Europa, sacudiu as referências políticas e sociais européias e intelectuais e políticos que, até então, conseguiam explicar o peso das expropriações promovidas pelo capital como uma carga projetada apenas sobre os diferentes, os estrangeiros e os inadaptados, foram obrigados a admitir esse peso visivelmente recaindo sobre contingentes de trabalhadores até então absolutamente integrados. Os fenômenos denominados “exclusão”, não podendo mais ser atribuídos a uma incapacidade individual, passaram a ser vistos como uma incapacidade – ou uma disfunção – da sociedade na inserção de seus membros.

A partir dos anos 80, as inovações tecnológicas e o processo de reestruturação produtiva¹⁵⁷ contribuem decisivamente para a precarização do emprego e mesmo para o

¹⁵⁷ Para maior aprofundamento ver Giovanni Alves: *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2011 e Ricardo Antunes. *Adeus ao Trabalho? : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Cortez Editora da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

crescimento do desemprego aberto. Nesse contexto, face o aviltamento dos salários, o termo exclusão assume como posição explicativa central a variável econômica. (ZIONI, 2006)

A reflexão sobre o fenômeno é, então, elaborada em termos de uma “nova pobreza”, provocada pelo crescente desemprego e mal amparada face à fragmentação do aparato de proteção social existente. Assim, a exclusão social é temática que espalha sua influência para outros continentes, enunciada como categoria central de uma “nova questão social”, cujo novo paradigma social se opõe ao paradigma das classes sociais.

5.2. DEPENDÊNCIA, MARGINALIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

As reflexões teóricas que estavam, na América Latina, até a década de 80, centradas na teoria da marginalidade, migram para a temática da exclusão - pautada pelo novo contexto da Europa.

Segundo Veras (2001), a reflexão sobre os vínculos estruturais da economia e da sociedade dependentes, identificando a marginalidade como consequência de um modelo de desenvolvimento, oferece uma contribuição efetiva em termos teóricos para o debate, apesar das diferenças entre as sociedades européia e brasileira. Aponta como referências significativas uma perspectiva não-dualista e sistêmica:

Não assumindo o dualismo "atrasado x moderno", não-integrado x integrado, rural x urbano, os estudos, então, passaram a ver as relações econômicas e sociológicas inerentes ao capitalismo como constitutivas do sistema produtivo. As populações marginais aparecem, nesse contexto, como consequência da acumulação capitalista, um exército industrial de reserva singular. (VERAS, 2001, p.29-30)

Para explicar o fato da teoria da marginalidade ter sido relegada, Alves e Escorel recorrem a uma *possível barreira lingüística* e ao “desinteresse dos países centrais em discutir teorias acerca de um problema que os afligia em uma escala muito menor, ou apenas em caráter residual...” (ALVES e ESCOREL, 2012, p.104).

Tal explicação, considerando-se que aborda alguns aspectos acerca do posicionamento dos países europeus, não chega perto de informar sobre o que ocorreu com esse debate na própria América Latina.

Sob a perspectiva da teoria da dependência, a discussão sobre marginalidade na América latina enfatizava as relações e as contradições entre as classes e teve como autores reconhecidos o brasileiro Lúcio Kowarick, o argentino José Nun e o peruano Aníbal Quijano.

Alguns debates no Brasil democratizado foram sufocados. Sobre a trajetória da teoria marxista da dependência, Prado mostra em trabalho recente, que o que ocorreu no Brasil foi um não-debate, visto que contribuições marxistas e vinculadas à luta revolucionária latino-americana foram

... alvo da censura e da perseguição política, sofreram um sistemático trabalho de deturpação intelectual, no qual o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso teve um papel central, contando também com a conivência de diversos intelectuais de peso e com uma tenaz inércia intelectual, que apenas recentemente tem sido rompida. (PRADO, 2011, p. 69)

Esta é uma revelação histórica que pode nos ajudar a compreender como e porque a vitalidade da teoria da marginalidade perde terreno para a adoção indiscriminada da noção de exclusão social.

Exclusão social é apresentada como um novo paradigma e, nesse aspecto, tem em Alain Touraine um grande expoente. Segundo Oliveira, a proposta de Touraine “... é de contraposição ao modelo de classes e às mobilizações via movimentos sociais no campo das relações produtivas, privilegiando, ao contrário, as estratégias políticas de integração dos excluídos” (OLIVEIRA, 2004, p. 22) Na mesma argumentação, Oliveira reproduz trecho de *Face à l'exclusion*, de 1991, onde Touraine aprofunda seu posicionamento:

(...) A vida das sociedades é largamente feita de alternâncias entre os problemas de conflito interno e os problemas, ao contrário, de integração e de exclusão. O problema de hoje não é a exploração, o problema concreto é de criar os instrumentos e as formas de ação política que permitam uma integração social antes que seja demasiado tarde e que nós entremos no modelo americano pelos seus piores lados, isto é, a segregação e a guetização. (TOURAINÉ apud OLIVEIRA, 2004, p. 22)

Identificamos nos autores brasileiros alguns esforços no sentido de questionar e ponderar acerca das realidades históricas que nos diferenciam da Europa. Há o reconhecimento de que no Brasil não chegou a existir uma organização social em que o Estado assumisse diretamente as garantias de direitos e de cidadania no mesmo nível que ocorreu na Europa.

Para Sposati (1998), por força de um histórico de escravidão, de uma cultura patrimonial que não incorpora padrões básicos e universais de Cidadania e de um Estado que consolida uma concepção de inclusão sem garantir, em suas ações, os direitos sociais, a exclusão, no Brasil, refere-se à perda virtual de uma condição nunca antes atingida e não à perda de um patamar de cidadania alcançado, capaz de sensibilizar a sociedade.

Observando diferenças estruturais entre os países, Luciano Oliveira considera o contexto de esgotamento do modelo de integração nos países ricos, diferenciando-o do modelo de mercado urbano brasileiro, em si próprio excludente. Em suas palavras:

Assim, no caso dos países ricos a exclusão social seria, principalmente, o resultado de um virtual esgotamento do modelo clássico de integração na sociedade moderna pela via do pleno emprego e, conseqüentemente, da ampla participação no mercado de consumidores; na situação brasileira, o fator tecnológico inibidor da produção de novos empregos, mais recente, teria vindo agravar o modelo tradicional do mercado urbano restringido, ele próprio já excludente. (OLIVEIRA, 1997, p.50)

Refletindo sobre a noção de exclusão, Wanderley recupera o posicionamento de diversos autores estrangeiros e brasileiros e cita as formulações de Nascimento em relação às especificidades do contexto brasileiro. Nascimento considera que, com a vitória do neoliberalismo, as desigualdades além de aumentarem, parecem permanentes e que, no Brasil, coexistem diferentes causas para a exclusão e a pobreza. (NASCIMENTO apud WANDERLEY, 2001, p.19)

5.3. EXCLUSÃO SOCIAL: DUBIEDADE E IMPRECISÃO NA *NOVA QUESTÃO SOCIAL*

Fazendo ou não uso do termo, inúmeros autores reconhecem as críticas à sua capacidade explicativa e ao uso abusivo, e, referindo-se a situações mais gerais ou específicas, destacam diferentes aspectos.

Especificando ainda mais o conceito na sua relação com a pobreza, Luciano Oliveira defende ainda que o uso do conceito deveria ser reservado para “pessoas sem inserção no mundo **normal** do trabalho” (...) “aqueles grupos que estão mais próximos do que normalmente designamos miseráveis. (OLIVEIRA, 1997, p.50, grifo nosso)

Refletindo, sobre os dilemas teóricos e as alternativas políticas vinculadas ao tema da exclusão nas políticas públicas, Zaluar, situa a origem do termo nos estudos de sistemas simbólicos influenciados pela Antropologia Estrutural, que privilegiaria a cadeia de significantes dentro de um sistema, montada pela lógica binária¹⁵⁸ da exclusão/inclusão. Essa teoria que revelou-se adequada para pensar aspectos de formação identitária de grupos comunitários, deslocada para o campo político-social é problemática para se pensar o âmbito das sociedades nacionais.(ZALUAR, 1997, p.3)

¹⁵⁸ Amplamente questionada pelas Ciências Sociais brasileiras desde os anos 70. (OLIVEIRA,1997)

Sawaia, na organização do livro sobre as *artimanhas da exclusão*, argumenta acerca da dubiedade ideológica do termo:

Exclusão é tema da atualidade, usado hegemonicamente nas diferentes áreas do conhecimento, mas pouco preciso e dúbio do ponto de vista ideológico. Conceito que permite usos retóricos de diferentes qualidades, desde a concepção de desigualdade como resultante de deficiência ou inadaptação individual, falta de qualquer coisa, um sinônimo do sufixo sem (less), até a de injustiça e exploração social.” (SAWAIA, 2001, p. 7)

No Dicionário da Educação Profissional em Saúde, Escorel destaca como a maior crítica feita ao termo, uma visão dicotômica que:

... divide o todo em duas partes, perdendo a complexidade das relações sociais envolvidas no fenômeno. Não existiria um dentro (inclusão) e um fora (exclusão) da sociedade. Todas as relações constituiriam uma mesma tessitura social, mais ou menos esgarçada, porém sempre tecida. (SCOREL, 2009, p. 215)

Discutindo a possibilidade de projetos-doença como estratégia de legitimação de cidadania, Carreteiro recusa-se a utilizar a noção de exclusão social, apoiando-se nas críticas de Castel:

A noção de exclusão social é criticada por R. Castel que considera que a mesma enfatiza apenas os aspectos negativos voltados para a não integração de um grupo ou do indivíduo em uma categoria dada, seja ela econômica, institucional, ou outra. A noção dá autonomia as situações limites sem estudar o processo de surgimento das mesmas. Castel propõe a noção de desafiliação social que visa analisar as situações, colocando em evidência seu caráter dinâmico e dialético. (CARRETEIRO, 2001, p. 87)

Quanto à capacidade da noção de exclusão social responder à variedade de situações às quais se aplica, Fontes, apresenta alguns questionamentos:

Seu caráter abrangente e generalizador não estaria confundindo processos fundamentalmente distintos? Não estaria ocorrendo uma redução de diferenças significativas a uma intenção filantrópica que, ainda que louvável, diminuiria, na mesma proporção, as possibilidades de transformação real dessas formas variadas de segregação ou exclusão? (FONTES, 1997, p.6)

E prossegue a autora, alertando para a incapacidade teórica-prática da “exclusão social”: “Um dos riscos (e não o menor) da construção de uma leitura simplificada dos

processos em curso é a reconstituição de abordagens dualistas - integrados versus excluídos - incapazes de dar conta do processo atual.” (FONTES, 1997, p.6)

Outros autores alinham-se ao discurso de enunciação de um novo paradigma e, quase mesmo sugerindo mudança no modo de produção, compreendem que as relações centrais são outras:

As relações centrais que definem a nossa sociedade não são mais apenas a dominação e a exploração, como no modo de produção capitalista, pois são bem menos agora os que podem ser dominados ou explorados. As pessoas são simplesmente excluídas do trabalho, excluídas da produção. Evidentemente não estamos dizendo que o trabalho acabou. O que acabou, ou diminuiu substancialmente, é o tipo de trabalho, e de emprego, que era central até agora. (...) A isso se chama exclusão, e é dentro desse contexto histórico fundamental que ela deve ser entendida (Guareschi, 2001, p. 144, grifos do autor).

Ou ainda, como defende Nascimento, ocorreu uma mudança na natureza da questão social:

A produção dos novos excluídos parece ser o sinal mais evidente de que a questão social mudou de natureza. Gradativamente ela abandona o berço do século XIX, em que nasceu como questão operária, para assumir contornos ainda indefinidos, de restrição à exclusão social. (NASCIMENTO, 1994, p.45)

Seja a discussão apresentada em termos de *nova questão social* ou *deslocamento da questão social*, a ênfase se coloca na impossibilidade de conceitos até então utilizados largamente conseguirem responder à existência de novos fenômenos, de novas formas sociais. Os autores que propugnam a afirmação de um novo paradigma são explícitos em apontar precisamente aquilo que precisa ser substituído. Schnapper, autora da escola francesa, considera a exclusão social um processo que não se restringe à esfera da produção, situando assim sua reflexão fora do campo da luta de classes.

Oliveira cita um trecho de Schnapper, de 1996, de tão preciosa clareza, que nos leva a reproduzi-lo para o leitor: “O paradigma da exclusão tornou-se brutalmente dominante há alguns anos, enquanto o da luta de classes e desigualdades dominou os debates políticos e a reflexão sociológica desde o fim da Segunda Guerra Mundial.” (OLIVEIRA apud SCHNAPPER, 2002, p. 121) Outro aspecto importante nos argumentos dos defensores da *nova questão social* é que não estamos mais numa sociedade industrial – a passos largos caminhamos todos para a sociedade do conhecimento, e, portanto, o novo foco deverá estar

nas representações sociais, pois mantê-lo na esfera da produção não permitirá compreender a sociedade contemporânea.

Compreendemos que o capital é relação que abrange o conjunto das relações sociais, nos âmbitos econômico-produtivo, político-social e simbólico-cultural e, sendo assim, encontramos em todos esses âmbitos formas de segregação, opressão, estigmatização, expropriação. Mesmo que alguns fenômenos vinculados a essas formas venham a ocorrer apenas mais recentemente, isso não substitui o sistema do capital e não lançam bases estruturais que demandem um novo paradigma.

No Brasil, a constatação, praticamente unânime, acerca da ambigüidade e imprecisão do termo, e mesmo de suas especificidades históricas e nacionais, não se coloca como um empecilho ao seu uso por intelectuais de renome e não arrefece nem a tentativa de aprimorá-lo nem o ânimo acadêmico de torná-lo ferramenta científica.

Sawaia, na introdução do livro *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*, que reúne artigos de autores de renome como o próprio Bader Sawaia, Mariangela Belfiore Wanderley, Maura Vêras, Denise Jodelet, Serge Paugam, Tereza Cristina Carreiro, Silvia Leser de Mello e Pedrinho A. Guareschi, esclarece que o livro não só não repudia o *conceito* exclusão social mas visa aprimorá-lo. Considera também que as ambigüidades existentes no termo “não revelam erro ou imprecisão, mas a complexidade e contradição que constituem o processo de exclusão social, inclusive a sua transmutação em inclusão social.” (SAWAIA, 2001, p.7) Procura também esclarecer que não há falta de coerência ou relativismo nesse enfoque. E prossegue discorrendo sobre a contribuição do *conceito*, que “abre a possibilidade de suplantar os vícios do monolitismo analítico, que orientam as análises da desigualdade social”. (SAWAIA, 2001, p.12)

Face à crítica de que a noção de exclusão social fixa situações-limites que só teriam sentido quando estudadas num processo, firma-se a enunciação da exclusão como um processo dinâmico de muitas dimensões. Segundo Alves e Escorel, deve-se à Xiberras a “formulação do conceito de exclusão social como um processo multidimensional configurado por rupturas dos vínculos sociais e simbólicos.” (ALVES e ESCOREL, 2012, p.107). No Brasil, alguns trabalhos são desenvolvidos no esforço de explicitar não somente os estados de exclusão, mas de traçar trajetórias de exclusão¹⁵⁹ e de compreender outras articulações processuais.

¹⁵⁹ ESCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetória de exclusão social. Fiocruz, Rio de Janeiro, 1999. Citado por ALVES e ESCOREL, 2012.

Sposati, na continuidade de construção de um mapa da exclusão-inclusão da cidade de São Paulo, iniciada em 1996, com metodologia multidimensional georeferenciada, utiliza indicadores de desenvolvimento humano, equidade, qualidade de vida, autonomia, democracia e cidadania. São variáveis que, agregadas, produzem o índice de exclusão/inclusão social da cidade. A proposta é que o mapa seja um instrumento para conquista de cidadania – à exclusão vincula-se a inclusão. (SPOSATI, 2000).

Pochmann propõe-se também a identificar áreas mais atingidas pela exclusão social em escala espacial mais ampla e assume o Brasil como universo e as cidades como unidades de investigação e utiliza indicadores vinculados às idéias de cidadania em sua dimensão social. (LEAL, 2004)

Um grupo constituído por Jennie Popay, Sarah Escorel, Mario Hernández, Heidi Johnston, Jane Mathieson e Laetitia Rispel, em nome da Rede de Conhecimento OMS Exclusão Social, realiza um trabalho para a Organização Mundial da Saúde (OMS). Pautado para a colaboração com as políticas públicas, o estudo afirma uma definição de exclusão como processo produzido por relações desiguais de poder que geram múltiplas desigualdades, que não se limitam à pobreza material, e cuja investigação subsidiaria a ação mais adequada e eficaz para a mudança. Metodologicamente, compreendem exclusão social como uma dinâmica que envolve as dimensões culturais, econômicas, políticas e sociais e que se operacionaliza ao nível de indivíduos, comunidades, estados e regiões globais. Mesmo reconhecendo que não há consenso sobre como a exclusão social pode ser colocada em operação e medida, o estudo, numa tentativa de ultrapassar as limitações da abordagem quantitativa usou estudos de caso para compreender a natureza e a escala dos processos de exclusão e seus impactos. (POPAY, 2008)

Aprimorar as descrições das situações “de exclusão”, suas escalas e registros, seu crescimento e sua redução, estabelecer critérios e índices, obriga a focalizar o olhar sobre alguma dimensão particularizada e pode acrescentar riqueza de especificidades ao estudo. Entretanto, não substitui a necessária perspectiva do conjunto do processo econômico e social. O estabelecimento de critérios rigorosos que racionalizam de forma sofisticada uma idéia não a torna um instrumento efetivo de compreensão da realidade, visto que o método não prescinde da teoria.

As lacunas e inconsistências são muitas, a necessidade de avançar na reflexão sobre a realidade social está apontada, como afirma Oliveira, em tese defendida em 2002:

Ao fim e ao cabo, é preciso fazer avançar a reflexão, pois se nesta substituição de conceitos forem colocados sob a mesma rubrica de excluídos os grupos vencidos na

dinâmica social e até outros instestivamente incluídos no processo societário visto mais abrangentemente, então, antes de um acréscimo, estará ocorrendo um desvio de compreensibilidade. (OLIVEIRA, 2002, p.161, grifo do autor)

Não existe uma concepção única, nem mesmo predominante, acerca da exclusão social, mas ao contrário, um conjunto múltiplo de sentidos e significados, acerca dos quais alguns autores buscam sintetizar um panorama geral.

Para Paugam (1996), três grandes temas aparecem nos trabalhos de diversos autores sobre exclusão: a reprodução das desigualdades, o afrouxamento dos laços sociais e as contribuições e limites da política social, trazendo uma reflexão sobre os direitos humanos.

No Brasil, Leal (2004) identifica três concepções para exclusão: processo de ruptura de laços sociais e/ou estado ao qual se chega como resultado desse processo; forma de inserção precária na sociedade; não-cidadania, como negação de acesso a direitos fundamentais.

Nascimento (1994) também aponta três acepções, do ponto de vista sociológico, para o termo exclusão: A primeira é uma concepção ampla e genérica de exclusão como discriminação de qualquer ordem; a segunda refere-se à exclusão de direitos – grupos não integrados ou expulsos parcial ou totalmente do mundo do trabalho, sem condições mínimas de vida, muitas vezes com efeitos de não-inserção social - o autor relaciona-os aos desfavorecidos de Paugam e aos desfiliaados de Castel; a terceira, denominada de nova exclusão, refere-se à recusa ao espaço da obtenção de direitos, sem serem reconhecidos como semelhantes, passam a ser objeto de extermínio.

Na conferência que proferiu na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais, Paugam (1996), refere-se a seu livro *L'Exclusion, L'état des Savoirs*, onde, na primeira parte, aborda diversas trajetórias, como da escola para o emprego, dos desempregados há muito tempo e dos divorciados. Aborda também a questão da segregação espacial e numa outra parte refere-se a questão da identidade, considerando que a identidade dos pobres muitas vezes é quebrada. Analisa os fenômenos de estigmatizações, os processos identitários, através de questões de encarceramento, desemprego e habitação. Destaca a afirmação de que a exclusão consiste, basicamente, no afrouxamento dos laços sociais, constituindo a última fase da pobreza.

Analisando o fenômeno da exclusão, Nascimento, compreende que uma não inserção social acompanha a não inserção no mundo do trabalho, e além do aspecto social da perda de

laços, considera como necessária a dimensão da representação social, especificamente pela negação de direitos. Apresenta, então, o processo de construção de uma “nova exclusão”:

Assim, a nova exclusão social se constrói num processo simultaneamente econômico, com a expulsão do mundo do trabalho, cultural, pela representação específica de não-reconhecimento ou negação de direitos, e social, através da ruptura de vínculos societários e, por vezes, comunitários. (NASCIMENTO, 1994, p.36)

Em texto de 2012, Alves e Escorel recuperam formulações de Escorel de 1999, do livro *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*, onde o processo de exclusão considera as dimensões econômica ocupacional, sociofamiliar, política, cultural e da vida e é entendido como um percurso de vulnerabilidade até a ruptura dos vínculos sociais – estado este que

... se caracteriza não só pela extrema privação material, mas, principalmente, porque esta mesma privação material “desqualifica” seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. (SCOREL apud ALVES e SCOREL, 2012, p. 108)

5.4. EXCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

Dentre os trabalhos que utilizam o termo exclusão social, uma vertente expressiva passa a ser a sua associação com as questões referentes ao conceito de cidadania.

A cidadania, enquanto referência para compreensão da exclusão social, procura fugir da obviedade dual de considerar os que têm direitos e aqueles que não têm direitos, e passa a ser entendida como o direito a ter direitos. Mesmo considerando que, no Brasil, como afirma Nascimento: “A cidadania excludente é substituída pela cidadania fragmentada, melhor dito, hierarquizada.” (NASCIMENTO, 1994, p.40)

Para Veras (2001), a ausência de cidadania faz parte da nossa história, que possui capítulos frequentes de números expressivos de segmentos populacionais sem cidadania.

Considerando que a exclusão social tem como patamar a igualdade, a equidade e a cidadania e não a integração a um projeto de desenvolvimento, Spozati vai enunciar a exclusão como negação da cidadania, entendendo que “... o conceito de exclusão social hoje se confronta diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania” (SPOSATI, 1998, p.3)

Wanderley conclui sua reflexão sobre a noção de exclusão entendendo que para combater a exclusão, há de se “prover níveis de proteção que garantam o exercício da cidadania, possibilitando a autonomia da vida dos cidadãos”. (WANDERLEY, 2001, p.25-26)

São muitos os autores que formulam a compreensão de que o exercício de uma cidadania plena resolveria o problema da exclusão social, o que é constatado de forma crítica por Leal:

... temos motivos para supor que exista, no Brasil, uma tendência geral a tratar a exclusão social como problema a ser resolvido pela capacitação dos indivíduos para o exercício de uma cidadania que se supõe formada a priori, sem pensar em transformações estruturais macrossociais. (LEAL, 2004, p.13, grifo da autora)

Malgrado a observação crítica de Leal, esse é um pensamento bastante difundido, até mesmo em círculos considerados marxistas, e é neste círculo que a reflexão pode e deve ser aprofundada. As formulações do filósofo Ivo Tonet foram contribuições acuradas e profundas para o desenvolvimento das nossas reflexões sobre a questão da cidadania na sociedade brasileira cidadania.

A recuperação histórica do conceito de cidadania revela como esse conceito sempre esteve em relação com as classes sociais, no sentido da definição de cidadão ter por base a posição do indivíduo no sistema produtivo. Mesmo no berço da democracia, a cidadania não era universal. Sob a égide da igualdade entre os homens, para ser considerado cidadão na Grécia antiga, o indivíduo deveria possuir riquezas materiais e propriedades de terra.

Com o surgimento da sociedade moderna, essa base classista até então claramente explicitada, torna-se obscurecida num processo de reificação dos apregoados ideais de liberdade e igualdade. O que também possibilita negar a existência das classes sociais e enunciar a sociedade capitalista como um conjunto de indivíduos organizados e submetidos ao Estado, voltados para o bem comum.

O discurso da cidadania, inseparável da democracia, carrega essa mistificação na sua base e facilita o estabelecimento de alianças e acordos de colaboração entre as classes – voltados para o “bem comum”.

Encontramos, ainda, no seio da autodenominada esquerda, argumentos que, contrapondo-se à colaboração de classes, posicionam-se radicalmente a favor de uma cidadania efetivamente plena, entendendo-a como não alcançável no sistema capitalista e constituindo, então, uma tarefa a ser realizada historicamente pela classe trabalhadora.

Compreendendo que os conceitos de cidadania e democracia são constituídos tendo por base de referência o cidadão e não as classes sociais, a argumentação acima revela a fragilidade principal dos argumentos dessa esquerda: uma concepção de cidadania como a realização plena de direitos democráticos – o que, essencialmente, não apresenta diferença dos demais conceitos de cidadania que por aí circulam profusamente.

Clamar por cidadania plena, nesses termos, é, portanto, admitir que a sociabilidade organizada e dirigida pelo capital não precisa ser substituída pela construção de outra sociabilidade e que pode ser aperfeiçoada pelo exercício da cidadania, pelo exercício da democracia.

A (in) compreensão que subjaz a essas formulações é de que a parte (cidadania plena – emancipação política) pode ser tomada pelo todo (emancipação humana). Por mais radical, ampla e plena que seja a proposição, os radicais direitos de cidadania inscrevem-se no arcabouço da democracia e não chegam perto de questionar a expropriação básica existente na relação que funda a sociedade capitalista: a relação capital-trabalho. Uma relação que não é episódica, ao contrário, é inerente ao modo de produção capitalista no qual vivemos todos.

Sem desconsiderar a importância existente na conquista das classes trabalhadoras na resistência contra as expropriações secundárias dirigidas pelo capital, no avanço dos direitos sociais e políticos, entendemos que é na luta contra a relação-capital, alinhada à emancipação humana enquanto horizonte revolucionário, que a classe trabalhadora pode ultrapassar as possibilidades máximas colocadas no âmbito do capital.

Compreendemos a emancipação humana como a vivência de uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, o que supõe a superação do capital e de todas as suas categorias e o predomínio do trabalho associado.

Trabalho associado é definido por Tonet, de início, como “... uma forma de relações que os homens estabelecem entre si na produção econômica, na qual as forças individuais são colocadas em comum e permanecem sob o controle coletivo.” (TONET, s/d, p.4)¹⁶⁰

O trabalho associado, por ser a única forma de trabalho capaz de impedir a apropriação privada das forças sociais é também a única capaz de permitir o desenvolvimento pleno das possibilidades do homem, em situação de efetiva solidariedade efetiva e não oposição e concorrência.

¹⁶⁰ TONET, Ivo. s/d. Cidadania ou emancipação humana? Acessado em <http://www.ivotonet.xpg.com.br>, em 11/07/2011.

Certamente aprofundar a discussão sobre cidadania e democracia é uma necessidade que a construção da hegemonia das classes burguesas dominantes, onde se destacam as suas políticas inclusivas, torna urgente e premente.

5.5. USO CRÍTICO DO TERMO EXCLUSÃO SOCIAL

Alguns autores fazem uso do termo exclusão, mesmo formulando críticas contundentes e, em algumas situações, utilizando referências marxistas na sua reflexão. Colocando em debate a noção de exclusão social, Leal refere-se aos posicionamentos de Demo e Martins, destacando nelas a apresentação de argumentos contrários à exclusão social como conceito e, ao mesmo tempo, o uso do termo referido às riquezas materiais e à participação política – Demo, e referido a uma nova forma de desigualdade social – Martins. (LEAL, 2004)

Um extenso e minucioso levantamento do termo exclusão no conjunto da obra de Marx é realizado por Oliveira, que reconhece no capital uma natureza e uma lógica excludente. Para Oliveira, o uso predominante do termo exclusão se dá sem afrontar o capital e, portanto, restringindo o horizonte apenas à possibilidade da inclusão subordinada. Numa abordagem marxiana, o uso do termo exclusão só adquire sentido no seio de uma totalidade complexa que se orienta pela existência das classes sociais.

Analisando as imbricações do problema da exclusão com o mundo do trabalho, o autor afirma o próprio trabalho como *excludente*, no sentido que “ao trabalhador são excluídas todas as demais possibilidades de efetivação de um processo de desenvolvimento omnilateral.” (OLIVEIRA, 2004, p.73)

O autor compreende, então, que o capital opera um movimento cíclico de exclusão e inclusão: em diferentes períodos históricos ocorrem movimentos excludentes e alguma forma de *inclusão subordinada*. Compreendendo exclusão-inclusão como processo que constitui a reorganização do domínio de classe, conclui, em termos políticos, que, qualquer alternativa com a “... marca do efetivamente novo precisa ser pensada a partir da eliminação do móbil da exclusão – as classes sociais – bem como de seu resumo jurídico – o poder político de excluir e reincluir.” (OLIVEIRA, 2004, p.76)

Oliveira pensa ser possível utilizar o conceito de exclusão no interior de uma rede teórica abrangente e complexa, identificando claramente seu alcance e limites. Entende que “a vocação mais clara da idéia de exclusão é funcionar como um conceito descritivo – (...)

“descrição das formas de aparecimento imediato da lógica interna do sistema do capital.” (OLIVEIRA, 2004, p.153, grifo do autor)

Oliveira admite, após esse primeiro nível teórico, que o conceito de exclusão possa ser um “conceito interpretativo – cada vez mais dependente da rede reflexionante ampla e pode referir-se unicamente a realidades setoriais.” (OLIVEIRA, 2004, p.154, grifo do autor) E, por último, o autor considera que pode-se pensar a exclusão “como um conceito operativo – onde é mais **utilizado como conceito independente** e, portanto, incapaz de ir além do nível das negações imediatas.” (OLIVEIRA, 2004, p.155, grifo do autor, negrito nosso) Nesse sentido, abre-se o terreno para as ações públicas de combate à exclusão, para as políticas inclusivas.

Essa última reflexão nos remete para os sofisticados trabalhos de elaboração de índices, parâmetros e medidas científicas da *exclusão social* que tivemos a oportunidade de mencionar neste capítulo.

Numa abordagem que focaliza a concentração de capital e a exclusão social, sob a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, Santos aponta a exclusão como consequência da acumulação capitalista. Entende que a produção e reprodução do capital e a dicotomia acumulação-exclusão são as forças propulsoras da sociedade capitalista e que “o problema da exclusão social torna-se hoje uma questão fundamental, que requer muito mais soluções estruturais do que reformas paliativas.” (SANTOS, 2001, p.183) A autora aponta também que a exclusão é produto das relações de classe e que na ausência de uma análise dos diversos interesses em jogo, será apenas uma representação abstrata e caótica do fenômeno.

Mesmo inserido em formulações que contemplem referências e reflexões sobre a mundialização do capital, ainda mais uma vez se contrapondo ao conceito de exclusão social, argutamente Frigotto questiona: “Ora, se os embates acerca da exclusão resultam do diagnóstico dos efeitos da mundialização do capital, por que, como afirmamos acima, ela não se constitui num conceito que nos permite apreender as mediações históricas que assume a forma capital hoje?” (FRIGOTTO, 2010, p.422)

Uma idéia disseminada e também encampada por Santos é de que o binômio exclusão-inclusão expressa uma relação dialética, entendida como forças opostas em constante interação. (SANTOS, 2001) Mesmo compreendendo o caráter ilusório da inclusão, Sawaia enuncia o pensamento de que “em lugar da exclusão, o que se tem é a dialética exclusão/inclusão.” (SAWAIA, 2001, p.8)

No binômio exclusão-inclusão, apenas formalmente um termo é a negação do outro, como inúmeros argumentos já explicitaram neste capítulo, o par exclusão-inclusão são dois lados de uma mesma moeda, da lógica de exploração e dominação do capital.

Martins é enfático ao afirmar que a concepção de exclusão é antidualética e nega o princípio da contradição, a história e a historicidade humana. Para Martins, a exclusão e a ideologia que dela decorre oculta o que precisa ser debatido e resolvido:

... as formas perversas de inclusão social que decorrem de um modelo de reprodução ampliada do capital, que, no limite, produz escravidão, desenraizamentos, pobreza e também ilusões de inserção social. Não há propriamente exclusão, e sim formas anômalas e injustas de inclusão. (MARTINS, 2002, s/nº)

O cada vez mais inseparável binômio exclusão-inclusão não é dialético, é um círculo fechado que alimenta-se de si mesmo, tratando-se na verdade de um círculo vicioso, pois pressupõe a reprodução incessante do fenômeno assim como a incessante reprodução ilusória de sua solução. Não existe oposição entre os termos, pois na lógica que constitui o binômio, eles são absolutamente complementares - a mesma circularidade perversa do movimento do capital.

5.6. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

A abundante utilização do termo “exclusão” nas políticas públicas brasileiras e a implementação da sua contraparte, as políticas de inclusão social, com potencial de naturalizarem o círculo repetitivo de produção de desigualdades e compensações precárias e provisórias para os trabalhadores, contribui para a caracterização da noção de exclusão social muito mais como categoria de conhecimento prático e ação política do que como instrumental conceitual para compreensão dos fenômenos sociais.

Na mesma linha de compreensão, acerca do uso do termo exclusão, argumenta Frigotto, em artigo recente: “Configura-se, ao nosso ver, que o debate sobre exclusão social situa-se claramente no campo da antinomia – incluído ou excluído – e, por isso, tem mais que ver com o discurso e o embate político do que com a análise das situações concretas”. (FRIGOTTO, 2010, p.424)

No campo da ação pública, em trabalhos de autores vinculados a instituições governamentais¹⁶¹, é explícita a vinculação da pobreza à noção de exclusão social, especialmente quando se trata de uma concepção que abrange, de forma complexa, diferentes dimensões da pobreza. Para esses autores, nessas circunstâncias, os termos são equivalentes:

¹⁶¹ O exemplo citado refere-se à Escola de Governo da Fundação João Pinheiro/MG.

Nesse eixo temos uma aproximação entre os dois campos, sendo que os termos (pobreza e exclusão) podem ser usados como intercambiáveis, pois conceber a exclusão como um fenômeno dinâmico e com múltiplas dimensões é o que a distingue dos estudos sobre a pobreza, sejam os focados na mensuração de linhas de pobreza ou baseados na perspectiva de privações múltiplas. (CARNEIRO e COSTA, 2003, p.8)

Prosseguem os autores esclarecendo como pobreza e exclusão partem de uma mesma matriz conceitual:

Se se adota uma concepção ampliada de pobreza, tem-se que os termos pobreza e exclusão parecem fazer parte de um mesmo contínuo e matriz conceitual, na medida em que uma análise da pobreza em uma perspectiva multidimensional tem muito pouca diferença dos estudos sobre a exclusão, desde que a pobreza seja entendida principalmente como fenômeno complexo, multicausal e multidimensional, dinâmico e processual, marcado por objetividade e também por elementos menos tangíveis, como valores, autoestima, perspectivas. (CARNEIRO e COSTA, 2003, p.9)

Ainda sobre a associação entre exclusão e pobreza, Wanderley emite um alerta no sentido de não serem considerados sinônimos: “É preciso ressaltar, no entanto, que pobreza e exclusão não podem ser tomadas simplesmente como sinônimos de um mesmo fenômeno, porém estão articuladas conforme buscaremos demonstrar nas análises que se seguem.” (WANDERLEY, 2001, p.20) Entretanto, a tendência à correlação é suficientemente forte para levar a autora, páginas mais à frente, a afirmar que “Assim, pobreza e exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda.” (WANDERLEY, 2001, p.25)

Nascimento também é de opinião que “O senso comum no Brasil, confunde, e tem suas razões, os diversos termos estruturantes do tema das iniquidades sociais: desigualdade, pobreza e exclusão.” (NASCIMENTO, 1994, p.30)

Ao se estender sobre o conceito de desigualdade social, Nascimento destaca duas das conotações existentes na sociedade moderna: uma positiva e uma negativa. Conotação positiva no fato de abranger o processo de concorrência e desenvolvimento, incluindo o eixo da inovação tecnológica e do dinamismo social e econômico: numa *sociedade de mobilidade aberta* (sic) a desigualdade provoca um dinamismo extraordinário. A responsabilidade individual pelo lugar que ocupa na escala social, para o autor, também está dentro da conotação positiva da sociedade moderna acerca da desigualdade. O autor assevera também que, a desigualdade, para a sociedade moderna, dentro de limites que não inclui a indigência

não constitui nenhum problema, sendo, em termos moderados, um de seus componentes essenciais. Compreende também que, se para a sociedade moderna, a pobreza relativa é reflexo da desigualdade, a pobreza absoluta é entendida como temporal, circunstancial, não constituindo um verdadeiro problema para a sociedade moderna. Em suma, segundo o autor, para a sociedade moderna, a desigualdade não é um problema. O problema está localizado na exclusão social, que, compreendida enquanto expulsão de grupos do espaço de igualdade, opõe-se frontalmente ao seu ideário. O autor considera que a exclusão é uma ameaça constante para a sociedade porque

De um lado, porque expulsa ou impede o ingresso de determinados indivíduos na esfera da igualdade, negando a existência de uma lei única; de outro lado, cria um exterior inadmissível para a modernidade, que sempre se pretendeu universal e universalizante. (NASCIMENTO, 1994, p. 33)

Pochmann referencia-se também na política para tratar da exclusão e da pobreza, entendendo que sem consolidação da experiência democrática, o que temos vivenciado no país é não só concentração da renda como principalmente concentração do poder. Considera que o “processo de exclusão social no Brasil está ligado umbilicalmente com a concentração de poder”, que a “pobreza no país é de natureza política” e que o “maior desafio da política social no Brasil é democratizar a democracia representativa.” (POCHMANN, 2004, p.14)

Contando com a contribuição do conhecimento, o autor aposta na construção de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil: “O conhecimento sobre a manifestação atual e a origem da proteção social na periferia do capitalismo pode contribuir para verificar o quanto o Brasil ainda precisa avançar na construção do seu Estado de Bem-Estar Social.” (POCHMANN, 2004, p.9)

A sociedade moderna, ao mesmo tempo em que enuncia como princípios a liberdade e a igualdade (“universal e universalizante”) naturaliza a desigualdade, atribuindo-a a supostas condições meritórias. Com isso, apregoa a sua insuperabilidade, e, em consequência, a existência *ad infinitum* do aparelho de Estado – tornado idealmente necessário para garantir esses princípios.

Na verdade, tais princípios servem para ocultar o antagonismo de classe sob a fachada da moralidade das relações sociais: as situações do capitalista e do trabalhador expropriado e submetido não são iguais. A igualdade jurídica é um fato na democracia, a legislação garante que “todos são iguais perante a Lei”, mas, precisamos nos perguntar em que momento histórico a sociedade moderna efetivamente concretizou esse ideário. A igualdade política

nunca se concretizou, visto que a democracia sempre foi um *sistema de iguais* onde alguns grupos sociais sempre foram “mais iguais” que outros. A igualdade é formal e a desigualdade é real. Nada que nos leve a deslocar para o campo da “exclusão” os verdadeiros problemas da classe trabalhadora.

Vimos que, pela vertente da similitude entre exclusão e pobreza recaímos mais uma vez nos ideais de cidadania, variando nas expressões dos autores, seja em termos de cidadania plena, democratização da democracia, cidadania política, cidadania social, cidadania cívica, cidadania fragmentada ou hierarquizada (como uma exclusão específica: Nascimento, 1994), cidadania excludente e vários outros – o que nos remete às considerações feitas sobre o tema, em linhas anteriores.

5.7. QUEM SÃO OS CHAMADOS “EXCLUÍDOS”

A perspectiva que vincula a exclusão com a ausência de cidadania completa-se na radicalidade da argumentação de Nascimento acerca da “nova exclusão”, chegando a compreendê-la como uma ameaça à modernidade: “... a exclusão social, não como discriminação social, mas como expulsão do espaço de iguais ou não-reconhecimento de direitos a outros, considerando-os como não-semelhantes, é uma ameaça à modernidade.” (NASCIMENTO, 1994, p.36)

Para Nascimento, a “nova exclusão” define-se, não apenas pela suposição de que esse contingente não se insere no mundo do trabalho e é, portanto, “desnecessário à economia capitalista”, mas fundamentalmente, pela possibilidade da extinção de grupos sociais através de um processo de mudança nas representações sociais no sentido de um reconhecimento extremamente negativo dos indivíduos desses grupos: “Pois os mesmos não são apenas objeto de discriminação social. Aos poucos passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados.” (Nascimento, 1994, p.36)

Reportando-se à formulação de Nascimento acerca da “nova exclusão”, Oliveira resume, em relação aos “excluídos”, os seus dois traços principais, além da não-inserção no mundo normal (sic) do trabalho: o primeiro é a impossibilidade de serem absorvidos pelos novos processos produtivos, em razão do seu crescimento numérico e da ausência das habilidades requeridas e o segundo, relacionado ao estigma que sobre eles se abate e que pode ter como consequência sua expulsão da “*órbita da humanidade*” (sic). (OLIVEIRA, 1997, grifo nosso)

Certamente, o impulso do capital para a eliminação do trabalho é componente fundamental de suas contradições internas, visto que sua existência depende da existência do trabalho. Assim, tal impulso, constituinte de sua dinâmica e metabolismo, possui o limite máximo de sua própria sobrevivência. Nesse intervalo, a única direção que prevalece é sua cega necessidade de expansão, acumulação e controle de toda reprodução social - um movimento destrutivo e autodestrutivo que, portanto, produz incessantemente seus próprios limites, contradições e crises.

Fontes chama a atenção para a devastação que a expansão do capital-mercadoria ou monetário no plano internacional, provoca atualmente:

Como nos momentos anteriores, o capital continua provocando uma verdadeira catástrofe social, ao promover uma devastação sem precedentes, agudizando as contradições próprias a esse modo de existência, sobretudo a que opõe a socialização da força de trabalho à concentração internacional do capital. (Fontes, [2007], p. 19)

A eliminação de trabalhadores ocorre, no momento atual de concentração do capital, com maior frequência e magnitude, seja por meio de conflitos de classe – como constatamos no caso dos conflitos rurais ou fruto da violência social, seja por meio da fome e de endemias. O fato é que se amplia a força destrutiva e autodestrutiva do capital.

No campo do debate sobre a “exclusão social”, dissociar a teoria do método de investigação dos fenômenos é uma forma (re)corrente de refletir sobre a realidade. Tanto pela focalização em quantificações e medições sem grande problematização teórica acerca do termo como pela desconexão das causas dos seus efeitos - como podemos perceber, de forma tão bem resumida por Veras, na argumentação de Oliveira acerca do dualismo subjacente à expressão exclusão:

Tentando concluir, Luciano Oliveira (19972) afirma que para entender as causas, o ponto de vista do antidualismo é mais apropriado, pois evita a ingenuidade de querer explicar a miséria pela culpa dos miseráveis (ou pelo senso comum ou pelo moralismo). No que tange aos efeitos, contudo, o dualismo entre excluídos e não-excluídos é útil, pois dá conta de vasta fenomenologia. (VERAS, 2001, p. 46)

Outros autores engrossam a mesma avaliação acerca da condição de “descartáveis” e dos riscos de eliminação dos “excluídos socialmente”. Segundo LEAL (2004), em estudo que recupera, no período 1996-2006, o debate sobre exclusão social, autores como Buarque, Nascimento e Wanderley aparecem como defensores da idéia de que os grupos excluídos se tornam desnecessários do ponto de vista da economia capitalista.

5.7.1. A Centralidade do Trabalho

Outros campos de discussão hoje se apresentam referidos à temática da “exclusão social”, como a centralidade do trabalho e as implicações teórico-políticas do conceito de exército industrial de reserva. Nosso esforço é de situar, minimamente que seja, essa discussão, sem pretensão de responder a questões tão amplas e complexas, o que, a rigor, extrapolaria os objetivos e o alcance propostos por essa dissertação.

As teses que apregoam o fim do trabalho assumem, segundo Nun, versões diferenciadas: a versão tecnológica enfoca o trabalho como fator de produção que com o avanço tecnológico está sendo eliminado; a versão filosófica, com foco na coesão social, reflete sobre como poderia a sociedade manter-se estruturada em torno do trabalho, se já não assegura o pleno emprego aos seus membros; e a versão sociológica, que fundamenta as políticas de inclusão, parte do pressuposto de que, na impossibilidade de restaurar o chamado pleno emprego, o importante é tornar sua ausência tolerável àqueles que a sofrem. (NUN, 2000)

Em trabalho que se propõe a rever o debate da abordagem da questão social como pobreza, Alves e Escorel elencam um rol de autores - Castel (1991; 2008), Escorel (1999) e Popay et al. (2008) - que aderem à tese “... de que a perda relativa da centralidade da categoria trabalho (OFFE, 1994) impulsiona o deslocamento das conceituações sobre pobreza urbana para outras dimensões da vida...” (ALVES e ESCOREL, 2012, p.111)

José Nun, um dos expoentes da teoria de marginalidade latino-americana, inaugurou, no final dos anos 60, um olhar diferenciado dos outros teóricos dessa vertente, com a formulação do conceito de massa marginal¹⁶². Cerca de três décadas depois, o autor publica um trabalho onde revisa e expande seus próprios argumentos. Suas idéias se articulam com a discussão posta em pauta pela “nova exclusão”, referente à existência de um contingente populacional que seria desnecessário economicamente, perigoso socialmente e assim, passível de eliminação. Em trabalho datado de 2000, Nun define essa população como “massa marginal”, isto é, um contingente de trabalhadores que, na fase monopolista do capital, torna-se um excedente populacional que ultrapassa o exército industrial de reserva, sendo, portanto, não funcional para a economia capitalista. (NUN, 2000)

Procurei mostrar que em muitos lugares, ao contrário, crescia uma população excedente que, no melhor dos casos, era simplesmente irrelevante para o setor

¹⁶² NUM, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. In: *Revista Latinoamericana de Sociología*, Santiago, vol.V, n.2, 1969.

hegemônico da economia e, na pior das hipóteses, se convertia em perigo para sua estabilidade. (NUN, 2000, p. 49, grifos nossos)

É inegável que, o conjunto de transformações pelos quais passa o sistema-capital na contemporaneidade, contexto no qual se destaca a chamada reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho, traz como aspectos principais, não apenas novas formas de precarização do trabalho, mas também o aumento do desemprego crônico – o que certamente repercute em termos da vida e da vivência cotidiana e subjetiva dos trabalhadores.

Esse panorama sócio-econômico tem suscitado o surgimento de proposições como o *fim da sociedade salarial* e acrescenta ao debate questionamentos sobre a centralidade do trabalho, desconsiderando diferenças absolutamente significativas que existem entre *fim* (ou a possibilidade de) *do trabalho assalariado formal* (mais ou menos estável) e *fim do trabalho assalariado*.

O cotidiano de trabalho, agora então, marcado pela flexibilização, desdobra-se para alguns autores como o fim da centralidade do trabalho, arrastando em consequência a perda da importância da classe trabalhadora e, até mesmo, o fim das classes e da luta de classes. Considerando que não se trata do fim do modo de produção capitalista, essas teorizações contribuem para a construção de uma ideologia fatalista de perenidade do capital, da aceitação da sua sociabilidade como a única forma possível de existência e da impossibilidade de a ele resistir e lutar. Mais uma vez a história demonstra que, em condições conjunturais que colocam a classe burguesa em posição hegemônica privilegiada face à classe trabalhadora, proliferam estudos que buscam comprovar que não há saída substitutiva do sistema capital e que nem mesmo existe esse tipo de interesse na sociedade – já então esvaziada de sua composição classista.

Analisando as dimensões da reestruturação produtiva, aprofundando o estudo sobre as metamorfoses do trabalho na contemporaneidade, Giovanni Alves afirma a insustentabilidade da tese de fim da centralidade do trabalho na vida social:

Alguns apontam o desemprego como sendo expressão da perda de centralidade do trabalho na vida social. Pelo contrário, o desemprego é tão-somente a explicitação negativa plena da condição irremediável do regime do salariato. O desemprego problematiza no plano da demanda, a condição de vendabilidade da força de trabalho como mercadoria. O desemprego do trabalho vivo só é problema porque o regime do salariato é seu pressuposto. Só existe (ou deveria existir) demanda por força de trabalho porque existe (e é necessário que ocorra) oferta de força de trabalho como mercadoria no mercado de trabalho. O que denominamos de “crise do trabalho” é a plena afirmação do regime do salariato. (ALVES, 2007, p.86-87)

Contra-pondo-se também a essa tese, Fontes articula as expropriações secundárias, contemporâneas, à situação de disponibilização dos trabalhadores, que situa como uma “*exasperada disponibilidade ao mercado*”:

Menos, portanto, do que um retorno a formas arcaicas, as novas expropriações (somadas à permanência das expropriações primárias) demonstram que, para a existência do capital e sua reprodução, é necessário lançar permanentemente a população em condições críticas, de intensa e exasperada disponibilidade ao mercado. Em que pesem as intervenções de neoconservadores ou de pós-modernos, que consideraram terminada a época do “trabalho”, a velocidade e extensão das expropriações dizem o contrário. (FONTES, 2010, p. 47)

O que buscamos destacar, nesse cipoal de conjecturas de verniz científico sobre o fim da centralidade do trabalho, é a importância de se abrir a reflexão, em especial junto aos trabalhadores, acerca não só da real e efetiva centralidade do trabalho – e suas implicações na contemporaneidade, como, da possibilidade da classe trabalhadora, enquanto exército ativo ou superpopulação relativa, se constituir enquanto *classe para si*, sujeito da sua própria história e alavanca da sua emancipação e da emancipação da humanidade. Uma história que é construída a partir do lugar social onde estamos, nas condições em que nos encontramos, mesmo em circunstâncias extremamente adversas, como a que estamos vivenciando no atual período histórico que registra acúmulo de derrotas da classe trabalhadora.

5.7.2. Trabalhadores Excedentes

Procuremos compreender um pouco melhor as realidades que os conceitos teóricos relacionados à dinâmica populacional sob o modo de produção capitalista procuram esclarecer.

Em se tratando de dinâmica populacional, uma explicação que facilmente pode impregnar-se no senso comum é a explicação malthusiana de que o aumento da população é sempre muito maior do que o aumento dos meios de subsistência, o que geraria a fome e a miséria em uma sociedade.

Na verdade, essa compreensão malthusiana assume um caráter abstrato e metafísico visto que naturaliza o crescimento populacional humano – passível apenas de ser limitado pela produção dos meios de subsistência e ignora que a dinâmica populacional é diferente nas diferentes sociedades e épocas históricas.

Em estudo sobre a teoria da população em Marx, Viana destaca que, segundo observação de Marx, David Ricardo já havia esclarecido que não é a quantidade de “meios de subsistência” e sim os meios de emprego que produzem a população excedente. E acrescenta que, segundo o próprio Marx, a criação de “trabalhadores excedentes” (homens desprovidos de propriedade que precisam trabalhar para sobreviver) “é própria da época do capital”. (VIANA, 2006)

Seguramente, todo modo de produção produz uma população excedente, mas, numa perspectiva marxiana, cada modo de produção gera uma dinâmica populacional própria. Nesse sentido, população excedente é um conceito histórico que abrange os modos de produção existentes na história da organização social dos homens.

Para Viana, pautando-se em citação de Marx, essa população excedente é identificada como a superpopulação relativa. O autor compreende que, sob o sistema capital, mesmo em sua fase monopolista, a superpopulação relativa exerce uma funcionalidade estrutural, e nesse sentido as definições se equivalem: “A população “excedente” Marx chama de “superpopulação relativa.” “Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à própria custa” (MARX, 1988a, p. 191)” (VIANA, 2006, p. 1015)

A relação dessa população excedente com a expansão e a acumulação do capital, no período de constituição do sistema capitalista, conta com as expropriações primárias para ajudar a garantir o contingente de força de trabalho necessário à implantação do novo modo de produção – num enorme movimento de absorção que não distinguia jovens, idosos, mulheres ou crianças. O desenvolvimento da industrialização com suas oscilações e ciclos característicos passam a influenciar fortemente tanto a absorção como a reprodução da superpopulação.

No regime capitalista, capital e trabalho estão inextricavelmente relacionados. A expansão do capital não pode ser pensada sem a expansão da força de trabalho, mesmo que em relação ao capital constante¹⁶³ a sua proporção seja cada vez menor. Os mesmos fatores que provocam a expansão do capital provocam também o aumento do exército industrial de reserva, conforme Carcanholo e Amaral explicitam a lei geral da acumulação capitalista, valendo-se de citação de Marx, que aqui transcrevo:

¹⁶³ A força de trabalho, quando ingressa no processo de produção capitalista, torna-se parte do capital, a parte chamada capital variável – chama-se “variável” porque apenas a força de trabalho, com seu *trabalho vivo* é capaz de adicionar valor ao final do processo de produção. A outra parte que compõe o capital e que se refere aos meios de produção é chamada capital constante. O aumento do capital constante – pelo aumento da produtividade – provoca uma diminuição da demanda pela força de trabalho. (VIANA, 2006)

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com a potência da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. (Marx 1974:747)” (Marx apud CARCANHOLO e AMARAL, 2008, p.171)

Segundo Ferraz, transcrição de nota de rodapé extraída de texto de Marx, explicita a função do termo italiano *lazzaroni*: “[...] alcunha dada em Itália aos lumpemproletários, aos elementos desclassificados; os *lazzaroni* eram frequentemente utilizados pelos círculos monárquico-reaccionários na luta contra o movimento democrático e liberal (Marx, 1981, p. 85)” (FERRAZ, 2010, p. 82). Esta explicitação nos auxiliará, mais à frente, a compreender o debate que ocorre em relação à conformação do exército de reserva e a posição ocupada por um quantitativo crescente de trabalhadores *exasperadamente* disponibilizados pelo capital.

Os movimentos do capital relacionam-se com as conformações no campo do trabalho, com a produção da força de trabalho, visto a ligação vital, e fundamentalmente contraditória, que existe entre ambos. A dinâmica do capital - sua produção, expansão, acumulação e concentração - é, portanto, o que gera a proporção entre a população ativa e a superpopulação relativa. Segundo as palavras de Alves:

O sistema do capital, o sistema produtor de mercadorias, “produz” força de trabalho, como produz qualquer outra mercadoria; produz força de trabalho sempre disponível, uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. O sentido da crise estrutural do capital altera a dinâmica de produção da força de trabalho como mercadoria redundante. (ALVES, 2007, p.95, grifos do autor)

Certamente o crescimento do capital global redundando em crescimento do capital variável, isto é, da força de trabalho que o compõe, mas é também certo que isto ocorre de forma contínua e proporcionalmente decrescente. A quantidade de equipamentos e máquinas empregada na produção aumenta sem que a contratação de trabalhadores se amplie na mesma proporção.

Como um de seus movimentos constantes no sentido de desvalorizar o trabalho vivo, o capital *produz* trabalho vivo em excesso - enquanto força de trabalho disponível para o seu

consumo - criando uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. (ALVES, 2007)

Considerar sinônimos, equivalentes, exército industrial de reserva e superpopulação relativa faz parte de uma polêmica no debate atual sobre o tema e traz implicações que tornam mais ou menos desconfortável, por parte de autores que se utilizam de algumas categorias marxistas em seus estudos, a utilização da noção de exclusão social.

Como vimos no parágrafo mais acima, há autores, como Alves, que mesmo sem aprofundar especificamente esta questão, utilizam os dois termos como sinônimos, sem abrir questionamentos.

Outros autores entram no debate e buscam aprofundar suas bases teóricas em relação a essas questões. Em trabalho já citado, Viana contrapõe-se à idéia de Nun de que não se deve considerar todo o excedente da população como exército de reserva, pautando-se numa idéia de “função”, em que, sobre a dinâmica da acumulação, o exército industrial de reserva produziria efeitos funcionais e os efeitos não-funcionais seriam atribuídos ao que ele denominou “massa marginal”.

Viana considera que Nun parte da premissa correta baseada na historicidade dos conceitos, que compreende superpopulação relativa como aquela existente em vários modos de produção e exército industrial de reserva existente somente no capitalismo. Segundo Viana, o que Nun desconsidera e, portanto se equivoca, é que: “Para Marx, superpopulação relativa e exército industrial de reserva são, no capitalismo, a mesma coisa.” (VIANA, 2006, p. 1019). Prossegue Viana contrapondo-se a esses argumentos sobre efeitos funcionais e não funcionais, argumentando que “... a concepção de Nun não consegue comprovar que tal distinção contribui para um melhor entendimento da superpopulação relativa e nem que a chamada “massa marginal” seja disfuncional.” (VIANA, 2006, p. 1019) Argumenta também Viana que tal distinção conceitual cria uma ilusão de demarcação que não existe, e que uma suposta parcela populacional disfuncional “... só tem sentido numa concepção metafísica, que desconsideraria o caráter histórico, dinâmico, desta parte da população e provocaria o seu isolamento, desligando-a da totalidade concreta, procedimento tipicamente não-dialético.” (VIANA, 2006, p. 1020).

Mesmo sem aprofundarmos grandemente o debate acerca dos efeitos funcionais do exército industrial de reserva sobre a acumulação do capital, compreendemos que a magnitude quantitativa desse contingente populacional e os aspectos culturais a ele relacionados não o situam como uma população isolada da totalidade produzida pelo sócio-metabolismo do capital, mesmo em sua fase monopolista de capital-imperialismo.

Sobre a categoria exército industrial de reserva há também uma polêmica que se localiza na compreensão acerca de suas formas de manifestação na contemporaneidade - que gostaríamos de abordar, em virtude da sua relação com a idéia de um contingente populacional que se torna “descartável” para a economia capitalista e alvo de representações que poderiam levar até mesmo à sua eliminação – como vimos na exposição do pensamento de inúmeros autores que utilizam a noção de exclusão social.

Sobre a origem da categoria exército industrial de reserva, Ferraz atenta para o fato de que Marx, ao formulá-lo, referenciava-se numa realidade histórica em que esse excedente populacional era atraído para os pólos industriais, tratava-se, portanto de uma força de trabalho para a indústria. O argumento é desenvolvido por Ferraz no sentido de legitimar o uso do termo *exército de reserva*: “A disponibilidade do trabalho não ocorre apenas neste setor, de modo que, o qualitativo “industrial” pode ser suprimido, pois o importante a destacar é a existência de trabalhadores disponíveis a contratações.” (FERRAZ, 2010, 74-75)

De modo geral, os autores estudados que se voltam para a discussão da superpopulação relativa ou exército de reserva, referenciados em Marx, reconhecem três formas de manifestação: superpopulação relativa líquida ou flutuante, superpopulação latente e superpopulação estagnada.

Superpopulação relativa líquida ou flutuante é compreendida como aquele contingente de trabalhadores que ora é atraído ora é repellido das unidades produtivas, em conseqüência dos ciclos econômicos do capital.

Superpopulação relativa latente refere-se aos trabalhadores rurais que são repellidos pelo avanço do capital e não são absorvidos pela agricultura capitalista, encontrando-se no limiar de tornarem-se parte do proletariado urbano.

Superpopulação relativa estagnada compreende a parte do exército ativo de trabalhadores que com uma ocupação irregular, que trabalham ao máximo e são pagos com o mínimo possível.

Giovanni Alves admite as três manifestações acima mencionadas, porquanto parta do entendimento de que, enquanto categoria social, a superpopulação relativa expressa a *precariedade* do trabalho assalariado. Alves utiliza o termo “excluídos” num sentido econômico-político diferente daquele que predomina nos escritos dos autores que seguem a vertente “resolutiva” da inclusão. Referindo-se a um imenso contingente de *proletários excluídos* (sic) considera-o

... deveras funcional às necessidades da ordem burguesa. É claro que a massa de proletários inempregáveis não [exercem] funções econômicas propriamente ditas.

Possuem função simbólica, na medida em que constituem o imaginário da barbárie social, matriz sócio-metabólica do medo que sedimenta na alma humana os consentimentos espúrios dos proletários empregados nos loci de produção de valor.” (ALVES, 2007, p.104, grifos do autor)

Carcanholo e Amaral analisam a acumulação capitalista e o exército de reserva na perspectiva das economias dependentes. Nesse trabalho, não utilizam a expressão lúmpemproletariado, mas de forma bastante semelhante, consideram o pauperismo como uma quarta expressão da superpopulação relativa que englobaria “aqueles que vivem em situações absurdas de miséria e indigência” e que seria absolutamente funcional ao capital. (CARCANHOLO e AMARAL, 2008, p.171)

Contrariamente, Ferraz afirma claramente sua compreensão de que, em Marx, o pauperismo não constitui mais uma manifestação da superpopulação relativa, mas é sim uma condição que perpassa o conjunto da superpopulação relativa, atingindo a superpopulação estagnada com maior intensidade e culminando na constituição de uma superpopulação consolidada – sobre a qual explicita:

Ou seja, compõe o exército de reserva uma parcela de indivíduos que não mais sairá desse segmento da classe trabalhadora, que não mais venderá a sua força de trabalho diretamente a um capitalista de forma estável. A constituição dessa superpopulação consolidada é inerente ao próprio modo de produção capitalista. (FERRAZ, 2010, p.79)

Alves vai localizar o contingente de *proletários excluídos* (sic), a que se refere, no lúmpemproletariado ou pauperismo, entendido - à semelhança de Carcanholo e Amaral - como “contingente de homens e mulheres imersos na proletariedade extrema e cuja morfologia social é tão complexa quanto a do trabalho estagnado.” (ALVES, 2007, p.108)

Viana contribui grandemente para a polêmica ao identificar o exército industrial de reserva com o lúmpemproletariado. O autor identifica que Marx, na edição portuguesa de sua obra, compreende o lúmpemproletariado como apenas aquela parte da superpopulação relativa submetida mais cruelmente ao pauperismo, e que, na edição inglesa, Marx utiliza o termo “classes perigosas” e amplia o conceito em outras obras. Atesta também que “Fanon (1979), ampliou este conceito, incluindo nele o que Marx denominou superpopulação relativa, ou seja, a totalidade dela.” Em seguida, declara-se inteiramente de acordo com Fanon, considerando o “... lúmpemproletariado como equivalente a “exército industrial de reserva”,

isto é, o conjunto da superpopulação relativa constituída pelo capitalismo.” (VIANA, 2006, p. 1022).

Deise Ferraz, em tese defendida em 2010, entre outros aprofundamentos de categorias marxianas, analisa o contexto em que Marx, em cinco de suas obras¹⁶⁴, refere-se a lúmpemproletariado: no *Manifesto Comunista*, as condições de vida descritas pelos autores (Marx e Engels) estão referidas à decadência das camadas mais baixas da velha sociedade feudal – incluindo não somente os servos migrantes para o meio urbano e a aristocracia decadente. Em *A ideologia alemã* o lúmpemproletariado é associado aos plebeus, que estariam situados entre os livres e os escravos e teriam fundamentalmente uma expressão política. No *18 de Brumário* e em *As lutas de classe em França*, o lúmpemproletariado aparece como um dos agentes decisivos a favor e contra o poder de Luis Bonaparte – considerado “príncipe” e chefe desse grupo: uma massa difusa, sem forma, errante, constituída por elementos oriundos de classes diversas, que agrupava, entre muitos outros tipos, os devassos da burguesia, ex-presidiários, soldados reformados, lazzaronis, trapaceiros, alcoviteiro - chamada “*la bohème*” pelos franceses. (FERRAZ, 2010)

Ferraz, contrariamente à Viana, compreende que o pauperismo não é condição suficiente para definir o lúmpemproletariado – “senão toda a classe trabalhadora estaria nele incluída”, não podendo ser desconsiderado que à produção de riqueza num pólo corresponde a produção da fome e da miséria nas classes trabalhadoras.

A autora entende que o lúmpemproletariado, na luta revolucionária é um grupo que pode ser atraído às classes reacionárias. Sobre esse grupo, permite-se, também, ponderar que

[sua] ... característica determinante é menos sua posição e influência econômica no modo de produção capitalista do que as alianças, ações e apoios que este grupo politicamente estabelece com outras classes sociais, estas por sua vez, com posição definida na Estrutura de Apropriação e Política da sociedade em questão, portanto, com interesses de classes definidos e menos fragmentário. (FERRAZ, 2010, p.83)

Mais à frente a autora complementa seu pensamento, esclarecendo que, certamente, os interesses econômicos são a base das alianças políticas e que, nesse caso, situam-se na possibilidade de auferir maiores ganhos. E de forma contundente conclui que:

Entendemos ser um equívoco considerar o lúmpemproletariado como sendo apenas na parte marginal da classe trabalhadora que não possui consciência de classe nem

¹⁶⁴ A saber, O Capital, A ideologia alemã, O manifesto comunista, As lutas de classe em França e o Dezoito Brumário de Luis Bonaparte.

poderá vir a desenvolvê-la. Este termo não pode ser, em virtude de sua complexidade e do contexto histórico em que esses grupos são constituídos e acionados, traduzido literalmente como os “trapos do proletariado” ou como uma subclasse da população humana, conforme nos indicam o senso comum transmitido pelos dicionários e, muitas vezes, aceitos nos círculos de pessoas que se autodenominam comunistas. (FERRAZ, 2010, p.84)

A análise da realidade empírica certamente nos auxilia na compreensão das contradições existentes na relação capital-trabalho, no aumento quantitativo do exército de reserva e suas alterações qualitativas. Sem a pretensão de mergulho nessa realidade, propomos a indicar aspectos, discutidos e analisados por diversos autores, que podem ser sinalizadores de condições, situações e relações que nos ajudem a chegar mais próximo dessa compreensão desejada.

Ricardo Antunes, de uma forma despretensiosa, em entrevista para um sindicato de trabalhadores¹⁶⁵, aponta profundas mudanças na morfologia da classe trabalhadora e identificando o desempregado como parte dessa classe, compreende-o inserido no *exército industrial de reserva*:

A classe trabalhadora hoje tem uma nova morfologia. Ela tem o proletariado industrial produtivo, que é o seu núcleo central. Esse proletariado não é mais aquele proletariado estável da era taylorista e fordista (...) ele é terceirizado, ele é precarizado. Essa é a classe trabalhadora hoje. E ela inclui também o desempregado. Porque o desempregado é consequência do desemprego estrutural, que resulta dessa lógica destrutiva do capital. Então, o desempregado não é desempregado porque ele quer. Ele é desempregado pelo capital. Ele é parte do que o Marx chamava de exército industrial de reserva. Nós podemos discutir a validade ou não da noção de exército industrial de reserva hoje. Eu penso que essa noção ainda é válida, mas é um debate. O que era um exército industrial menor, hoje é um exército monumental de reserva. Esta é a classe trabalhadora. Esta é a nova morfologia. (ANTUNES, 2009)

Do ponto de vista social podemos considerar *barbárie*, como o fazem alguns autores, as atuais condições de vida e trabalho de enormes contingentes do exército de reserva, entretanto, essa consideração não pode prescindir da compreensão de que essa barbárie é produzida e contribui para sustentar o processo de acumulação do capital.

¹⁶⁵ Acessado no site www.sasp.org.br, em 08/11/2012.

Os trabalhos realizados pelos trabalhadores informais, já sobejamente estudados, mostram que o trabalho informal não apenas colabora para a expansão e reprodução do capital mas que também está integrado ao circuito da produção capitalista. Apenas como exemplo podemos citar o estudo realizado por Bosi sobre o trabalho dos catadores de recicláveis no Brasil, no período de 1985 a 2005. Nele, o autor explicita a integração desse trabalho à dinâmica do processo de produção capitalista e chama a atenção para o fato de que a suposta situação de exclusão dos catadores o qualifica para esse tipo de ocupação - num aparente paradoxo (sic) visto que esses trabalhadores tiveram suas qualidades recusadas pelo “mercado” (sic). (BOSI, 2008)

Outro exemplo que podemos arrolar, localizado no setor da indústria têxtil, chega a apresentar condições de trabalho de semi-escravidão para homens, mulheres e crianças brasileiros e latinoamericanos. O exemplo da Zara, conhecida marca espanhola de vestuário feminino, mostra que a economia chamada “subterrânea”, em condições ilegais de produção e circulação (em outros casos, muitas vezes também de consumo), está articulada com a economia “legal” das empresas transnacionais.¹⁶⁶ No rol de atividades e inserções semelhantes, podemos mencionar a economia da exploração sexual, atividade produtiva realizada por adultos homens, mulheres e crianças, que movimentam altas cifras, assim como a conhecida atividade do jogo do bicho, dos bingos e do tráfico de drogas.

Cabe observar que a ilegalidade referida a essas situações é fruto exatamente das expropriações secundárias comandadas pelas necessidades de expansão e acumulação do capital. A relação social que funda o capitalismo, capital-trabalho, assenta-se sobre uma expropriação originária dos trabalhadores e a sua expansão e reprodução exige, conforme nos indica Fontes:

Exige a conservação e reprodução em escala sempre crescente de uma população dependente do mercado, disponível para a venda da força de trabalho de forma integral ou necessitando integrar-se ao mercado, total ou parcialmente, para subsistir. Não se trata apenas de uma extensão linear do mercado, mas de um processo variado que redundará na transformação da capacidade de trabalho em mercadoria, impulsionada pela necessidade econômica (a subsistência) e que reatualiza e converte permanentemente essa necessidade em disponibilidade voluntariamente assumida para o mercado. (FONTES, 2010, p.47)

¹⁶⁶ Ver FONSECA, Zilma. Acumulação e concentração de capital no setor têxtil: superexploração de trabalhadores latino-americanos. Trabalho de Conclusão do Curso Internacionalização no Trabalho, na Educação e na Saúde, coordenado pela Dra. Marcela Pronko, na EPSJV/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

Segundo Ferraz, a inserção de atividades ilícitas como trabalho fornecedor de mais valia, não permite qualificar seus trabalhadores como um lumpemproletário, mesmo na concepção mais comumente difundida. Aprofundando a movimentação passível de ser observada no exército de reserva, a autora entende que esse contingente não é desnecessário ao capital e pode, portanto, manifestar-se como *superpopulação supérflua, subsidiadora e subsidiada* – nos seguintes termos: supérflua enquanto desnecessária ao ciclo produtivo capitalista que funciona de acordo com a sociabilidade formal, a par dos direitos adquiridos pelos trabalhadores; subsidiadora - enquanto, sob formas de sociabilidade informais, fornecem mercadoria que se incorpora ao circuito produtivo e manifesta-se como *superpopulação subsidiada* quando, por exemplo, torna-se cliente dos programas sociais financiados pelas empresas – a maioria dos quais conta com recursos repassados pelo Estado - em nome da responsabilidade social. (FERRAZ, 2010)

Sem nenhuma contradição com a expansão do capital, as soluções inclusivas instalam-se confortavelmente no campo das finanças e, como no exemplo abaixo, servem de ilustração para a categoria de *superpopulação subsidiada*.

Pequena matéria¹⁶⁷ veiculada no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgando as idéias de Mettenheim¹⁶⁸ e Butzbach, no artigo *Alternative Banking and Social Inclusion*, informa que pesquisadores reunidos pela Fundação Rockefeller, em 2011, mostraram como as novas tecnologias adotadas pelas instituições financeiras podem contribuir para acelerar o processo de inclusão social nos países emergentes. Afirma também que, no Brasil, avanços ocorreram a partir da modernização dos bancos públicos, com a melhoria da competitividade e com políticas voltadas para a “bancarização” dos cidadãos – mesmo em um ambiente de alta desigualdade social.

Para os autores, o setor financeiro, e o exemplo melhor é a Caixa Econômica Federal, pode garantir competitividade e ao mesmo tempo “incluir os excluídos” articulando-se com os programas de transferência de renda e outras políticas sociais. Nesta matéria são elencadas as condições que, para isso, foram criadas pela Caixa Econômica Federal:

... o duplo papel de agente de política social e de banco de poupança proporcionam vantagens competitivas à Caixa, além de sua força política e de seus recursos. Por último, as diretrizes da Caixa são de transformar bolsas família em contas bancárias simplificadas e/ou contas de poupança.

¹⁶⁷ Matéria veiculada: “A Inclusão Social além das Teorias Tradicionais” - Artigo em foco: *Alternative Banking and Social Inclusion*, de Kurt E. von Mettenheim e Olivier Butzbach, 2011. Acessado no site <http://gvpesquisa.fgv.br>, em 12/10/2012.

¹⁶⁸ Professor da FGV.

Situação como esta acima, referida à Caixa Econômica Federal é ilustrativa acerca do que o “poder de compra”¹⁶⁹ do Estado, tão reivindicado pelo setor empresarial – e não apenas - é capaz de proporcionar às necessidades de desenvolvimento do capital.

A conclusão a que chega Ferraz, e com a qual nos identificamos, é de que esse contingente de trabalhadores é manifestação estagnada do exército de reserva que, de forma contraditória, contribui para a acumulação do capital e, potencialmente, constitui-se como sujeito contestatório do controle sociometabólico do capital. (FERRAZ, 2010)

As políticas sociais brasileiras, nas quais se inserem as tecnologias para a inclusão e o desenvolvimento social - Eixo IV do Plano de Ação da Ciência, tecnologia e Inovação, como vimos, dirigem-se a indivíduos e grupos então considerados *excluídos* e assentam-se numa compreensão de exclusão que procuramos contribuir para esclarecer, aprofundar e contestar neste trabalho.

5.8. EXPROPRIAÇÕES SECUNDÁRIAS: UMA NOVA ABORDAGEM

A noção de exclusão social é também discutida por Fontes, em trabalhos escritos na década de 90 até meados dos anos 2000. Fontes, referindo-se à idéia de uma “nova exclusão”, mesmo admitindo formas diferentes de discriminação ou segregação, ao referir-se aos “inteiramente desnecessários ao universo da produção econômica”, cerca suas reflexões com termos que advertem acerca da aparência dos fenômenos:

Para eles, aparentemente, não há mais possibilidade de integração ou reintegração no mundo do trabalho e da alta tecnologia. Neste sentido, os novos excluídos parecem seres economicamente descartáveis. (FONTES, 1995, p.109, grifos nossos).

A autora admite a necessidade de aprofundar o estudo da realidade a partir do seu eixo econômico:

Falta-nos, porém, uma visão clara do processo produtivo e sua articulação com a sociedade — e hoje isso significa a imbricação de uma rede complexa de países. Tanto nas instâncias internacionais quanto ao nível interno, nacional, é, mais do que nunca, o eixo econômico — e seu cortejo de competitividade, eficiência, eficácia, custo e benefício — quem domina o processo político. Ao tentarmos fugir da reflexão sobre o econômico não estaremos caindo no mais perfeito determinismo, aquele regido por um presente imutável? (FONTES, 1995, p.117)

¹⁶⁹ “Poder de compra” que, efetivamente, torna o Estado consumidor direto em grande escala – pequeno exemplo de sua função estabilizadora das tendências auto-desestruturantes da expansão do capital. Cada vez mais a fundamental importância do papel econômico do Estado demanda aprofundamento da reflexão acerca da infraestrutura e superestrutura na sociedade capitalista.

Seguindo no rumo da necessidade apontada, num novo trabalho escrito em 2005¹⁷⁰, exclusão social e inclusão forçada são questões problematizadas por Fontes, enquanto movimentos que se verificam no âmbito mesmo do desenvolvimento capitalista. Nesse livro, a autora discute também as formas contemporâneas de expropriação do trabalho pelo capital e chama a atenção, ainda, para o componente subjetivista dessas novas formas de expropriação, articulando o campo subjetivo da “nossa forma de ser” ao movimento de expropriação das conquistas coletivas dos trabalhadores. (FONTES, 2005)

Em 2007, Fontes, num trabalho intitulado *O imperialismo tardio – expropriações, trabalho, política e cultura*, parte da consideração de que a expropriação massiva dos trabalhadores é elemento fundamental da relação social subjacente ao capital e se reproduz em escala sempre crescente. Identifica novas formas de expropriação - as expropriações contemporâneas ou expropriações secundárias, e aprofunda a reflexão, compreendendo que tais expropriações são resultados da escala de concentração de capitais. (FONTES, [2007])

A partir de 2007, Fontes aprofunda a discussão sobre o capitalismo contemporâneo – incluindo o movimento estrutural das expropriações, que culmina com a publicação, em 2010, do livro “O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. As reflexões que perpassam este último livro de Fontes foram a inspiração para apresentarmos o seu conceito de *expropriações secundárias* como referencial teórico capaz de favorecer uma compreensão da realidade dos fenômenos relacionados ao que se denomina “exclusão social”, recusando uma abordagem dualista e possibilitar abarcar suas várias e complexas determinações.

Longe de pretender apresentar respostas conclusivas, colocamo-nos, então, o desafio teórico-político de formular algumas questões que possam contribuir para investigar a capacidade teórica explicativa do conceito e sua contribuição política para o fortalecimento da resistência e da luta da classe trabalhadora.

Mesmo sem entrar explicitamente na discussão acerca do conceito de exército de reserva, Fontes destaca alguns elementos da dinâmica populacional sob o capitalismo e, face à expansão da população disponibilizada, expropriada pelo capital, reconhece que na relação entre populações urbanas e rurais, apenas os aspectos quantitativos são insuficientes para expressar as modificações qualitativas que podem ocorrer. No aspecto demográfico, referente à caracterização atual da população rural, identifica que o dado bruto da urbanização não esclarece a

¹⁷⁰ FONTES, Virgínia. *Reflexões Im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Bom texto, Rio de Janeiro, 2005

situação efetiva da produção social de expropriados - ou de trabalhadores disponibilizados para o mercado - que deve ser quantitativamente muito mais expressiva”, tendo em vista que “nem toda a população rural (...) tem acesso aos recursos sociais de produção necessários para sua própria reprodução, assim como de suas famílias. (FONTES, 2010, p. 50-51)

Na sua conceituação de *expropriações secundárias* a historiadora Virgínia Fontes nos possibilita compreender a contínua e crescente produção social de trabalhadores disponibilizados para o mercado:

Estas expropriações, que estou denominando disponibilizações ou expropriações secundárias, não são, no sentido próprio, uma perda de propriedade de meios de produção (ou recursos sociais de produção), pois a grande maioria dos trabalhadores urbanos dela já não mais dispunha. Porém, a plena compreensão do processo contemporâneo mostra terem se convertido em nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor. Este último é o ponto dramático do processo. (FONTES, 2010, p. 54, grifos da autora)

Como vimos anteriormente, a chamada expropriação primária – expropriação de grandes massas camponesas ou agrárias atraídas pelo meio urbano, incapacitadas de manter sua reprodução ou expulsa de suas terras - desempenharam papel relevante na constituição do modo de produção capitalista e, como nos adverte a historiadora, continuam no arsenal de movimentos do capital-imperialismo contemporâneo, juntamente com as expropriações secundárias.

A concentração de recursos sociais e as expropriações sociais constituem faces da tendência à expansão do capital. Das expropriações emanam as condições de possibilidade do capital e sua ampliação pressupõe também a ampliação das expropriações. Retomando reflexão contida em seu trabalho anterior, intitulado *Determinação, história e materialidade*¹⁷¹, a autora reafirma a recriação constante das expropriações pelo capital: “A expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista.” (FONTES, 2010, p.23)

O tema das expropriações, com frequência é relegado à condição de algo prévio ao pleno capitalismo, é creditado à uma “acumulação primitiva” que legitimaria a concentração

¹⁷¹ Ver FONTES, Virgínia. Determinação, história e materialidade. *Trabalho, Educação e Saúde*, n. 7 (2), citação referente a trecho à pág. 217, 2009.

da riqueza social. Entretanto, Marx demonstra que o processo expropriador é condição da existência do capital e aprofunda-se e generaliza-se com a sua expansão.

Focamos nossa atenção nesta compreensão porque percebemos como um avanço teórico-político da utilização do conceito de *expropriações secundárias*, na análise da realidade social de amplos contingentes da superpopulação relativa, muitos dos quais erroneamente denominados “excluídos”, sua capacidade de provocar questionamentos acerca de quaisquer iniciativas e políticas, *pseudosoluções inclusivas*, que não questionem a lógica do capital.

Abranger praticamente todas as dimensões da vida é uma característica contemporânea da expropriação que, sob variados aspectos, incide sobre um conjunto de direitos - demarcados pelos costumes, tradicionais, históricos, e abrange transformações profundas na cultura, na ideologia e na política.

Esse contingente de trabalhadores expropriados e, portanto, disponibilizados para o mercado, deparam-se com novas barreiras físicas, sociais e culturais através da segregação espacial, discriminações e opressões de vários matizes – dos quais, muitas vezes buscam escapar através de imigração - e expressam de forma crua as profundas contradições desse processo de expropriação.

Considerar as manifestações dessa superpopulação relativa como fenômenos segmentados e repletos de especificidades tão variadas quanto variadas são as matizes das discriminações e opressões dirigidas a esse contingente populacional e agrupá-las artificialmente sob a terminologia de “excluídos”, em nada contribui para compreender as causas estruturais de sua existência. Assim como não contribui também para esclarecer que as variadas formas de segregação, estigmatização e representações sociais negativistas em relação aos trabalhadores disponibilizados pelas expropriações são, em última instância, formas de estratégias de concorrência criada pelo capital entre os assalariados, face o número insuficientemente crônico de empregos existentes.

As expropriações secundárias, enquanto causa fundamental dos vários efeitos identificados, por muitos autores, como “exclusão social”, constituem um fenômeno permanente e necessário para a expansão e acumulação do capital e nesse sentido não pode ser superada pelo próprio capitalismo. No mesmo sentido, os trabalhadores que, disponibilizados pelas expropriações, sofrem os mais diversos tipos de discriminação e segregação e são alvos de representações negativistas por parte da sociedade, não podem, também, ser descartados pelo capital.

É bastante generalizada a idéia de que um contingente cada vez maior de desapropriados pelo capital e disponibilizados para o mercado podem se tornar uma ameaça à coesão social. Coesão social que, confundida com apassivamento dos conflitos de classe, tem sustentado politicamente a produção das expropriações, das desigualdades e das estigmatizações. Essa ameaça latente impulsiona, certamente, a formulação de uma quase infinita miríade de iniciativas, programas e políticas públicas inclusivas que verificamos em curso no Brasil e que, efetivamente, contribuem para a hegemonia da classe burguesa.

O conceito de expropriações secundárias como instrumental de análise das situações de existência da superpopulação relativa desloca a reflexão para uma abordagem que instiga e possibilita a apreensão das contradições da realidade de forma que possa ser levado em consideração um conjunto maior de suas determinações.

Ignorar que as expropriações fazem parte inerente do movimento expansivo do capital sustentado pelo Estado e manter-se na superficialidade da noção de *exclusão social* colabora para uma compreensão da situação como inusitada, como um desvio do capitalismo, e traz em si mesma o pressuposto de reformas e políticas que recolorem o capitalismo no eixo correto.

Em direção contrária à difusão desta ilusão, Fontes nos auxilia na identificação de algumas das vicissitudes da dinâmica perversa e socialmente dramática do capital – novas características das expropriações:

A extração de mais-valor, voltada para valorizar tais massas crescentes de recursos concentrados, sob uma propriedade “abstrata”, associa trabalhadores em condições as mais diversas, desde a mais alta ciência até o trabalho infantil e/ou compulsório em condições degradantes, dos megaconglomerados a máfias diversas, ocorrendo em pontos diversos do planeta ou na mesma cidade, elos da mesma produção de mais-valor para o capital, mas totalmente segmentados. (FONTES, 2010, p.74)

Alçar o olhar para a situação mundial e compreendê-la em relação dialética com a situação brasileira é também uma prática teórico-política que está no cerne do método materialista-histórico, e Fontes nos oferece essa possibilidade ao apresentar os movimentos expropriatórios do capital-imperialista em outras partes do mundo:

Aguçam-se também outras contradições, uma vez que se estendem as expropriações primárias nos países retardatários (em especial, na Índia e na China) ao lado da intensificação brutal de expropriações secundárias nos países centrais. (FONTES, 2010, p.361)

Ainda sobre a situação mundial, Fontes chama a atenção para a atuação dos governos europeus face à crise internacional capitalista de 2008, que ao desdobrar-se, em 2010, incide

violentamente sobre a Europa. Os governos atuam prioritariamente de duas formas – sustentando bancos e empresas e desmantelando direitos históricos conquistados pelas classes trabalhadoras:

... de um lado, a utilização de formidáveis recursos públicos para impedir a quebra de bancos e empresas e, de outro, o prosseguimento das expropriações secundárias, incidindo de maneira aguda principalmente sobre os países europeus (incluindo França e Alemanha), com novos pacotes governamentais atualmente em tramitação voltados para o corte de gastos públicos, envolvendo redução de pessoal, diminuição de salários, recuo nos serviços sociais e elevação de idade para aposentadorias. (FONTES, 2010, p.360)

O Estado brasileiro, além de uma atuação direta de fomento empresarial, atua liderando expropriações que certamente sustentam a direção proposta por novos e numerosos aparelhos privados de hegemonia empresariais, disseminados no Brasil nas últimas décadas, no sentido de construir e sedimentar relações de trabalho, e de modo geral, uma nova sociabilidade, que formem um exército disciplinado de trabalhadores – sem direitos e sem identidade de classe.

As contrarreformas do Estado que tiveram curso no Brasil, as privatizações, o desmonte físico e institucional da organização dos trabalhadores, programas sociais *sob forma privatizada e antiuniversal* são processos que prosseguem e se aprofundam sob os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e contribuem “ativamente para a destruição interna das lutas socializantes, ao tempo em que assegura a adequação social e formidáveis recursos ao capitalimperialismo no Brasil, sob o formato democrático da violência coraçada de convencimento.” (FONTES, 2010, p.296)

O Estado, no capitalismo monopolista, tem na reprodução ampliada da força de trabalho um campo prioritário de ação, desenvolvendo mecanismos – jurídicos, ideológicos e repressivos - de controle da força de trabalho, o que implica também no controle do preço da força de trabalho, de forma a garantir ao capital as taxas de exploração e o aumento da taxa de lucro.

A força de trabalho, sob o sistema do capital, quer esteja ou não inserida diretamente na produção, torna-se uma fonte de mais valia para a burguesia e para isto concorre grandemente a ação do Estado e suas políticas inclusivas.

As políticas sociais implementadas pelo Estado, na linha do combate à pobreza e/ou voltadas para a “inclusão social”, onde se incluem as tecnologias sociais, existem assentadas

não só na ausência de garantia como também na constante perda de direitos adquiridos pela classe trabalhadora.

Sob o sistema do capital, a perspectiva das classes trabalhadoras é estar incluída no processo produtivo, é vender a sua força de trabalho. Pela própria dinâmica das expropriações produzidas pelas necessidades do capital, cada vez mais e com maior magnitude essa possibilidade lhe é negada.

Face a essa disponibilização cada vez maior da força de trabalho e sem a alternativa de superar o processo de acumulação e reprodução do capital, as classes dominantes apostam em políticas inclusivas como forma de lidar com os efeitos desse processo. Políticas que abordam de forma focalizada e paliativa as graves e dramáticas conseqüências que recaem pesadamente sobre a classe trabalhadora.

Como procuramos demonstrar neste estudo, as tecnologias sociais ocupam um lugar de destaque no esforço mais geral para ampliar as fontes de mais valia para as classes dominantes e para obter o consentimento das classes sociais, em especial o consentimento e a subjugação da classe trabalhadora.

CONCLUSÕES

A reestruturação do aparelho estatal iniciada no país na década de 90 e aprofundada nas décadas seguintes afiança um projeto de desenvolvimento em que a atuação do Estado, de forma absolutamente indissociável dos interesses e necessidades do capital, é complementar ao mercado na condução da economia. A “participação social” configura-se, nesse contexto histórico, como uma falsa prerrogativa de controle pelos cidadãos das ações estatais.

Os documentos e os discursos oficiais primam por aliar o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social. Assim, a temática do “desenvolvimento social” migra do campo social também para o campo da ciência e tecnologia e influencia, e mesmo, embasa o contexto onde germina a “tecnologia social”.

A partir dos anos 2000, desenvolvimento social confunde-se com o “combate à fome e à pobreza absoluta¹⁷²”, bandeira assumida pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002 e, doravante, foco da perspectiva de desenvolvimento social restrito a políticas compensatórias.

A “participação social” é outro aspecto que, incorporado ao lema do desenvolvimento social, substitui o elemento segurança no binômio *desenvolvimento x segurança* que até então prevalecia. Adquire longevidade e representa elemento crucial e estratégico de dominação e construção de hegemonia das classes dominantes: o frenesi da formalização de conselhos, fóruns e conferências toma conta de todas as áreas, inclusive da ciência e tecnologia.

A política econômica segue o rumo de fortalecer a capacidade exportadora do país - entendida como símbolo de sucesso, e se faz acompanhar da mística da participação e do desenvolvimento social. Ao governo, é possível identificar fragilidades e reconhecer dificuldades na política macroeconômica, entretanto, passa longe de questionar a situação de dependência da economia brasileira. Ao contrário, a direção se solidifica no rumo de um esforço maior na inovação tecnológica, visando aumento da competitividade e adequação das exportações à dinâmica do mercado internacional.

A inovação tecnológica é posta no centro da política brasileira de ciência e tecnologia, como base para o aumento da competitividade e principal motor do desenvolvimento. Assumida pelo Governo FHC e incensada pelos governos petistas, a inovação tecnológica

¹⁷² Um jogo de palavras é difundido na mídia de forma bastante confusa: pobreza, pobreza relativa, pobreza absoluta, miséria, vulnerabilidade, exclusão social, etc., etc. Oficialmente, uma renda acima de R\$ 70,00 tira a pessoa da classificação de pobreza absoluta.

torna-se um mantra do discurso único oficial e se espalha, além do campo econômico-político, para as áreas sociais e culturais.

Cabe observar que a política de ciência, tecnologia e inovação ao ser implementada é matizada pela influência de instituições, como o Banco Mundial, que consideram mais recomendável, para os *países em desenvolvimento*, a adoção de tecnologias já produzidas pelos países de maior desenvolvimento capitalista.

Nesse processo histórico, a ação estatal assume uma importância preponderante na reestruturação e gestão do aparelho de Estado – vinculado às organizações da sociedade civil, na instituição de marcos regulatórios e na implementação das políticas econômicas e sociais e nas iniciativas de financiamento e ações de fomento, incentivo e subvenção, tecnológica, em especial destinadas às empresas.

A assimetria dos resultados alcançados pelas políticas neoliberais no Brasil nos possibilita verificar a correspondência existente entre inovação tecnológica e aumento da competitividade empresarial de um lado, e do outro, a intensificação da exploração e superexploração e aumento da fome e da pobreza nas classes trabalhadoras.

No bojo da *participação social* apregoada enquanto elemento fundamental das políticas públicas, órgãos e instâncias do aparelho de Estado, contando com a colaboração de organizações da sociedade civil, articulam um movimento autodenominado Movimento da Tecnologia Social. Compreender o significado dinâmico Desse movimento passa necessariamente por mapear suas expressões na sociedade brasileira e identificar sua imbricação com o aparelho de Estado e a magnitude de sua configuração social.

A construção no aparelho de Estado de um arcabouço de “participação social” e a formalização de parcerias público-privadas, proposições referenciadas na Reforma do Estado, de 1995, perpassa o conjunto das políticas públicas, e é estratégia também na área de ciência e tecnologia.

Nesse sentido, o Movimento da Tecnologia Social volta-se para buscar a participação do chamado “terceiro setor”. Destaca-se nesse percurso a atuação do Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil), visando estabelecer pontes entre o aparelho de Estado e outras organizações da sociedade civil – expressa claramente nos documentos das Conferências Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Esse Movimento, com seus objetivos e proposições políticas, atravessa confortavelmente a troca de partido político no Governo e, em 2005, no Governo Lula, com a criação da Rede de Tecnologia Social, se vê estruturado e institucionalizado como parceiro chave nos programas e ações governamentais.

A expressividade e capilaridade sócio-política da Rede de Tecnologia Social podem ser percebidas pela participação de inúmeros ministérios, órgãos governamentais e um grupo de organizações da sociedade civil, estruturadas em forma de rede, que agregam centenas de organizações populares e pela utilização de instrumentos, meios e formas diversos, como sites, blogs, boletins eletrônicos, base de dados (bancos de tecnologias sociais), encontros, feiras, mostras, seminários e conferências nacionais e internacionais.

A Rede de Tecnologia Social polariza um movimento que, mais do que uma expressão de caminhos e alternativas tecnológicas para os problemas sociais, expressa a direção política da inclusão social, enquanto ação política das classes dominantes para a construção de uma nova sociabilidade, baseada no discurso único, no consenso e na cooperação de “todos” - uma ideologia que difunde como realidade a inexistência das classes sociais e de seus conflitos, resistências e lutas.

Para os órgãos governamentais, a terminologia para designar as “tecnologias sociais” é utilizada de forma indiscriminada: “tecnologias sustentáveis”, “tecnologias inovadoras”, “tecnologias verdes”, “tecnologias emergentes”, “tecnologias sociais”, “tecnologias para inclusão social”, mostrando como, para os setores dominantes não há polêmica em relação à terminologia nem esforço em explicitar conceitos. Da mesma maneira indiscriminada e diluidora, agrupam como tecnologias sociais iniciativas de empresas públicas e privadas e experiências de luta e organização das classes trabalhadoras e populares, com direcionalidades e intencionalidades contraditórias e opostas. Assim, numa estratégia para esvaziar as lutas dos trabalhadores de seu sentido histórico, político e de questionamento das políticas públicas, apresentam de forma pasteurizada processos sócio-políticos absolutamente distintos e ignoram o lastro de luta e organização existente no bojo de criação e aprimoramento de algumas das chamadas “tecnologias sociais”.

Encontramos, contrapostos à atuação do aparato estatal no campo das tecnologias sociais, exemplos de resistência e lutas das classes trabalhadoras. Focalizamos a experiência dos trabalhadores rurais do semi-árido, organizados na Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA). Os exemplos dessas organizações que lutam por melhoria nas condições de vida dos trabalhadores e suas famílias permitem-nos compreender que o processo de construção da hegemonia das classes burguesas não se dá sem atritos, sem conflitos e sem profundas contradições.

Face às resistências e lutas dos trabalhadores e suas famílias, o aparato político-jurídico do Estado formula e aplica preceitos legais para criminalizar os trabalhadores e fazer valer os valores que defendem os interesses das classes dominantes. Interesses que são

defendidos também com o uso da força policial e militar, impondo a ordem e garantindo o ambiente de colaboração propício ao desenvolvimento dos negócios da burguesia.

No Brasil atual, a despeito das contradições internas do processo de expansão e acumulação do capital e das resistências e lutas que se estabelecem entre as classes em disputa, as classes dominantes atuam, de forma cada vez mais sistêmica, para garantir sua hegemonia, objetivando determinar a unidade dos seus objetivos econômicos e políticos.

É através do Estado, enquanto conjunto de relações complexas, capilarizadas, organizadas em rede, que se efetiva o compromisso entre os interesses das classes dominantes e os interesses das classes dominadas, que se expressa a hegemonia e o sistema-capital.

Com o objetivo de conformar a moralidade das classes trabalhadoras às necessidades do capital, o poder exercido pelas classes dominantes utiliza-se não somente dos instrumentos de coerção e violência, mas também de uma filosofia, moral e sociabilidade que sedimentam o reconhecimento de sua dominação.

No estudo que empreendemos acerca das tecnologias sociais, podemos reconhecer também nesse campo as estratégias de uma *nova pedagogia da hegemonia*, postas em prática pelas classes dominantes e absolutamente entranhadas na sociedade civil. Trata-se de uma estratégia da burguesia neoliberal de obtenção do consenso - que não abre mão de ações explicitamente coercitivas quando as considera necessárias, mas que revitaliza o papel de educador do Estado no sentido de provocar mudanças nas formas de sociabilidade que mais se coadunem com as necessidades de acumulação e expansão do capital.

As políticas sociais, assentadas não só na ausência de garantia como também na constante perda de direitos adquiridos pela classe trabalhadora, contribuem para a expansão dessas estratégias e assumem, na contemporaneidade, enquanto proposição fundamental a diretividade da inclusão social, dirigindo-se, de forma focalizada, fragmentada e localizada, para o conjunto de segmentos expropriados, explorados, discriminados e oprimidos – doravante denominados “excluídos”.

A diretriz da inclusão social espalha-se de forma abrangente para o conjunto de órgãos do aparelho de Estado, em todos os níveis, para as instituições acadêmicas e para os movimentos sociais que agregam a classe trabalhadora.

Na área da ciência e tecnologia, a tarefa é outorgada à Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e Inclusão Social (Secis) que, como vimos, está focada na execução dos projetos aprovados, em sua maioria dependente das emendas parlamentares e não da iniciativa da própria secretaria.

No quadro geral orçamentário do MCT&I, procuramos analisar a inserção das linhas de ação voltadas para a inclusão e o desenvolvimento social e verificamos a enorme defasagem na magnitude dos recursos aplicados neste eixo em comparação com os recursos aplicados nos outros eixos – eixos das “necessidades nacionais” localizado no âmbito empresarial. Como exemplo, temos a aplicação de mais de um bilhão de reais numa ação vinculada à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e dez vezes menos recurso disponibilizado para a principal ação (inclusão digital) voltada para a inclusão e o desenvolvimento social.¹⁷³

As ações de Inclusão Digital, inseridas no mesmo Eixo Estratégico que abriga as Tecnologias Sociais, implicam em investimentos em tecnologias que, em grande parte, são produzidas e desenvolvidas nos países de capitalismo avançado, contribuindo assim para a manutenção da dinâmica da dependência financeira e tecnológica do Brasil.

A noção de exclusão que está na base da proposição de políticas inclusivas, permite a inserção de Tecnologias Sociais, Tecnologias Digitais (TICs) e Tecnologias Assistivas no mesmo eixo da PCT&I voltado para o desenvolvimento social.

O termo exclusão social é questionado por diversos autores não apenas em relação à sua envergadura conceitual como também em relação ao seu amplo uso genérico e indiscriminado. Alguns autores, de forma exclusiva ou simultânea, enveredam pela similitude encontrada entre exclusão social e pobreza, assentam sua compreensão do termo na possibilidade de exercício de uma cidadania plena, alinham-se na proposição do termo enquanto um novo paradigma ou uma nova questão social – que exclui o referencial da existência das classes sociais, suas lutas e conflitos. Destaca-se, em alguns desses trabalhos, a principalidade dada ao método em detrimento do aprofundamento teórico e da compreensão da totalidade maior na qual os fenômenos abordados se manifestam.

Uma idéia que reforça a lógica dualista e imprime urgência às políticas de inclusão é considerar que os chamados excluídos formam um contingente fora do mundo da produção capitalista e, portanto, desnecessário à economia capitalista - o que, aliado ao acirramento das segregações e estigmatizações, conduziria a uma situação passível de eliminação.

As transformações recentes no sistema capitalista, em especial, a reestruturação produtiva expandiu novas formas e aprofundou a precarização do trabalho e além disso, trouxe aumento do desemprego crônico. A *flexibilização* e demais aspectos das transformações que ocorrem no mundo produtivo, suscita idéias sobre o fim da centralidade

¹⁷³ Ver Tabela 1, deste estudo.

do trabalho, a perda de importância da classe trabalhadora, o fim da luta de classes. Idéias que contribuem para corroborar a possibilidade de eliminação de contingentes “desnecessários” de trabalhadores e para difundir uma perspectiva de perenidade do capital e de aceitação incondicional de sua sociabilidade.

Esse contingente populacional, inserido na produção capitalista de formas diversas e extremamente precárias – no trabalho informal, no circuito produtivo subterrâneo, no trabalho realizado na ilegalidade - sustenta diferentes relações de superexploração e promove a reprodução e expansão do capital. Assim, a possibilidade de considerá-la supérflua e desnecessária só pode referir-se ao ciclo produtivo capitalista que funciona sob uma sociabilidade formal, legalizada.

Esse contingente está efetivamente incluído no exército de reserva, enquanto manifestação estagnada e, não só contribui para a acumulação do capital como também encerra a potencialidade de constituir-se sujeito de contestação do controle sociometabólico do capital.

A força de trabalho, sob o sistema do capital, quer esteja ou não inserida diretamente na produção, torna-se uma fonte de mais valia para a burguesia e para isto concorre grandemente a ação do Estado e suas políticas inclusivas.

Mesmo considerando o esforço realizado por alguns autores, que buscam estabelecer uma base crítica de compreensão e inscrição do termo em formulações históricas e conceitualmente mais abrangentes, inclusive marxistas, recusamos o uso do termo que carrega em si uma perspectiva dualista.

Compreendemos que exclusão social não é conceito, não constitui novo paradigma e nem mesmo uma nova questão social, nomeia efetivamente, a impressão que temos ao nos depararmos com formas fenomênicas vastas e repetitivas que expressam efeitos das expropriações secundárias, cada vez mais intensas e destrutivas produzidas e reproduzidas, num circularidade perversa, pelo movimento do capital, sustentado pelo aparato estatal – vital enquanto “*comando político do capital.*”¹⁷⁴

Indicamos a categoria de base marxista “expropriações secundárias”, cunhada por Fontes, em seu estudo sobre o capital-imperialismo, como uma ferramenta mais consistente e apropriada para investigações dos fenômenos sociais abarcados pelo termo exclusão. É um conceito que permite uma compreensão mais rica da realidade exatamente por possibilitar uma articulação das determinações fundamentais que incidem sobre a totalidade social.

¹⁷⁴ *Expressão utilizada por Sérgio Lessa em “Beyond Capital: Estado e Capital”, publicado em Serviço Social e Sociedade, v. 56, Ed. Cortez, São Paulo, 1998- onde discute o livro de Mészáros, “Beyond Capital”.*

Consideramos que está aberto o desafio analítico-teórico para o seu necessário aprofundamento, dado sua capacidade de questionar a lógica de reprodução e acumulação do capital e as falsas saídas políticas inclusivas.

Com base nessas reflexões, concluímos que o Movimento da Tecnologia Social, sustenta sua direção enquanto política inclusiva nas expropriações secundárias em curso no país e, assim, contribui de forma significativa para o fortalecimento de uma hegemonia burguesa. Compreendemos que este é também um campo em disputa, um espaço onde acontecem as resistências e lutas das classes trabalhadoras e onde também existe a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia ao domínio burguês – para a qual esperamos ter trazido alguma contribuição.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS et al. Declaração das ONGs: Ciência e Tecnologia com Inclusão Social – muito fizemos entre uma conferência e outra.../3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. São Paulo: ITS Brasil, 2005.

ALMEIDA, Vicente. Impasses e desafios para a pesquisa agropecuária. 2011. Acessado em www.mst.org.br, em 10/10/2011.

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Ed. Praxis, 2007.

ALVES, Hayda e ESCOREL, Sarah. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Physis Revista de Saúde Coletiva, v. 22, nº 1, 2012.

ALVES, J. A. Lindgren. A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e os paradoxos de Copenhague. Brasília: IBRI, Revista Brasileira de Política Internacional, v. 40, nº 1, 1997.

ANTUNES, Ricardo. Quem é a classe trabalhadora de hoje? Entrevista com Ricardo Antunes realizada pela Revista Debate Sindical, 2009. Acessado em <http://www.sasp.org.br/>, em 08/11/2012.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Processos decisórios em Política Científica, Tecnológica e de Inovação no Brasil: análise crítica. Nota Técnica. São Paulo: CGEE/MC&TI, 2010.

BANCO MUNDIAL. Conhecimento e Inovação para a Competitividade. Tradução Confederação Nacional da Indústria. Brasília: CNI, 2008. Acessado em <http://web.worldbank.org>, em 12/04/2011

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. São Paulo: ANPOCS, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.23, nº 67, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010. Acessado em <http://www.camara.gov.br/>, em 12/10/2012.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) / Secretaria da Reforma do Estado. Organizações sociais. Brasília: MARE, Cadernos MARE da Reforma do Estado, v. 2, 1997.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília: Imprensa Nacional, 1995.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional: Investir e inovar para crescer. Plano de Ação 2007-2010, Brasília: MCT, 2007.

_____. Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: MCT/ Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Livro Branco: ciência, tecnologia e inovação. Brasília: MCT, 2002.

_____. BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Portaria MCT nº 403, de 16.08.2004. Brasília: MCT, 2004.

_____. Portaria MCT nº 602, de 28.08.2003. Brasília: MCT, 2003.

_____. Portaria MCT nº 705, de 31.10.2002. Brasília: MCT, 2002.

_____. Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília: MCT, 2000.

_____. 3ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação: síntese das conclusões e recomendações. Brasília: MCT/CGEE, 2006.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia/Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2010. Brasília: MCT/Secis, 2011.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015: Balanço das Atividades Estruturantes, Brasília: MCT&I, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (MDIC). Plano Brasil Maior – 2011/2014: Inovar para competir. Competir para crescer: Texto de Referência. Brasília, MDIC, [2011].

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Brasília: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos/MP, 2011.

BRASIL. Portaria Interministerial MP/MF/MCT N° 127, DE 29 DE MAIO DE 2008. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto n° 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Acessado em www.fnnde.gov.br, em 12/10/2012.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom)/ Secretaria de Gestão, Controle e Normas/ Diretoria de Normas. Nota Técnica N° 0144/2007/DINOR/SGCN/SECOM-PR, Brasília, 2007.

BRESSER PEREIRA, L. C.. A Reforma do Estado nos Anos 1990: Lógica e Mecanismos de Controle. São Paulo: CEDE, Lua Nova - Revista de Cultura e Política, n° 45, 1998.

CARCANHOLO, Marcelo Dias e AMARAL, Marisa Silva. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. Paraná: Editora UFPR, Revista de Economia, v. 34, n° especial, 2008.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização. Rio de Janeiro: UNESCO, 2005. Acessado em www.clacso.org.ar/biblioteca, em 10/09/2012.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira e COSTA, Bruno Lazarotti Diniz. Exclusão Social e Políticas Públicas: Algumas Reflexões a Partir das Experiências Descritas no Programa Gestão Pública e Cidadania. FGV, Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v.28, 2003. Acessado em <ftp://ftp.lna.br>, em 02/03/2012.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. A Doença como Projeto: Uma contribuição à análise de formas de afiliações e desafiliações sociais. in SAWAIA, Bader (org.). As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

CARVALHO, Horacio Martins de. Embrapa, o acordo com a Monsanto e a privatização da “neutralidade científica”. 2010. Acessado em www.mst.org.br, 10/11/2011.

_____. Tecnologia socialmente apropriada: muito além da questão semântica. Londrina: Fundação Instituto Agrônomo do Paraná/IAPAR, 1982. Acessado em <http://coptec.org.br>, em 10/11/2011.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: Diálogo entre experiências internacionais e brasileiras -Seminário Internacional. Brasília: CGEE, 2008.

_____. Revista Parcerias Estratégicas, n° 20, Edição especial, CGEE, Brasília, 2005.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Relatório de Auditoria Anual de Contas - Auditoria de Gestão da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - Secis. Brasília, 2010. Acessado em <https://app.cgu.gov.br/>, em 03/10/2012.

DAGNINO, Renato. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. In DAGNINO, Renato (org). Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: IG/Unicamp, 2009.

DAGNINO, Renato (org.). Caderno de Textos Para Discussão. Seminário Tecnologia para a Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. Rio de Janeiro, 2008. Acessado em <http://ieham.org>, em 05/06/2011.

_____. Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: IG/Unicamp, 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Desenvolvimento, Inovação e os Trabalhadores - Subsídios para a Participação do Movimento Sindical na 4a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação. Nota Técnica, nº 38, DIEESE, 2010.

FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Desemprego, exército de reserva, emprego formal-informal: rediscutindo categorias. Porto Alegre: UFRS, Tese, f275, 2010.

FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias. (orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (Finep). Relatório da Gestão da Finep 2003-2006. Rio de Janeiro: Finep, 2007.

FONSECA, Rodrigo R.. Política Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento Social: Uma Análise do Caso Brasileiro. f.357. Tese Campinas: Instituto de Geociências/Unicamp, 2009.

FONTES, Virgínia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In LIMA, Júlio e NEVES, Lúcia (org). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2006

_____. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. O imperialismo tardio – expropriações, trabalho, política e cultura. [2007] Acessado em <http://pcb.org.br>, em 18/10/2012.

_____. Pobreza, exclusão e democracia - elementos para reflexão. Primer Congreso Internacional "Pobres y Pobreza en la Sociedad Argentina", Centro de Estudios e Inv. Laborales/Universidad Nacional de Quilmes/Argentina. Equipo NAYa, 1997. Acessado em <http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/quilmes/P2/46.htm>, em 17/10/2012.

_____. Reflexões Im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

_____. Sobre a Exclusão: Alguns Desafios Contemporâneos. Salvador: UFBA, Cad. CRH, n.23, 1995. Acesso de www.cadernocrh.ufba.br, em 08/11/2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Exclusão e/ou Desigualdade Social? Questões teóricas e político-práticas. Pelotas: FaE/PPGE/UFPel, Cadernos de Educação, nº 37, 2010. Acessado em <http://periodicos.ufpel.edu.br>, em 17/10/2012.

GROS, Denise B.. Organizações empresariais e ação política no Brasil a partir dos anos 80. Civitas, v. 3, nº 2, 2003.

GRUPO DE TRABALHO “TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL”/Comissão do Governo de Transição FHC/Lula. Proposta de Criação da Secretaria de Tecnologia para o Desenvolvimento Social e criação de um Fundo Extraordinário para CT&I para Ações Emergenciais, Sobretudo de Natureza Social (combate à fome, analfabetismo e dengue). Comissão de Transição Governo FHC/Lula, Brasília, 2002. Acessado em ww.ctids.org.br, em 03/04/2012.

GRYNZPAN, Flavio. O investimento privado em P&D pela indústria de transformação no Brasil em CGEE. Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação; Diálogo entre experiências internacionais e brasileiras -Seminário Internacional. Brasília: CGEE, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (org). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito. São Paulo: Ícone, 1997.

HORTA, Carlos Roberto. Tecnologia social: um conceito em construção. Belo Horizonte: UFMG, Diversa: Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Ano 5, Nº 10, 2006.

IASI, Mauro Luis. Trabalho: emancipação e estranhamento? In LOURENÇO, Edvânia A. de S. et all (orgs.). Averso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo, Ed. Expressão Popular/FAPESP, 2010.

ITS BRASIL. Caderno “1º Seminário Nacional Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento da CT&I”. São Paulo: ITS Brasil, 2002.

_____. Caderno “2º Seminário Nacional Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento da CT&I”. São Paulo: ITS Brasil, 2003.

KATZ, Claudio. América Latina: socialismo ou neo-desenvolvimentismo. Buenos Aires, 2006. Acessado em: <http://katz.lahaine.org>, em 04/11/2011.

_____. Discusiones Marxistas sobre tecnología, Teoría, Razón y Revolución nº 3 (reedición electrónica), 1997.

_____. La concepcion marxista del cambio tecnologico, Buenos Aires, Revista Buenos Aires, Pensamiento Económico, nº 1, 1996.

_____. La tecnologia como fuerza productiva social: implicâncias de uma caracterización. México, Quipú - Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología, vol 12, nº 3, 1999.

LESSA, Sérgio. *Beyond Capital: Estado e Capital*. São Paulo, Ed. Cortez, Serviço Social e Sociedade, v. 56, 1998.

KLIKSBERG, Bernardo. Repensando o Estado para o Desenvolvimento Social: superando dogmas e convencionalismos. São Paulo: Ed. Cortez/Unesco, Coleção Questões da nossa época, v. 64, 1998.

LEAL, Giuliana Franco. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú: ABEP, 2004. Acessado em www.abep.nepo.unicamp.br, em 18/12/2012.

LIMA, Márcia Maria Tait, DAGNINO, Renato Peixoto e FONSECA, Rodrigo. Um enfoque tecnológico para inclusão social. Belo Horizonte: UEMG, Perspectivas em Políticas Públicas, vol. 1, nº 2, 2008.

LOBO, Thereza. Comunidade solidária: estratégia para desenvolvimento social. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Acessado em <http://unpan1.un.org/>, em 12/06/2012.

MARQUES, Marília B. Gestão, planejamento e avaliação de políticas de ciência e tecnologia: hora de rever? Rio de Janeiro: ABRASCO, Ciência & Saúde Coletiva, v. 4, nº 2, 1999.

MARTINS, André S. A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. Ideologia e Exclusão Social. Entrevista. Jornal Folha de São Paulo, de 15/09/2002. Acessada em www.cefetsp.br, em 10/01/2013.

MARX, Karl. Uma Contribuição para a Crítica da Economia Política – 1859. s/data, Acessado em www.dominiopublico.gov.br, em 02/10/2011.

MONTAÑO, Carlos. Entrevista com Carlos Montão, Rio de Janeiro: UERJ, Revista Contraponto, 2007. Acessado em www.uerj.br, em 10/08/2012.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do, "Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários". Cadernos CRH, 1994.

NEDER, Ricardo T.. Direitos de propriedade comum das tecnologias sociais como ambiente de inovação social. (Termo de referência para um marco regulatório). Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ Centro de Desenvolvimento Social/ UnB, Cadernos de Pesquisa e Extensão/Primeira Versão, Ano 2, nº 2, Série monografias seriadas sobre tecnologia, inovação social e sustentabilidade, 2009.

NEVES, Lúcia M.W. (org.) A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia M. W e PRONKO, Marcela A. O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.

_____. A atualidade das idéias de Nicos Poulantzas no entendimento das políticas sociais no século XXI. Londrina: MHTLE/HISTEDBR/LEPEL, Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate v. 2, nº 1, 2010. Acessado em www.uel.br, em 10/10/2011.

NUN, José. O futuro do emprego e a tese da massa marginal. São Paulo, Novos Estudos, nº 56, 2000. Acessado em <http://www.novosestudos.com.br>, em 01/01/2013.

OBSERVATÓRIO DO MOVIMENTO PELA TECNOLOGIA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA/CDS/UnB. Carta Transparência. Brasília: CDS/UnB, 2009.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Marx e a Exclusão. Pelotas: Ed. Seiva, 2004.

OLIVEIRA, Luciano, "Os excluídos 'existem'? Notas sobre a elaboração de um novo conceito". São Paulo: ANPOCS, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n.33, 1997. Acessado em <http://www.anpocs.org.br>, em 12/12/2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)/CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Declaração e Programa de Ação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, Copenhague, 1995. Acessado em <http://www.direitoshumanos.usp.br/> em 17/02/2012.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. in FERREIRA e outros (org.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAUGAM, Serge. L'exclusion, l'état des savoir. Conférence à l'Université de Mons-Hainaut/Faculté de Psychologie et des et Science de l'Education, Du 13/12/1996. Acessado em <http://users.swing.be/creas/pdf/7Paugamsitecreas.pdf>, em 12/01/2013.

PEREIRA, João M.M.. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do "combate à pobreza". Rio de Janeiro: UFRJ, Topoi, v. 11, nº 21, 2010.

POCHMANN, Marcio. Proteção Social na Periferia do Capitalismo: considerações sobre o Brasil. São Paulo: SEADE/SEC.PLAN.DES.REG-SP, Revista São Paulo em Perspectiva, v. 18, nº 2, 2004. Acessado em www.sead.gov.br, em 10/03/2012.

POPAY, Jennie. Relatório Final da Comissão da OMS sobre Determinantes Sociais da Saúde da Rede de Conhecimento da Exclusão Social, 2008. Acessado em <http://dds-dispositivoglobal.ops.org.ar>, em 20/10/2012.

PRADO. Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebele), Comunicação&Política, v.29, nº2, 2011.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS). Relatório de 6 anos da RTS - Abril de 2005 a Maio de 2011. Brasília: RTS, 2011.

REIS, Alcenir Soares et all. Informação, Memória e Tecnologia Social nas Atividades de Extensão da UFMG. Anais do 8º Encontro de Extensão da UFMG, SIEXBRASIL, Belo Horizonte, 2005. Acessado em www.ufmg.br, em 12/11/2011.

REZENDE, Sergio Machado. Evolução da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e dos seus instrumentos de apoio. In BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: síntese das conclusões e recomendações. Brasília: MCT/CGEE, 2006.

SANTOS, Tania Steren dos. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. Porto Alegre, Sociologias, ano 3, nº 6, 2001.

SAWAIA, B. (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. Acessado em <http://psicoml.files.wordpress.com>, em 14/12/2012.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In SAWAIA, B.. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. Acessado em <http://psicoml.files.wordpress.com>, em 14/12/2012.

SCHWARTZMAN, Simon (coord). Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma nova política para um mundo global. São Paulo: FGV, 1993.

SENNES, Ricardo. Inovação no Brasil: políticas públicas e estratégias empresariais. Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2009. Acessado em www.wilsoncenter.org, em 12/04/2011.

SILVA, Frederico Barbosa, JACCOUD, Luciana e BEGHIN, Nathalie. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. Rio de Janeiro: IPEA, Revista Desafios IPEA, s/d. Acessado em www.ipea.gov.br, em 10/06/2012.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. Seminário Exclusão Social/PUC/SP/23/04/98. Acessado em www.seuvizinhoestrageiro.ufba.br, em 12/11/2012.

SPOSATI, Aldaíza et. al. Mapa da exclusão social da cidade de São Paulo – 2000: Dinâmica social dos anos 90. Disponível em www.dpi.inpe.br Acessado em 14/12/2012.

SUASSUNA, João. As águas do Nordeste e o Projeto de Transposição do Rio São Francisco in Rio São Francisco: transposição, degradação ambiental e alternativas. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, Cadernos do CEAS, nº 227, 2007.

TONET, Ivo. Cidadania ou emancipação humana? Acessado em <http://www.ivotonet.xpg.com.br>, em 11/07/2011.

_____. Do conceito de sociedade civil. Acessado em <http://www.ivotonet.xpg.com.br>, em 31/05/2011.

_____. Qual marxismo? Acessado em <http://www.ivotonet.xpg.com.br>, em 30/10/2011.

TRINDADE, Alice Coutinho, VARGAS, Luiz Américo Araújo e LEHER, Roberto. Criminalizar para Desorganizar e Pisotear as Conquistas Sociais da Constituição de 1988. 2008. Acessado em www.lpp-buenosaires.net, em 10/11/2012.

UDERMAN, Simone e ROCHA, Glauter. Convergência de políticas públicas: uma metodologia para a construção de agendas de ações de CT&I para inclusão social. Parcerias Estratégicas, v. 14, nº 29, Brasília: CEEG, 2009.

VERAS, Maura Pardini Bicudo. Exclusão Social - Um Problema de 500 Anos: Notas preliminares In SAWAIA, B. (org). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

VIANA, Nildo. A teoria da população em Marx. Goiânia: PUCGO, Fragmentos de Cultura, v.16, nº 11-12, 2006.

VIOTTI, Eduardo B.. Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação. In CGEE. Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: Diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: CGEE, 2008.

WANDERLEY, Mariangela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In SAWAIA, B.. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. Acessado em <http://psicoml.files.wordpress.com>, em 14/12/2012.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.12, nº35, 1997. Acessado em www.scielo.br, em 10/10/2012.

ZIONI, F. Exclusão Social: noção ou conceito? São Paulo: USP, Saúde e Sociedade v.15, nº 3, 2006.